Marta Sofia Relvão Leandro

A Comunidade Ibero-americana de Nações
O protagonismo da Espanha

Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra
2011

Capa:
El fuego Nuevo, emblema das Conferências Ibero-americanas de nações,
Criado pelo mexicano Rufino Tamayo.
www.cumbresiberoamericanas.com

Marta Sofia Relvão Leandro

A Comunidade Ibero-americana de Nações
O protagonismo da Espanha

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea e Estudos Internacionais Comparativos, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Maria Manuela de Bastos Tavares Ribeiro.

Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra
2011

Agradecimentos

O processo de escolha implica, muitas vezes, optar por dois caminhos na nossa vida. Se, por vezes, pesa mais o lado afectivo das questões, por outras, é o lado da razão quem comanda. A opção por este tema de estudo foi sobretudo emocional. A partilha afectiva que me proporcionou a participação no *Programa Jóvenes Líderes Iberoamericanos*, da Fundación Carolina, mudou para sempre a minha forma de pensar e ver o mundo. O convívio intenso e profundo com quarenta e nove jovens oriundos dos mais diversos pontos da *Comunidade Ibero-americana de Nações* foi até agora a experiência mais marcante da minha vida. Querer saber mais e conhecer os princípios que estavam na base da constituição desta comunidade foram as razões principais que me moveram e me fizerem enveredar por este projecto de investigação, quando o ano curricular do Mestrado apontava para um outro caminho.

Da participação neste programa, ficaram as amizades e o carinho que, apesar da a distância que nos separa, são alimentados através do nosso contacto regular e do trabalho que ambicionamos desenvolver através da nossa *Conexão Ibero-América* (www.conexioniberoamerica.org). Por isso, e por tudo o que me deram e me ensinaram, aqui fica um *muito obrigada* a todos estes meus amigos *ibero-americanos*. Saibam que é com frequência e muita saudade que recordo os nossos debates, os sonhos que partilhamos, as nossas "*salidas de fiesta*".

Mas não é apenas a eles que agradeço. O meu muito obrigada a todos aqueles que passaram pela minha vida e me marcaram. Aos meus amigos do peito que me apoiaram em todas as etapas da minha vida e nunca deixaram de me dar força, quando mais precisei. Sem vocês, não sou nada!

Agradeço também a todos aqueles que partilharam comigo os meus anseios durante a realização deste trabalho, dando sugestões ou, simplesmente, acompanhando o processo, num gesto de amizade que registo e não mais esquecerei. E aqui não poderia deixar de nomear a Ana Nobre, pela paciência, atenção, disponibilidade, ajuda, carinho, enfim, por tudo!

O meu muito obrigada também à Professora Doutora Maria Manuela de Bastos Tavares Ribeiro, pela amizade, carinho e partilha de conhecimentos que me proporcionou, ao longo de todo o meu percurso académico.

E, por fim, o meu agradecimento mais especial aos meus pais e à minha irmã, que tanto amo e que são, sem dúvida, as pessoas mais importantes da minha vida.

Resumo

Esta dissertação procura problematizar o lugar da criação da *Comunidade Ibero-americana de Nações*, no contexto das relações que se estabelecem entre a Espanha e a América Latina, de 1976 a 2005.

No entanto, é necessário recuar ao século XIX, para encontrar as origens deste projecto e perceber onde radica a querela em torno de qual o melhor termo para definir estas relações e aquele que se deveria utilizar para denominar a própria região, objecto dos interesses hegemónicos espanhóis.

A política ibero-americana constitui então a versão solidária e pluralista da política espanhola para a América Latina, que se começa a definir, no período da democracia, sendo o seu arranque da responsabilidade dos governos centristas (1976-1982). No entanto, ela conhece um grande desenvolvimento quando socialistas (1982-1996) chegam ao poder. Na verdade, durante os anos de 1980, estes estimulam a realização dos *Encontros na Democracia* com o objectivo de debater a importância de se levar a cabo esta Comunidade e iniciam um processo de diálogo que permitirá pôr em marcha, na década seguinte, o projecto das Cimeiras ibero-americanas.

O sucesso desta iniciativa deveu-se certamente ao facto de o seu primeiro anfitrião não ter sido a Espanha. Contudo, ela desempenha desde o início deste percurso, o papel de protagonista, demonstrando ser o seu motor.

Apesar da Comunidade ainda não estar institucionalizada nem consolidada, embora as Cimeiras afirmem e reconheçam a sua existência, ela tem vindo a demarcar o seu posicionamento, na cena política internacional, numa tentativa de fazer frente ao unilateralismo que se afirmou no pós-guerra fria. O grande desafio para a Comunidade passa então por conseguir estabelecer objectivos e interesses comuns, que ultrapassem a partilha de traços identitários e, assim, desenvolver uma voz própria nos fóruns internacionais.

Palavras-chave: hispano-americanismo, ibero-americanismo, latino-americanismo, política externa espanhola, América Latina, cimeiras ibero-americanas.

Índice

Introdução 8

1. As bases para uma concertação ibero-americana 8

2. Quais as condições para esse concerto ibero-americano? 9

3. As transformações internacionais 11

Cap. I – As relações entre a Espanha e a América Latina ao longo da contemporaneidade 14

1. O contexto histórico em que estas relações se desenvolvem 14

1.1. A perda precoce de um império e redefinição da Espanha 14

1.2. O Projecto Hispano-americano 20

1.3. O Projecto Ibero-americano 24

1.4. O Projecto Latino-americano 27

1.5. "Iberoamérica", "Hispanoamérica" ou "Latinoamérica" 30

Cap. II – A construção da Comunidade Ibero-americana de Nações: o protagonismo da Espanha 35

1. *O balanço do período franquista e a transição para a democracia* 35

2. *A definição da política ibero-americana* 38

2.1. Uma política de Estado: o protagonismo da Coroa 39

2.2. Os governos centristas e o arranque da política ibero-americana 42

2.3. Os governos socialistas e o desenvolvimento da política ibero-americana 44

3. *A democracia como mote para a realização de um Encontro de Cooperação* 47

3.1. As expectativas, os objectivos e as propostas do Encontro 49

3.2. O compromisso de criar uma Comunidade Ibero-americana de Nações 51

3.3. Resultados e conclusões 53

4. *A integração dos países ibéricos na CEE e a esperança de um segundo Encontro* 54

5. *O papel da história na construção de uma Comunidade* 56

5.1. Perspectivas de Ibero-América 58

6. *O processo de institucionalização das cimeiras* 60

6.1. As dificuldades do processo de institucionalização das cimeiras 62
6.1.1. As cimeiras de Guadalajara e Madrid 63
6.1.2. As cimeiras do Porto e de Havana e a criação da SECIB *65*
6.1.3. De Bávaro a San José da Costa Rica e a criação da SEGIB *66*

Cap. III – Existe uma Ibero-América? 69

1. Entre afectos e interesses: há que criar "una estructura de complicidades" . 71

2. Mas afinal o que é a Comunidade Ibero-americana de Nações? 73

3. Fases fundamentais no processo de construção da Comunidade Ibero-americana de Nações 79

4. A visão dos políticos 83

Conclusão 92

Fontes e bibliografia 95

ANEXOS 102
Índice dos Anexos

Introdução

1. As bases para uma concertação ibero-americana

Entre afectos e interesses: qual o caminho para construir "una estructura de complicidades"

Félipe González[1]

Como afirmou o ministro espanhol da Fazenda, Francisco Fernández Ordoñez, o mais importante das Cimeiras Ibero-americanas *"es la reunión misma de los veintitrés jefes de Estado y de gobierno que conforman "la familia" americana y europea de tradiciones comunes. De lo que se deriva que, como en toda reunión de familia, no son las normas previas, ni el afán acendrado de pulir textos, ni emitir grandes proclamas lo que los reúne, sino la contemplación de los comunes valores y la sensación compartida que si tan grande es el patrimonio cultural compartido, grande también puede ser la red de actividades y la acumulación de iniciativas que incrementen la presencia de esta comunidad en el mundo internacional del nuevo siglo."*[2]

Ora, esta reflexão, apesar da sua validade, contém, também, algo de paradoxal. Como explicar que uma Comunidade unida por tantos factores históricos e culturais tenha demorado tanto tempo para se institucionalizar? Neste contexto, a comemoração do Quinto Centenário do Descobrimento da América constitui apenas o clímax de uma série de factores que permitiram que estes encontros se pudessem finalmente realizar. Apesar disso, as Cimeiras Ibero-americanas e a sua projecção internacional, ainda hoje, parecem longe de uma plena e sólida institucionalização, bem como da sua afirmação internacional. Como afirma Juan Gabriel Valdes: *"La expresión más evidente de esta situación es que la reflexión sobre nuestro pasado, posee un amplio y documentado campo sobre el cual es posible la construcción de voluminosos discursos, mientras que el análisis de su proyección futura, requiere abrir camino en forma prudente y medida a iniciativas específicas que establezcan las bases - o si se permite un símil náutico – los astilleros sobre los cuales construir la nave común. La dimensión y la calidad de*

[1] Refira-se que Felipe González será uma figura central, neste processo de construção da Comunidade Ibero-americana de Nações, como veremos, no Cap.II.
VALDES, Juan Carlos, "Ideas y intereses: el proyecto de una comunidad iberoamericana de naciones", in *América Latina Hoy*, SALAMANCA: Universidade de Salamanca, 1992, p.36.

[2] Uma nota importante em relação a esta citação: Francisco Fernandez Ordoñez referia-se concretamente à II Cimeira Ibero-americana que se iria realizar proximamente. Sublinhe-se que este artigo vem a lume durante o mês de Julho de 1992, altura em que a cimeira se realizou. No entanto, acreditamos que as suas palavras se aplicam transversalmente a todas as cimeiras ibero-americanas, resumindo bem os seus fundamentos e objectivos. *Idem, ibidem,* p.35.

la voluntad colectiva determinará luego, si ella es capaz de navegar. En este sentido, la relación iberoamericana aparece como una especial sintonía que no reemplaza, ni menos aún suprime las instancias de coordinación y acción internacional (...)."[3]

De facto, como afirma o autor: "(…)*sin las cumbres de Guadalajara y de Madrid, sin la propuesta que éstas conllevan, la conmemoración del Quinto Centenario se habría diluido en un corto plazo*", considerando que a única promessa de concertação que as Cimeiras encerram é a de permitir às línguas espanhola e portuguesa adquirir voz política internacional. Na verdade, argumenta que é na partilha de uma vontade política que radica o futuro da Comunidade Ibero-americana de Nações porque "*Si la simple reiteración de los afectos no es suficiente para la constitución de una voluntad iberoamericana, se hace necesario descubrir e identificar los intereses comunes, intentar una lectura racional de las oportunidades y los riesgos compartidos, formular una comunidad de propuestas del Sur europeo y americano. Y ese camino, que no es breve, pero es grande y enormemente provisorio, requerirá de la conjunción de la voluntad y la inteligencia de muchos iberoamericanos.*"[4]

2. Quais as condições para esse concerto ibero-americano?

Concretizar o objectivo de realizar as cimeiras e fazer delas um importante fórum de diálogo, concertação, cooperação e solidariedade torna-se possível graças à conjugação de vários factores políticos e económicos que mudam o rumo, não só dos países envolvidos neste bloco, mas também da própria comunidade internacional. É nestas mudanças que encontramos o por quê da partilha de interesses comuns que serão a base das futuras cimeiras, em particular, e do projecto da Comunidade Ibero-americana de Nações, em geral.

Que mudanças foram essas? Em primeiro lugar, devemos assinalar o processo de democratização vivido em ambos os lados do Atlântico. Sem ele, como afirma Felipe González, seria impossível colocar-se a hipótese de construção deste espaço que denomina como "*una estructura de complicidades"* entre os países ibero-americanos. Na verdade, a democracia, para além de constituir um requisito básico para a inserção

[3] Como Valdes afirma, é fácil fazer uma retrospectiva do passado comum vivido por estes países, bem como encontrar elementos de união entre eles. Difícil parece ser encontrar elementos que possam constituir as bases para um sólido concerto ibero-americano, capazes de afirmar a vontade política deste bloco de estados, a nível internacional.
[4] *Idem*, *Ibidem*, p.35.

na comunidade ocidental, permite a abertura ao diálogo para levar avante este projecto. Decerto que a aproximação e contacto para a sua concretização não seria possível se vigorassem ainda na região latino-americana regimes ditatoriais. [5]

Em segundo lugar, importa referir o incremento do comércio e do investimento espanhol na América Latina que se desenvolve como um substrato material necessário para consolidar o diálogo político e cultural das futuras cimeiras. Além disso, sem o processo de modernização de algumas das economias da América Latina, a dimensão social do projecto teria ficado limitada aos aspectos culturais, que apesar de serem geradores de identidade, não conseguem desenvolver os interesses comuns necessários para se projectar e manter a concertação internacional.

Assim sendo, a recuperação democrática, juntamente com a tendência para a homogeneização das políticas económicas latino-americanas, a sua estabilização e sistematização em projectos cada vez mais audazes de integração e cooperação económica estabelecem a base dos valores partilhados que, por sua vez, constituem o alicerce para as relações económicas e comerciais do mundo ibero-americano. A América Latina está, hoje, organizada em blocos de cariz económico e comercial, alguns deles com o objectivo último de integração política, à semelhança do que sucedera na União Europeia. Simultaneamente, apesar desses movimentos que tendem a uma certa uniformização, o facto é que a região está cada vez mais heterogénea, em termos de desenvolvimento económico e social, como demonstram os relatórios da Comissão Económica para a América Latina (CEPAL).[6] Neste contexto, a participação em organismos de integração regional adquire maior relevância, cabendo à Comunidade Ibero-americana lançar as bases para uma coesão entre estes Estados e, assim, desenvolver entre eles um sentimento de identidade comum.

[5] A Espanha considera o seu processo de transição para a democracia, sem rupturas, um exemplo, para ser seguido pelos países latino-americanos. Além disso, essa transição possibilita o ingresso na CEE apresentando-se diante destes países como uma ponte de diálogo entre ambos. A importância da transição para a democracia é tal, que durante a década de 1980 são levados a cabo os chamados *Encontros na democracia*, primeiro espaço de diálogo entre os estados da região. Por outro lado, como sabemos, a democracia, nestes países, é ainda frágil e pouco consolidada, pelo que este tema constitui, com frequência, o mote nas várias cimeiras até agora realizadas.

[6] A CEPAL foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Económico e Social, de 25 de Fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano.Trata-se de uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e a sua sede é em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir para o desenvolvimento económico de América Latina, coordenar acções, com vista à sua promoção e reforçar as relações económicas entre os seus países membros e com as restantes nações do mundo. Posteriormente, a sua actividade alargou-se aos países das Caraíbas e foi incorporado o objectivo de promover o desenvolvimento social. Consulte-se em www.eclac.org. (11-12-2011).

Como referimos, estas mudanças não ocorreram apenas na América Latina. As Cimeiras Ibero-americanas são possíveis, sobretudo, graças às transformações vividas, em Espanha. De facto, o seu processo de transição para a democracia, bem como o percurso que inicia rumo à modernização económica e social, produzem um impacto substancial nas elites políticas e culturais da região latino-americana. A redescoberta de Espanha democrática, na América Latina, possibilitou a reaproximação a um aliado que poderia ser útil pela sua pertença à Comunidade Europeia, com a qual muitos dos países latino-americanos vinham desenvolvendo vínculos comerciais.

3. *As transformações internacionais*

Às transformações ocorridas nos países que conformam a Comunidade Ibero-americana, importa juntar as enormes mudanças que ocorreram no sistema internacional. O fim da guerra fria foi fundamental para a constituição do clima que antecede as Reuniões Ibero-americanas e que possibilita a sua realização. Seria difícil imaginá-las, num enquadramento político como o que caracterizou o fim dos anos de 1960 e o início dos anos de 1970, quando em quase todo o continente latino-americano se registava uma intervenção aberta de ambas as potências.

Com o fim da guerra fria, o fenómeno que acompanha de maneira mais visível a constituição dos blocos internos na América Latina é a sua aproximação aos Estados Unidos, natural líder regional do continente.

É, neste contexto, que se desenvolve o projecto democrático espanhol de constituição de uma Comunidade Ibero-americana de Nações, pretendendo equilibrar a presença hegemónica dos Estados Unidos na América Latina.

Assim, como afirma Raúl Andrés Sanhueza Carvajal, o fim da guerra fria significou o desenvolvimento de instâncias formais, através das quais o multilateralismo desenvolveu a concertação política e a cooperação. Deste modo, a diplomacia das Cimeiras constitui um instrumento para fortalecer o diálogo político ao mais alto nível. Estes Encontros resultam, por isso, das referidas transformações, configurando-se como primeiro e até agora único instrumento de concertação política que reúne os chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos. [7]

[7] SANHUEZA CARVAJAL, Raúl Andrés, *Las Cumbres Iberoamericanas: comunidad de naciones o diplomacia clientelar?,* SANTIAGO DE CHILE: Editorial Universitária y FLACSO-Chile, 2003, p.9.

As cimeiras são, então, vistas como um ponto de partida para a criação da Comunidade Ibero-americana de Nações.

Este estudo, através de uma abordagem multidisciplinar, iniciará o seu percurso, por uma incursão pelos três principais projectos que estão na base das relações entre a Espanha e a América Latina, ao longo da contemporaneidade. Será, pois, a partir dessa análise que desenvolveremos a definição da política democrática ibero-americana e do subsequente projecto de iniciativa de criação das Cimeiras, protagonizado pela Espanha, para culminarmos com o estudo dos elementos que compõem a Comunidade Ibero-americana de Nações que viu os seus princípios e objectivos comuns registados no chamado *acervo ibero-americano*, que mais não é do que o resultado final daquilo que se considera fundamental para que a Comunidade ganhe voz e se afirme como fórum de concertação e cooperação, a nível internacional.

Assim sendo, apesar de formalmente a nossa análise se centrar no período que vai de 1976 a 2005, será necessário recuarmos ao século XIX para mergulharmos as raízes deste projecto.

A justificação por balizar o nosso estudo no período assinalado deve-se ao facto de esses anos coincidirem com marcos fundamentais da história contemporânea espanhola. Na verdade, o ano de 1976 delimita o início da recuperação democrática, o que possibilita uma nova etapa na política espanhola, não só a nível interno como internacional. Por outro lado, a importância do ano 2005 prende-se com o facto de este ser um marco fundamental para o processo de construção da Comunidade Ibero-americano. É, pois, neste ano, que se realiza a Cimeira Ibero-americana de Salamanca, onde é reiterado o já referido *acervo ibero-americano* e é lançado um novo instrumento que se pretendia contribuir para a sua afirmação, a nível internacional. Falamos da Secretaria Geral Ibero-americana.

Antes de iniciarmos a nossa análise, importa fazer referência às dificuldades que sentimos no acesso à bibliografia. De facto, apesar de hoje as universidades e centros de investigação disponibilizarem muita informação *online*, podendo considerar-se o site da Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe (RedAlyC), uma das principais fontes de acesso à informação para a realização deste trabalho, juntamente, com o site do periódico *El País,* o facto é que houve muitas referências bibliográficas que ficaram por consultar, dada a sua inexistência, nas bibliotecas nacionais. Por outro lado, esta temática está pouco estudada, fora de Espanha, centrando-se, a nossa bibliografia quase que exclusivamente nos estudos levados a cabo por investigadores

espanhóis. Teria, pois, sido interessante, saber o que pensam os latino-americanos, deste projecto, para lá da polémica entre qual o melhor termo para definir a sua região e qual aquele que se aplicaria melhor para denominar as suas relações com a Espanha. Seria, também, interessante estudar o posicionamento de Portugal, no seio desta comunidade. No entanto e mais uma vez, devido ao acesso a fontes, mas, também, por nos parecer demasiado arriscado iniciar uma investigação que seguisse este fio condutor, pelo seu carácter totalmente inédito, esta orientação foi posta de parte.

Cap. I – As relações entre a Espanha e a América Latina ao longo da contemporaneidade

1. O contexto histórico em que estas relações se desenvolvem

1.1. A perda precoce de um império e redefinição da Espanha

Neste capítulo, analisaremos o contexto em que se definem as relações entre a Espanha e a *América Latina*. Para tal, procederemos à descodificação de termos, tantas vezes usados como sinónimos, mas que contêm, em si mesmos, uma carga semântica própria, que os diferencia. Simultaneamente, abordaremos o contexto em que estas relações se desenvolvem ao longo da *contemporaneidade*[8], e através da sua historicidade, verificaremos o efeito que desempenham de convivência e simultaneidade, de substituição ou anulação. A nossa análise adoptará, pois, uma *perspectiva diacrónica*, na introdução destes conceitos. No entanto, será através de uma *perspectiva sincrónica* que constataremos os referidos efeitos da sua historicidade. Mas, se é verdade que estes termos fazem referência a realidades distintas, não é menos verdade que o seu referente é o mesmo, claro está, analisado de perspectivas diferentes, consoante o emissor do projecto, o período em que este é desenvolvido ou a sua abrangência. Deste modo, por considerarmos ser aquele que mais consenso reúne e porque entre nós, esta questão não se levanta, utilizaremos o termo *América Latina* sempre que pretendermos fazer referência ao conjunto dos países do continente americano que partilham o facto de falarem línguas cuja base comum é o latim.

Antes de mais, podemos fazer o ponto da situação da política externa espanhola, durante a época contemporânea. Segundo Juan Carlos Pereira, ela constitui uma busca pelas raízes de Espanha, do ponto de vista da configuração, da psicologia nacional, das relações com o exterior e da história com o objectivo de meditar sobre o passado mais imediato. Esta reflexão pretendia, pois, *estudar*, *conhecer*, *fazer sentir* e *consciencializar* a sociedade espanhola, sobre a importância deste período da história, numa tentativa de que o povo espanhol concretizasse o ideal profetizado por Bécker de alcançar o lugar que lhe corresponde na sociedade internacional.[9]

---

[8] A História contemporânea espanhola constitui um período conturbado, marcado por grandes oscilações de regimes políticos. Por isso, e com o objectivo de nos guiar na nossa análise, apresentamos a *Tabela nº1: Cronologia da época contemporânea espanhola,* nos Anexos, pp.3-4.

[9] PEREIRA, Juan Carlos, *Introducción al estúdio de la política exterior de España (siglos XIX y XX*), MADRID, Akar Editor, 1983, p.71. Durante este período, "(…) España irá abandonando progresivamente su papel como potencia mundial y comenzará a pertenencer al grupo de pequeñas potencias que aparecen en la política internacional contemporánea. (…) *", Idem, ibidem*, p.87.

Assim sendo, apesar da falta de consenso que caracteriza esta problemática, um facto incontornável é o lugar que a América ocupa na política externa espanhola contemporânea, explicado, entre outras razões, pela partilha de um passado histórico.[10] É, no século XIX, que estas relações mergulham as suas raízes, sendo, inicialmente, caracterizadas pela quase inexistência ou tensão devido ao tardio reconhecimento da independência pela metrópole. [11]

De facto, ferido o sentimento de união em relação a Espanha, o que veio acentuar os particularismos de cada jovem república americana e, simultaneamente, num cenário que propiciava a unificação dos povos de língua, cultura e crenças comuns, à semelhança do que acontecia com os movimentos de unificação italiana e alemã e mesmo com o florescimento das ideias europeístas, começa a desenvolver-se a ideia pan-hispanista, numa tentativa de restaurar a união entre estes povos e uma vez que uma união política já não era viável, procurava-se desenvolver uma união espiritual e cultural. Se, inicialmente, se acreditava na possível reversão dos processos de emancipação, a perda de Cuba, Puerto Rico e Filipinas, em 1898, contrariou esta tendência, servindo para recuperar o sentimento de união entre os povos americanos de expressão espanhola face a um inimigo comum que vinha ganhando terreno na liderança da região – os EUA.

Assim sendo, o *desastre de 98*, como lhe chamou a historiografia espanhola, no quadro da crise e desmoralização que provocou, serviu para abalar a consciência espanhola sobre qual o significado da Espanha, a sua identidade nacional, o seu futuro e o seu posicionamento internacional.

É, pois, neste ambiente de ofuscação, desânimo e reflexão que a Espanha vive, desde finais do século XIX, de que a *crise de 98* mais não foi que o catalisador, que

---

[10] Desde o primeiro momento em que chegam a Espanha notícias do sucesso da viagem de Colombo, a América transforma-se num inegável ponto de referência no quotidiano espanhol. *Vide* ARENAL, Celestino del, *Política exterior de España hacia Iberoamérica*, MADRID: Editorial Complutense, 1ªedição, 1994, p.13. A propósito de esta referência que a América constitui para a Espanha, o mesmo autor, escreve, num artigo, que sem ela "(…)*no sólo nos es posible entender su proyección exterior, sino tampoco, sobre todo em determinados momentos, su vida interior", já que "los casi cuatro siglos de convivencia común, de mestizaje, unidos a los profundos lazos que perduran después de la emancipación, han pesado y pesan en el devenir de España.*" *Vide idem,* "El futuro de la comunidad iberoamericana de naciones y la política exterior de España", in *América Latina Hoy*, número 4, SALAMANCA: Universidad de Salamanca, p.17.

[11] Importa referir que, em Espanha, os movimentos emancipatórios têm pouco eco. Efectivamente, a incompreensão profunda dos políticos e intelectuais espanhóis face a estes processos de independência e, sobretudo, do significado da América para a Espanha, explicam a sua falta de sensibilidade perante a perda colonial. *Idem*, *Política exterior de España hacia Iberoamérica*, *op. cit.*, p.14. Acrescente-se que os tratados realizados consideravam que era mais benéfico para Espanha um acordo bilateral com cada governo, o que levou a longas negociações com cada jovem república, estendendo-se desde o caso mexicano, em 1836, ao hondurenho, em 1896. Seria, no entanto, preciso esperar pelo início do século XX, para que a Espanha reconhecesse a independência de Cuba e do Panamá. *Vide* SEPÚLVEDA MUÑOZ, Isidro, "Proyectos españoles de proyección hacia América. Pasado y presente." in TORRE, Hipólito de la, *Portugal, España y América: pasado y presente de un proyecto (siglo XIX y XX),* MÉRIDA: Universidad Nacional de Educación a distancia, Centro Regional de Extremadura, 1993, p.110.

aparece o "*regeneracionismo"*, como movimento de superação da decadência de Espanha, propiciando a modernização do país, a nível político, cultural ou industrial. Assim sendo, este movimento constituía-se como um fenómeno de introspecção que procurava recuperar do passado os fundamentos da identidade nacional e como portador do espírito de ressurgimento, projectava-se para o futuro, na busca do progresso e regeneração de Espanha.

Este fenómeno vivido, em Espanha, encontra equivalente em outros países europeus, como é o caso da Itália ou de Portugal, com os respectivos "*Risorgimiento"* e os governos da *Regeneração*, ideias bem expressivas que se definiam como antónimas do clima de crise e decadência finisseculares. Neste contexto, acreditava-se que um dos meios para alcançar esse *ressurgir espanhol* era a sua projecção internacional. Deste modo, "*África, en unos casos, e Iberoamérica, en otros, cuando no al mismo tiempo, recuperaban, aunque com distintos alcances y proyectos, un sentido que se estimaba habran perdido en el pasado*." Por isso, como Roberto Mesa afirmara, o que se começa realmente a equacionar-se, a partir de 1898, é o significado de ser espanhol sem a sua dimensão americana "*uno de sus miembros vitales*".[12]

Assim sendo, essa ideia de que a projecção externa estimularia o *ressurgir* espanhol levaria, em última análise, ao "*reforzamiento de la identidad nacional."* Por isso, Isidro Sepúlveda Muñoz afirma que, quer o nacionalismo espanhol, quer a sua política externa, durante o século XX se fundamentam na *"creencia en y la utilización de la continuidad cultural española en América, tratada de materializar en una comunidad transnacional que unia a la antigua metrópoli (...). La creencia de esa comunidad resulta de especial relevancia para explicar tanto la conformación de una identidad transatlántica – materializando un imaginário de afirmación nacionalista –, como la elaboración y ejucución de la política exterior española, para la que su proyección hacia América y*

[12] ARENAL, Celestino del, *Política exterior de España hacia Iberoamérica*, *op. cit.* p. 19 Além disso, como assinala Jova, citado por Juan Carlos Pereira, é a partir de 1898 que se define a posição de isolamento de Espanha que dominará, com avanços e recuos, até ao processo de democratização espanhol, apontando como motivo principal a perda precoce de um império, quando os outros países se voltavam novamente para os seus impérios coloniais. Como sabemos, o final do século XIX é, pois, marcado pela Conferência de Berlim, que levaria à substituição dos direitos históricos pelos direitos efectivos. Assim sendo, "*Quedaba claro que el aislamiento no era la consecuencia de una política de pesimista "recogimiento", sino una posición impuesta por la doble realidad española y europea. Por la misma fuerza de las cosas, España entrava en la época del imperialismo sin lo que, por espontáneo desígnio, no había querido aceptar en el período anterior; sin una garantia internacional para los restos del império ultramarino. He aqui el hecho fundamental, España no contaba com ninguna alianza que serviera de "guardián" de nuestros territórios, factor primirdial en la sociedad internacional de fin de siglo, pues ya no podia confiar en los antiguos valores en los que España siempre se había basado para mantener el satus quo colonial. Estos dos hechos o afirmaciones, sirven para enmarcar la crisis de 98.No tenemos que ver esta crisis tan solo como enfrentamiento entre EE.UU., sino que entra en la "reedistribución colonial"a escala internacional."(*PEREIRA, Juan Carlos, *Introducción al estúdio de la política exterior de España (siglos XIX y XX*), *op. cit.,* pp.144-145).

su capacidad de influencia supone un elemento de extraordinário valor."[13] Deste modo, fica bem claro que a ideia de que a projecção espanhola, na América Latina, contribui não só para a sua afirmação, a nível internacional, mas também – e como o próprio verbo *projectar* sugere – para o prolongamento das suas possibilidades num território que sentia ainda como seu.

Escassez e dificuldade são as palavras que melhor definem as relações entre a Espanha e a *América Latina*, ao longo do século XIX, o que pode ser explicado pela instabilidade governamental de ambos os lados do Atlântico, que provocava descontinuidade nos processos de negociação ou pela falta de um projecto concreto, sólido e bem estruturado pelos dirigentes espanhóis em relação ao sentido e objectivos das suas relações com esta região.[14] Além disso, o cenário internacional era limitado, acentuando a marginalidade espanhola face aos centros de decisão e de poder da política internacional, condicionando a Espanha ao isolamento.[15] Neste contexto, a comemoração do IV Centenário da Descoberta da América, em 1892, é marcada por resultados irrelevantes e pouco satisfatórios, enquanto a criação da União Ibero-americana, poucos anos antes, em 1885, pusera em marcha uma acção privada, mais realista, marcada por actuações mais concretas e cujo saldo final foi positivo.[16]

Uma análise da evolução das relações entre a Espanha e a América Latina, a partir de finais do século XIX, permite-nos verificar que até à Primeira Guerra Mundial, a América Latina é vista em Espanha, a partir de uma perspectiva ambígua e conservadora, no que toca às possibilidades de expansão e aprofundamento nas relações mútuas. No entanto, durante o Primeiro Conflito Mundial e sobretudo a partir de 1923, a região começa a ser vista, através de uma perspectiva expansionista, como meio e fim em si mesma.[17] Com

---

[13] SEPÚLVEDA MUÑOZ, Isidro, *El sueño de la madre pátria: hispanoamericanismo y nacionalismo*, MADRID, Fundación Carolina, 2005, pp.11-12.

[14] PEREIRA CASTAÑARES, Juan Carlos, "España e Iberoamérica: programas, políticas y resultados (1892-1992)", in TORRE, Hipólito de la, *op. cit.* p. 132.

[15] SEPÚLVEDA MUÑOZ, Isidro, "Proyectos españoles de proyección hacia América", in TORRE, Hipólito de la, *op. cit.*, pp.109-111.

[16] Na verdade, entre os factores que conduziram ao fracasso do V Centenário da Descoberta da América, conta-se o facto de o corpo diplomático ser escasso. No entanto, importa referir que os governos da restauração viam aqui uma janela de oportunidades para aumentar os seus contactos e a colaboração com os Estados com que até então haviam celebrado tratados de paz e estabelecido relações diplomáticas. *Vide* PEREIRA CASTAÑARES, "Juan Carlos, España e Iberoamérica: programas, políticas y resultados (1892-1992)", in TORRE, Hipólito de la, *op. cit.* pp. 130-131.

[17] A Primeira Guerra Mundial constitui um momento importante na evolução destas relações, dado que a Espanha se declara neutra, o que implica consequências políticas e comerciais. Neste período, o seu *status* de potência média é confirmado e, terminada a guerra, a SDN será o lugar privilegiado para desenvolver a ofensiva internacional de que a Espanha será vítima. Neste contexto, o desenvolvimento de relações com a América Latina será visto como forma de contrariar o isolamento a que será condicionada pela comunidade internacional. De facto, desde a sua entrada na SDN, em 1920, desenvolve-se o que o então Ministro dos Assuntos Exteriores, Castiella, designa de batalha diplomática, com o objectivo de a Espanha vir a ocupar um lugar permanente no Conselho da Sociedade. Surgia, assim, a teoria de liderança espanhola no seio de um

efeito, os governos espanhóis pretendiam adquirir uma posição de liderança na região, para poder competir num plano de igualdade semelhante ao que o pan-americanismo ia adquirindo.[18] Contrariamente, o posicionamento tomado aquando da II República defende os valores democráticos em que se baseiam as relações internacionais emanadas da Sociedade das Nações, caracterizando-se por algumas reservas devido aos resultados malogrados do período anterior. Na sequência da Guerra Civil e durante a Segunda Guerra Mundial reaparece com força a percepção expansionista e dinâmica do período da Primeira Guerra Mundial, para a qual se conta com mais meios e mesmo com um projecto mais definido. De facto, a Guerra Civil e o triunfo *franquista* acabam com a política externa seguida pela II República, levando à redefinição da sua política externa para a região, imprimindo-lhe um sentido mais conservador e hegemónico, marcadamente fascista, anulando, assim, os projectos de cariz democrático trazidos a lume nos anos de 1920 a 1930. Surge, assim, o projecto de criação da *Comunidade Hispânica de Nações*. [19]

Na análise da evolução desta política, constatamos, então, que a morte de Franco, ao precipitar a transição democrática espanhola, leva à redefinição da sua política externa, dotando-a de contornos mais realistas e solidários. Neste contexto, a formulação do projecto de *Comunidade Ibero-americana de Nações*, posto em marcha a partir da I Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Estados Ibero-americanos de 1991, passa a ser o seu principal objectivo. [20]

Juan Carlos Pereira Castañares[21] analisa num artigo a evolução dos programas e políticas americanas no período entre o IV e o V Centenários da Descoberta do Novo

---

bloco Ibero-americano. No entanto, apesar de apoiarem esta liderança, estes estados não deixaram de demonstrar os seus receios, fazendo malograr a constituição deste bloco. Refira-se que um dos motivos desta recusa se deve ao facto de a Espanha não ter conseguido fazer da língua espanhola, uma das línguas oficiais, em Genebra. *Vide* ARENAL, Celestino del, *Política exterior de España hacia Iberoamérica*, *op. cit.*, pp.22-23.

[18] Faremos uma breve abordagem acerca do pan-americanismo, a partir do ponto 1.2. deste capítulo. No entanto, será no ponto 1.4. que ele ganhará mais destaque, pela sua clara oposição ao *projecto latino-americano.*

[19] *Vide* ARENAL, Celestino del, *Política exterior de España hacia Iberoamérica*, *op. cit.*, pp. 13-68.

[20] PEREIRA CASTAÑARES, Juan Carlos, "España e Iberoamérica: programas, políticas y resultados (1892-1992*)"*, *op. cit,* p.135. No próximo capítulo, desenvolveremos o contexto em que se define a política externa espanhola, no período da democracia.

[21] *Ibidem*, *passim.* Como tivemos oportunidade de referir, na abertura deste capítulo inicial, a temática das *Relações externas entre a Espanha e a América Latina ao longo da contemporaneidade* constitui uma problemática algo controversa. Na verdade, a nossa opção ao utilizar o artigo de Juan Carlos Pereira Castañares como pano de fundo para a nossa análise pode ser explicada pela sua sistematização de todos os projectos desenvolvidos, neste período, para a região. Outros especialistas em Relações Internacionais, com enfoque nesta problemática, não equacionam a questão do *projecto latino-americano*, na sua análise. É o caso de Celestino del Arenal que, na sua leitura desta questão, apresenta os *projectos hispano-americano, o projecto da hispanidade* e finalmente, o *projecto ibero-americano*. No caso do *projecto hispano-americano*, Pereira Castañares tem uma visão mais global, abrangendo na sua leitura do *hispano-americanismo, a hispanidade* apenas como uma das suas fases e não como um projecto autónomo. No caso do *projecto ibero-americano*, Celestino del Arenal considera que este surge apenas no período da democracia, como uma versão democrática da política externa espanhola com interesses nesta região. Como veremos, o termo "*Iberoamérica"* surge já no final do século XIX, utilizado de forma indiscriminada como sinónimo de "*Hispanoamérica*." Refira-se ainda a

Mundo. A sua análise centra-se na convicção de que existem três projectos fundamentais que se desenvolvem, neste período, para promover as relações com a região, a que um dos projectos convencionaria chamar de América Latina. Dois deles são exclusivamente espanhóis, ainda que um deles tenha como objectivo máximo a internacionalização, num processo que conduza à sua institucionalização, enquanto entidade regional internacional, na era da globalização, como referem os documentos finais das Cimeiras. O último é o de maior receptividade do outro lado do Atlântico, sendo, também, aquele que mais ecoará pela Europa, à excepção de Espanha. Como referimos, esta expressão – América Latina – é a mais recorrente para designar esta região por toda a Europa e aquela que os seus habitantes utilizam para se auto-denominarem, sendo apenas recusada pela Espanha.[22]

Carlos Malamud[23] considera que a polémica entre o uso do termo *Ibero-América* e *América Latina* esconde o eurocentrismo de alguns sectores da sociedade espanhola que tendem a não reconhecer a realidade americana. Assim sendo, no seio desta querela, alguns tentaram introduzir o conceito *Indo-América*, aludindo à componente indígena da região. Outros, dividindo a realidade em função da matriz colonial e linguística, falam de *América Hispânica* e *América Portuguesa* e, numa tentativa de integrar ambas as realidades, surgiu o termo *Ibero-América*, por vezes utilizado como sinónimo de *América Latina*, embora este último tenha um âmbito mais alargado, abrangendo a maioria dos países do continente americano. Para muitos americanos desta região, este último conceito constitui uma forma de se diferenciarem da antiga metrópole.

---

leitura que Isidro Sepúlveda Muñoz faz desta temática. Na verdade, ele qualifica as etapas das relações entre a Espanha e a América Latina ao longo deste período, com expressões como "*añoranza de grandeza*", para caracterizar o século XIX, considerando que a América constitui um "*estímulo*", aquando do surgimento do hispano-americanismo, um "*pretexto*", durante a vigência da política franquista da *hispanidade* e, finalmente, um *"contrapeso a Europa",* para fazer referência ao projecto de criação da *Comunidade Ibero-americana de Nações*, traduzindo a ideia de complementaridade, em relação à orientação europeia, como veremos no próximo capítulo. *Vide* ARENAL, Celestino del, Política exterior de España hacia Iberoamérica, *op. cit. passim* e SEPÚLVEDA MUÑOZ, Isidro, "Proyectos españoles de proyección hacia América", in TORRE, Hipólito de la, *op. cit.*, *passim.*

[22] Os referidos projectos são *o hispano-americano*, o *ibero-americano* e o *latino-americano*. Como referimos, o projecto *ibero-americano* pretendia a sua internacionalização como afirmação do seu bloco de Estados no mundo globalizado que se institui no pós-guerra fria, em que o unipolarismo dos Estados Unidos se assume em força. No entanto, também o *hispano-americanismo* pretendia uma internacionalização. Desta vez, para contrariar o isolamento a que a comunidade internacional condiciona a Espanha, sobretudo, a partir da ditadura primo-riverista. Nos Anexos, poderá ser consultada a *Tabela nº2: Principais características e fundamentos dos projectos*, nas pp.5-6, onde apresentamos uma sistematização dos mesmos, abordando pontos como o período em que surgem, os seus objectivos, os seus princípios e os seus fundamentos, bem como a sua abrangência geográfica. Além disso, tratamos também um outro projecto que não desenvolveremos na nossa análise. Falamos do *indo-americanismo*. Apresentamos ainda o *Esquema nº1: Relações entre os actores políticos internacionais envolvidos* que permite para perceber o posicionamento geo-estratégico dos principais actores envolvidos neste processo, na p.7.

[23] MALAMUD, Carlos, *Análisis/Política y sociedad latinoamericana: Latinoamérica, Iberoamérica, Hispanoamérica*, 27 de Janeiro de 2001, in: http://www.ojosdepapel.com/Index.aspx?article=578 (11-10-2010).

Para o autor, este conflito terminológico tem de ser interpretado à luz dos processos de independência americana ocorridos no século XIX. Na verdade, a emancipação leva os americanos a negar uma importante parte da sua identidade, alimentando uma visão negativa da ideia da *hispanidade*.[24]

Carlos Malamud considera ainda que a recusa do termo *América Latina* se deve ao facto de este não valorizar o papel que a Espanha desempenhou no processo de conquista e evangelização da *América*.

Com a transição para democracia procede-se à substituição do termo "*Hispoamérica"* "*por la politicamente más correcta Iberoamérica",* dada a carga negativa que o primeiro termo encerrava, pela sua conotação ao regime franquista. No entanto, considera que*"Uno de los problemas de esta palabra* [Ibero-América] *es que alude a dos conceptos distintos e introduce una gran confusión en torno al significado de las palabras. De un lado, Iberoamérica es la América no anglosajona ni francesa; del outro es la suma de esta más España y Portugal, lo que también se ha dado en denominar la Comunidad Iberoamericana de Naciones.*"[25]

Feita uma breve abordagem do contexto em que se desenvolvem as relações entre a América Latina e a Espanha, em seguida, faremos a análise destes três projectos que, como apontámos, estão na sua base.

1.2. O Projecto Hispano-americano

Desde finais do século XIX, o termo *América Hispânica* – ou "*Hispanoamérica"*, mais comummente, na língua castelhana – é aquele com que se designa esta ampla região, objecto dos interesses hegemónicos espanhóis. Contudo, apesar de alguma ambiguidade contida na sua carga semântica, facto que podemos associar também a alguma indefinição dos objectivos desta política, este termo predomina até à década de 1920.[26] No entanto, o termo *América Hispânica* cedo começa a conviver com o de *Ibero-América*, sendo detectada alguma imprecisão, no seu uso, nos textos oficiais dos vários governos, o que é sintomático da falta de um projecto concreto para a região em análise. [27]

---

[24] Carlos Malamud refere ainda que para os habitantes da América Central é mais comum o uso do termo América do Sul como referente da sua identidade. "*Pese a todo, durante bastante tiempo, las gentes que vivían entre la Tierra del Fuego y el istmo centroamericano prefirieron hablar de América del Sur.*"

[25] *Idem, ibidem.*

[26] *Vide* PEREIRA CASTAÑARES, Juan Carlos, "España e Iberoamérica: programas, políticas y resultados (1892-1992)," in TORRE, Hipólito de la, *op. cit.,* p. 135-136

[27] Em 1900, o Real Decreto de 16 de Abril criava a *Junta de Patronato y Organización*, com o objectivo de celebrar, em Madrid, o *I Congreso Social y Económico Iberoamericano*, onde se podem ler referências como: "*nuestras relaciones com la América Latina", "nuestras relaciones com pueblos americanos de origen ibérico*", *"raza que España tiene en América*" ou "*especiales inclinaciones de afecto con los pueblos*

Apesar de tudo, os objectivos associados aos conceitos de *América Hispânica* e *hispano-americano* foram os de maior permanência, sendo os termos mais utilizados para definir estas relações entre Espanha e os Estados americanos de expressão espanhola, entre o século XIX e XX. Este facto pode ser explicado por factores como a sua ambivalência de interesses e sentidos, o que dificulta, por outro lado, a sua definição conceptual. No entanto, não se pense que a sua utilização contínua implica a manutenção dos seus objectivos iniciais, bem como dos fins a alcançar com estas políticas. Como veremos, este projecto conhece variações, adaptando e adequando-se aos regimes que se vão substituindo, na cena política interna espanhola, os quais procura servir. Contudo, vários serão os factores de continuidade que permanecerem, nas várias correntes do *hispano-americanismo*.[28]

É importante delimitar o âmbito geográfico ao qual este conceito se aplica. Na verdade, a área a que chamamos *América Hispânica* faz referência, segundo a maioria dos autores, às nações do continente americano de língua espanhola. Mas, se, por um lado, neste amplo conjunto de Estados existem valores e tradições comuns que facilitaram a mútua colaboração e a procura de soluções multilaterais para os seus problemas colectivos. Por outro lado, a problemática interna de cada um deles, assim como as tentativas das grandes potências para controlar ou dominar o continente – cujo exemplo maior encontramos no movimento *pan-americanista* – fez com que as tentativas para alcançar os resultados comuns estabelecidos pela maioria dos dirigentes não tivessem obtido bons resultados.[29]

Assim, intelectuais como Fernandéz-Shaw consideram que o termo engloba tanto as nações que tiveram uma relação com a Espanha como a própria Espanha e que é, a partir dela, que se desenvolve a doutrina Bolívar, por oposição ao *pan-americanismo,* na base do qual se baseia a doutrina Monroe. No entanto, se o primeiro assenta num substrato histórico-cultural, procurando estabelecer um sistema aglutinador das nações *hispano-americanas*, numa comunidade política supranacional baseada na unidade de origem e destino histórico, o último edifica-se sobre um substrato geo-estratégico, desenvolvido em

---

hispanoamericanos." Contudo, apesar de esta indefinição terminológica, o então ministro do Estado, oficializará o termo *Hispano-América*, recusando a utilização da expressão *Ibero-América*. *Vide idem, ibidem*, p. 136.

[28] *Idem, ibidem,* pp. 136-137. O movimento *hispano-americano* é, pois, muito complexo ideologicamente e bastante matizado a nível de interesses e definições nem sempre coincidentes, tendo estado na base de todos os movimentos que a partir de diferentes visões e posições ideológicas, preconizam, no início do século XX, a intensificação de relações com a *América Hispânica*, levando à formulação de programas de acção e modelos concretos de comunidade. Este movimento tanto está associado a ideologias liberais como conservadoras. Além disso, uma outra nota cabe, neste ponto. Referimo-nos ao facto de o termo continuar a ser utilizado, hoje em dia, por vários sectores da sociedade espanhola como sinónimo de *Ibero-América*, apesar de ter definido a preferência por este último, como vimos, *politicamente mais correcto*. Por outro lado, quando não utilizado como sinónimo, existe um claro consenso na sua utilização para referir os países de língua espanhola, na América Latina.

[29] *Idem, ibidem*, p. 137.

torno da ideia de uma liderança natural, que os E.U.A. tinham e potencialmente poderiam desenvolver ainda mais na região. [30]

Como vimos, o *desastre de 98* constitui o caminho que tirou o país do abatimento em que estava mergulhado. Neste contexto, a *América Hispânica,* ao tornar-se uma referência para a regeneração da Espanha, constitui uma oportunidade para o desenvolvimento de uma rica e fecunda produção literária, que estaria na base do *hispano-americanismo.*[31]

Nos primeiros anos do século XX, o *hispano-americanismo* desenvolve-se na sua concepção liberal, apoiado pelos burgueses.[32] A partir da década de 1920, os conservadores e tradicionalistas associar-se-iam a esta ideia, transformando-a em função dos seus projectos. Já durante a ditadura de Primo de Rivera, reforça-se a concepção conservadora do *hispano-americanismo*, negando-se, contudo, a ideia imperial.[33]

A concepção conservadora foi, pois, fundamentada de diversas formas, em função das conjunturas históricas e das condições internas de cada um dos Estados que integram esta ampla área geográfica, baseando-se na ideia de que a Espanha teria realizado um trabalho de evangelização e influência cultural em terras americanas, o que tinha criado, não só, laços de solidariedade nacional e continental, como *elos de sangue* que exigiam à Espanha, *Madre Pátria*, estabelecer uma Comunidade de interesses favoráveis a todos.[34]

O impulso nas relações com a *América Hispânica* esteve, pois, intimamente ligado ao reforço e desenvolvimento das definições mais conservadoras e nostálgicas sobre o papel da Espanha na América, que preconizavam o caminho doutrinal que dominaria até finais

---

[30] *Idem, ibidem,* pp.137-138. Importa referir que, em nenhuma ocasião, a Espanha foi inserida como potencial membro desta Comunidade, que o projecto *bolivariano* pretendia levar a cabo.

[31] O *hispano-americanismo* desenvolve-se, assim, em ambas as margens do Atlântico encontrando no contexto *regeneracionista* espanhol o seu maior e mais profundo desenvolvimento. A base deste projecto seria, sobretudo, a identidade cultural comum. Para este movimento, a Espanha não existe sem a *América hispânica* e vice-versa. Trata-se de uma corrente de pensamento que defende a unidade do *mundo hispânico*, promovendo a sua integridade cultural. Como referimos, no ponto anterior, o desastre de 98, dá o mote a que a Espanha se defina quer internamente, quer internacionalmente. ARENAL, Celestino del, *Política exterior de España hacia Iberoamérica*, *op. cit.*, pp. 13-68.

[32] Julga-se que terá sido Miguel Unamuno o primeiro a utilizar o termo *Hispanidade* para se referir à comunidade de povos de língua espanhola. *Vide idem, ibidem,* p.29.

[33] A obra do português António Sardinha, teórico do integralismo peninsular, intitulado a *Aliança Peninsular*, a revista *Acción Española*, órgão da monarquia tradicional, o livro de Ramiro Maetzu, *Defensa de la Hispanidad* e alguns trabalhos dos teóricos do fascismo espanhol viriam a completar a formulação político-ideológica deste termo, bem como do projecto *hispano-americanista*. Refira-se que intelectuais como Maetzu consideravam que a Espanha tinha esgotado as suas forças de expansão material, enaltecendo a união espiritual com os povos de expressão castelhana. Neste sentido, a Espanha deveria desempenhar o papel de porta-voz dos interesses ibero-americanos, através da liderança do já referido bloco ibero-americano. Sublinhe-se, ainda que a receptividade da concepção hispano-americana conservadora é, em geral, variada e positiva. A este grupo de intelectuais pertencem personalidades como Labra, Altamira, Posada e Azcárate que defendem a configuração, ao longo dos séculos, de uma personalidade hispano-americana, fruto da combinação de elementos de unidade como factores fisionómicos, linguísticos e filosóficos. PEREIRA CASTAÑARES, Juan Carlos, "España e Iberoamérica: programas, políticas y resultados (1892-1992)," in TORRE, Hipólito de la, *op. cit.*, p. 138.

[34] *Idem, ibidem.*

do *franquismo*.[35] A ideia e o projecto político de *hispanidade*, na sua versão mais tradicional e combativa, começam, assim, a traçar-se, neste momento. É, sobretudo, nestes anos, que o *hispano-americanismo,* que nas suas origens tem um desígnio marcadamente liberal, começa a ser *"minado"* em toda a sua extensão por interpretações reaccionárias, imperialistas e ultranacionalistas, ao mesmo tempo que a ditadura de Primo de Rivera se fortalece e aproxima ideologicamente dos fascismos italiano e alemão. [36]

A II República intensifica as relações com a América Latina, mudando, contudo, a filosofia e formulação político-ideológica, em relação ao período anterior. Na verdade, o interesse que a República põe nestas relações, bem como na política externa, em geral, responde a um projecto político, que ao mesmo tempo que coincide com o referido objectivo de reforçar o protagonismo espanhol no mundo ibero-americano e no seio da SDN se diferencia de forma radical, adquirindo um carácter aberto, pacifista, democrático e internacionalista, que responde à concepção democrática das relações internacionais e à adesão aos princípios pacifistas da SDN.[37]

O termo *hispanidade* é, então, utilizado ao serviço das várias ideologias que se vão substituindo na cena política interna espanhola, ao sabor dos interesses dos regimes em vigor, sendo na ideia de *império* que encontramos as variações nas propostas do pensamento conservador que estão na sua base, uma vez que o *império* pode ser entendido de diferentes formas. Enquanto Maetzu proclama um *império da fé ou espiritual*, outros franquistas reclamavam o direito da Espanha a recuperar o seu *passado imperial* em

---

[35] Durante o franquismo, criar-se-á, pois, um organismo que terá como função assegurar a manutenção das relações entre Espanha e a América Latina."*El estabelecimiento de unas relaciones estrechas com Hispanoamérica fue una de las ideas básicas de la política exterior franquista desde sus origines, siguiendo la tradición hispanoamericanista del pensamiento conservador español. El primeir expoente de esta preocupación por Hispanoamérica fuel a creación, el 2 de noviembre de 1940, del Consejo de la Hispanidad, como un organismo asesor, dependiente del Ministerio de los Asuntos Exteriores, cuyas funciones eran todas aquellas actividades que tendieran a la unificación de la cultura, de los intereses económicos y de poder relacionado com el mundo hispano. Nacía como expresión derivada de la ideologia fascista de la Falange, que entrelazaba com la idea de Imperio: Hispanoamérica como área de influencia preferencial de España sin descartarse una eventual unificación futura, con el propósito fundamental de asegurar la continuidad y eficácia de la idea y obra del génio español, restaurando la conciencia unitária del mundo hispânico."* Vide REDONDO JIMÉNEZ, Juan Carlos, "La pervivencia del recelo antiespañol: la reacción portuguesa a la política española hacia Iberoamérica", in TORRE, Hipólito de la, *op. cit*, pp. 260-261.

[36] Os contactos entre a política externa de Primo de Rivera e a Itália fascista serão evidentes, através da instrumentalização que Mussolini fará da Espanha para penetrar culturalmente na América Latina. *Vide* ARENAL, Celestino del, *Política exterior de España hacia Iberoamérica*, *op.cit.* p.29-68

[37] No entanto, é importante lembrar que a república surge num contexto interno e internacional muito complicado, que condiciona fortemente as suas possibilidades de avançar com o novo projecto da política externa. Quando analisada de fora, a república parece anacrónica, dada a regressão verificada nos sistemas parlamentares europeus. Internamente, a crescente instabilidade e conflitualidade política e social acabam por obrigar uma maior actuação política interna e um consequente descurar da continuidade na política externa. Neste contexto, a *hispanidade* será determinada tanto como reacção política e intelectual dos sectores mais conservadores da sociedade espanhola diante do reformismo republicano, como pela própria origem dos regimes fascistas na Europa, favorecendo o desenvolvimento do fascismo espanhol, ao levá-lo a organizar-se, de modo semelhante ao fascismo italiano, procurando recuperar o passado imperial como forma de colocar a Espanha na ordem fascista que se começava a vislumbrar na Europa. *Vide idem, ibidem*, pp.24-26.

termos territoriais efectivos. De acordo com esta proposta, o destaque não era dado à *América Latina*, mas ao continente africano. De facto, a *América Latina* surgia, sobretudo, como uma área de influência política, económica e cultural da Espanha. No entanto, refira-se que não se punha de parte uma possível unificação do mundo *hispânico*, cuja liderança política caberia obviamente a Espanha.[38]

O termo *hispanidade* é, pois, a aplicação do *hispano-americanismo* ao regime ditatorial instituído pelo General Franco. Assim sendo, o franquismo, à semelhança dos outros regimes ditatoriais, que com ele convivem na cena política europeia, assentará as bases das suas relações externas, na ideia de *império* e na recuperação da grandiosidade do seu passado histórico.

1.3. O Projecto Ibero-americano

O conceito de *ibero-americano* conhece três acepções fundamentais. Por um lado, aplica-se, segundo a maioria dos autores, a uma área geográfica que inclui todos os povos da América descobertos e colonizados pela Espanha e Portugal, indo desde o México à Patagónia. Por outro lado, vários intelectuais consideram que integra a Península Ibérica e os estados americanos que têm como língua oficial, o espanhol e o português. Por último, existem investigadores da problemática americana que afirmam que este conceito coincide com o de *América Latina*.[39]

Durante a I Cimeira Ibero-americana, em 1991, insiste-se que o termo faz referência aos países de língua espanhola e portuguesa da América e da Europa e define-se a Comunidade Ibero-americana como "*um vasto conjunto de nações que partilham raízes e o*

[38] A noção de *Hispanidade* desenvolvida, por grupos tradicionalistas, católicos e conservadores, pertencentes à Falange Española, tem um papel preponderante. Na verdade, para além de incorporar as ideias veiculadas pela *Acción Española*, introduz novos conceitos muito próprios dos regimes fascistas, como a *unidade de destino* ou a *ideia de império*, que lhe atribuem um carácter material e expansivo. *Vide idem, ibidem,* p.21. Refira-se ainda que a política franquista da hispanidade incluía como espaços de dominação Portugal e o Brasil *"(...) la política española de la Hispanidad, de características globalizadoras com respecto a Brasil y al próprio Portugal, y la negativa portuguesa a incluirse en la misma intentando en cambio actuar cerca del gobierno brasileño para juntos conseguir delimitar una neta seperación entre Hispanidad y Lusitanidad."* Na obra de Fernando María Castiela e José María de Areilza, *Reivindicaciones de España*, encontramos a ideia de uma projecção ibérica no continente americano e na teorização que Maetzu faz da hispanidade verificamos uma visão totalizadora da Hispânia, entendida como a Península Ibérica no seu conjunto, considerando-se que Portugal deveria redescobrir a sua identidade hispânica e, assim, ser reintegrado nesse grupo. *vide* REDONDO JIMÉNEZ, Juan Carlos, "La pervivencia del recelo antiespañol: la reacción portuguesa a la politica exterior española hacia Iberoamérica", in TORRE, Hipólito de la, *op. cit.* pp. 260-261.

[39] No entanto, constatamos, ainda, frequentemente o uso do termo como sinónimo de América Latina. A obra de Celestino del Arenal *Política exterior de España hacia Iberoamérica* exemplifica essa situação, tendo o leitor de perceber pelo contexto, qual a intencionalidade do historiador no uso do termo *Iberoamérica.Vide* PEREIRA CASTAÑARES, "España e Iberoamérica: programas, políticas y resultados (1892-1992*")*, in TORRE, Hipólito de la, *op. cit.,* p. 140.

rico património de uma cultura fundada na soma de povos, crenças e sangues diversos"[40], começando a clarificar-se e a unidireccionar-se o uso deste termo.

Tal como a questão das relações entre a Espanha e a América Latina é caracterizada por falta de unanimidade, também a origem do termo *Ibero-América* é algo controversa. Por isso, alguns autores assinalam que o adjectivo *ibérico* tem pela primeira vez uma conotação política internacional quando Franco e Salazar assinam o Pacto de Amizade a 17 de Março de 1939, completado com a assinatura de um protocolo de consulta mútua a 26 de Julho de 1940, pelo qual se criava o chamado *Bloco ibérico*. Contudo, como assinalou López Cordón, o *iberismo* ou o objectivo da *união ibérica* ganha um carácter peninsular durante as invasões napoleónicas, momento em que, de ambos os lados da fronteira, surgiram as primeiras iniciativas de união que se fortalecem durante o Sexénio democrático e a I República espanhola.[41]

Em 1926, durante uma Conferência da União Ibero-americana, Fabra Rivas proferiria uma comunicação subordinada ao tema "*El concepto del iberoamericanismo*", onde não pretendia, contudo, propor qualquer teorização deste conceito, consciente da polémica que a ele estava associada. No seu texto, citando intelectuais da geração de 70, como Antero de Quental e Oliveira Martins, relembra as *"Causas da Decadência dos Povos Peninsulares"*, apontando as vantagens de uma união entre os povos ibéricos e latino-americanos, considerando a SDN, como o espaço por excelência para se estabelecer consensos.[42]

Por outro lado, é significativo que os dirigentes espanhóis em pleno processo de transição democrática tenham decidido substituir o conceito de "*Hispanoamérica"* pelo de *Ibero-América,* como vimos *"politicamente mais correcto."* Assim, o Real Decreto

---

[40] Consulte-se o artigo 1 da Declaração de Gualdalajara, em www.cumbresiberoamericanas.com ou em www.segib.org (10-12-2010).

[41] PEREIRA CASTAÑARES, "España e Iberoamérica: programas, políticas y resultados (1892-1992*")*, in TORRE, Hipólito de la, *op. cit.,* p. 140. Uma nota interessante, em relação ao projecto de *união ibérica*, onde vemos já alguma teorização de uma *Comunidade Ibero-americana*, claro está, como outro nome e sob o signo da federação – uma das ideias-chave, em termos políticos, trazidas a lume, no século XIX – é a ideia de uma *união latina* que abarcasse os países ibéricos, os países mediterrânicos e os países de língua espanhola e portuguesa da América Latina: *"(...) a ideia mais marcante no período oitocentista foi (...) a defesa da união ibérica pela via do federalismo, o que pressupunha a reestruturação do Estado espanhol, pela substituição da actuação centrípeta multissecular de Castela em favor do reconhecimento da antiga e persistente tendência centrífuga das nacionalidades e autonomias históricas peninsulares e da sua elevação à condição de unidades federadas no todo ibérico. (...) Em nenhum caso, porém, a federação se deveria limitar à península ibérica; em todos, com maior ou menor amplitude, constituía apenas a etapa preliminar ou o exemplo a seguir para outras nações e conjuntos histórico-culturais ou geo-políticos. É assim que se alguns apostam numa federação latina, que englobaria os países mediterrânicos (os ibéricos, a França e a Itália), ou numa confederação ibero-latina ou ocidental, que incluía também os países de língua portuguesa e castelhana, outros vão mais longe e propõem uma federação europeia e mesmo uma federação universal." Vide* SILVA, António Martins, *Portugal e a Europa. Distanciamento e reencontro. A ideia de Europa e a integração europeia: ecos, reacções e posicionamentos*, VISEU: Palimage Editores, 2005, p.74.

[42] A sua comunicação seria, pois, publicada na "Revista de las Españas", em 1927, podendo ser consultada em: http://www.filosofia.org/hem/dep/rde/re005058.htm. (11-12-2010).

2305/1977, de 27 de Agosto, estabelecia que o *Instituto de Cultura Hispânica* passaria a chamar-se *Centro Ibero-Americano de Cooperação*. Esta mudança terminológica incluía-se dentro da primeira fase do impulso da política *ibero-americana*, segundo assinala o citado documento oficial que seria acompanhado de um processo de modernização do anterior *Instituto de Cultura Hispânica*.[43] No preâmbulo do citado Real Decreto expõem-se os objectivos da nova instituição, como sendo uma adequada investigação da realidade ibero-americana nas suas diversas manifestações, a partilha da informação adquirida e as conclusões dos programas de estudos e investigação, assim como a formação de quadros especializados ou a intensificação de uma acção cultural e científica coordenada e ao mesmo tempo uma cooperação tecnológica e industrial, mais ampla em termos económicos, comerciais e financeiros.[44]

Em 1979, o *Centro Ibero-americano de Cooperação* passou a denominar-se *Instituto de Cooperação Ibero-americana*, tendo como base, por um lado, fixar a nova terminologia utilizada para definir a área geográfica nas relações entre Espanha e, por outro lado, ser um dos instrumentos que orientariam a nova política externa na América Latina.[45]

Não é, então, consensual a utilização deste termo para definir as relações entre a Espanha e a América. Bonilla San Martín considera que o vocábulo *ibérico* não é claro quanto à sua significação histórica, já que os "*iberos*" foram um dos povos que ocupou a zona litoral da Península que, com a chegada dos romanos, se viram submetidos e integrados dentro da *Hispânia Romana*, pelo que só se faz referência a um dos povos que a habitou. Quanto ao uruguaio José Enrique Rodó escreveu na revista *Ariel* que "*no necesitamos los sudamericanos, cuando se trata de abonar esta unidad de raza hablar de una América Latina, no necesitamos llamarnos latinoamericanos para levantarnos a un nombre general que nos comprenda a todos porque podemos llamarnos iberoamericanos, nietos de la heroica e civilizadora raza que sólo políticamente se ha fragmentado en dos naciones europeas*." [46]

Trata-se, pois, de um conceito peninsular em que Portugal e Espanha podem desenvolver objectivos comuns que favoreçam a cooperação bilateral, com repercussões na cooperação multilateral na América e outras regiões, especialmente para favorecer as suas

---

[43] Roberto Mesa considerava que após a morte de Franco se deveria abandonar totalmente o conceito de *Hispano-América*, tão conotado com o *franquismo*, começando pelo "*desmantelamiento del imperialista Instituto de Cultura Hispánica y su sustitución por un Instituto o Centro de Estudios latinoamericanos*", apostando no conceito de *Ibero-América*, ainda que combinado com o de *América Latina*, estabelecendo, desta forma, as relações da Espanha com a região, apesar das dificuldades, devendo estas desenvolver-se num plano de igualdade e "*sem pretensões hegemónicas*". PEREIRA CASTAÑARES, "España e Iberoamérica: programas, políticas y resultados (1892-1992*")*, in TORRE, Hipólito de la, *op. cit.,* p.141.

[44] *Idem, ibidem.*

[45] *Idem, ibidem.*

[46] *Idem, ibidem.*

posições no seio da Comunidade Europeia.[47] Responde, sem dúvida, a um desejo de elaborar um novo tipo de relações mais equilibradas, realistas e benéficas para todas as partes. Por último, a aplicação deste conceito pretende que as relações entre Espanha e as nações *ibero-americanas* se desenvolvam, efectivamente, entre Estados soberanos e democráticos, com o objectivo final de criar a tão desejada *Comunidade Ibero-americana de nações*.

Mas será que *"¿Existe Iberoamérica?"*. Alicia Fraerman procura, pois, responder a esta pergunta, questionando-se se os Estados que compõem a Comunidade se consideram, de facto, *ibero-americanos*, justificando que a *Comunidade Ibero-americana* é uma entidade que se vai construindo e consolidando, mas que a *Comunidade Latino-americana* é anterior a ela. Questiona-se, por isso, sobre qual a percepção que os seus Estados membros têm daquilo que podemos designar de *ibero-americaneidade,* que os convoca a participar desse fórum de concertação e de diálogo, constatando diferenças que se verificam no uso que os políticos de ambas as regiões, em especial, os espanhóis, fazem dos termos *América Latina, Ibero-América* e *ibero-americano*. Em Espanha, a maioria dos seus líderes políticos, empresários e meios de comunicação, tende a confundir e a usar de maneira indistinta estes termos, demonstrando que ainda não interiorizaram a pertença da Espanha a esta Comunidade, prevalecendo a ideia do seu domínio sobre ela. O mesmo acontece, no outro lado do Atlântico, onde os seus Estados se definem como *latino-americanos*, sendo mais apologistas da integração *latino-americana,* do que da *ibero-americana*.[48]

1.4. O Projecto Latino-americano

Podemos considerar que o conceito de *América Latina* se define com base na *oposição*, em relação ao antigo colonizador e em *oposição* face à ameaça do seu vizinho dominador. De facto, *América Latina* é, por um lado, o termo com que os seus habitantes se auto-denominam e, por outro lado, simboliza a sua *oposição* à *América Germânica ou*

[47] Considera-se então que o processo de transição para a democracia, vivido em Portugal e em Espanha dá o mote para se repensar as relações entre estes países. Vejamos, pois, o que nos diz a este respeito, um artigo do *El País*, vindo a lume no ano em que os Estados ibéricos assinariam o tratado que lhes abriria as portas para a Europa. "*El restabelcimiento de la democracia en nuestros países, en 1974 y 1975, con una relación de las diferentes opinions democráticas durante el franquismo-salazarismo, la actual incorporación conjunta a Europa en este año y, por ultimo, la existencia de los Gobiernos socialistas (en Portugal, con una coliación centro-izquierda), oblige a un replanteamiento teórico y a una realización práctica de nuestras relaciones. (...) Portugal y España, acentuando esta cooperación bilateral, no sólo cultural, pueden asentar y promover proyectos conjuntos sobre Iberoamérica y África. La competitividad se convierte aquí en complementariedad operative e inmaginativa. Revisar esta relación de portugueses y españoles, desde su perspective moderna y progresista, constituye, sin duda, un reto adicional a nuestra integración en Europa." Vide* MORADO, Raul, España y Portugal. Distanciamiento, iberismo y cooperación de 02/05/1985, in www.elpais.com (10-11-2010).
[48] FRAERMAN, Alicia, ¿Existe Iberoamérica?, www.cumbresiberoamericanas.com (11-12-2010).

Anglo-saxónica. Refere-se, assim, segundo a maioria dos autores, a um amplo âmbito geográfico, que inclui todas as nações da América que foram colonizadas, por nações latinas – Portugal, Espanha e França. Neste sentido, incluí também Puerto Rico, Haiti, Guyana Francesa, Martinica e Guadalupe.[49]

É frequente considerar-se que a expressão *América Latina* mergulha, então, as suas raízes, em 1861, após o êxito obtido pelo imperador Napoleão III, na sua expedição ao México. O primeiro porta-voz do programa de expansão francesa é Michel Chevalier que desenvolve o conceito e, a partir de então, o termo é divulgado por toda a Europa. O referido programa estabelecia que a França deveria adoptar uma política externa firme e decisiva, de forma a estabelecer um bloco de Estados europeus, no qual estariam incluídos Bélgica, Portugal e Espanha, criando-se, assim, uma unidade de acção baseada fundamentalmente na tradição católica, na comunidade linguística e no desenvolvimento de objectivos comuns. [50] No entanto, *"muy recientemente algunos especialistas americanos han señalado que este término no fue "inventado" por los franceses, sino por el chileno Francisco Bilbao que desde el año1856 publicó varios trabajos e inició una decidida campaña en defensa del gentilicio "latinoamericano"."*[51]

Em Espanha, o conceito foi fortemente criticado e mesmo recusada a sua utilização, facto visível na sua introdução tardia no "*Diccionário de la Real Academia de la Lengua*."[52] Entre os argumentos utilizados contra o seu uso, podemos assinalar os de Menéndez Pidal que faz em referência ao facto de as nações latinas não terem herdado a sua língua directamente do latim, mas das chamadas línguas românicas ou novilatinas; assinalando também não ser racionalmente admissível o uso do gentílico *latino* para identificar estes indivíduos, devido à combinação de raças e culturas diferentes que compõem este grupo.[53] Além disso, importa também trazer à colação os argumentos defendidos por Américo Castro, que assinala a falta de clareza semântica deste conceito, da mesma forma que considera que a utilização do termo *América Germânica*, aplicado aos E.U.A., apoiado apenas no facto de o inglês ser uma língua germânica, também não tem consistência. [54]

Durante o *franquismo,* o termo *América Latina* foi sempre recusado, tentando-se inclusivamente fazer fracassar, a partir de 1951, a criação da *União Latina*, sob a

[49] PEREIRA CASTAÑARES, "España e Iberoamérica: programas, políticas y resultados (1892-1992*) "*, in TORRE, Hipólito de la, *op. cit.,* 1993, p.142.
[50] Estas concepções tiveram a sua continuidade em outros autores como Prosper, Vallefrange e Emanuel Domenech. Resultados como a construção do Canal do Panamá ou a difusão da cultura latina pelo continente americano sublinham a importância desta ideia e do projecto por ela difundido. *Idem, ibidem,* p.143.
[51] *Idem, ibidem.*
[52] O termo só começa a ganhar terreno a partir da década de 1970, sendo, apenas, introduzido, neste dicionário espanhol de referência, em 1984. *Vide ibidem.*
[53] *Idem, ibidem*, p.144.
[54] *Idem, ibidem.*

hegemonia da França, que procurava obter um papel relevante no continente.[55] Na verdade, a origem desta organização remonta a Setembro de 1946, quando o embaixador brasileiro João Neves Fontoura, chefe da delegação brasileira na Conferência de Paz de Paris e posteriormente Ministro das Relações Exteriores, propõe a formação de uma *união das nações latinas*, no formato de uma entidade regional, tal como a Carta das Nações Unidas previa, com o objectivo de defender, no seio das assembleias internacionais, as aspirações e os pontos de vista dessa Comunidade. Caberia, no entanto, à França pôr esta ideia em prática, através de um Decreto do Governo Francês, de 14 de Junho de 1948, que estabelecia os seus primeiros estatutos.[56]

O interesse que a Espanha depositava neste organismo estava relacionado com a possibilidade que este lhe dava de participar de forma activa e reafirmar a sua presença no mundo, mesmo que isso significasse vigiar atentamente o seu desenvolvimento com o objectivo de eliminar declarações ou manifestações que fossem contra o seu regime. Refira-se, então, que Espanha organizou o II Congresso da União Latina, em 1954, altura em que Martin Artajo, então Ministro dos Assuntos Exteriores, propõe a criação de um *bloco luso-hispano-americano,* "*basada en la concordancia de factores morales y sociales o de cultura; antes bien, apontando cada uno a nuestra Comunidad de Naciones las singularidades nacionales que, como toda variedad, significan riqueza y vida."*[57]

Efectivamente, este conceito punha, em segundo plano, os interesses espanhóis para a região, convertendo-se num conceito europeu, apoiado sobretudo pela França, obtendo, no entanto, mais receptividade do que os anteriores, no continente americano. Podemos, então, considerar este termo mais americano e europeu do que propriamente espanhol, além de mais preciso que os restantes, dado que são os próprios americanos que se designam *latino-americanos* ou *latinos*. Como vimos, este facto pode ser explicado como forma de

---

[55] *Idem, ibidem*, p.144 Citando o site da União Latina, que ainda, hoje, existe e tem a sua sede em Paris, "*O principal objectivo da União Latina é valorizar a herança cultural partilhada por todos os países que invocam a latinidade. Trata-se, bem entendido, não só de património mas também de valores e, mais simplesmente, de um modo de viver e sentir. A consciência dessa latinidade que nos é comum e nos distingue, mas ao mesmo tempo nos expõe a uma grande diversidade de culturas, passa por encontros académicos e manifestações culturais." In:* http://dcc.unilat.org (11-12-2010).

[56] Este decreto referia que estes estatutos deveriam ser estudados, analisando a forma de promover a sua realização. Quanto ao interesse da Espanha neste projecto, sublinhe-se que "*Para España, la Unión Latina carecia praticamente de importância. Unicamente presentaba interés para hacer frente a la política iberoamericana de otros países, especialmente para evitar que Francia impusiera su hegemonia en la organización, manejándola en su provecho y poniendo en peligro los intereses españoles en Iberoamérica." Vide* REDONDO JIMÉNEZ, Juan Carlos, "La pervivencia del sentimiento antiespañol: la reacción portuguesa a la política española hacia Iberoamérica", in TORRE, Hipólito de la, *op. cit.* pp. 269-270.

[57] Refira-se que no ano anterior, Martin Artajo tinha pedido aos representantes espanhóis para sondar junto dos dirigentes dos países latino-americanos sobre as possibilidades de aceitação que este projecto poderia ter. Além disso, cabe sublinhar que este congresso, apesar das manobras francesas que procuravam impedi-lo, teve o mérito de aprovar o seu Convénio Constitutivo. A União Latina ficou *"definitivamente configurada como una organización de tipo cultural son ninguna pretensión real." Idem, ibidem*, p. 272.

distinção, em relação aos americanos do Norte, cuja origem, costumes e língua são muito diferentes dos seus. Esta identificação comunitária permite, pois, estabelecer uma solidariedade continental que ultrapassa fronteiras, através desse denominador comum que constitui a base linguística, cultural, espiritual e os interesses regionais. Este elemento diferenciador frente ao exterior e homogeneizador no interior exclui, então, qualquer tipo de imposição, hegemonia, dependência e desprezo pelos valores comuns destes povos, desenvolvendo-se, assim, o *pan-latino-americanismo*.[58]

Esta identidade definida através do *pan-latino-americanismo* teve a sua origem no Congresso Bolivariano do Panamá, em 1826, quando Simón Bolívar expressou o objectivo do *Novo Mundo* se organizar em nações independentes ligados por uma lei comum que fixasse as suas relações externas. Será, no entanto, preciso esperar, até meados do século XX, para ver este projecto ganhar contornos mais concretos, sendo de destacar o trabalho do grupo dos desenvolvimentistas, sob a liderança de Raúl Presbich no seio da CEPAL.[59]

Por fim, diante da impossibilidade constatada de eliminar o uso do termo *América Latina* e tendo o termo *Ibero-América* ganho um uso próprio, aplicado a uma realidade específica, como é a Comunidade Ibero-americana de Nações, mais recentemente, os intelectuais espanhóis têm vindo a propor o uso do termo *América Ibérica*, por considerarem tratar-se de "*una expresión enriquecedora y plenamente complementaria con otras como América, Suramérica, Centroamérica, Norteamérica y Caribe*". Assim sendo, numa plena alusão de que a *América Latina* não existe, nem faz sentido, estes intelectuais consideram, pois, que a opção por *América Ibérica* reflecte a escolha de um termo mais real e mais atractivo "*no sólo para la política exterior española, sino, sobretudo, para el conjunto del binestar de los pueblos de América",* devido, justamente, a esse carácter complementar, que não interfere com as outras regiões do continente.[60]

1.5. "Iberoamérica", "Hispanoamérica" ou "Latinoamérica" [61]

Períodos de transição entre regimes políticos são, por excelência, períodos de confluência de termos linguísticos, que traduzem ambas as ideologias político-ideológicas

[58] O *pan-latino-americanismo* será um termo de utilização frequente pela maioria das organizações inter-americanas. *Vide* PEREIRA CASTAÑARES, "España e Iberoamérica: programas, políticas y resultados (1892-1992*) "*, in TORRE, Hipólito de la, *op.cit.,* 1993, p.144.

[59] *Idem, ibidem.*

[60] DÍAS BARRADO, Cástor, "Latinoamérica, América, Iberoamérica: Tres términos, dos realidades, un proyecto"p.6. Disponível em www.fundacioncarolina.es/es-ES/nombrespropios (11-12-2010).

[61] Neste ponto, fazemos uma análise de alguns artigos publicado no *El País* entre 1976-1985, altura em que se discutia qual a melhor designação para referir esta realidade, quais as orientações que deveria tomar a política interna e a política internacional espanhola de forma a adequá-la aos princípios do regime democrático que se estava a definir. Consulte-se o *Documento nº1: "Iberoamérica", "Hispanoamérica" ou "Latinoamérica"?* do Anexos, pp.8-18.

que, por momentos, convivem na cena política dos países. Por isso, assistimos, comummente, à convivência do termo que o novo regime pretende impor com o velho termo, já enraizado na mentalidade dos seus falantes.[62] Essa transição é, então, geralmente, levada a cabo, de forma progressiva, sendo os meios de comunicação, um dos instrumentos utilizados nesse processo.

Como analisámos, ao longo deste capítulo, não existe consenso quanto ao melhor termo a utilizar, para definir a região a que se convencionou chamar *América Latina*, nem qual o melhor termo para designar as relações entre esta região e Espanha. A importância desta discussão é, pois, proporcional ao peso que ela teve e tem na própria definição de uma identidade espanhola.

O *desastre de 1898* constitui um golpe que destronaria a Espanha do domínio de boa parte do continente americano. A perda precoce de um império obrigou-a a reorganizar-se e a readaptar-se face ao novo contexto que se estava a definir e que a condicionaria a um segundo plano, na cena internacional.

Como vimos, o *hispano-americanismo* surge como uma corrente de pensamento transversal a todos os regimes que se institucionalizaram, em Espanha, durante a época contemporânea, com a excepção, claro está, para a democracia que sente necessidade de aplicar um novo termo ao seu projecto de afirmação na *América Latina*, para demarcar bem as diferenças, em relação ao regime anterior. Mas se tivermos presente a multidimensionalidade do termo *Hispano-América*, cujos objectivos e pressupostos variam ao sabor das oscilações de regimes políticos, o que difere é, sobretudo, o termo que se usa para definir estas relações, porque durante o "*regeneracionismo",* a I e a II Repúblicas, encontramos também movimentos *hispano-americanistas* liberais e até democráticos.

O *hispano-americanismo* preconizaria a formação de uma *Comunidade Hispânica de Nações*, pouco antes da instauração do *franquismo*, sendo uma das bandeiras desse mesmo regime. Por isso, este termo adquire uma carga semântica fortemente negativa, sendo associado ao fascismo espanhol. Daí a necessidade sentida pela democracia, em ir buscar um outro termo para deixar bem claros os novos objectivos e pressupostos.

---

[62] Recorde-se que pensamos através de conceitos e que estes moldam o nosso pensamento e a forma como pensamos as realidades do mundo que nos rodeia. Além disso, como tem sido comprovado pelo trabalho dos historiadores, há uma relação entre os conceitos políticos e a história: "*Si bien se reconoce que la producción histórica de vocabulários y narrativas no es espejo del mundo y que los proyectos políticos no se confeccionan a la medida de las ideas y categorías, se suele sostener que en determinados momentos históricos se articulan proyectos que se corresponden con ideas y com vocabulários confeccionados previamente. En este caso, al igual que ideas, los conceptos suelen crear y darle sentido a los imagénes del mundo, emjujando a los intereses y modelando actores, comportamientos (...)." Vide* CHIGNOLA, Sandro, "Historia de los conceptos e historiografia del discurso político", in *Res-publica*, 1, 1998, p.2. http://www.scribd.com/doc/23523104/Historia-de-los-conceptos-e-historiografia-del-discurso-politico (10-01-2011).

O *projecto latino-americano*, muito impulsionado pela França, é aquele que desde sempre ganha mais adeptos na região em questão. Como referimos, na adopção deste termo, a definição de identidade que ele proporciona tem na sua base uma clara ideia de *oposição* à hegemonia e ao *domínio* dos *outros*, por isso, a sua grande aceitação. No entanto, importa referir que com este *outros* ela partilha algo da sua identidade. Por um lado, a corrente *pan-americana* defende ela própria essa ideia de luta contra o *colonialismo* de que a América fora alvo, preconizando, paradoxalmente, um *neo-colonialismo* levado a cabo pelos EUA, numa tentativa de domínio sobre a região.

Por outro lado, a corrente *hispano-americana* pretendia a união espiritual e cultural de todos os povos de língua espanhola do continente americano à Espanha. Neste caso, a partilha assenta em aspectos de cariz linguístico, cultural e histórico que vinculavam a região à ex-metrópole.

Neste contexto, a ideia de uma *Ibero-América* unida é defendida durante o processo de transição espanhola para a democracia, num período em que se definiam as orientações que deveriam ser seguidas, em matéria de política externa, bem como a própria política *ibero-americana.* A ideia de criar uma *Comunidade Ibero-americana de Nações* pretendia, então, anular a conotação negativa associada à ideia de "*Hispanoamérica*", baseando-se nos princípios da democracia, por se considerar, como vimos, um termo *"politicamente mais correcto*." Mas, além deste conceito poder ser lido como uma nova roupagem do *hispano-americanismo,* ele acrescenta-lhe o vector do *iberismo*, de um *iberismo* alargado ao Brasil e reformulado, por já não fazer alarde de uma supremacia face ao vizinho a oeste.

Vejamos, então, como estes termos aparecem em artigos publicados no *El País*, no período entre 1976 e 1985, procurando perceber quais os argumentos utilizados para aplicar um, em depreciação do outro. Desde já, referimos que as diferenças que encontramos variam consoante a nacionalidade dos autores destas publicações. Assim sendo, pelo lado dos espanhóis encontramos, maioritariamente, uma renúncia do termo *América Latina* e uma simultânea defesa do termo *Ibero-América* e aceitação do uso de "*Hispanoamérica*." Ao contrário dos latino-americanos que, como temos vindo a analisar, defendem o termo, através do qual eles próprios se denominam.

Num artigo intitulado "*Hispanoamérica*", o historiador Fernando Chueca Goitia fazia referência a um artigo anterior do *El País*, onde tinha sido noticiado o regresso da viagem dos reis da "*Latinoamérica."* Considerava, pois, que a mensagem que este artigo pretendia perpassar só ganharia sentido se se afirmasse que a viagem havia sido à "*Hispanoamérica*" ou "*Iberoamérica*" e não a uma "*Latinoamérica*" , questionando-se sobre "*Qué tenían que hacer los Reyes en esta recién inventada Latinoamérica (...)*",

segundo ele, sem raízes históricas. O historiador aceitava, no entanto, que o termo se impusesse fora de Espanha, mas não entendia que um jornal como o *El País* o divulgasse.[63]

Num título posterior – *Iberoamérica y Latinoamérica* – desta vez sob o governo socialista, L. Caballo afirmava que a única coisa que o incomodava no *El País* era aquilo que designava como um *"continuado esfuerzo (...) por implantar el término latinoamericano y sus derivados".* Para ele, os termos adequados eram "*Iberoamérica*" ou "*Hispanoamérica"*, acrescentando que a língua castelhana necessitava que a defendessem.[64]

Além disso, José Antonio Moreno, em "*Los Latinoamericanos"*, acrescentava que era preciso lutar contra as "*generalizaciones que son bastante negativas, no son representativas de la totalidad de los españoles (...)",* numa clara alusão a essa afirmação crescente do termo *América Latina*.[65]

Contrariamente a estas visões, encontramos um artigo intitulado "*No a Iberoamérica",* da autoria de um economista latino-americano, que desempenhara a função de sub-director do departamento técnico do Parlamento latino-americano. Raul Grien apresenta, pois, *dez conclusões* para se banir este termo, dando primazia ao conceito de *América Latina* para fazer referência a esta região e ao correspondente adjectivo para definir os seus habitantes.[66]

As razões que assinala podem resumir-se ao facto de os grandes blocos de Estados em que se divide o continente se fundarem, segundo ele, em bases de índole linguística. Julgava, pois, que tal como existe uma *América* a que se chama *inglesa,* também existe uma *América Latina* "*por hablar oficialmente español, português y francês (con el latín como denominador común obligatório) (...) denominación que, por supuesto, para nada alude al insostenible concepto de raza latina absolutamente irreal*." Assim sendo, dentro da *América Latina*, podemos distinguir a *América hispânica, a portuguesa ou francesa,* considerando, por isso, incorrecto, chamar-se "*ibérica*" a uma parte da América. Defendia, portanto, que o conceito de "*ibérico"* tinha uma acepção racial e não linguística, sendo "*exclusivamente privativo de la Peninsula, por mor de sus pobladores primitivos, los iberos."* Deste modo, e evocando essa razão de fundo linguístico, se não existe uma língua "*ibera"*, não pode existir uma *Ibero-América*, admitindo o seu uso para definir as relações entre estes países, mas nunca pessoas, povos ou regiões.

---

[63] Consulte-se www.elpais.com o artigo "Hispanoamérica", do dia 19/10/1976, também disponível nos Anexos, p.8. (10-11-2010).
[64] Consulte-se www.elpais.com o artigo "Iberoamérica y Latinoamérica", vindo a lume a 19/08/1982, também disponível nos Anexos, p.8. (10-11-2010).
[65] Consulte-se www.elpais.com o artigo "Los Latinoamericanos", datado de 10/12/1985, também disponível nos Anexos, p.9. (10-11-2010).
[66] Consulte-se www.elpais.com o artigo "No a Iberoamérica", publicado a 15/10/1981, também disponível nos Anexos pp.10-16. (10-11-2010).

María Rosa Alonso confronta as ideais defendidas por Raul Grien, desmontando os argumentos por ele apoiados. Perguntava, então, partindo da ideia de que o critério filológico seria aquele sobre o qual deveriam assentar estes termos, o que justificaria a preferência pelo termo *América Latina* a qualquer outro e a negação da ideia *Ibero-América*, porque não foram os "*iberos*" que conquistaram e colonizaram a América, se teriam sido os "*latinos*" a que protagonizar este processo. [67]

Para Maria Rosa Alonso, pode falar-se em *Europa Latina*, mas não em *América Latina* e termina dizendo que "*todos somos cabezotas y cabezudos, unos seguirán con su Latinoamérica y otros seguiremos com nuestra Iberamérica, aunque infinidad de periodistas y escritores españoles usan la voz Latinoamérica, sin hacerse cuestión de lo que dicen ni talvez les importe mucho; lo que sí es cierto es que los anátemas no servirán de nada. Todo es cuestión de preferências, de resentimientos, de supremacias. Los hechos están ahí y su interpretación es cuestión de tiempo y geografia. Aducir critérios filológicos no es serio, pero llamarse uno como quiere es perfectamente lícito.*"

O que verificamos, então, neste caso concreto e tendo como fonte, apenas, os artigos publicado, no *El País*, é que, mais importante do que afirmar o novo termo eivado pelos valores democráticos, construído, por isso, à imagem e semelhança do novo regime que se pretendia implantar, é a negação premente do termo *América Latina*, e que, apesar de tudo, a falta de unanimidade permanece. Além disso, é também interessante constatar que estes articulistas usam o *El País,* para esgrimir os seus argumentos em torno destas ideias e que redigem os seus artigos, numa atitude plenamente dialógica, em resposta àquilo que os outros escreveram.

Após esta breve abordagem, em que procurámos contextualizar o desenvolvimento das relações externas entre a Espanha e a América Latina, na época contemporânea, através de uma perspectiva histórica e simultaneamente linguística, analisaremos, em seguida, a definição da política ibero-americana, no período da democracia, sublinhando o papel dos seus protagonistas, bem como os factores mais marcantes que moldaram o seu desenvolvimento.

[67] Consulte-se www.elpais.com o artigo "Europa Latina, sí; pero ¿América Latina", vindo a lume a 11/03/1981, também disponível nos Anexos pp.16-18. (10-11-2010).

Cap. II – A construção da Comunidade Ibero-americana de Nações: o protagonismo da Espanha

1. *O balanço do período franquista e a transição para a democracia*

Neste capítulo, analisaremos as circunstâncias em que se desenvolve a política externa espanhola, na sequência da transição para a democracia, para percebermos como se estrutura a política *ibero-americana.* Para tal, daremos ênfase ao protagonismo desenvolvido pela Coroa espanhola, desde o início deste processo, quando os centristas (1976-1982) estavam no poder. Mas será com os socialistas (1982-1996) que esta política alcançará a sua plenitude, começando-se, verdadeiramente, a passar da *retórica à prática*. Assim sendo, faremos referência ao debate estimulado por Felipe González, apenas possível pela queda dos regimes ditatoriais que se ia verificando em ambos os lados do Atlântico, ficando, por isso, esta reunião conhecida por *Encontro na Democracia*.[68] Mas, se, por um lado, era necessário debater esta ideia com os restantes países envolvidos no projecto espanhol de *Comunidade Ibero-americana de Nações*. Por outro lado, tornava-se urgente repensar a sua história comum, de modo a eliminar estereótipos, para se conseguir caminhar em frente, sem que se estivesse constantemente a pensar nos erros do passado. Só, assim, se conseguiria desenvolver, verdadeiramente, e de forma estruturada, um projecto comum de comunidade.

Antes de mais, importa referir que a Espanha entre 1936 e 1975[69] – período em que vigorou o *regime franquista* – tem uma política externa marcada por contradições, lacunas e carências, devido às suas características ideológicas e políticas. O seu grande objectivo era, pois, assegurar a manutenção do regime e fazer-se aceitar pela Comunidade Internacional. Mas, com a queda do franquismo, ganha carácter de urgência a universalização das relações

[68] Realizam-se, na verdade, dois debates, em Madrid, reunindo intelectuais e políticos dos países ibéricos e latino-americanos. No entanto, devido ao carácter inovador do primeiro, será sobretudo a esse que daremos destaque na nossa exposição.

[69] Refira-se, no entanto, que Celestino del Arenal afirma que durante o mandato da Martin Artajo (1945-1957), enquanto Ministro dos Assuntos Exteriores, a Espanha começa a enveredar pelo cenário internacional, começando a ser aceite por alguns dos seus principais actores e em alguns organismos internacionais. "*1953 es el año clave en este proceso de aceptación del Régimen franquista. En el tienen lugar dos hitos fundamentales en el reconocimiento definitivo por dos grandes potencias mundiales, aunque de muy distinta naturaleza. El 27 de Agosto se firma el Concordato con la Santa Sede, que declara la confesionalidad católica del Estado español. Pocos dias después, el 26 de setiembre se firman los Acuerdos con Estados Unidos, que estimulaban el arrendamiento de bases militares españolas a dicho pais y que suponian la inclusión de España en el sistema defensivo que Estados Unidos estaba desplegando en el mundo.(...)El proceso culmina en deciembre de 1955, cuando España es admitida como miembro de las Naciones Unidas, después de una continuada labor cerna no solo de Estados Unidos, sino también de los países iberoamericanos." Vide* ARENAL, Celestino, *Política Exterior de España hacia Iberoamérica, op.cit.* pp.42-43.

internacionais e a regularização da política externa,[70] com o objectivo de que o seu processo democrático fosse aceite pelas potências ocidentais, de modo a que ocorresse "*la plena inserción de España en su escenario internacional natural, europeo y occidental, pues sólo desde ese punto de partida era possible normalizar la política exterior y ampliar los margénes de autonomía.*" [71]

O processo de transição para a democracia foi, pois, acompanhado por um processo mais lento[72] de transição, em matéria de política externa. Assim sendo, a mudança de paradigma dominante, no âmbito da sua política internacional, verificou-se, ao nível da ideologia político-filosófica sobre a qual ela assentava, mas, também, no que toca ao seu *modus operandi*, tornando-a mais eficaz e realista.

A recuperação democrática inicia, então, uma nova etapa na política externa espanhola, não só ao nível interno, como também ao nível internacional. Por isso, à medida que a democracia se vai afirmando como sistema político, também as relações externas espanholas se vão regularizando, com a redefinição da sua política internacional e o seu reposicionamento na cena internacional. As relações entre a Espanha e a América Latina deixam, então, de se basear em interesses hegemónicos ou paternalistas, passando a alicerçar-se sobre uma base solidária e igualitária. Além disso, a própria América Latina conhece um ressurgir democrático, neste período, o que estimula uma aproximação a Espanha. Estavam, pois, criadas as condições que possibilitavam levar a cabo a tão ambicionada *Comunidade Ibero-americana de Nações.*

---

[70] *Vide* ARENAL, Celestino, *Política exterior de España hacia Iberoamérica*, *op.cit*, p.70 Refira-se que uma série de questões requeriam uma resposta imediata e adequada, sendo de destacar o restabelecimento das relações com Portugal, recém-saído da revolução dos cravos, a situação de Gibraltar, as relações com a Santa Sé, a difícil posição no Magreb, devido à descolonização do Sahara, as relações com Marrocos, a adesão à CEE e a plena participação nos fóruns internacionais.

[71] *Idem*, *ibidem*, pp.70-71. Por outro lado, integrar a CEE e levar a cabo o subsequente processo de europeização seria a forma de garantir o sucesso deste novo regime democrático que se pretendia afirmar. De facto, este termo *europeização* "*é usado de diversas formas para descrever uma variedade de fenómenos e processos de mudanças",* não possuindo "*um significado único preciso ou estável*." No entanto, e na acepção que para aqui nos interessa, *europeização* é o "*processo incremental que reorienta a direcção e forma da prática política ao ponto de a dinâmica política e económica da CE se tornar parte da lógica organizacional da política e actividade legislativa nacionais." Vide* PINTO, António Costa e TEIXEIRA, Nuno Severino (orgs.), *A Europa do Sul e a Construção Europeia – 1945-2000*, LISBOA: ICS, 2005, pp.198-199.

[72] Esta mudança na política externa espanhola foi gradual e não imediata, porque, como sabemos, o estabelecimento de um regime democrático, em Espanha, resultou de um processo de reforma e não de ruptura. *Vide* ARENAL, Celestino*, Politica exterior de España hacia Iberoamérica, op cit.* pp.71-72. Por isso, e reforçando também parte da ideia exposta na nota anterior, *"la transición a la democracia suposo, como es natural, el predomínio de la política interna sobre la exterior. Eso explica que la transición en este terreno fuera más lenta, de modo que se puede decir que no se produjo de forma decisiva sino en 1986. No obstante, debe tener en cuenta tambien que la democratización equivalia, en buena medida, a europeización y a equiparación con el resto del mundo occidental."*TUSEL, Javier, *La transición a la democracia (España, 1975-1982),* MADRID: Editorial Espasa Calpe, 2007, p.249.

Celestino del Arenal[73] considera que este processo é caracterizado por algumas etapas e períodos com alcances e significados diferentes. A primeira etapa, delimitada entre 1976 a 1988, vai desde o processo de transição em matéria democrática, em si mesmo, à concretização e materialização das últimas grandes opções da actuação externa, ficando, assim, estabelecido o modelo de política externa espanhola. Mas, nesta etapa, podemos, também, diferenciar alguns períodos. De 1976 a 1980, verificamos um *consenso tácito* entre as diferentes forças políticas parlamentares, em matéria das grandes questões internacionais que afectam a Espanha.[74] A ele sucede-se um novo período que podemos designar de *constituinte*, caracterizado pela ruptura desse mesmo *consenso*.[75] Por fim, podemos, ainda, distinguir, nesta etapa, um último período, de menor duração, que vai de 1986 a 1988, sendo marcado pelo ingresso da Espanha na CEE, pela assinatura do Convénio com os EUA ou pela aprovação dos Planos de Defesa da NATO. Simultaneamente, o ano de 1986 marca o início de uma segunda etapa, na política externa espanhola, em que se definem e se concretizam as linhas-mestras que caracterizam a política externa espanhola. De facto, determinada a sua presença na cena internacional, inserindo-se plenamente no mundo ocidental e europeu, a Espanha estava, então, em condições de pôr em prática uma política externa coerente e realista.

Assim sendo, desde o início da sua redefinição durante a transição democrática até à adesão da Espanha à Comunidade Europeia, a política ibero-americana e, com ela, o modelo democrático da *Comunidade Ibero-americana de Nações* foram experimentando uma progressiva maturação, depurando o seu sentido e alcance e afirmando a sua base democrática e de cooperação. Na verdade, é o amadurecimento que se verifica, neste processo, que permite abandonar a concepção da política ibero-americana como uma política de *substituição*, de *legitimação* ou de *pressão*, possibilitando a sua afirmação como uma política de *adaptação* que deveria adaptar-se não só à realidade espanhola como à própria América Latina. Por isso, esta política deixa de ser contraditória e irrealista, em relação ao propósito de afirmar essa comunidade, para se tornar uma política coerente e realista, no que toca à concretização desse projecto.[76]

---

[73] ARENAL, Celestino, *Politica exterior de España hacia Iberoamérica, op cit.* pp.72-75.

[74] No entanto, este consenso impede que se definam com precisão e clareza algumas das importantes directrizes da sua política externa.

[75] Um exemplo da falta de consenso verificou-se, quando os centristas propuseram o ingresso da Espanha, na Aliança Atlântica, prosseguindo com esta ideia sem a levar a debate. No entanto, em 1986, realizar-se-ia um referendo sobre a sua permanência, neste organismo.

[76] ARENAL, Celestino del, "El futuro de la Comunidad Iberoamericana de naciones y la política exterior de España", in *América Latina Hoy*, nº4, SALAMANCA: Universidad de Salamanca, p.18.

2. *A definição da política ibero-americana*

Neste processo de transição, em matéria de política externa, é significativa a notável renovação, bem como a ampliação do papel que, tradicionalmente, a América Latina tinha no quotidiano espanhol. [77]

O arranque desta política é, pois, da responsabilidade dos governos centristas, conhecendo um desenvolvimento marcante com a subida ao poder dos socialistas. Em linhas gerais, a política *ibero-americana* pretendia desenvolver um modelo de Comunidade diferente daquele que dominara aquando do franquismo. Por isso, a dimensão americana é afirmada, de forma reiterada como uma das coordenadas-chave que definem a Espanha no mundo, bem como a sua política externa. Assim sendo, a democracia e os direitos humanos ganham um papel de destaque na política externa *ibero-americana*, tornando-se um aspecto substancial dessa acção.[78]

A reestruturação desta política verifica-se na alteração da sua filosofia e objectivos, podendo constatar-se um processo de depuração não só conceptual e terminológica, mas também uma depuração ideológica e política.[79] Por outro lado, o seu desenvolvimento efectua-se numa dupla dimensão. Com efeito, esta política desenvolve-se num campo

---

[77] Recorde-se, ainda que, logo no início do Cap.I, referimos que a América Latina desempenha desde a sua descoberta um inegável ponto de referência no quotidiano espanhol. Ion de la Riva, numa alusão de que a Espanha via a América como um reflexo de si mesma, fala-nos de um complexo especular espanhol. De facto, no processo de definição da sua identidade e da identidade do *outro*, através de um jogo de espelhos, Espanha via-o esse outro como igual, não sendo capaz de detectar as diferenças que o distinguiam de si própria. Como afirma: "*A este lado, los españoles tenemos que saldar cuentas pendientes com nuestra idea de América. Desde las Cortes de Cádiz a la Cumbre de Guadalajara la política iberoamericana de España há adolecido de un "complejo especular" que nos ha impedido de acercarnos a América sin ver algo distinto a nuestro propio reflejo. Pasados los irrendentismos de la época isabelina y tras el propio corto período durante el que la Restauración festeja el IV Centenario dek Descubrimiento y acepta finalmente a las Republicas hermanas, empezamos el siglo XX, con el "Desastre de Cuba". A partir de ese momento, el "problema de España" estará indisolublemente ligado a la frustración y derrota que deja la conclusión de la epopeya americana. Del ejercicio amargo de revisión e introspección que provoca el Desastre de 98, emerge la idea de modernizar España a traves de Europa, desespañolizarla incluso, y por ende, optar por un discurrir que nos aleja de América, espejo de nuestras frustraciones:"* Deste modo, "*Com la instauración de la democracia en España, se sientan las bases de un proyecto de convivência que funde las dos Españas y, consecuentemente, rompe el encantamiento reflejo en América, haciendo posible el proyectode Comunidad Iberoamericana."Vide* RIOVA, Ion de la, "Iberoamérica en perspectiva actual española," in TORRE, Hipólito de la, *op. cit.*, p.195.

[78] Recorde-se que o processo de transição para a democracia espanhola vai ser considerado um modelo, pela forma gradual e não radical com que é levado a cabo. Por isso, a Espanha considera-se um exemplo a ser seguido pelos estados latino-americanos, fazendo, desse facto, uma referência constante nos contactos que, a partir deste período, desenvolve e reforça com a região.

[79] Importa referir que a base, os pilares e os vínculos históricos, culturais e linguísticos sobre os quais assentava a política anterior – a política hispano-americana – não variam substancialmente em relação à nova política ibero-americana e ao projecto de Comunidade Ibero-americana de Nações. A este respeito, leia-se: "*El cambio de régimen interno, el paso del franquismo a la democracia, ha tenido, en consecuencia, su reflejo, aunque a un plazo bastante más amplio, en la política exterior y, por lo tanto, en la política iberoamericana. No es que hayan cambiado los condicionantes externos de esa política, la mayoría de los cuales ha permanecido dentro de lógicas evoluciones, algunas notables, que inexorablemente se producen en el âmbito internacional; no es que se hayan alterado radicalmente las grandes constantes que ha caracterizado historicamente la política exterior española, lo que tampoco ha sucedido."* ARENAL, Celestino, *Politica exterior de España hacia Iberoamérica, op cit.* p.72.

multilateral e global, considerando os países ibero-americanos como um todo, não distinguindo os seus traços heterogéneos. É, pois, no seu âmbito bilateral e sub-regional que ela vai atender aos particularismos de cada um dos Estados da comunidade, observando, então, a diversidade de situações que caracterizam os países ibero-americanos, adaptando, assim, a sua política a cada situação específica.[80]

2.1. Uma política de Estado: o protagonismo da Coroa

"Nuestra política en este continente dejará de ser declaración y lírica, y se atendrá a un principio de credibilidad exigente."[81]

Juan Carlos

O processo de reformulação e impulso da política *ibero-americana* contou com o protagonismo do Rei de Espanha – D. Juan Carlos – cuja actuação não se limitou apenas à política *ibero-americana*, tendo-se alargado também a outros âmbitos da política externa.[82]

Desde o seu ponto de partida, a primeira característica da política ibero-americana, bem como do projecto de Comunidade Ibero-americana é a sua concepção enquanto política de Estado.[83] Deste modo, cabia ao Rei representar o Estado no novo regime político que se estava a definir e a sua actuação deveria estar acima das mudanças governamentais, constituindo-se, assim, como o elemento de continuidade e a principal impulsionadora da política *ibero-americana*, a partir de 1976.[84]

Neste contexto, as várias viagens realizadas por suas Majestades, os reis D. Juan Carlos e D. Sofia, à região latino-americana, entre 1976 e 1983, são exemplo do papel

---

[80] *Vide* "Política de España hacia Iberoamérica (1976-1992)" in http://html.rincodelvago.com/politica-de-espana-hacia-iberoamerica-1976-1992.html (11-12-2010).

[81] Consulte-se no www.elpais.com, o artigo de Angel Luis de la Calle, de 10/09/1977, com o título *"Don Juan Carlos: "Nuestra política con Iberoamérica, se basará en la credibilidad exigente.""*, publicado aquando da viagem oficial de Juan Carlos à Venezuela. Nessa viagem, o rei exporá os quatro princípios sobre os quais se baseará a política ibero-americana que analisaremos, neste ponto. Durante o seu discurso o rei nunca utilizou o termo *Hispanoamérica*. "*España, histórica, social y culturalmente es ininteligible sin su vertiente .americana*." (10-11-2010).

[82] Marcelino Oreja manifestou, neste sentido, que "*muchos de los logros conseguidos en aquella época, como la aceleración de determinadas decisiones o la atención de nuestros interlocutores a determinados temas, se debieron en gran medida a actuaciones de nuestros soberanos*." *Vide* ARENAL, Celestino, *Política exterior de España hacia Iberoamérica*, *op.cit.*, p.111.

[83] *"En la tarea de reformular e impulsar la política iberoamericana de España corresponde un papel destacado, en cuanto definidor de una política de Estado a respecto a Iberoamérica, al Rey de España, Juan Carlos." Idem, ibidem*, p.110.

[84] *Idem, ibidem*, p.111 Refira-se que própria Constituição espanhola reconhece este papel no seu artigo 56.1 quando estabelece que: "*El Rey es el Jefe del Estado, símbolo de unidad y permanencia, arbitra y modera el funcionamiento regular de las instituciones, asume la más alta representación del Estado español en sus relaciones internacionales, especialmente con las naciones de comunidad histórica, y ejerce las funciones que le atribuyen expresamente la Constitución y las leyes."*[84] Entre os artigos 56 e o 65 define-se juridicamente a figura da Coroa Espanhola consulte em: http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/constitucion.t2.html#a56 (11-12-2010).

activo que desempenham em prol dessa Comunidade.[85] De facto, estas viagens pela América Latina mostram as possibilidades de ampliar e dar um novo sentido aos vínculos que uniam ambas as regiões, de modo a projectarem-se no século XXI. Por outro lado, demonstram bem os "*dotes*" de Juan Carlos para actuar como símbolo da democracia espanhola e promover esse novo modelo de relações com as repúblicas americanas.[86]

A postura do Rei comprovava, pois, que a Espanha não aspirava à hegemonia, nem à liderança, contribuindo para eliminar a imagem de uma Espanha protectora e, portanto, dominadora. A velha "*Madre Patria*" era, então, substituída pela imagem renovada de uma Espanha que pretendia desenvolver uma política realista, na base de uma relação igualitária e solidária, como vimos.[87]

Seria, então, na cidade de Cartagena das Índias, na Colômbia, que o rei proferiria um discurso, no qual esboçaria as principais linhas sobre as quais se iria desenvolver a política espanhola, na América Latina, no período da democracia:

> "*En el mundo en que vivimos, configurado por los problemas a escala universal. Debemos estar unidos para convertir en realidad nuestras posibilidades de conjunto, lo que, no cabría la desunión de una comunidad como la nuestra era la mejor forma de mantener la individualidad nacional, y su virtualidad esencial. Tenemos que encontrar juntos proyectos galvanizadores de la comunidad a la que pertenecemos, capaces de entusiasmar porque conduzcan a una vida mejor y más justa, que resulte en el alumbramiento de un hombre integral a la medida de los tiempos. Para esta tarea España siempre está dispuesta como una más de entre las naciones de la gran familia.*"[88]

É certo que, logo na sua primeira mensagem enquanto titular da Coroa, o Rei expressa a ideia de que a *Comunidade Ibero-americana de Nações* constituía uma

---

[85] Em 1976, os reis de Espanha visitam a República Dominicana, a Venezuela e a Colômbia. Em 1977, é vez da Guatemala, Honduras, El Salvador, Costa Rica e Panamá receberem a sua visita; em 1978, seria a vez do México, Peru e Argentina e, em 1983, do Brasil e do Uruguai. Consulte-se em www.cumbresibroamericanas.com. Celestino del Arenal resume bem este papel do rei: "*Además, es un hecho evidente eu la Corona ha asumido un especial compromiso en el fomentode las relaciones entre España e Iberoamérica y el fortalecimiento de los lazos en los que se basal a Comunidad Iberoamericana de naciones, que encuentra en la Monarquía uno de sus símbolos y señas de identidad, el protagonismo del Rey como embajador de España democrática en Iberoamérica se hará patente desde los primeros momentos. No es casualidad, sino expresión de una voluntad querida por la Corona, que el primer viaje al extranjero de Juan Carlos I, Rey de España hiciera a Iberoamérica, en concreto a República Dominicana, a finales de Mayo de 1976, y que desde entonces haya visitado todos los países iberoamericanos com excepción de Cuba."* No entanto, o investigador dá-nos conta de que na região latino-americana, a figura do rei não teve muita receptividade, por fazer recordar os seus tempos de colónia. *Idem, ibidem,* p.110. (11-12-2010).

[86] Veja-se em www.elpais.com, o artigo "*El Rey, en Iberoamérica"* datado de 20/09/1977. (10-10-2010).

[87] Estavam criadas as condições para se desenvolver uma cooperação proveitosa entre a Espanha e grande parte dos países da América Latina, só possível graças a esta nova imagem de uma Espanha democrática que o Rei encarna. (10-10-2010).

[88] www.cumbresiberoamericanas.com Das palavras de Juan Carlos, sublinhe-se a referência ao potencial desta comunidade, na qual a Espanha apenas é mais uma nação "*entre las naciones de la gran familia."* Por isso, esta comunidade deveria saber retirar lições do seu passado comum para, em conjunto, criar oportunidades para construir um futuro partilhado, desenvolvendo "*un nuevo esfuerzo de imaginación y de valentia para arribar, no a nuevas tierras, sino a nuevas soluciones, a nuevas políticas y nuevas fórmulas de convivencia."*. (11-12-2010).

"*comunidade de interesses*", fazendo também referência à necessidade de se estabelecer uma "*cooperação mútua*", mas o discurso proferido na Colômbia é extremamente marcante, devido ao alcance das suas palavras. Com efeito, estas ideias marcam o desenvolvimento da política *ibero-americana,* perpassando ao longo dos seus discursos e declarações, levando, mesmo, ao desenvolvimento daquilo a que podemos designar como os seus princípios inspiradores. [89]

É, pois, sobre a base da existência de três raízes comuns – história, língua e cultura –, da afirmação dos ideais de liberdade, justiça e paz e da apologia da democracia e a defesa dos direitos humanos que o Rei vai esboçando a sua concepção da ordem internacional, onde se insere a política *ibero-americana* e o projecto da *Comunidade Ibero-americana de Nações.*[90]

Quanto aos princípios inspiradores desta política, referimo-nos, pois, ao *princípio de interdependência*, ao *princípio de credibilidade,* ao *princípio de continuidade,* ao *princípio de indiscriminação* e ao *princípio de comunidade*; todos eles intimamente ligados. Assim sendo, o princípio da interdependência relaciona-se com a necessidade de trabalhar de modo não conjuntural, mediante uma política integradora, global e solidária. No que toca ao princípio da credibilidade exigente, pretendia-se eliminar projectos utópicos e demagógicos, procurando, assim, desenvolver políticas concretas e realistas. Ora, este princípio estava associado ao princípio de continuidade, que estimulava o desenvolvimento de uma política global, cuja aplicação fosse constante e não estivesse sujeita às possíveis oscilações ditadas por mudanças políticas ou económicas. Por isso, é também essencial o princípio da indiscriminação, baseado numa prática desideologizada que procurasse manter, em primeiro lugar, a máxima da não intervenção nos assuntos internos de cada Estado, o que, por outro lado, não pode ser confundido com a indiferença, em relação à sua política interna. A estes princípios, autores como Nájera e Arenal consideram que se deveria acrescentar o *princípio da unidade na diversidade*, por acreditarem que este projecto deve respeitar as diversidades de cada um dos seus membros, o que constitui uma inovação, em relação aos projectos anteriores.[91]

---

[89] ARENAL, Celestino, *Política exterior de España hacia Iberoamérica, op.cit*. p.112.
[90] *Idem, ibidem.*
[91] SEPÚLVEDA MUÑOZ, Isidro, "Proyectos españoles hacia América. Pasado y presente", in TORRE, Hipólito de la, *op. cit.* pp.121-122. Vejamos as definições para estes princípios que o artigo do *El País*, baseadas no discurso de Juan Carlos: "*Principio de interdependencia, por el que los diversos aspectos: el político, el económico, el cultural, y el de cooperación, se entrelazarán y cordinarán de tal forma que el refuerzo de uno automaticamente irá acompañando de una similar y simultânea potenciación los demás. Principio de credibilidad exigente, para eliminar el enunciado de proyectos utópicos y demagógicos. «Los proyectos que en el futuro se anuncien – dijo el Rey – habrán sido sometidos previamente a un determinado proceso de verificación de su factibilidade en relación com el cuadro que en cada momento ofrezcan nuestras posibilidades.» Princípio de indiscriminación. Don Juan Carlos explico este concepto sobre la base de dar a la*

2.2. Os governos centristas e o arranque da política ibero-americana

Desde o início da transição democrática pode constatar-se o peso que a América Latina vai adquirir na política externa dos governos centristas, constituindo-se como um claro objectivo, que pretende ser complementar, em relação à orientação europeia. Assim sendo, a Europa e a América Latina vão ser os principais vectores sobre os quais devia assentar a política externa espanhola, neste novo período que se estava a definir.[92]

O projecto de política *ibero-americana* como o então *Ministro de los Asuntos Exteriores*, Marcelino Oreja, o esboçou, pretendia reformular as tradicionais relações com a *América Latina.* Assim sendo, se, por um lado, o objectivo era eliminar a retórica e a imagem do passado, procurando avançar por vias realistas de cooperação, por outro lado, o objectivo era redefinir essa política, em função dos novos pressupostos democráticos, estabelecendo um novo modelo de *Comunidade Ibero-americana de Nações.*

Adolfo Suárez e Marcelino Oreja desenvolveram ao nível teórico um modelo de actuação fundamentado em cinco princípios básicos, que giravam em torno de três eixos conceptuais, alguns deles baseados nos que Juan Carlos desenvolvera. Assim sendo, no que toca aos princípios, referimo-nos às ideias de continuidade, de credibilidade, de indiscriminação e de comunidade, defendidas pelo Rei, às quais acrescentam o princípio de indivisibilidade. Em relação aos seus eixos conceptuais, referimo-nos a ideias como a de *vínculo*, relacionada com os elos existentes entre os povos de raiz hispânica; a de *ponte*, que traduz a pretensão de desempenhar um papel relevante nas relações entre a *América Latina* e a Europa e a de *integração*, que se relaciona com o apoio dado às iniciativas de integração latino-americanas, procurando uma maior participação de Espanha no seio das mesmas.[93]

Contudo, este modelo teórico não passou disso mesmo – uma teoria – que não conheceu a transposição para a prática. Para explicar esta situação, podemos apontar factores como a ambiguidade ou falta de unidade e continuidade na acção, apesar de

---

doctrina Estrada la base interpretativa más amplia posible, «sin faltar por ello a las exigências lógicas y éticas vinculadas al respeto de los derechos humanos, firmemente asentados en la tradición del pensamiento legalmente humanista que hemos compartido. Principio de comunidad. De acuerdo com este principio, y según las palabras del Rey, el Gobierno descartará «toda decisión o línea de acción que no pueda ser enmarcada en un cuadro general de concurrencia de los intereses compartidos por todas las Repúblicas." In www.elpais.com (10-01-2011), CALLE, Angel Luis de la, 10/09/1977, *"Don Juan Carlos: "Nuestra política con Iberoamérica, se basará en la credibilidad exigente.""*

[92] Refira-se que, ao longo dos primeiros anos da democracia espanhola, é frequente a referência à prioridade colocada na opção europeia e ocidental. Não se pense, contudo, que a Espanha havia esquecido os seus projectos de criação de uma Comunidade que a unisse à América Latina. O facto é que o fim do franquismo, como vimos, requeria a sua aceitação por parte da Comunidade Internacional, como um Estado europeu e ocidental. Esta prioridade pressupunha que as relações com os países vizinhos estavam, em primeiro lugar. *Vide* www.elpais.com de 15/07/1977, 31/07/1982 e 30/11/1982 (10-11-2010). Estes artigos do *El País* estão também disponíveis para ser consultados, nos Anexos, no *Documento nº2: Quais as orientações que deveria tomar a política externa no período de transição para a democracia?"*, pp.19-25.

[93] "Política de España hacia Iberoamérica (1976-1992)" in http://html.rincodelvago.com/politica-de-espana-hacia-iberoamerica-1976-1992.html (11-12-2010).

toda a sua planificação. Deste modo, a política *ibero-americana* desenvolvida pelos governos de Adolfo Suárez caracterizou-se, quer pelos particularismos do seu partido político, relacionados com factores como a sua heterogeneidade política e ideológica e com a falta de coesão interna, com a necessidade de legitimação democrática e com a ausência de um modelo global e definido de política externa, quer pela situação de transição política, que explicam as suas limitações e as suas contradições.[94]

Neste contexto, a política *ibero-americana* dos governos de Adolfo Suárez caracteriza-se como uma política de múltiplos usos, tanto ao nível da percepção dos interesses nacionais como ao nível dos interesses partidários, com todas as contradições que podem existir numa política desta natureza. No entanto, não se pode negar o seu sucesso no incremento do papel e da presença de Espanha na *América Latina*. De facto, o seu mérito verifica-se no estabelecimento de um novo clima nas relações com os países latino-americanos ou no início da mudança em relação à política do franquismo. Assim sendo, coube aos governos centristas recuperar o protagonismo activo da Espanha e regularizar as suas relações internacionais. Por outro lado, como seria de esperar num processo de transição, a sua situação interna, tanto ao nível político como partidário, dominou a actuação governamental, condicionando fortemente a política externa, como já referimos.

Deste modo, a política *ibero-americana* foi utilizada, por um lado, como uma política de *substituição,* que pretendia preencher o eventual vazio que se poderia produzir na afirmação da dimensão europeia de Espanha, devido ao longo processo de negociação que conduziria ao ingresso dos países ibéricos. Mas, por outro lado, esta política serviu também como política de *pressão*, determinada a reforçar a posição negociadora da Espanha diante da Comunidade Europeia e dos Estados Unidos. Finalmente, a política ibero-americana impulsionada pelos centristas foi utilizada para legitimar o seu próprio partido – *Unión de Centro Democrático* – ao nível interno, numa tentativa de ultrapassar a herança franquista que caracterizava uma parte significativa dos seus membros.[95]

No que toca às relações bilaterais, no âmbito desta política, os centristas orientaram prioritariamente os seus contactos económicos e políticos com os países democráticos, sendo de destacar o caso do México e dos países do Pacto Andino. No entanto, pretendiam desenvolver relações com os países submetidos a ditaduras militares, regimes autoritários ou em processo de transição democrática, apresentando o seu caso como um exemplo, defendendo a democracia e os direitos humanos. [96]

---

[94] *Ibidem.*
[95] *Ibidem.*
[96] *Ibidem.*

Por outro lado, a política *ibero-americana* dos governos de Adolfo Suárez permitiu um importante desenvolvimento da presença de Espanha nas organizações regionais *latino-americanas*. Neste sentido, é importante referir as relações que se estabeleceram com o referido Pacto Andino, sendo de destacar a admissão de Espanha, em Agosto de 1979, como observador no Conselho Andino. Além disso, ganha também um lugar de relevo a sua incorporação como membro de pleno direito na CEPAL, no mesmo ano, ou a sua participação no Banco Inter-americano de Desenvolvimento, três anos antes. [97]

O mérito dos governos de Adolfo Suárez reside, então, no facto de ter dado os primeiros passos decisivos no desenvolvimento de uma política de cooperação. Assim sendo, sem se pretender esquecer as lacunas e as contradições que existiram na sua política, é importante reconhecer as mudanças introduzidas, em relação ao franquismo.

O mandato do seu sucessor, Calvo-Sotelo, também ele centrista, é marcado por mudanças significativas nas relações com a *América Latina.* No entanto, quase todas elas são resultantes de iniciativas tomadas pelos governos de Adolfo Suárez. Para concluir, importa destacar que, com a vigência dos governos centristas, se abre uma nova dinâmica nas relações entre Espanha e a América Latina, obtendo-se resultados que perpassam até à actualidade.[98]

2.3. Os governos socialistas e o desenvolvimento da política ibero-americana

Tal como sucedera no caso dos governos centristas, também os governos socialistas definirão a América Latina e a Europa como as áreas prioritárias da sua actuação externa.[99] Podemos, então, afirmar que a principal novidade introduzida, em relação ao período anterior, tem que ver com o facto de a vocação americanista passar a basear-se em compromissos mais solidários e firmes, do ponto de vista da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento, o que pode ser explicado, por um lado, por estes

---

[97] *Ibidem.*

[98] *Ibidem.* De entre as suas medidas, destaquemos a criação, em 1981, da Comissão Nacional para a Comemoração do Quinto Centenário do Descobrimento da América, ou a proclamação, no mesmo ano, do dia 12 de Outubro como Dia Nacional de Espanha e Dia da *Hispanidade*, devido a este dia ser convencionalmente apontado como a data da descoberta da América.

[99] Refira-se, pois, que "*Esta nueva política iberoamericana que se inicia en 1976 no es simple reacción mecánica a los estímulos procedentes del exterior (...)"* Trata-se, pois, de "*un proyecto en ocasiones contradictorio y poço realista com Adolfo Suaréz y más estructurado y medido com Felipe González. Este hecho, unido a los diferentes planteamientos políticos e ideológicos, explica las diferencias entre la política iberoamericana de los Gobiernos centristas e de los Gobiernos socialistas*." Celestino del Arenal aponta mesmo para uma personalização da política externa destes governos, nas figuras dos seus respectivos presidentes. Assim sendo, homens como Adolfo Suaréz e Felipe González seriam os seus verdadeiros impulsionadores. *Vide* ARENAL, Celestino, *Política exterior de España hacia Iberoamerica*, *op.cit.,* p.110.

compromissos estarem intimamente ligados à própria ideologia socialista e, por outro lado, no facto de os socialistas terem sabido tirar lições das experiências e vivências da política externa espanhola.[100]

Além disso, os socialistas não só não estavam prisioneiros do passado franquista como alguns dos seus antecessores, como tinham provas dadas de luta pela democracia e pela solidariedade activa que revalidavam as iniciativas adoptadas. Havia, pois, uma clara consciência de que para o êxito da política *ibero-americana* era necessário aplicar com o máximo rigor o princípio da unidade de acção externa, que nem sempre tinha sido uma realidade nos governos centristas.

O seu projecto de *Comunidade Ibero-americana de Nações* assentava nos princípios básicos definidos pelos governos centristas, recebendo um novo impulso, ao transformar a celebração de uma cimeira, em 1992, num dos objectivos-chave da sua política *ibero-americana*. Além disso, os governos socialistas têm, ainda, o mérito de fazer desaparecer completamente a ideia de *Hispanidade* como filosofia inspiradora da criação de uma *Comunidade Ibero-americana de Nações.* O seu grande objectivo consistia no equilíbrio entre a actuação autónoma da Espanha, em função dos seus próprios interesses nacionais, do seu projecto de política externa e da sua interpretação da problemática ibero-americana, com os interesses norte-americanos na região, sem deixar, contudo, que estes se impusessem.[101]

Os socialistas definem, então, a sua política *ibero-americana* e o seu projecto de *Comunidade Ibero-americana de Nações*, na base dos princípios da democracia e do desenvolvimento, considerados como inseparáveis e como fundamento do progresso e da paz, impulsionados pelo princípio de solidariedade. Estes princípios têm a capacidade de marcar fortemente o perfil da sua política, traduzindo-se em linhas de acção concretas, das quais são exemplo a intensificação das relações com os países da América Latina, o pleno apoio aos processos de democratização e desenvolvimento dos direitos humanos, a

[100] "Política de España hacia Iberoamérica (1976-1992)" in http://html.rincodelvago.com/politica-de-espana-hacia-iberoamerica-1976-1992.html

[101] Os governos socialistas deixaram claro desde um primeiro momento que a sua política na Ibero-América tinha como limite não entrar num confronto directo com os Estados Unidos, pelo que era necessário tomar em consideração os interesses norte-americanos na região, o que não pressupunha uma ligação aos mesmos. No entanto, nos dois primeiros anos do governo socialista, a política *ibero-americana,* sobretudo na América Central, choca, por vezes, e de forma frontal, com a estratégia norte-americana na zona, sem que em nenhum momento se rompa o equilíbrio estabelecido. Mas uma vez definida com claridade a posição internacional de Espanha, iniciada a presença activa da Comunidade Europeia, os governos socialistas passam a poder manter sem excessivas tensões esse equilíbrio.

intensificação da cooperação política, económica e cultural ou o apoio aos processos de integração latino-americanos.[102]

Além disso, a entrada de Espanha na Comunidade Europeia constitui um elemento impulsionador e clarificador da política *ibero-americana.* Com efeito, este novo contexto vai permitir ampliar, substancialmente, as dimensões e as possibilidades da projecção *ibero-americana* de Espanha, dado que aumenta a sua presença e o seu peso no continente americano. Na verdade, a Espanha conta agora não só com a sua própria política para a região, mas também com as políticas comunitárias que ela própria vai estimular.[103]

Este novo modelo de política *ibero-americana* iniciado, em 1982, articula-se e desenvolve-se com base em pontos e objectivos concretos. Destaquemos, pois, o compromisso de presença e actuação solidária na América Latina, amplamente justificado pelos vínculos partilhados pela Espanha com essa região, bem como pela sua própria trama de interesses mútuos. Por isso, era necessário regenerar estas relações com base no, já referido, princípio da indiscriminação. Por isso, os socialistas pretendiam estimular o desenvolvimento de uma política de apoio aos direitos humanos, aos processos de democratização, bem como aos processos de integração latino-americanos. [104]

Nesta mudança de paradigma na política externa introduzida pelos socialistas, devemos destacar a recusa clara da Espanha actuar como *ponte* entre a *América Latina* e a Europa, o que constitui uma inovação significativa, em relação à política centrista, afirmando-se a existência de uma dupla dimensão, europeia e ibero-americana, na política externa espanhola, que se define como complementares.

Por isso, a vontade da Espanha actuar, a partir da Comunidade Europeia, a favor dos interesses latino-americanos e de uma intensificação das relações entre ambas as regiões devem ser sublinhadas.

A política ibero-americana dos socialistas vai, então, negar a retórica, valorizando o papel da acção e estimulando a cooperação a todos os níveis, desde o político, ao económico, passando pelo cultural. Assim sendo, a construção da *Comunidade Ibero-americana de Nações* constitui a sua meta final, associando-se a este objectivo, a comemoração do Quinto Centenário do Descobrimento da América, que será o catalisador do início das cimeiras.

---

[102] "Política de España hacia Iberoamérica (1976-1992)" in http://html.rincodelvago.com/politica-de-espana-hacia-iberoamerica-1976-1992.html (11-12-2010).

[103] *Ibidem.* Refira-se, pois, que a sua pertença a esta comunidade vai limitar a sua política externa, dado que ao estar enquadrado nas Comunidades Europeias, a política externa comunitária sobrepõe-se à dos Estados membros.

[104] *Ibidem.*

Os socialistas chegam, então, ao poder 1982, precisamente dez anos antes da tão ansiada comemoração do V Centenário da Descoberta da América, considerando esta data um marco histórico que a Espanha deveria valorizar e a partir do qual se deveria projectar para o futuro. Mas até lá muitos jogos diplomáticos se desenvolvem e várias iniciativas são levadas a cabo com o intuito de que esta ideia fosse ecoando no espírito dos envolvidos e na cena internacional.

Para demonstrar a actuação dos governos socialistas e, em especial, da figura de Felipe González que a personifica, escolhemos analisar o *Encontro na Democracia*[105] que ocorreu um ano após o início do seu mandato. Além disso, abordaremos ainda o significado do lançamento de uma obra que se propunha repensar a história desta comunidade para, a partir daí, se projectar para o futuro. Estas duas iniciativas serão, pois, analisadas de seguida.

3. *A democracia como mote para a realização de um Encontro de Cooperação*

Foi sob a convocatória do Instituto de Cooperação Ibero-americana (ICI) que se reuniram pela primeira vez, intelectuais, escritores, políticos e cientistas sociais de ambos os lados do Atlântico. A possibilidade de realizar um Encontro[106] como este vinha na senda do processo de transição democrática espanhola, iniciado em finais da década de 1970, e do subsequente processo de transição, em matéria de política externa, como vimos anteriormente.

Neste contexto de progressivas mudanças, efectuadas no seio da sociedade espanhola e tendo sido lançadas as bases do projecto de construção de uma Comunidade Ibero-americana de Nações[107], que outra ideia mais democrática e pluralista poderia vir a lume do que a de realizar um debate, dialogando com os outros países envolvidos sobre o interesse e utilidade de um organismo como este e sobre o que os poderia mover em torno

[105] Já na abertura deste capítulo, fizemos esta referência. Na verdade, realizam-se dois encontros, um Abril de 1983 e outro, em Novembro de 1985. No entanto, devido ao carácter inovador do primeiro, dar-lhe-emos mais destaque, na nossa exposição.

[106] Através da análise dos artigos publicados, no *El País*, por ocasião deste Encontro, procuraremos explicar a importância da sua realização, analisando as expectativas e propostas dos intelectuais, bem como as conclusões desta Reunião. Consulte-se o *documento nº3: A democracia como mote para a realização de um Encontro de Cooperação,* nos Anexos, pp.26-52. Veja-se, também, a *tabela nº3: Alguns participantes do 1º Encontro na Democracia*, onde apresentamos o nome de alguns dos seus participantes, p.53.

[107] Pela leitura destes artigos, verificámos, por parte dos participantes, a utilização indiscriminada do adjectivo *hispânico* como sinónimo de *ibero-americano.* Constatámos, ainda, que um dos títulos destes artigos utiliza a expressão "*relaciones latinoamericanas*". No entanto, e para simplificarmos, utilizaremos apenas o adjectivo *ibero-americano* para definir esta Comunidade, já o contrário parece-nos que poderia levar a diferentes interpretações, sobretudo, após a leitura do nosso capítulo inicial.

de um projecto comum? Por isso, podemos considerar este *Encontro na Democracia* como um diagnóstico de necessidades, objectivos e interesses dos países ibero-americanos e a sua percepção das vantagens de um possível processo de integração.

Mas, antes de analisarmos a fundo esses aspectos do Encontro, através das expectativas, propostas e conclusões dos seus participantes, cabe fazer referência ao contexto internacional que dominara a década anterior a esta Reunião e que marcara profundamente os países latino-americanos. De facto, era impensável levar a cabo um projecto como este na década de 1970, apesar de já se equacionar, em Espanha, a sua concretização. Na verdade, esta década havia sido caracterizada por uma grave crise internacional que afectara especialmente estes países que demonstraram dificuldades em equilibrar a sua balança de pagamentos e viram a sua dívida externa crescer. Além disso, esta situação contagiou rapidamente toda a actividade económica, o que levou a uma diminuição do seu ritmo de crescimento. Por outro lado, esta década é caracterizada pelo recrudescimento da guerra fria. Neste contexto, os países latino-americanos vão ser bastante sensíveis a esse afrontamento bipolar, servindo frequentemente de campo de batalha.

Paralelamente, os anos de 1970 põem em marcha processos de integração na região latino-americana, numa tentativa de desenvolver uma política internacional própria que lhes permitisse abrir caminho a novos canais de cooperação, num contexto internacional marcado pela crise. Procuravam, pois, libertar-se do domínio das superpotências que lutavam pela hegemonia mundial e conseguir deixar de constituir parte das suas áreas de influência. Por isso, os objectivos de paz e cooperação dominaram as recomendações e os programas de acção que estes organismos põem em marcha.

Assim sendo, reunidos em Madrid, entre 27 e 30 de Abril de 1983, estes homens e mulheres pretendiam analisar de que modo poderiam fazer frente aos problemas e desafios que se colocavam no panorama internacional, em constante mudança. Mas, se a forma como esse entendimento deveria ser estabelecido constituía uma pergunta a que procurariam dar resposta no Encontro, as bases sobre as quais estas relações deveriam assentar pareciam bem claras, no espírito dos seus mandatários. Falamos, pois, da já referida, institucionalização da democracia, em Espanha, que se pretendia propagar à América Latina, como um modelo a seguir e do valor da solidariedade.

Neste sentido, pôr em marcha uma Comunidade Ibero-americana constituía um desafio histórico. Por isso, acreditando constituir a "*mayor comunidad histórica*

identificada en el mundo",[108] não consideravam que este objectivo fosse utópico. Acreditavam, pois, que trabalhando em conjunto e de forma solidária poderiam aspirar a protagonizar um projecto autónomo, no cenário internacional e diante dos problemas que algumas regiões latino-americanas enfrentavam por essa ocasião – América Central e Cone Sul – os espanhóis afirmavam que "*los pueblos iberoamericanos pueden tener la certeza de que su causa es ya, en España, una causa nacional.*[109]

3.1. As expectativas, os objectivos e as propostas do Encontro

Reforçar os vínculos de uma "*cultura común*" constituía um dos objectivos fundamentais dos intelectuais que participaram deste Encontro.[110] Neste contexto, a situação de transição para a democracia espanhola era vista como a melhor altura para se debater estes problemas, que afectavam a região latino-americana, onde, de um modo geral, a democracia ainda não estava enraizada, como um valor nem como um sistema, e a guerra era ainda uma realidade. Por isso, pretendiam que, de entre as conclusões do encontro, estivesse a necessidade de se fortalecer os seus vínculos comuns dentro da pluralidade de povos que caracteriza a Comunidade.[111]

Como bem se sabe, o plano cultural é aquele que mais dificilmente permite estabelecer entendimentos. No entanto, acreditando que nesta Comunidade a situação é inversa, Augusto Roa Bastos propõe o desenvolvimento de uma *aliança cultural* entre os povos ibero-americanos, cujos objectivos estabelecidos fossem de fácil compreensão para todos os seus membros. O escritor paraguaio sugeria também a criação de uma *comissão permanente de carácter consultivo* que integrasse toda a região. A sua proposta consistia num projecto de integração cultural, dado que, como vimos, seria o campo que, na sua opinião, permitiria alcançar mais consensos. No entanto, Augusto Roa Bastos considerava que se fosse possível estabelecer-se uma integração política, a sua base deveria ser o equilíbrio democrático.

---

[108] www.elpais.com (10-11-2010). Consulte-se o artigo do *El País,"Iberoamérica: encuentro en la democracia",* da autoria de Luís Yáñez-Barnuevo, publicado a 26/04/1983, também disponível nos Anexos, pp.26-30.

[109] *Idem, ibidem.*

[110] De entre os temas abordados, contam-se "As relações culturais latino-americanas e os condicionamentos do desenvolvimento cultural", "Democracia e cultura, soluções e satisfações para necessidades culturais." Consulte-se no site do *El País* o artigo *"Algunos de los escritores más importantes del castellano estudian cojuntamente problemas culturales communes*", publicado a 26/04/1983, também disponível nos Anexos, pp. 32-34.

[111] Refira-se que acreditavam que a curto prazo se poderia impulsionar o intercâmbio literário e cultural entre estes países, para lá do conhecimento que se tinha dos autores já consagrados, como Gabriel García Marquéz, um dos grandes vultos da literatura de língua castelhana, que será uma das figuras centrais deste *Encontro.*

Para escritor uruguaio, a importância de um *Encontro* como este residia na oportunidade que ele proporcionava às sociedades latino-americana e espanhola de estudar os seus problemas conjuntos. Por isso, era com bons olhos que via o projecto espanhol de estabelecer um novo tipo de relacionamento baseado na solidariedade, sublinhando o carácter positivo de que se integrassem também Portugal e o Brasil. [112]

Foi com este espírito que Gabriel García Marquéz – que havia recebido o Prémio Nobel da Literatura, um ano antes do *Encontro,* em 1982 – proferiria um discurso semelhante ao que ao que pronunciara na Academia Sueca, com base na epígrafe "*Soledad de América Latina*", onde fez referência à opressão, saqueio e abandono que a região havia sido vedada. Além disso, sublinhou também o carácter de urgência de se encontrar uma solução de paz para o conflito da América Central e, neste sentido, considerava que a Espanha "*puede ser un bueno interprete del inglés al espanol en este caso*."[113]

O escritor uruguaio Eduardo Galeano, então, exilado, em Espanha, também fez referência a esse problema, classificando de "urgências trágicas", as situações vividas na América Central e no Cone Sul, considerando que o *Encontro* deveria tomar uma posição sobre estes problemas. Nas suas palavras, "*América Latina quiere nacer y no le dejan*." Também ele avalia o processo de transição democrático espanhol como um forte estímulo catalisador de mudanças nas sociedades latino-americanas.[114]

O escritor venezuelano, Miguel Otero Silva, considerava os temas propostos a debate, bem como a qualidade dos seus intervenientes, por si só, como um motivo para se ter esperança que o *Encontro* fosse levado a bom porto. Na sua opinião, o problema mais urgente era, pois, estabelecer uma resolução de solidariedade para com os países do continente que, deste há muito tempo, lutavam pela liberdade e pela aproximação entre os povos latino-americanos com a Espanha democrática.[115]

Fazendo referência ao importante contributo advindo do processo de transição espanhola para a democracia, Marta Mercader, escritora argentina, considerava que este

---

[112] www.elpais.com (10-11-2010). Consulte-se o artigo*"Algunos de los escritores más importantes del castellano estudian cojuntamente problemas culturales communes*", do *El País*, datado de 26/04/1983. Este artigo está também disponível nos Anexos, pp. 32-34.

[113] www.elpais.com (10-11-2010). Consulte-se o artigo "Jornadas iberoamericanas: Los intelectuales esperan que el "Encuentro en la democracia" refuerze a la solidariedad y la cultura común", do *El País*, publicado a 27/04/1983, também disponível nos Anexos, pp. 36-39.

[114] www.elpais.com (10-11-2010). Consulte-se o artigo *"Intelectuais latinoamericanos valoran el papel de la cultura en tiempo de crisis",* do El País, vindo a lume no dia 30/04/1983. Este artigo também se encontra disponível para consulta nos Anexos, pp.45-49.

[115] www.elpais.com (10-11-2010). Consulte-se o já referido artigo *"Jornadas iberoamericanas: Los intelectuales esperan que el "Encuentro en la democracia" refuerze a la solidariedad y la cultura común",* do *El País*, também disponível nos Anexos, pp. 36-39.

debate iria permitir obter uma visão geral acerca dos problemas comuns e particulares dos países participantes.[116]

Para Felipe Herrera, então Presidente da Sociedade Internacional para o Desenvolvimento, o *Encontro* constituía, pois, um claro caso de convergência entre o processo de democratização e socialização de Espanha com o mundo ibero-americano. Por isso, segundo afirma: "*Importa encontrar una justa medida al desarrollo moderno, adaptada a la justicia social; importa adoptar los lazos comunes que ya existen y transformarlos en acción efectiva. Las orientaciones que salgan de este encuentro van a servirnos a nosotros y al mundo entero*".[117]

3.2. O compromisso de criar uma Comunidade Ibero-americana de Nações

Caberia, pois, a Adolfo Guerra, então, Vice-presidente do Governo espanhol, a inauguração deste *Encontro*, fazendo-a através de um discurso onde desenvolveu as afinidades que uniam a Espanha à América Latina, criticou a retórica que dominara estas relações até então, alertou para o problema da colonização tecnológica e destacou o objectivo do seu governo de concretizar uma política de "*hechos e imaginación*"[118]. Além disso, no seu discurso indicou também o objectivo de reforçar a cooperação entre a Espanha e a América Latina, na base de uma ideia mais estruturada do mercado global do que aquela que estava a ser utilizada até então.

Mas o objectivo de Espanha era, como temos vindo a explicar, criar uma *Comunidade Ibero-americana de Nações*, assente nos valores da democracia e da solidariedade, capaz de combater as obsoletas estruturas económicas vigentes em muitos países latino-americanos. Neste contexto, Adolfo Guerra assinalou que os objectivos que a Espanha democrática[119] se propunha, relacionados com a concretização deste projecto, só se

---

[116] *Ibidem.*

[117] A expressão destacada é da nossa responsabilidade. De facto, ela condensa bem uma das prioridades a tomar, para levar a cabo projecto de construção de uma *comunidade ibero-americana*. Como vimos, logo na *Introdução* deste trabalho, é fácil fazer declarações que proclamem a existência de uma história, língua e cultura comuns. Difícil é, pois, abstrair-se desses factores e equacionar objectivos comuns, com vista a concretizar um projecto de futuro. Consulte-se, no site do *El País,* o artigo "*Jornadas iberoamericans en Madrid. Los intelectuales esperan que el "Encuentro en la democracia" refuerze la solidariedad y la cultura común"*, publicado a 27/04/1983, da autoria de José F. Beaaumont, pp. 36-39.

[118] www.elpais.com (10-11-2010). Consulte-se o artigo do El Pais, intitulado *"El Gobierno español se compromete a impulsar la creación de una comunidad de naciones democraticas",* datado de 28/04/1983, da autoria de Rafael Fraguas. Este artigo também está disponível para consulta nos Anexos, pp.39-41.

[119] A expressão que utiliza é bastante expressiva, quanto às oportunidades advindas desse processo de democratização, sublinhando bem essa ideia de *ressurgir – España remozada.* Veja-se o já referido artigo *"El Gobierno español se compromete a impulsar la creación de una comunidad de naciones democráticas"* do *El País,* datado de 28/04/1983, que disponibilizamos nos Anexos, pp. 39-41.

verificariam, quando o respeito pelos Direitos Humanos fosse uma realidade na América Latina.[120]

Luís Yáñez-Barnuevo[121], Vice-Presidente do ICI, ao sublinhar o contexto favorável para a realização do *Encontro*, referiu que esta instituição pretendia ser mais do que "*un brazo ejecutor de la política convencional del Gobierno español en Iberoamérica*", aspirando a ser "*un instrumento idóneo que ofrece a España para la cooperación y la integración de la comunidad hispânica*", definindo como inimigos do projecto espanhol, o neo-colonialismo, a hegemonia e o imperialismo.[122]

Numa recusa de que a exportação de modelos políticos constituía uma nova forma de colonialismo, criticando o eurocentrismo e a venda de iniciativas políticas nacionais, Fernando Morán, então, Ministro dos Assuntos Exteriores, considerava que a Comunidade Ibero-americana constituía um elemento central da política externa espanhola. Além disso, ao recordar a experiência espanhola da transição democrática, sublinhou que é possível superar a história imediata sem que os "*fantasmas*" do passado impedissem a concretização da democracia.[123]

Por fim, numa definição contraditória, mas bem expressiva – um "*abrazo doloroso entre el español para el indigena*" – o mexicano Guillermo Soberón referiu a necessidade de que ambas as economias se complementassem e que os exilados que foram para o México, na sequência da guerra civil, eram já "*novos mexicanos*".[124]

---

[120] Durante os trabalhos, Adolfo Guerra referiu que a Espanha não permitiria que ninguém lhe arrebatasse o protagonismo na América Latina, numa alusão à actuação francesa na região, considerando, pois, que era ao seu país que caberia a mediação dos conflitos na América Central.

[121] A sua carreira profissional esteve profundamente associada ao processo de construção da Comunidade Ibero-americana de Nações, no período da democracia, em Espanha. Deste modo, desempenhou funções de Presidente do Instituto de Cooperação Ibero-americana, no período de 1982 a 1985, de Secretário de Estado para a Cooperação ao Desenvolvimento e para a Ibero-América, no período de 1985 a 1991 e de Presidente da Comissão para a organização do Quinto Centenário do Descobrimento da América. In http://www.europarl.es/view/es/Elecciones/Elecciones_2004/Resultatos_electorales_2004/listado_alfabetico_2004/yanez_barnuevo_gl.html;jsessionid=1FB44CCF83CF82A340964F0AC8701BF4 (11-12-2010).

[122] Relembramos o já referido artigo do *El País* "El Gobierno español se compromete a impulsar la creación de una comunidad iberoamericana de naciones democráticas", disponível nos Anexos, pp.39-41.

[123] *Ibidem.* Na linha da posição tomada por Adolfo Guerra, relativamente à concorrência na luta pela hegemonia, no continente americano, Fernando Móran afirma que: "*Existen en América Latina un desígnio norteamericana y también francês*" considerando que o primeiro afecta mais a aproximação à região do que o segundo.

[124] Na sequência da guerra civil, a América Latina recebe muitos exilados espanhóis. *Vide* ARENAL, Celestino del, *Política exterior de España hacia Iberoamérica*, *op. cit.* pp.28-29: "*Pero la Guerra Civil y su trágico desenlace servieron también para poner aún más claramente de manifiesto el sentimiento de solidariedad y de comunidad existente a los dos lados del Atlántico. Durante la guerra algunos países iberoamericanos trataron de mediar el conflict, buscando, sin éxito, una sálida pacifica al mismo. Terminada la guerra, en Iberoamérica, no sólo habrá también derrotados y vencedores, sino que, lo que és más importante, se acojerá a una multitud de exilados españoles que huyen de España y depués de la Europa ocupada por los nazis, integrándolos fraternalmente en las propias sociedades iberoamericanas. Más tarde se acojerá en México al propio Gobierno republicano en exílio.(...)".*

3.3. Resultados e conclusões

Apesar de as mesas sociopolítica e económico-científico-tecnológica terem desenvolvido o seu trabalho de maneira independente, ambas consideraram que a situação económica da região se devia a factores externos comuns e, por isso, julgavam ser útil desenvolver um organismo de integração capaz de defender unitariamente os seus interesses. Assim sendo, concordaram que o futuro económico da América Latina passava pela criação de uma *Comunidade Económica Ibero-americana*, capaz de enfrentar os problemas monetários e financeiros que a região atravessava. Neste contexto, Daniel Oduber, antigo presidente da Costa Rica, solicitou a Espanha que assumisse o papel de condutora desse projecto, considerando que lhe cabia dar forma a essa comunidade.[125]

No que toca à mesa cultural, as suas propostas passaram pela criação de uma universidade ibero-americana, por considerarem tratar-se de um instrumento útil por ser um projecto que pressupõe ter continuidade.[126] Além disso, foi recomendada uma maior coordenação no ensino da história, nas escolas e universidades, sugerindo também maiores facilidades para o intercâmbio de estudantes e professores. Para tal, consideravam ser necessário o estabelecimento de tarifas preferenciais na área das comunicações, como o objectivo de que estas servissem o desenvolvimento de uma cultura comum.[127]

As conclusões da mesa económico-científico-tecnológica relacionavam-se com a necessidade de elaborar "*programas de reescalonamiento de las deudas externas de los países iberoamericanos, que faciliten la recuperación de los deudores*", de modo a que se impedisse "*la quiebra de los bancos acreedores*."[128] Por isso, estimulavam estes países a desenvolver soluções para tentar recuperar a autonomia das suas políticas económicas. Quanto à cooperação entre Portugal, Espanha e América Latina, advertiam para os perigos

---

[125] www.elpais.com (10-11-2010). Consulte-se o artigo do *El País* "Políticos e intelectuales de 23 países analizan las relaciones latinoamericanas", datado de 26/04/1983, também disponivel nos Anexos, pp.30-32.

[126] Para os participantes desta mesa, a *Comunidade Ibero-americana* é vista como "*punto de llegada en el que confluyen muchos cauces diferentes por los que discurrirán los ríos de la cultura hacía el mar de la libertad*". Atente-se na riqueza desta metáfora, que aponta para a diversidade cultural da região, cabendo à Comunidade através da *liberdade* permitir a sua convivência. Além disso, a potenciação da cultura comum constitui a proposição básica desta mesa, afirmando Felipe González que em tempo de crise, a cultura constitui o maior potenciador do desenvolvimento dos povos.

O grupo cultural caracterizou-se como sendo o menos polémico e aquele cuja convergência de opiniões era maior. No preâmbulo geral das conclusões, estes intelectuais proferiram a sua satisfação de que "*por fin se comienze a utilizar el concepto de Iberoamérica de forma comprensiva y afectada a las dos vertientes del Atlántico*." Além disso, consideravam que não se deveriam reduzir ao passado, nesse apelo a sentimentos de pertença baseados na partilha de uma história comum, julgando ser necessário trabalhar no presente e planificar o futuro comum com base nos Direitos Humanos.

[127] Sugeriram, ainda, a criação de uma Comissão da Cultura que actuasse com carácter permanente e fosse sustentada pelos países ibero-americanos e um Centro de Estudos Avançados em Ciências Sociais, julgando também ser útil elaborar uma resposta conjunta ao desafio das novas tecnologias.

[128] www.elpais.com (10-11-2010). Consulte-se o artigo *"Iberoamérica: encuentro en la democracia",* datado de 26/04/1983, da autoria de Luís Yáñez-Barnuevo, também disponível nos Anexos., pp.26-30.

implícitos na adopção de políticas proteccionistas, preconizando o fortalecimento das infra-estruturas de cooperação.

A declaração de Madrid resultou, pois, de muito esforço e trabalho, cabendo a Gabriel García Marquéz lê-la durante a cerimónia de encerramento. No entanto, seria Felipe González, enquanto anfitrião deste *encontro*, quem iniciaria essa cerimónia com um "*discurso vibrante*", fazendo um balanço dos três dias de debate, onde ganha destaque a importância da "*revalorización de las relaciones entre España, Portugal e Iberoamérica*", apontando como metas gerais a desenvolver: "*la transformación de la energia común que España y Iberoamérica ponen en marcha ante la realidade o la amenaza exterior, en una voluntad positiva y común para solucionar conflictos, destacando também a "necesidad de romper las discontinuidades en el esfuerzo de cooperación entre Iberoamérica, España y Portugal y el objetivo de celebrar, en 1992, el V Centenario de las Américas, com quinientos millones de seres que hablan nuestra lengua*."[129]

4. *A integração dos países ibéricos na CEE e a esperança de um segundo Encontro*

Na sequência do sucesso da primeira reunião, realizar-se-ia, dois anos e meio depois, um segundo encontro, desta vez estimulado pela proximidade do ingresso dos países ibéricos, na Comunidade Económica Europeia (CEE). [130] Assim sendo, numa antevisão dos benefícios que essa entrada traria para as relações entre a CEE e a América Latina, aconteceria, então, entre os dias 19 e 22 de Novembro de 1985, esse segundo debate, intitulado *Encontro na Democracia: Ibero-América – Europa,* novamente sob o patrocínio do ICI, reunindo especialistas de vinte e três países.[131]

---

[129] www.elpais.com (10-11-2010). Além disso, no seu discurso, Felipe González faz referência a algo que considera positivo e sintomático da democratização de que a Espanha foi objecto, como o facto de as reivindicações dos espanhóis terem superado a exigência da democracia em si, e começarem a ter um mais cariz social e económico. Refira-se ainda que Mário Soares também esteve presente na cerimónia de encerramento deste *Encontro*, assinalando como objectivos prioritários da política portuguesa a colaboração com Espanha, destacando o exemplo para a América Latina dos processos de transição espanhola e portuguesa para a democracia. Consulte-se o artigo "*El "Encuentro en la democracia", fuerte impulso para revalorizar las relaciones de España con Latinoamérica*", datado de 01/05/1983, da autoria de Rafael Fraguas.

[130] Veja-se o *documento nº4: A integração dos países ibéricos na CEE e a esperança de um segundo Encontro*, disponível, nos Anexos, pp.55-59. Consulte-se, também, a *tabela nº4:Algumas comunicações apresentadas no 2º Encontro na democracia*, p.60.

[131] Refira-se que a Espanha solicita, por duas vezes, o ingresso nas Comunidades Europeias, apresentando, sempre, como argumento, a sua relação privilegiada com a América Latina. Mas, se, da primeira vez, o impedimento era a manutenção de um regime ditatorial, da segunda vez, as razões que explicam o tão demorado processo de adesão prendem-se, sobretudo, com questões económicas. *Vide* SOTILLO LORENZO, José Angel, "América Latina en las negociaciones del ingresso de España en la Comunidad Europea", Departamiento de Estudios Internacionales, MADRID: Universidad Complutense de Madrid, nº 4, 1989, pp.25-32. Leia-se, ainda, em www.elpais.com (10-11-2010), MARTINÉZ, Julián, *"El Rey reitera el compromiso español de defender en la CEE a los intereses latinoamericanos"*. Por ocasião de uma viagem de Juan Carlos e

Numa alusão à assinatura de um acordo de cooperação e de uma acta política feita pelos estados comunitários e os países da América Central, uma semana antes deste Encontro e em que a CEE apoiava o esforço pacificador levado a cabo pelo *Grupo da Contadora*, Luís Yáñez-Barnuevo considerava que este seria apenas um começo para o desenvolvimento do diálogo entre a CEE e toda a América Latina, constituindo, pois, "*un gran paso*", nesse processo. Por isso, considerava necessário *"fortalecer foros de discusión como la reunión de ministros de Relaciones Exteriores del Grupo de Contadora y las Comunidades Europeas",* sublinhando o carácter de urgência de estabelecer uma *"solución justa y equilibrada al problema de la deuda externa".* [132]

Durante este encontro, Felipe González defenderia, pois, a necessidade de iniciar esse processo de cooperação integral na América Latina, assegurando que a entrada de Espanha na Comunidade Económica Europeia seria positiva para o continente latino-americano, devido à convergência das posições espanhola e latino-americana diante da CEE, o que, na sua opinião, por si só, constituiria "un hecho cualitativa , cuantitativa e extraordinariamente importante".[133]

Por outro lado, alguns dos participantes do encontro advertiram para o risco de que a Espanha se tornasse, após a entrada na CEE, num simples mercado dos países mais desenvolvidos, ao que Felipe González responderia, afirmando que a integração poderia constituir um "*golpe muy duro*", nesse sentido, acrescentando, contudo, que *"no pueden creer que haya un país que consuma sin ser capaz de crear riqueza".* Felipe González explicava, assim, que a relação entre a Espanha e a América Latina iria constituir uma via para uma maior colaboração entre os países latino-americanos e a Europa, considerando que era necessário estabelecer linhas concretas para desenvolver, não só a cooperação económica, mas também a solidariedade política.[134]

Aludindo às bases que estavam por de trás do projecto de integração europeia, em que "*el esfuerzo de integración es una necesidad real, no un concepto de buena voluntad*" e utilizando o seu processo como exemplo a ser seguido pela América Latina, Felipe González afirmava que "*Europa se mueve porque le aprietan los intereses".* E eram esses

---

Felipe González à Venezuela, o rei destacaria no seu discurso a posição espanhola na CEE, relativamente à América Latina: "*El compromiso español (...) puso especial empeño en que se incluyera en el tratado de adhesión una declaración de intensiones relativa al desarrollo y a la intensificación de las relaciones de la CEE com los países de América Latina."*

[132] www.elpais.com (10-11-2010). Consulte-se o artigo do *El País* "*España propone ampliar el diálogo entre la CEE y Centroamérica al conjunto de América Latina",* datado de 20/11/1985, também disponível nos Anexos, pp.56-57.

[133] www.elpais.com (10-11-2010). Consulte-se o artigo do El País "González cree que la entrada en la CEE será positiva para América Latina", publicado a 22/11/1985. Este artigo está disponível nos Anexos, pp. 57-59.

[134] *Ibidem.*

mesmos interesses que era necessário desenvolver para edificar um sólido processo de construção de uma Comunidade Ibero-americana de Nações. [135]

5. *O papel da história na construção de uma Comunidade*

Ninguém ignora o papel que a história tem na construção de identidades. Consciente dessa realidade, e numa tentativa de criar laços de pertença a uma Comunidade, o Instituto de Cooperação Ibero-americana (ICI), enquanto organismo que apoiaria o Ministério dos Assuntos Exteriores no desenvolvimento de políticas para e com a região, solicitaria a um grupo de cinco investigadores, pertencentes a cinco das nacionalidades que compõem a Comunidade, a missão de *recontar* a história conjunta dos países que a constituem. [136] Entre eles estava um venezuelano, Arturo Uslar Pietri, um mexicano, Silvio Zabalo, um argentino, Enrique Barba, um português, Joaquim Verissimo Serrão, e um espanhol, José Manuel Pérez Prendes, contando com a colaboração de mais de sessenta especialistas. [137]

O grande objectivo dessa obra era, pois, *"repensar la relación entre España y sus antigas colónias",* acreditando que ao fazer uma releitura do seu passado comum, poderiam repensar as suas relações e assim projectar o seu futuro em conjunto. Trata-se, então, de *"un análisis exahustivo y a la vez manejable de lo que significa la Gran Comunidad latinoamericano en todos los órdenes: histórico, económico, sociocultural."* [138]

Luís Yáñez-Barnuevo, director do ICI, por estes tempos, havia sido convidado para fazer uma apresentação pública da obra, considerando que um dos problemas que com frequência desvirtuou as relações entre estes países era a "*simplificación*", porque se desenvolveu frequentemente "*una visión unidireccional y cicatera del otro, o incluso de nosotros mismos",* dominando, por isso, visões estereotipadas e deturpadas do *outro.* Segundo assinalou, este problema residia no facto de ter faltado *"el sentido de la totalidad, el saber sopesar al mismo tiempo el cúmulo complejo de factores que han actuado sobre el sistema de relaciones de nuestra rica multilateralidad, que es expresión, contradictoria, pero clara, de la unilateralidad de nuestros rasgos culturales comunes."* Assim sendo, esta obra oferecia, segundo Luis Yáñez-Barnuevo,*"una panorámica amplia de nuestra América, de todo lo que americanos y ibéricos hemos hecho juntos, enrique por sí sola esta relación,*

---

[135] *Ibidem.*

[136] Este ponto resulta sobretudo da análise de dois artigos publicados no *El País*, por ocasião do lançamento desta obra "*Iberoamérica, una comunidad*". Nos Anexos, poderá ser consultado o documento nº5: *A importância de uma obra como Iberoamérica, una comunidad*, dos Anexos, pp.62-65.

[137] www.elpais.com (10-11-2010). Consulte-se o artigo do El País "La historia como referencia", datado de 12/10/1989, da autoria de Luís Yáñez-Barnuevo, também disponível nos Anexos, pp. 62-64.

[138] Consulte-se o documento nº5, do Anexos, *ibidem.*

siempre cálida, a veces conflictiva y en ocasiones tormentosa"[139], tratando-se, pois, de uma incursão pela sua história conjunta.

É importante sublinhar que esta obra vem a lume no ano de 1989, pouco antes da queda do Muro de Berlim, mal os seus escritores estavam conscientes das possibilidades novas que esse acontecimento traria ao nível do ordenamento internacional, permitindo à Espanha sonhar com a sua Comunidade Ibero-americana de Nações.[140] Deste modo, aludindo à proximidade da comemoração do V Centenário, Luis Yáñez-Barnuevo, que considerava que talvez por essa ocasião fosse possível o desenvolvimento da objectividade histórica, na redacção de uma obra como esta, considerando que o livro "inspirado por Uslar Pietri"[141] proporcionava o "*basamento sobre el que sustentar tanto la memoria histórica como la construcción del mañana. Y sin complejos, Iberoamérica, una comunidad refiere con frialdad académica de los datos, pero también con el calor histórico de quien habla de la propia aventura, todo lo que durante mucho tiempo ha sido en parte invectiva, en parte reinvindicación, en parte anacronimismo. Hoy, desentrañada ya la historia, ésta nos sirve de plataforma para hacer en común, y no de arma arrojadiza para deshacer cuanto vocacionalmente queremos hacer juntos."*[142]

Luis Yáñez-Barnuevo refere, pois, a necessidade de se ultrapasar os fantasmas do passado, apelando à integração "*para ser más fuertos, seamos solidarios para crear*

---

[139] Consulte-se o documento nº5, do Anexos, *ibidem.*.

[140] Na verdade, a distância da publicação destes artigos, em relação à data da queda do Muro de Berlim, é de cerca de um mês. Estes artigos são publicados a 12 e 17 de Outubro de 1989 e, como sabemos, o Muro cairia a 9 de Novembro.

[141] www.elpais.com de 17/10/1989 (10-11-2010).Consulte-se o artigo do *El País"Uslar Pietri: "Iberoamérica, una comunidad", es la historia de un mestizaje cultural",* disponível nos Anexos, pp. 64-65. Neste artigo, encontramos, pois, a referência ao momento em que surge a ideia de se levar a cabo uma obra como "*Iberoamérica, una comunidad",* bem como o resumo dos seus objectivos. *"En 1984, Arturo Uslar Pietri propuso la oportunidad de abordar que desde el punto de vista de la moderna historiografía explicase con rigor el significado de la comunidad iberoamericana. Aquella idea fue formulada en términos que pueden considerarse no sólo didácticos, sino, modestos: "Podríamos, ahora que se acerca el 5º Centenario del Descubrimiento de América, hacer el modesto esfuerzo de un manual que llegue a todos, que presente este hecho, que cuente y explique de un modo sencillo y veraz qué es la comunidad iberoamericana, qué tenemos en común en la historia y que podemos hacer juntos en el presente y en el futuro."*

[142] www.elpais.com de 12/10/1989 (10-11-2010). Consulte-se o já referido artigo "*La historia como referencia"*, disponível nos Anexos, pp. 62-64. Como afirma Fernando Catroga, "*a historiografia também funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade cientificista a novos mitos de (re)fundação de grupos (...)".* No caso desta comunidade, estamos em presença de uma história grupal feita de *vencedores e vencidos*, de *opressores e oprimidos*, onde os membros desta comunidade que, agora se pretendia colocar em pé de igualdade, desempenharam um dia funções bem diferentes, que ainda estavam bem presentes na sua memória. Era, pois, necessário, redefinir a sua história comum, não a corrompendo, mas procurando aceitá-la e ultrapassá-la, já que "*a memória é uma instância solidificadora de identidades, a sua expressão colectiva também actua como instrumento de selecção do que se recorda, quer do que, consciente ou inconscientemente, se silencia."* Por isso, *"a historiografia, com as suas escolhas, valorizações e esquecimentos, também gera a "fabricação" de memórias, pois contribui, através do seu cariz narrativo e da sua cumplicidade, directa ou indirecta, com o sistema educativo, para o apagamento ou secundarização de memórias anteriores, bem como para a refundação, sociabilização e interiorização de novas memórias*." CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, COIMBRA: Quarteto Editora, 2001, pp.50-55.

*juntamente un futuro que no podríamos forjar por separado. Hagamos un esfuerzo de realismo, aventurémonos en el mañana con el sentido de la orientación, de nuestra cultura, de nuestra lengua, de nuestra variedad enriquecedora, de nuestro carácter semejante, de nuestros valores democráticos idénticos."*Acrescentando, ainda, que deveriam fazer da história "*una referencia y no una carga pesada y absurda*", sublinhando que fora este o caminho que havia tomado o projecto de desenvolvimento desta obra.[143]

Nestas palavras de Luis Yáñez-Barnuevo, que constituem uma súmula dos princípios que deveriam orientar a política ibero-americana, destaquemos a referência que faz à união das suas forças, num processo de integração destes países – dizemos nós, tradicionalmente periféricos, na esfera política internacional – para ganharem uma voz política. Mas, para que esta união fosse possível, era necessário ultrapassar as distorções e os estereótipos que, de ambos os lados do Atlântico, a historiografia foi produzindo e alimentando.

5.1. Perspectivas de Ibero-América

Segundo assinala o grande mentor desta iniciativa Uslar Pietri, o objectivo final desta obra[144] era procurar responder a três questões: "*¿Existe una comunidad iberoamericana?", "¿Se la puede conocer?"* e *"¿Qué debemos hacer com ella?"*.[145]

Uslar Pietri destaca o facto de esta obra não se ter realizado *"desde un punto de vista español, o venezolano, o cualquiera outro que pudiera ser sesgado. Es la observación de una evolución, de una realidad que evoluciona desde el siglo XVI hasta hoy. También de un mestizaje cultural",* acrescentando que esta ideia de comunidade que a Espanha pretendia levar a cabo não era nova, dado que já Bolívar a preconizara. Por isso, o importante era "*evitar, y creo que lo hemos conseguido, visiones parciales*."[146] Essa ideia sublinhada por este intelectual venezuelano é muito importante, vindo ao encontro daquilo

[143] Consulte-se o já artigo "*La historia como referencia"*, do El País. Assinala, ainda, que fora este foi o caminho tomado pela acção política do governo espanhol e que muitas vezes não é bem compreendido.

[144] Segundo Uslar Pietri assinala, no já referido artigo do *El País*, intitulado *"Uslar Pietri:* ***"Iberoamérica, una comunidad",*** *es la historia de un mestizaje cultural","La obra (...) despliega el tiempo histórico que media entre el siglo XV hispano hasta la diversidad de universo latinoamericano en el siglo XX."* Assim sendo, estruturada em períodos cronológicos e blocos temáticos, a obra termina com o capítulo designada "*Hoy – Unidad y diversidad. La necesidad y las posibilidades de integración. Aspiraciones de la comunidad ibérica ante el mundo de hoy. Qué somos, com qué contamos y qué podríamos ser*". Será, pois, a partir deste capítulo que desenvolveremos este ponto 5.1. "*Perspectivas de Ibero-América*." Nos Anexos, apresentamos a *tabela nº5:Os temas abordados em* ***"Iberoamerica, una Comunidad"***, p. 61.

[145] Quanto às duas primeiras questões, o escritor venezuelano considera-as perguntas sem resposta. Em relação à última, para Uslar Pietri é fundamental.

[146] O intelectual venezuelano considerava, pois, que estas relações entre os vários países que compõem a comunidade tinham passado por várias etapas e que mesmo quando estas foram dominadas pelo distanciamento, como sucedera no século XIX, como vimos, a relação nunca deixou de existir devido àquilo que denomina de "*herencia histórica*." Consulte-se o documento nº 3, nos Anexos, p.

que temos vindo a expor. Uma visão de conjunto seria, pois, um ponto de partida, para a eliminação de visões distorcidas.

Como assinala Arturo Uslar Pietri, na introdução desta obra: "*Este libro cuenta la historia de una comunidad muy pocas vezes contada, la comunidad que, desde fines del siglo XV, comenzó a formarse a una y outra ribera del Atlántico, com cuatro pólos de acción, España y Portugal, del lado europeo, y la América española y Brasil del lado americano.*"[147] Aliás, a pouca frequência com que esta *história* havia sido contada, estava certamente associada ao tipo de relacionamento que, um dia, os membros desta Comunidade haviam tido, caracterizado pela dominação. Com os processos de independência e como forma de se diferenciarem face ao antigo colonizador, crescem esses estereótipos. Mas o escritor venezuelano acrescenta que, uma vez "*Reconocida la existencia de esa comunidad creada por la historia seria inconcebible no realizarla en plenitud con elevación de critério y realismo político para definir los objetivos deseables y alcanzables*".[148] Uslar Pietri considerava, pois, que com a aproximação do V Centenário este projecto se tornava ainda mais exigente e imperativo, referindo também a dificuldade em adoptar-se um nome que definisse a comunidade, *"porque cada nombre propuesto despierta los fantasmas de no concluídas experiencias."*[149]

Por isso, tendo consciência de que a *"historia no se inventa",* Sílvio Zabada considerava que era olhando para a herença assente na história, geografia e economia e sabendo a partir daí tirar lições que a Comunidade poderia sobreviver e fortalecer-se. *"Los peligros y las esperanzas se presentan reunidos e como siempre, será la calidad del desígnio y voluntad de perduración y de mejora, las que decidirán el futuro."*[150]

Fazendo referência à ideia de unidade na heterogeneidade constitui uma das características-chave desta região, Enrique Barba questiona-se sobre quais os caminhos que poderiam tomar os processos de integração entre os países latino-americanos, o que fazer frente ao cenário de incertezas que dominava e quais os objectivos que esta comunidade deveria ter no cenário internacional. Segundo ele, "*La Comunidad Ibérica quiere ser escuchada y respetada en los foros internacionales, quiere un orden económico*

---

[147] USLAR PIETRI, Arturo, *Iberoamérica, una comunidad*, MADRID: Ediciones de Cultura Hispánica, vol.1, p.23.
[148] *Idem, ibidem*, vol.2, p. 841.
[149] *Idem, ibidem*, vol.1, p.45. *"La inminente ocasión del Quinto Centenario del 12 de octubre de 1492 hace todavia más exigente y peremtoria esta acción. La viva sensibilidad para el pasado, tan reveladora de su peculiar vivencia, que ha caracterizado la comunidad, que se manifiesta aún para adoptar un nombre, porque cada nombre propuesto despierta los fantasmas de no concluídas experiencias: Hispanoamérica, Iberoamérica, América Latina, la Outra América, Mundo Ibérico, Mundo Hispánico, Amerindia, Indoamérica, la Raza Cósmica, pêro que sabe que tiene que ponerse de acuerdo en un destino, esa comunidad que por un extremo toca la Comunidad Europea y, por el outro, com la Americanidad, manifiesta su hiperestesia ontológica en el próprio y significativo debate sobre la designación y significación de la fecha."*.
[150] *Idem, ibidem,* vol.2, p. 849.

*internacional más justo, un mundo libre del peligro de una guerra nuclear. También poco quiere, en lo interno, proyectos hegemónicos sino un trato recíproco, igualitário, respetuoso y mutuamente provechoso."*O intelectual argentino faz, pois, referência à necessidade da comunidade marcar a sua posição, a nível internacional, sendo necessário estabelecer a referida base democrática e plural. [151]

Para Joaquim Verissimo Serrão, seria a partir do legado ibérico no *Novo Mundo* que se deveriam desenvolver os "*lazos de una alianza",* que *"teniendo Europa como estructura geográfica e histórica, haga de la América española y portuguesa un espacio de confluencia en el mundo de mañana,"*numa referência à janela de oportunidades que, à partida, se abriria com a pertença dos países ibéricos às comunidades europeias que se traduziria num estímulo às relações com a América Latina. [152]

Finalmente, José Manuel Pérez Prendes perguntava-se quais os caminhos de integração que seriam mais adequados a esta comunidade.*"(...)Se trata de, una vez, asumido el espiritu específico que hace ser Comunidad al mundo iberoamericano, presente tal rasgo fuera, e infundirlo dentro; de practicar el iberoamericano como voluntad de norma ética. Es un combate difícil y diversificado, que se prolongará por siglos. Pero la peculiar forma en que cada una de sus batallas se libra, no debe hacer nunca perder la conciencia de que no es ella episodio aislado, sino pieza de un conjunto. (...)"*[153] Era, pois, necessário *praticar* essa ideia do que significa ser *ibero-americano*, para, depois, se poder pô-la em prática.

6. *O processo de institucionalização das cimeiras*

Pelo que se expôs, a ideia de construir uma Comunidade Ibero-americana de Nações surge, no período de transição espanhola para a democracia, constituindo-se como o seu ponto forte, em matéria de política externa. Os anos de 1980 dariam um primeiro passo concreto para a realização deste projecto com o *Encontro na Democracia*, possibilitado justamente pelo processo de democratização espanhol que se apresentava como exemplo para os latino-americanos. Debater sobre qual a utilidade de uma entidade como a *Comunidade Ibero-americana de Nações* que se pretendia formar, junto dos outros interessados, ganhava, então, carácter de urgência para perceber, por um lado, quais os seus objectivos e interesses comuns e, por outro lado, se este organismo poderia ou não ser levado a cabo, ou se, na verdade, constituía apenas um objectivo espanhol.

[151] *Idem, ibidem,* vol.2, pp.829-832.
[152] *Idem, ibidem*, vol.2, pp.841-843.
[153] *Idem, ibidem*, vol.2, pp.832-838.

Apesar desse esforço, a sua realização parecia ainda inviável. Como sabemos, o cenário internacional não era o mais propício, devido ao clima de guerra fria. E, por outro lado, o conjunto dos países latino-americanos era bastante heterogéneo, o que dificultava o desenvolvimento de uma "*estructura de complicidades",* nas palavras de Felipe González.

Neste contexto, apenas a diplomacia espanhola acaba por apostar fortemente nesse objectivo, daí que Raúl Andrés Sanhueza Carvajal defina este período, no processo de construção da comunidade, como "esfuerzo unilateral de España."[154] Na verdade, a ideia de celebrar uma cimeira, por ocasião do V Centenário, reunindo todos os chefes de Estado e de Governo dos países latino-americanos, afirmava-se, então, como o mote para realização dessa *comunidade.* Seria, pois, o momento-chave para se afirmar de forma solene e multilateral os princípios da democracia e do desenvolvimento como inspiradores de relações mútuas baseadas na concertação e cooperação e lançar as bases que permitissem a criação de um espaço comum ibero-americano, baseado na partilha da história, da cultura e da língua.

Mas, para que este projecto fosse, finalmente, levado a cabo, foi fundamental a viagem dos Reis de Espanha ao México. Nesta visita, o então presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, propõe que, em vez de se celebrar essa reunião, em 1992, fosse institucionalizada uma reunião anual, com ânimo de permanência, oferecendo o seu país como sede da primeira. Estava, assim, constituído o primeiro concerto ibero-americano, ligando a Espanha e o México, na iniciativa da sua concretização, só ficando completo com a união do Brasil, formando-se a chamada *troika*. [155]

A posição do México constituiu talvez o sucesso deste projecto. De facto, não ser a Espanha a anfitriã da primeira cimeira, numa data com tanto significado para os seus envolventes, permitiu eliminar qualquer relação directa à comemoração do V Centenário, que pudesse constituir uma forma de ela pretender valorizar o seu feito histórico de ter descoberto e colonizado, boa parte do continente americano. Além disso, a deslocação da primeira cimeira de Madrid para Guadalajara permitiu, de algum modo, reduzir, mas nunca anular, a posição hegemónica da Espanha, nesta comunidade, dado que não era ela a tomar, verdadeiramente, a iniciativa.[156]

Até se chegar à actual designação de Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, coloquialmente, chamada de Cimeira ou Cúpula Ibero-Americana, os mandatários estudaram várias denominações oficiais como Cúpula Ibero-Americana, de

---

[154] SANHUEZA CARVAJAL, *Raúl Andrés, Las cumbres iberoamericanas: comunidad de naciones o diplomacia clientelar?,* SANTIAGO DE CHILE: Editorial Universitária y FLACSO – Chile, 2003, p.24.
[155] ARENAL, Celestino, "Balance y perspectivas de cuatro primeras cumbres", in *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época),* nº 89, 1995, p.39.
[156] *Idem, ibidem,* p.40.

Grupo Ibero-Americano e Conferência Hispano-Luso-Latino-Americana.[157] Mais uma vez a terminologia a adoptar para designar um grupo parece não ser fácil e até algo controversa.

6.1. As dificuldades do processo de institucionalização das cimeiras [158]

Pela análise que temos vindo a desenvolver, é facilmente perceptível o papel de protagonista que a Espanha desenvolve desde o primeiro momento, na concretização deste projecto.[159] Como Celestino del Arenal afirma: "*La celebración de las Cumbres Iberoamericans de Jefes de Estado y de Gobierno, a partir de 1991, constituye un paso transcendental en las relaciones entre España e Iberoamérica. Con las cumbres iberoamericanas, llamadas oficialmente Conferencia Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, España en el marci de la meta final de la Comunidad Iberoamericana de Naciones, culmina el principal objetivo diplomático de la política iberoamericana que se habrá puesto en marcha en 1976, primero por los Gobiernos centristas y después por los Gobiernos socialistas. En última instancia, se culmina todo un proceso histórico de acercamiento a Iberoamérica, fraguado desde finales del siglo XIX, cargado de encuentros y desencuentros, de recelos y de ignorâncias mutuas."*[160] Cabe então perguntar qual o significado efectivo destas cimeiras e como foi o processo que conduziu à sua institucionalização?

Segundo Celestino del Arenal, este processo pode ser dividido por três etapas fundamentais, quanto à sua evolução, estagnação ou regressão. O primeiro inicia-se com as cimeiras de Guadalajara (1991) e Madrid (1992), que podemos considerar de cimeiras

---

[157] Existiu alguma controvérsia por parte dos líderes políticos portugueses quanto à denominação de Ibero-América. No entanto, importa destacar que Mário Soares, na sua intervenção, na primeira cimeira, é da opinião de que *"a presença de Portugal e do Brasil na Cúpula de Guadalajara representa, no plano cultural e político, um fator de importante significado: a aceitação de que na Ibero-América há duas línguas -o castelhano e o português — e uma solidariedade natural resultante das raízes comuns, da proximidade das culturas e da identidade dos laços entrecruzados pela história e a vizinhança geográfica" e esclareceu categoricamente que "Portugal também é também Ibero-América*"". in www.cumbresiberoamericanas.org (10-01-2011).

[158] Neste ponto, centrar-nos-emos, sobretudo naquilo que Celestino del Arenal tem escrito sobre o processo de institucionalização das cimeiras. Outros investigadores também têm dado o seu contributo, no desenvolvimento desta temática. No entanto, parece-nos que são trabalhos que vêm na sequência da obra do catedrático da Universidade Complutense de Madrid. Neste contexto, insere-se, a título de exemplo, a obra do chileno, Raul Sanhueza Carvajal, *"Las cumbres iberoamericanas: comunidad de naciones o diplomacia clientelar?".* Ainda que na obra de Celestino sintamos uma certa apologia do projecto espanhol e na obra do investigador chileno, a visão seja a dos *outros*, que sentem o projecto espanhol como uma comunidade que a Espanha quer criar, para desenvolver a sua influência, sendo bem expressiva a expressão "*diplomacia clientelar*". Cf. SANHUEZA CARVAJAL, Raul, "*Las cumbres iberoamericanas: comunidade de naciones o diplomacia clientelar?", op. cit.*, pp. 23-108.

[159] Como Celestino del Arenal afirma: "*El proceso de institucionalización de las Cumbres Iberoamericanas refleja mejor que cualquier outra dimensión su problemática de fondo, por cuanto que en dicho proceso convergen tanto el protagonismo de España como el interés (o desinterés) de los países latinoamericanos."* ARENAL, Celestino del, "Las cumbres iberoamericanas: el largo y difícil camino hacia su institucionalización", in *América Latina Hoy,* nº40, 2005, p.57.

[160] ARENAL, Celestino, "Balance y perspectivas de cuatro primeras cumbres", in *Revista de Estudios de Estudios Políticos (Nueva época),* p.89, 1995, *op.cit.,* p.35.

fundacionais, onde se consagra a existência de uma estrutura institucional flexível e não permanente, que rapidamente se revela insuficiente para a sua consolidação. O segundo momento realiza-se com as Cimeiras do Porto (1998) e Havana (1999) com a criação da Secretaria de Cooperação Ibero-americana – primeira estrutura institucional permanente das cimeiras. O último acontece com as Cimeiras de Bávaro (2002), Santa Cruz de la Sierra (2003) e San José da Costa Rica (2004), pondo em marcha a criação da Secretaria Geral Ibero-americana, que pressupõe um salto decisivo no processo de institucionalização das cimeiras.[161]

Além disso, numa outra obra, o mesmo autor apresenta-nos o percurso das cimeiras, do ponto de vista da liderança desempenhada pela Espanha, nesse processo. Assim sendo, e segundo Celestino del Arenal, temos, inicialmente, um período em que a Espanha desempenha uma liderança que qualifica como *exemplificadora,* que coincide com o período das cimeiras fundacionais, seguindo um período de *declínio*, para os anos de 1993 a 1996. No entanto, este declive é de apenas três anos, dado que a Espanha rapidamente recupera a sua *hegemonia*, primeiramente, de forma *multilateral*, e com isto, o autor pretende significar que instrumentaliza os outros países a tomarem iniciativas que ela própria pretende tomar e posteriormente, essa *hegemonia* torna-se *unilateral*, o que coincide com o desenvolvimento da política norte-americana na região latino-americana e com uma tendência espanhola para alinhar com os EUA, em matéria de política externa.[162]

6.1.1. As cimeiras de Guadalajara e Madrid

As duas primeiras Cimeiras tiveram, então, um claro carácter *fundacional ou constituinte*, visível nas Declarações de Guadalajara e Madrid. Na verdade, nelas ficaram consagrados os princípios que deveriam inspirar a actuação dos países ibero-americanos e são aprovados alguns programas de cooperação ibero-americana. Formava-se, assim, um fórum de diálogo e concertação política e de cooperação ibero-americana, integrado por dezanove países latino-americanos e dois países europeus de língua espanhola e portuguesa, que pretendia ser a base da constituição de um espaço comum ibero-americano.

Em relação ao formato institucional que as Cimeiras deveriam ter, a opção recai sobre uma estrutura flexível e não permanente, baseada fundamentalmente na existência da *Secretaria Pro Tempore,* que caberia ao país que organizasse a correspondente cimeira e

[161]ARENAL, Celestino del, "Las cumbres iberoamericanas: el largo y difícil camino hacia su institucionalización", in *América Latina Hoy,* ano/vol. 40, SALAMANCA: Universidad de Salamanca, p.58.
[162] Nos Anexos, poderá ser consultada a *tabela nº6: A história das cimeiras (1991-2005),* onde analisamos as cimeiras através do percurso que tomou a liderança espanhola, p.66. Além disso, apresentamos também a *tabela nº 7: Temas centrais das cimeiras*, onde percebe quais os objectivos gerais destas reuniões, pp. 67.

que, por isso, necessitava de sede fixa e estruturas burocráticas. Como afirma Celestino del Arenal, "*el éxito inicial de este proceso fue posible gracias la estrategia española descansó en la práctica de un liderazgo ejemplificador por parte de los gobiernos socialistas, basado, por un lado, en la afirmación de un protagonismo por parte de España necesario para la puesta en marcha de las cumbres y, por otro, en la búsqueda de concertación y consenso con los países iberoamericanos y en el estabelecimiento de una relación igualitaria con los mismos, que eliminase cualquier reticencia a dicho liderazgo."*[163]

As quatro Cimeiras seguintes são marcadas por um certo marasmo, que pode ser explicado por alguma perda de protagonismo da Espanha, que vai tendo dificuldade em equilibrar os seus interesses na política ibero-americana com a sua pertença à União Europeia. Apesar disso, a Espanha continuará a ser o principal motor desta Comunidade, apresentando as iniciativas principais, com vista à concertação e consenso entre os países ibero-americanos. Nesta linha, inscreve-se a aprovação, na V Cimeira, em Bariloche, do *Convénio para a Cooperação*, que estabelece os seus princípios reguladores e institucionaliza os seus mecanismos e procedimentos. Podemos analisar esta iniciativa como um passo em frente, neste processo de institucionalização da cooperação ibero-americana. Segundo Celestino del Arenal, o declínio que as Cimeiras conhecem, no período de 1993 a 1996, veio sublinhar a importância da Espanha para o desenvolvimento deste projecto, bem como o escasso interesse que alguns países ibero-americanos nele depositam.[164]

De facto, e como assinala Celestino del Arenal, num outro artigo, "*Esse interés, sin embargo, ha ido disminuyendo progresivamente a medida que nos acercábamos al siglo XXI, como consecuencia de los cambios que se han producido en el escenario mundial, en el escenario latinoamericano y en el escenario de la relaciones entre España y América Latina (...). En este sentido, por un lado, es evidente que la diversificación de las relaciones internacionales de América Latina que se ha producido a lo largo de la década de los años noventa del siglo XX, en relación especialmente a Europa y a la región Asia-Pacífico, y la multiplicación de la diplomacia en la cumbre, han devaluado considerablemente a los ojos de los latinoamericanos el sentido y utilidad de las Cumbres Iberoamericanas en el actual escenario internacional.*" Na verdade, haviam surgido outras cimeiras que pretendiam enquadrar e abordar as problemáticas dos países latino-americanos, o que dispersaria o interesse latino-americano por relações com outros parceiros. *"Por outro lado, es también patente que los intereses comunes implicados,*

[163]ARENAL, Celestino del, "Las cumbres iberoamericanas: el largo y difícil camino hacia su institucionalización", in *América Latina Hoy, art. cit.*, p. 61.
[164] *Idem, ibidem*, p. 62.

especialmente de naturaleza política y cultural entre los países participantes en las Cumbres Iberoamericanas fueron desde el principio débiles y poco importantes en relación a los problemas y cuestiones políticas y económicas que más interesan a dichos países, dadas las limitaciones derivadas de la pertenencia de España y Portugal a la Unión Europea y de la pertenencia de los países latinoamericanos a diferentes mecanismos de integración y cooperación económica americanos." Além disso, *"la contradicción entre la iberoamericanidade y la europeidad de la política latinoamericana de España"* também contribuiu para a perda de interesse dos latino-americanos. Celestino del Arenal refere ainda que, em matéria de cooperação e concertação, as questões abordadas não são as mais relevantes, no que toca aos principais problemas e desafios que têm em mãos. Por fim, a própria liderança espanhola que se verifica fundamental para o desenvolvimento das cimeiras, leva também consequentemente à contracção dos próprios países latino-americanos. [165]

6.1.2. As Cimeiras do Porto e de Havana e a criação da SECIB

A Cimeira do Porto, realizada em 1998, recupera algum dinamismo a este processo, trazendo novamente a Espanha para o lugar de protagonista nesta Comunidade. Na verdade, através do argumento de que é a representante dos interesses latino-americanos na UE, a Espanha recuperará a sua liderança. Com efeito, a importância da Cimeira do Porto para institucionalização das cimeiras está associada à aprovação da criação da Secretaria de Cooperação Ibero-americana (SECIB), cuja estrutura e funções seriam aprovadas na Cimeira seguinte, em Havana. [166]

Como referimos, nesta nova etapa, a Espanha recupera a sua liderança, adoptando, um *protagonismo hegemónico multilateral* que "*se caracterizará porque al tiempo que se pretende actuar hegemónicamente, marcando sin tapujos la dinámica y la agenda de las cumbres, se busca el consenso y la concertación com los principales países iberoamericanos, procurando que as iniciativas españolas cuenten previamente con su*

[165] *Idem*, "De la Cumbre Iberoamericana de San José de Costa Rica (2004) a la Cumbre Iberoamericana de Salamanca (2005)", Documento de Trabajo, Area: América Latina 5/2005, in *Real Instituto Elcano* disponível em www.realinstitutoelcano.org (11-12-2010).

[166] Refira-se que os principais objectivos deste organismo eram, pois, dar continuidade aos programas de cooperação aprovados nas cimeiras, apoiar os responsáveis nacionais da cooperação ibero-americana, colaborar com a Secretaria Pro Tempore na preparação dos conteúdos da cimeira, promover a difusão e informação pública da cooperação ibero-americana, integrar e interligar os actores sociais no sistema ibero-americano de cooperação, identificar fontes de financiamento para os programas e contribuir para a consolidação da consciência de pertença à comunidade ibero-americana de nações. ARENAL, Celestino, "Las cumbres iberoamericanas: el largo y difícil camino hacia su institucionalización", in *América Latina Hoy*, art. cit. p. 62.

apoyo o al mismo no con su oposición." [167] De facto, esta *liderança hegemónica multilateral* espanhola procurava o consenso e concertação entre os Estados e, apesar de suscitar alguns receios, acabava por ser minimamente consensual entre eles. [168]

6.1.3. De Bávaro a San José da Costa Rica e criação da SEGIB

O terceiro momento do desenvolvimento das Cimeiras ibero-americanas tem lugar com proposta espanhola de criação da primeira Secretaria Geral para a Ibero-América (SEGIB). Trata-se, pois, de um passo decisivo para a consolidação deste projecto. No entanto, ele desenvolve-se num contexto novo, marcado por uma mudança de estratégia de Aznar para as Cimeiras, que abandona a *liderança hegemónica multilateral* e vai adoptar uma *liderança hegemónica unilateral*, o que, logicamente, provoca crescentes reticências nos países latino-americanos. [169]

Esta *liderança hegemónica unilateral* iniciada nas Cimeiras de Bávaro, de 2002 e Santa Cruz de la Sierra, de 2003, concretiza-se na apresentação de propostas de forma unilateral, produzindo efeitos negativos, do ponto de vista do interesse e utilidade das Cimeiras para os países latino-americanos, que sentiam que o carácter eminentemente espanhol das Cimeiras se acentuava a um ponto extremo. [170]

Além disso, esta nova política latino-americana espanhola é marcada por um paradoxo. Com efeito, se, por um lado, o governo de Aznar vai impulsionar de forma decisiva a institucionalização das Cimeiras com a criação da SEGIB, por outro lado, vai também debilitá-las, de forma clara, com a sua actuação *hegemónica unilateral* e mais ainda com seu alinhamento incondicional com os Estados Unidos. Na verdade, esta actuação contribuirá para aumentar as reservas dos países latino-americanos, relativamente à institucionalização deste projecto, para não falar do seu interesse pelas cimeiras.[171]

---

[167] José María Aznar, ao vencer as eleições gerais de 1996, teve consciência desde o primeiro momento da necessidade de voltar a dar um impulso às cimeiras, evitando, assim, o seu fim.

[168] A instrumentalização do governo de San Salvador com o apoio do México, é disso exemplo. De facto, por meio de San Salvador, Espanha apresenta uma iniciativa que condena expressamente o terrorismo da ETA, aprovada por todos os Estados, à excepção de Cuba. Pela primeira vez, a Espanha utiliza as cimeiras para resolver os seus problemas internos, quebrando uma regra não escrita, mas em vigor até então, de aprovar uma declaração sem o consenso de todos.

[169] A mudança de paradigma dominante na política ibero-americana tem de ser analisada à luz dos atentados terroristas de 11 de Setembro, quando Aznar passa a alinhar incondicionalmente com a administração Bush, remetendo para um segundo plano as relações com a América Latina. ARENAL, Celestino del, "Las cumbres iberoamericanas: el largo y difícil camino hacia su institucionalización", in América Latina Hoy, art. cit., p. 64.

[170] Já anteriormente havíamos apontado as razões do desinteresse latino-americano. Como é lógica, a supremacia espanhola deve ser acrescentada, neste campo.

[171] Idem, ibidem, p. 66

Neste contexto, a iniciativa de Aznar de propor a Fernando Henrique Cardoso a elaboração de um relatório[172] que reflectisse sobre medidas e iniciativas concretas a adoptar para a institucionalização das Cimeiras foi também significativo, dado que os representantes mexicanos ficaram surpreendidos. Além disso, a própria dinâmica adoptada por Fernando Henrique Cardoso também não ajudou, dado que não houve representação governamental, na comissão que realizou o relatório de todas as regiões que compõem a Comunidade. É certo que não estava prevista essa representação, mas alguns países desconhecendo esse facto e não se vendo representados, acabaram por interpretar assim, o que veio a agravar este clima. [173]

Por isso, a medida mais importante que o Relatório Cardoso vem propor é a criação da SEGIB. Projecto que, na verdade, é de iniciativa espanhola. A SEGIB pretendia, pois, fortalecer e dar maior coesão à Comunidade Ibero-americana, contribuindo, assim, para a sua projecção internacional. Tratava-se, assim, de um passo significativo para dotar a Comunidade de perfil e funções políticas, aumentando, por um lado, a sua visibilidade e, por outro lado, melhorando a eficácia e o funcionamento das Cimeiras. [174] No entanto, e devido à falta de consenso quanto à sua utilidade, ao mesmo tempo que esta nova entidade constitui um avanço neste processo, as reservas dos países latino-americanos limitam a sua dimensão política. [175]

O afastamento de Aznar do poder daria um novo rumo à política latino-americana espanhola. Na verdade, a vitória de José Luís Zapatero é muito bem acolhida na América Latina que espera uma maior sintonia entre os países ibero-americanos e o fim da política espanhola de alinhamento com os EUA. Além disso, o governo socialista vai estabelecer, desde o primeiro momento, contactos com os países latino-americanos, no sentido de perceber os seus interesses e preocupações. Por isso, a política de Zapatero procurará

---

[172] Este relatório ficaria, pois, conhecido por Relatório Cardoso. O seu resultado deveria ser apresentado na Cimeira de Santa Cruz de la Sierra, o que aconteceria em 2003. "*En conclusión, fue por acreditar en el futuro de la Comunidad Iberoamericana y en el mecanismo de Cumbres como necesario para fortalecerlas que acepté el desafio de presidir el referido grupo de trabajo. (...). Mantengo el optimismo de que nuestra comunidad, construída sobre sólidos cimientos democráticos y amparada por una visión generosa y diversificada de la vida internacional, tendrá siempre un papel importante a desempeñar en un mundo en que el pluralismo parece perder terrreno."*CARDOSO, Fernando Henrique, "Las Conferencias de Cúpula Iberoamericanas", in *América Latina Hoy*, ano/vol. 40, SALAMANCA: Universidad de Salamanca, 2005, pp.51-52.

[173] *Idem, ibidem,* p.67. Este relatório seria apresentado numa reunião especial que reuniu os Ministros das Relações Externas dos países ibero-americanos, realizada com o objectivo de tratar deste assunto, no Estoril, em Outubro de 2003. Contudo, após a sua apresentação, praticamente não houve discussão. Assim sendo, o relatório seria aprovado quase sem discussão e sem se procurar estabelecer um consenso em relação a ele.

[174] Seria necessário esperar pela cimeira de San José (2004), para que os representantes dos países ibero-americanos discutissem quais as suas funções. No entanto, na cimeira de Santa Cruz de la Sierra (2003) já estaria delineada a sua estrutura, que procurava, justamente, garantir às cimeiras maior operacionalidade do que aquela que a sua antecessora SECIB pusera em prática.

[175] CARDOSO, Fernando Henrique, "Las Conferencias de Cúpula Iberoamericanas", in *América Latina Hoy*, ano/vol. 40, *art. cit.,* p.68.

recuperar essa concertação política com a América Latina, quer ao nível das relações bilaterais, quer no que toca às relações multilaterais. Neste sentido, interessar-se-á mais por interesses sociais, não esquecendo os económicos, estimulará uma *liderança partilhada* e reforçará as relações da América Latina com a União Europeia. [176]

Assim sendo, o principal resultado da Cimeira de San José é, pois, para lá da aprovação do Estatuto da SEGIB que pressupõe a consolidação das Cimeiras, o restabelecimento da concertação com os principais países latino-americanos, através dessa *liderança partilhada* que Zapatero procura desenvolver com o objectivo de que na Cimeira de Salamanca, que se seguiria, se pudesse pôr em marcha a SEGIB, o que permitiria "*mirar optimistamente el futuro de las Cumbres Iberoamericanas."*[177]

Ao longo deste capítulo, procurámos explicar de que modo se desenvolveu a política ibero-americana desde o processo de definição da democracia em Espanha ao processo de institucionalização das Cimeiras Ibero-americanas de Nações. Mas poderemos já falar da existência de uma Comunidade Ibero-americana de Nações? Estará esta realidade enraizada no contexto das relações internacionais como actor político? E as pessoas? Terão já os povos ibero-americanos interiorizado um sentimento de pertença a esta comunidade? Estas são apenas algumas das questões que procuraremos analisar, no próximo capítulo.

No entanto, referimos já, de antemão, que será uma tarefa difícil. Este novo actor que se pretende afirmar no cenário internacional ainda não está verdadeiramente presente nessa conjuntura, dado que a comunidade se institui como um processo complementar aos próprios processos de integração, em que os Estados-membros de ambos os lados do Atlântico estão envolvidos, o que, por si só, limita a sua actuação. Por outro lado, também não é fácil desenvolver sentimentos de pertença a regiões tão distantes. A experiência comprova, pois, que a base para a formação de organismo internacional, para lá da partilha de valores comuns, deve assentar em objectivos comuns, difíceis de definir numa comunidade, cuja diversidade económica e política é uma característica marcante.

[176] *Idem, ibidem,* pp.68-69.
[177] *Idem, ibidem*, p.71.

Cap. III – Existe uma Ibero-América?

Ao longo do nosso trabalho, procurámos explicar o contexto em que se desenvolvem as relações espanholas com a América Latina, no período que medeia entre o século XIX e o século XX. Entre outros pontos, abordámos o facto de não haver unanimidade quanto ao termo a utilizar para definir estas relações, nem quanto àquele que deveria ser usado para denominar a própria região. Analisámos ainda o percurso que conduziu à definição da política ibero-americana, levada a cabo no período da democracia espanhola, desde o seu processo de transição até ao desenvolvimento do projecto de institucionalização das cimeiras. A pergunta que se coloca, agora, é, então, aquela que Alicia Fraerman havia feito: "¿*Existe Iberoamérica*?"[178] Será a política ibero-americana verdadeiramente uma política de povos ou será, acima de tudo, uma política de Estados? Poder-se-á falar em Comunidade Ibero-americana de Nações ou esse apelo a sentimentos de pertença que partilham os membros desta Comunidade e que os poderia mover para o desenvolvimento de acções concretas é pouco mais do que uma estratégia política de afirmação internacional do seu líder?

Neste capítulo, privilegiaremos questões relacionadas com identidade, procurando perceber de que forma as Cimeiras têm contribuído para o desenvolvimento de uma identidade ibero-americana, bem como para a criação de sentimentos de pertença. A nossa análise assentará, sobretudo, na leitura que os políticos ibero-americanos fazem deste projecto, qual o balanço que nos apresentam da Comunidade, o que ela significa para eles ou qual a importância das Cimeiras. Estas são, pois, algumas das questões a que procuraremos dar resposta. Ao contrário das perguntas que colocámos na abertura, para as quais, certamente, não teremos uma resposta concreta, nem definitiva.

Sobre a temática do processo de construção da Comunidade Ibero-americana de Nações, destacámos o protagonismo que, de uma forma mais activa e declarada ou mais calma e disfarçada, a Espanha desempenhou, desde o primeiro momento. Assim sendo, se o objectivo era a construção da Comunidade Ibero-americana de Nações, o que terá levado, então, a que este processo tivesse redundado na mera institucionalização das Cimeiras? Ora, esta questão encerra, em si mesma, algo de paradoxal. Se, por um lado,

[178] Este é o título do artigo de Alicia Fraerman.

este processo atingiu, por ora, o seu ponto máximo, com a institucionalização das Cimeiras, enquanto espaço de diálogo, concertação, cooperação e solidariedade, por outro lado, são as próprias Cimeiras que reconhecem, afirmam e reafirmam a existência dessa mesma Comunidade, como vimos, logo em Guadalajara, onde os seus mandatários declaram: "*Representamos un vasto conjunto de naciones que comparten raíces y el rico patrimonio de una cultura fundada en la suma de pueblos, credos y sangres diverso. A quiñientos años de distancia de nuestro primer encuentro, y como uno de los grandes espacios que configuran el mundo de nuestros dias, estamos decididos a projectar hacia el tercer milénio la fuerza de nuestra comunidade*", deixando, também, bem clara a intenção de projectarem a sua "*fuerza*" para o futuro.[179]

Para Celestino del Arenal, a ideia de Comunidade desenvolvida pelas Cimeiras não é um objecto meramente baseado na história, nem uma ideia desenvolvida por intelectuais. Trata-se, pois, de algo actual e em processo de construção permanente e, como tal, o projecto das Cimeiras apenas constitui um ponto de partida. Nas suas palavras, a Comunidade "*No es algo abstracto, sino una realidad concreta, que tiene unas raices históricas, un contenido político, sociológico y cultural plenamente configurada, sino una realidad abierta y com proyección de futuro, que hay que continuar afirmando y desarrollando dia a dia.*"[180]

A Comunidade Ibero-americana de Nações baseia-se, assim, de acordo com este autor, *"en el entramado de interacciones de todo tipo, históricas, linguísticas, culturales, económicas y sociales*"[181] que se estabelecem entre os países ibero-americanos, e que são fundamentais para se compreender o seu alcance e significado. Deste modo, a Comunidade encontra a sua razão de ser nas interacções históricas que se foram desenvolvendo e afirmando desde a descoberta da América. Essas interacções são, pois, responsáveis pela partilha de duas línguas comuns que, por sua vez, contribuíram para o desenvolvimento de uma cultura e valores partilhados. Por isso, e apesar de todas as contradições inerentes a esse processo de intercâmbio traçado desde 1492, a verdade é que ele foi responsável pelo desenvolvimento de uma cultura comum. Neste contexto, e como Celestino del Arenal aponta, a partilha de duas línguas comuns – o espanhol e o português – constitui uma das características identitárias mais

[179] Declaração de Guadalajara, disponível em www.cumbresiberoamericanas.com ou em www.segib.org (11-12-2010).
[180] ARENAL, Celestino del, "La Comunidad Iberoameriana de Naciones," in Laboratorio Iberoamericano de Trabajo, DT 2009/1, p.1. (11-12-2010).
[181] *Idem, ibidem.*

importantes sobre as quais se baseia a Comunidade, dado o seu carácter irreversível, contrariamente à História que se pode ignorar ou reescrever, como vimos, no capítulo anterior. Na verdade, as línguas têm a capacidade de unir e aproximar os povos, gerando sentimentos, vivências, imagens e percepções comuns, contribuindo para o desenvolvimento de uma mundividência própria. Assim sendo, associada à história que levaria essas línguas para a América, fazendo os seus nativos apropriarem-se delas, as línguas são também responsáveis pelo desenvolvimento dessa cultura partilhada. No entanto, esta Comunidade é caracterizada por uma diversidade cultural que encontra as suas raízes, precisamente, no processo de mestiçagem, iniciado com a descoberta da América. Não foi por acaso que os países ibero-americanos elegeram o lema de Unidade na Diversidade que, como sabemos, é também o lema da União Europeia.[182]

Mas, apesar dessa heterogeneidade, a Comunidade Ibero-americana de Nações acabou por desenvolver traços de identidade próprios que a distinguem de outras comunidades, permitindo-nos constatar a sua existência. No entanto, até ao momento, apenas falámos de características de índole histórico-cultural e, recordando as palavras de Felipe González, era necessário desenvolver interesses comuns que permitissem à Comunidade criar uma "*estructura de complicidades."* Neste sentido, os *Encontros na Democracia* e a institucionalização das Cimeiras ibero-americanas são exemplos de iniciativas que demonstraram essa vontade.

1. *Entre afectos e interesses: há que criar "una estructura de complicidades"*

As Cimeiras Ibero-americanas têm sido o instrumento responsável pelo desenvolvimento de uma identidade própria, fazendo crescer vínculos e interdependências entre estes países e afirmar valores e princípios particulares. Simultaneamente, é nesses vínculos, interdependências, valores e princípios que se baseia a Comunidade Ibero-americana de Nações e que se desenvolvem à volta dessa mesma afinidade linguística e cultural que, como vimos, seria responsável pela partilha de imagens, percepções e valores comuns. Neste sentido, entre esses valores e princípios, encontramos a afirmação da democracia, dos direitos humanos, da igualdade jurídica dos Estados, da unidade na diversidade, do multilateralismo, do respeito pelo direito internacional, da solução pacífica dos conflitos, do compromisso com a paz, da

[182] *Vide idem, ibidem,* pp.2-4.

solidariedade ou da cooperação e do compromisso com o desenvolvimento e a justiça social.[183] Podemos concluir, então, que todos eles pertencem ao campo semântico da democracia que, no final de contas, seria a responsável por esta nova ideia de comunidade. Neste contexto, o termo "*Ibero-América*" encarnaria essa mudança de paradigma, demarcando-se da ideia de hispanidade.

Estes princípios e valores vão sendo assim afirmados, ao longo das Cimeiras, desde as *fundacionais* ou *constituintes*, à Cimeira de Salamanca (2005), onde seria ratificado o chamado "*acervo ibero-americano*"[184], que mais não é do que o acumulado de valores e princípios que imprimem à comunidade a sua identidade própria. É, neste sentido, que a Declaração de Salamanca estabelece que "*Los Jefes de Estado y de Gobierno de la Comunidad Ibero-americana de Naciones reunidos en su XV Cumbre en Salamanca, España, los dias 14 y 15 de octubre de 2005, ratificamos la totalidad del acervo iberoamericano integrado por los valores, princípios y acuerdos que hemos aprobado en las anteriores Cumbres. Estos se sustentan en la plena vigência y el compromiso com los propósitos y princípios consagrados en la carta de las Naciones Unidas, en nuestra adhesión al Derecho Internacional, la profundización de la democracia, el desarrollo, la promoción y protección universal de los derechos humanos, el fortalecimiento del multilateralismo y de las relaciones de cooperación entre todos los pueblos y naciones, y el rechazo a la aplicación de medidas coercivas unilaterales contrarias al Derecho Internacional.*"[185]

No entanto, o "*acervo ibero-americano*" é mais do que um conjunto de princípios, valores e compromissos que encontram a sua base na história, línguas e cultura comuns. Na verdade, ele resulta também da própria dinâmica de diálogo, concertação e cooperação ibero-americana desenvolvida pelas cimeiras, que lhes permitiu o seu progressivo desenvolvimento e afirmação. Ora, essa dinâmica própria é consequência da combinação do princípio da *Unidade na Diversidade* e que, segundo Celestino del Arenal, nos permite entender melhor o significado da Comunidade. Neste contexto, se, por um lado, a *unidade* define a Comunidade dentro do absoluto respeito pela soberania, personalidade, particularidades culturais e linguísticas e interesses próprios de cada Estado ibero-americano, delimitando, claramente, o sentido e o alcance

[183] *Idem, ibidem,* p.6.
[184] Nos Anexos, pode ser consultada uma sistematização dos princípios e valores que constituem o acervo iberoamericano. Veja-se a tabela nº8: O acervo ibero-americana, pp. 72-75.
[185] *Idem,ibidem,* p.7. Consulte-se a declaração de Salamanca, em www.segib.org ou em www.cumbresiberoamericanas.com (11-12-2010).

com que se coloca, na sua projecção prática. Por outro lado, a *diversidade* assegura o respeito pela soberania e pela personalidade de cada país participante e uma dinâmica para o futuro que se baseia no compromisso voluntário e livre dos povos e Estados ibero-americanos. Além disso, este princípio-chave permite-nos entender o reconhecimento da diversidade cultural que, dentro da sua unidade, caracteriza a Comunidade, como referimos anteriormente. Assim sendo, a Cimeira de Santa Cruz de la Sierra, de 2003 proclama: *"Reconocemos la riqueza de nuestra diversidade cultural como un valor fundamental de la Comunidad Iberoamericana.*" Neste sentido, constatamos que é o próprio princípio da *Unidade na Diversidade* que explica que a existência e operacionalidade da Comunidade Ibero-americana seja compatível com a presença de Portugal e Espanha na UE e dos países latino-americanos noutros mecanismos de integração e concertação regionais e sub-regionais.[186]

Por isso, os interesses desenvolvidos pelos países que compõem esta Comunidade derivam directamente do tal "*entramado de interacciones de todo tipo,*" de que nos fala Celestino del Arenal. Essas relações, não apenas as de carácter histórico, mas, também, as de ordem prática e actual, procuram responder aos problemas e desafios do nosso tempo, através da actuação de quatro vectores fundamentais que asseguram o funcionamento deste fórum – a cooperação, a concertação, a solidariedade e o diálogo.

Podemos, então, associar o "*acervo ibero-americano"* à "*estructura de complicidades*" que, segundo Felipe González era necessário estabelecer, pelo reconhecimento e afirmação desses valores comuns e também por ser fruto da própria dinâmica de concertação e cooperação ibero-americanas, indispensáveis para se chegar a acordos e traçar objectivos comuns.

2. Mas afinal o que é a Comunidade Ibero-americana de Nações?

¿Qué es la identidad iberoamericana? No lo sé. Y a lo major, nadie lo sabe. Por no saber, no sé ni siquiera qué es identidad de un pueblo (...)"[187]

José Saramago

Como em qualquer processo de definição de uma identidade, é mais fácil dizer aquilo que a Comunidade não é, do que propriamente aquilo que é. Saramago

[186] *Idem, ibidem,* pp.7-8.
[187] SARAMAGO, José, "El lado oculto de la luna" disponível em: http://www.fundacioncarolina.es/es-ES/areacomunicacion/noticias/noticias/Documents/Saramago%20en%20Iberoamerica%20XXI.pdf, p.3. (11-12-2010).

questiona-se assim sobre o que é a identidade ibero-americana e sobre o que é própria identidade, duvidando que alguém se sinta verdadeiramente ibero-americano, porque *"al decir soy iberoamericano, uno experimentaria un movimiento interior, una sensación igualitária y pacífica, seria como constatar que sí señor, soy efectivamente cincuenta por ciento de una cosa, cincuenta por ciento de outra, todo está en orden, se respeta la idea de idêntico que se contiene en el concepto de identidad."* [188]

Neste sentido, é através de um processo de decantação negativa que podemos chegar a uma definição daquilo que é a Comunidade, analisando aquilo que ela não é. Assim sendo, a Comunidade Ibero-americana de Nações não é uma aliança, nem um sistema de integração política ou económica e o seu desenvolvimento, também não seguiu um caminho semelhante ao percorrido pela *Commonwealht* britânica ou o da *Communauté française*. De momento, a Comunidade nem sequer está institucionalizada como uma organização internacional.[189]

Morantinos, Ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha, durante a Cimeira de Salamanca, considerava que as cimeiras não tinham o reconhecimento e o prestígio que deveriam ter, julgando que isso se devia ao desconhecimento sobre esta entidade. Assim sendo, afirma que "*Las Cumbres no son un proceso de integración, ni siquiera un espacio de libre comercio. Son simplemente (lo que, por cierto, no es poco) un ejercicio colectivo y un foro de encuentro de pueblos a los que une una identidad común, una historia compartida y una cierta visión del mundo basada en valores que todos reclamamos como propios."* Além disso, fazendo um balanço do processo de construção ibero-americana, refere que *"no hay, prácticamente, ningún aspecto de la actividad humana en el que no encontremos una multiplicidad de iniciativas, foros, encuentros y acuerdos de ámbito iberoamericano"*. Considera, pois, que foi *"De manera poco perceptible, y desde luego incomprendida"* que o espaço ibero-americano se foi desenvolvendo, tendo um enorme potencial que *"apenas empezamos a imaginar",* porque ainda há muito caminho por percorrer, concluindo, assim, que *"las Cumbres Iberoamericanas han hecho más que otras organizaciones internacionales basadas en criterios de identidad similares, como la Commonwealth o la Comunidad francófona, con las que la Comunidad Iberoamericana resiste ventajosamente*

[188] *Idem, ibidem,* p.6
[189] *Idem ibidem,* p.8

cualquier comparación, quizá, entre otras razones, porque sus señas de identidad son más sólidas y los valores compartidos más abundantes y homogéneos."[190]

Nas palavras de Celestino del Arenal, a Comunidade *"Es y se concibe como un "mundo", con sus propias señas de identidad, en razón de sus múltiples dimensiones, histórica, linguística, cultural, política, económica, social, que le son inherentes, y de sus múltiples y variados actores, pero también es y se plantea, al mismo tiempo, como una realidad sociológica, cultural, política y económica generadora de una dinâmica capaz de articular un espacio común voluntariamente integrado en algunos aspectos."*[191]

Neste sentido, percebemos que o seu âmbito não se reduz a uma simples Comunidade de Estados. Além disso, não se trata de uma exclusiva Comunidade político-diplomática integrada pelo conjunto dos países ibero-americanos, uma vez que é também uma Comunidade de povos, que engloba todas as sociedades ibero-americanas, com toda a diversidade cultural e linguística que as caracteriza. [192]

Esta entidade bi-regional apresenta-se, assim, como "*un entramado de interacciones de todo tipo"*[193], com o claro objectivo de unir esforços entre os países ibero-americanos, procurando articulá-los em torno de um projecto comum, afirmando valores e princípios que a inspiram, promovendo os interesses que a caracterizam de forma a desempenhar um papel significativo no cenário internacional. Por isso, a comunidade declara ter uma função transformadora que, através da afirmação e reconhecimento dos valores e princípios que partilha se propõe alterar, não só, a realidade interna dos países que a integram, mas, também, a realidade internacional em que está inserida. Apresenta-se, portanto, como necessária e benéfica para todos os países ibero-americanos, fazendo da solidariedade, da cooperação, da concertação e do diálogo, os principais vectores da sua actuação. [194]

Esta entidade constitui, então, uma realidade histórica, sociológica, cultural, política e económica, que existe, como tal, no actual cenário global. Trata-se, pois, de um projecto em processo de construção e, por isso, dotado de bastante dinamismo. Neste sentido, as suas políticas e programas, através dos quais a Comunidade se afirma

---

[190] www.elpais.com (10-11-2010). Veja-se nos Anexos o *documento nº6: O que é a Comunidade Ibero-americana de Nações?,* onde pode ser consultado o artigo do *El País* "*Más que Commonwealth o la Francofonia*" datado de 12/10/2005, da autoria de Morantinos, pp. 70-71.
[191] *Idem, ibidem,* p.8.
[192] *Idem, ibidem* pp.8-10.
[193] ARENAL, Celestino del, "La Comunidad Iberoameriana de Naciones," in Laboratorio Iberoamericano de Trabajo, DT 2009/1, p.1. (11-12-2010).
[194] *Idem, ibidem.*

e alarga o seu sentido, em todos os países ibero-americanos, vão-na tornando cada vez mais operacional.

No entanto, ainda é ainda necessário levar a cabo muitas mudanças, entre as quais se inscreve o alargamento do conhecimento mútuo. Só, assim, é possível superar as imagens, muitas vezes distorcidas, as reticências e os preconceitos, que alimentam uns dos outros e que, embora sejam fruto do passado, permanecem ainda no presente. Por isso, uma das suas bases deve ser o desenvolvimento comum dos problemas e desafios que enfrenta, concertando uma resposta conjunta.

Neste contexto, a partilha de interesses e valores, bem como a sua concretização em políticas, programas e acções, traduz-se na materialização prática do que é comum, contribuindo para se afirmar a própria ideia de Comunidade. Por outro lado, na sua tradução operacional, a Comunidade deve ser entendida como um projecto global, em que participam não só os governos, mas também a sociedade, isto é, os intelectuais, os professores, os cientistas e investigadores, em suma, as sociedades ibero-americanas, com todos os seus actores públicos e privados, individuais e colectivos. Só, desta forma, poderá vir a ter peso e influência na sociedade global actual.

A Comunidade é, então, uma entidade complexa e multidimensional, que abarca todos os âmbitos da actividade humana, em que participam actores governamentais e não governamentais da mais diversa natureza, com traços de identidade perfeitamente definidos. A sua existência é amplamente reconhecida pelas cimeiras. Participa no cenário actual internacional através de diversas actuações, de carácter governamental e não governamental, que não só tem um alcance a nível ibero-americano como se projectam também na própria cena internacional, demonstrando, como temos vindo a referir, que a Comunidade não só assenta nas bases históricas, culturais e linguísticas, como cada vez mais se edifica na referida estrutura de vínculos, interdependências e interesses de vária índole, especialmente política, económica e social, que se tem vindo a desenvolver. Assim sendo, a Comunidade tem vindo a tornar-se cada vez mais complexa e a amplificar a sua actuação, apesar de os países ibero-americanos ainda não terem sido capazes de articular as políticas adequadas a atender aos objectivos e interesses principais e mais urgentes dos povos ibero-americanos, tal como o narcotráfico ou a pobreza. [195]

[195] *Idem, ibidem*, p.15.

Trata-se, portanto, de uma Comunidade desenvolvida, sólida e eficaz em algumas das suas actuações, mas ainda pouco valorizada, sendo objecto de pouca atenção por parte dos seus políticos e sociedade civil, o que conduz também ao seu apagamento na cena internacional, apesar de todo o potencial de crescimento da região, como nos referiu Morantinos.[196]

Assim sendo, pela sua riqueza e complexidade, torna-se difícil caracterizar esta Comunidade se pretendermos apreender toda a sua multi-dimensionalidade. Foi, por isso, que partimos de uma definição muito simples, optando por ressaltar os seus traços mais significativos, como forma de entender melhor o que pressupõe e o que pode representar, num mundo em mudança, não só na perspectiva dos interesses e dos valores ibero-americanos como também da sociedade global. Os traços característicos que se esboçam estão, pois, intimamente ligados, não sendo possível entendê-los de forma isolada.

A Comunidade é, sobretudo, um espaço que se baseia na partilha de traços de identidade que, a nível institucional, facilitam a partilha de formas de pensar e de actuar, o que ganha relevância na hora de estabelecer consensos. As suas potencialidades derivam, pois, da sua identidade comum, especialmente a nível cultural e linguístico, apesar de todos os seus particularismos. Como tal, a criação de um espaço ibero-americano baseia-se nesses particularismos e nos fortes traços identitários, além de se edificar cada vez mais a partir da interacção económica, do intercâmbio cultural ou dos interesses políticos, levando a que a Comunidade deixe de ser meramente linguística e cultural e passe também a ser política, económica, cultural e social. [197]

Esta Comunidade desenvolveu-se e transformou-se, sobretudo, devido à combinação de uma série de factores que frequentemente deram o mote à discussão nas cimeiras. Falamos, pois, do aumento do investimento, da intensificação dos intercâmbios comerciais, dos movimentos migratórios e dos laços sociais que se geram. De facto, não são apenas as sociedades de destino que lucram com estas iniciativas, são também as sociedades de origem devido ao aumento do volume de remessas, decorrentes desses processos migratórios. Além disso, intensificaram-se também as redes científicas ibero-americanas, aprofundaram-se as relações político-diplomáticas e estabeleceram-se relações estratégicas entre estes países.[198]

---

[196] Consulte-se o já referido artigo do *El País* "*Más que Commonwealth o la Francofonia",* também disponível nos Anexos, pp. 70-71.
[197] *Idem, ibidem,* pp.1-24.
[198] *Idem, ibidem,* pp.3-6.

Além disso, a Comunidade é também um espaço de tolerância e pluralismo, como se refere na Declaração de Madrid : *"La identidad ibero-americana está fundada en la idea de la dignidad e igualdad de sus diversas culturas y en una concepción integral e libertadora del hombre y de la sociedad… Ni el racismo ni la xenofobia, que condenamos sin paliativos, pueden tener cabida en nuestros comportamientos e actitudes."* Já na Declaração de Guadalajara encontramos a referência a que *"en la aproximación respetuosa de nuestras diferencias y en la voz múltiple de nuestras sociedades",* que está aberta a todos os que partilham estes traços de identidade.[199]

A Comunidade baseia-se e inspira-se em valores e princípios que as cimeiras consagraram no *acervo ibero-americano*, como referimos. No entanto, a sua riqueza governamental e não governamental, tal como multidimensional, por ora, ainda só está institucionalizada parcialmente. De facto, a nível governamental temos, por um lado, as cimeiras ibero-americanas, as reuniões ministeriais, as de coordenação nacionais e as de responsáveis de cooperação, a Secretaria Pro-Tempore e a SEGIB. Por outro lado, temos a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI), a Organização Ibero-americana de Segurança Social (OISS) ou a Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ).[200] Além disso, a nível das sociedades ibero-americanas existe uma variedade de associações e organizações não governamentais que, em parte, contribuem para o funcionamento desse espaço e que, de forma limitada, se relacionam com as Cimeiras, através dos Fóruns cívico e empresarial, do parlamentar ibero-americano e do ibero-americano dos governos locais, que se celebram a cada cimeira. Apesar deste avanço, a institucionalização ainda não abarca todos os níveis, nem existe um adequado desenvolvimento e coordenação.[201]

Por isso, na prática, as Cimeiras têm ampliado a condição de espaço de diálogo e de concertação, facilitando a aproximação e o entendimento entre os países participantes, contribuindo para a solução pacífica e dialogada de diversos contenciosos e problemas existentes entre os seus membros, actuando como um actor internacional com voz própria nos fóruns e organizações internacionais, na defesa de determinadas posições e no apoio a certas candidaturas ibero-americanas a organismos internacionais.

Assim sendo, as potencialidades que apresentam as Cimeiras como espaço de concertação e de diálogo são enormes em todos os sentidos e ainda estão por

[199] Declaração de Madrid, disponível em www.cumbresiberoamericanas.com ou em www.segib.org.
[200] Mais adiante iremos considerar o aparecimento e a importância destes organismos.
[201] ARENAL, Celestino del, "La Comunidad Iberoameriana de Naciones," in Laboratorio Iberoamericano de Trabajo, DT 2009/1, pp.17-18.

desenvolver em grande medida. Elas são, pois, responsáveis por caracterizar este espaço e distingui-lo de outros tantos, com os quais convive e concorre, na cena internacional.

Por isso, o funcionamento desta Comunidade resulta da articulação entre elementos característicos da cooperação internacional, baseada na definição de interesses comuns e elementos derivados da cooperação para o desenvolvimento, baseados na transferência de recursos financeiros e de assistência técnica, respondendo, assim, às necessidades de segurança, governação, bem-estar, desenvolvimento económico, social e cultural e de afirmação de identidades colectivas.

Neste contexto, a cooperação ibero-americana, com os seus vários programas em marcha é, portanto, um elemento fundamental da Comunidade que dá a razão de ser a todo o processo das Cimeiras. Podemos, então, concluir que a cooperação ibero-americana ao mesmo tempo que contribuiu, juntamente com outros actores e mecanismos, para tornar a Comunidade uma realidade, dotando-a de conteúdo e dando resposta a alguns dos seus problemas, actuou também de forma independente no sentido de afirmar as suas características identitárias, reforçando o seu elemento ibero-americano.

3. Fases fundamentais no processo de construção da Comunidade Ibero-americana de Nações [202]

Pelo que temos vindo a expor, é claro que a Comunidade não é uma entidade que se tenha construído por um acordo expresso entre os Estados ibero-americanos, a partir de uma data concreta, apesar destes terem desempenhado um papel decisivo na sua institucionalização e formalização. No entanto, como referimos, ela surge e desenvolve-se, sobretudo, através da actuação da diplomacia espanhola, constituindo uma das bases fundamentais da sua política externa, ao longo das últimas décadas do século XX.

Relembre-se, todavia, que a ideia de desenvolver um projecto que unisse estes povos surgiu já no século XIX. Mas seria durante o franquismo que se consolidaria a ideia de construção de uma *Comunidade Hispânica de Nações.* Contudo, este projecto baseava-se em interesses paternalistas e hegemónicos que partiam de uma interpretação

[202] Na sua análise, Celestino del Arenal tem ainda em consideração outras fases, no entanto, limitámo-nos aquelas que fomos explorando no nosso trabalho. *Idem, ibidem*, pp.11-14.

messiânica da história de Espanha. Simultaneamente é, nesta época, que se criam as primeiras organizações latino-americanas.

No entanto, a institucionalização da democracia iniciaria uma nova formulação deste projecto, agora, baseado nos princípios da igualdade e do consenso e com o objectivo de demarcar as diferenças com o projecto anterior, apropriando-se, por isso, do termo *ibero-americano*, para vincar a diferença de comunidade que se pretendia construir.

Quanto à ideia de criação de organizações latino-americanas, no pós-Segunda Guerra Mundial, importa referir o seu papel no desenvolvimento de um espírito de identidade entre os países latino-americanos, sendo, alguns deles, posteriormente alargados aos países ibéricos, na sequência da sua democratização e subsequente processo de reaproximação e intensificação dos contactos entre estes povos.

É, pois, neste contexto, que se enquadra a criação de uma "*Oficina de Educación Iberoamericana*", em 1949. Posteriormente, em 1985, transformar-se-ia na actual Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), que funciona hoje como um dos principais organismos que põem em prática os programas e políticas de cooperação ibero-americana.[203] Refira-se, ainda, a criação, em 1954, da Organização Ibero-americana de Segurança Social (OISS). Ambas as organizações ainda hoje se mantêm activas, podendo ser consideradas as primeiras expressões institucionalizadas, a nível inter-governamental, de uma cooperação ibero-americana sectorial.[204]

Neste processo, também os *Encontros na Democracia*, realizados em Madrid, em Abril de 1983 e em Novembro de 1985, que reuniram em cada um dos debates mais de cem representantes da política, cultura, economia e ciência dos países ibero-americanos, com o objectivo de dialogar e examinar em profundidade os problemas e os desafios que estes povos enfrentavam, constituem um passo decisivo. De facto, estes Encontros, além de procurarem lançar as primeiras pontes entre a dimensão governamental e não governamental da comunidade, proporcionaram uma nova cooperação política ibero-americana, tendo a democracia como princípio.

---

[203] *"La Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) es un organismo internacional de carácter gubernamental para la cooperación entre los países iberoamericanos en el campo de la educación, la ciencia, la tecnología y la cultura en el contexto del desarrollo integral, la democracia y la integración regional." Vide* http://www.oei.es/acercadelaoei.php (11-12-2010).

[204] Em 1994, criar-se-ia também a Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ), focalizada no desenvolvimento de programas aplicados a este segmento das sociedades ibero-americanas.

Caberia, então, à Cimeira de Guadalajara, celebrada em Julho de 1991, inaugurar o processo de institucionalização das cimeiras, como vimos, no capítulo anterior. Foi, nesta cimeira, que se reconheceu, pela primeira vez, a existência de uma comunidade, bem como de um espaço comum ibero-americano e se procedeu à sua institucionalização mediante a criação de uma Secretaria Pro-Tempore.

Na sequência de Guadalajara surgem, também, as Reuniões Ministeriais Sectoriais que procuravam ampliar significativamente a funcionalidade das Cimeiras e reforçar a Comunidade. Por isso, também elas constituem um passo importante para a sua construção. Trata-se, pois, de um elemento complementar das Cimeiras que acabou por adquirir uma dinâmica própria e autónoma, apesar de sua íntima relação com elas.

Desta forma, a Cimeira Ibero-americana de Madrid, celebrada em Julho de 1992, foi fundamental, neste processo. Na verdade, a referida reunião teria o mérito de afirmar o "*ibero*" de ibero-americano, no ano da celebração do V Centenário, com toda a carga simbólica que isso pressupunha, enquanto superação e afirmação simultânea da sua história comum. Precisamente, por isso, nela se põem em marcha programas de cooperação, com o objectivo de desenvolver a identidade ibero-americana.

A V Cimeira, celebrada em San Carlos de Bariloche (Argentina), em Outubro de 1995, implicou um avanço importante, neste processo de racionalização e institucionalização da cooperação ibero-americana. De facto, a importância desta Cimeira está associada à aprovação do Convénio para a Cooperação no marco da Conferência Ibero-americana – o Convénio de Bariloche – que institucionaliza o sistema ibero-americano de cooperação, lançando uma série de princípios ordenadores e um procedimento de apresentação e aprovação de programas, que procuravam assegurar a validade e o respaldo político das Cimeiras. Neste contexto, e com o intuito de facilitar o seu funcionamento, cria-se uma rede de coordenadores nacionais, responsáveis político-diplomáticos da gestão habitual do sistema ibero-americano para cada país, que se transforma, num fórum de negociação diplomática para a sua preparação.

Também a Cimeira de Viña del Mar, celebrada em Novembro de 1996, constitui um marco, neste processo, introduzindo uma importante mudança, no seu formato, ao reforçar a sua útil condição de fórum de diálogo e concertação ibero-americano, ao reduzir ao máximo os discursos e os actos públicos, ampliando os tempos e os espaços para os encontros e a comunicação entre os mandatários.

Devemos, também, referir as cimeiras do Porto e de Havana, celebradas, respectivamente, em Outubro de 1998 e em Novembro de 1999, cujo mérito se deve ao desenvolvimento dum novo organismo, que contribuiu para a sua consolidação. Falamos, pois, da Secretaria de Cooperação Ibero-americana (SECIB) cujo âmbito estava limitado à cooperação. Apesar disso, a SECIB atribui uma estrutura institucional permanente, contribuindo para a revitalização deste projecto.

Neste processo, também, as Cimeiras de Santa Cruz de la Sierra, em Novembro de 2003, e San José da Costa Rica, em Novembro de 2004, adquirem um papel fundamental. De facto, através do Convénio de Santa Cruz, constitutivo da Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB) e dos seus estatutos, a SEGIB é posta em marcha, tendo como objectivo ampliar e reforçar as valências da Secretaria de Cooperação Ibero-americana. Estava, assim, criado um organismo permanente, representativo a todos os níveis, não só em matéria de cooperação, como acontecia com a Secretaria de Cooperação Ibero-americana. A SEGIB tem, então, importantes funções de representação, execução e coordenação das Cimeiras. Além disso, na Cimeira de San José verificou-se uma reorientação para os problemas sociais. Como referimos, estas mudanças coincidem com a alteração de governo, em Espanha, que traria novamente para o poder os socialistas, com José Luís Zapatero, como presidente do governo, levando a alterações na política ibero-americana que contribuiriam para que os países latino-americanos se voltassem de novo para este projecto. [205]

Por fim, ocorre a Cimeira de Salamanca, realizada, em Outubro de 2005, cujo mérito se deveu ao facto de ser a partir desta data que a SEGIB iniciaria as suas funções, abrindo-se, assim, uma nova etapa, neste processo. Além disso, a importância desta cimeira está associada ao estreitamento de laços com a sociedade civil, através da institucionalização dos Fóruns Empresarial, Cívico, Parlamentar Ibero-americano e dos Governos Locais que, a partir de então, passam a celebrar-se previamente a cada cimeira, contribuindo para alargar o alcance das suas conclusões. Salamanca constitui, assim, um passo fundamental no processo de desenvolvimento da operacionalidade e da visibilidade das Cimeiras, através da SEGIB, bem como da institucionalização dos vínculos entres as Cimeiras e as sociedades civis ibero-americanas.

[205] Como vimos no capítulo anterior, os anos em que José María Aznar desempenhara a função de presidente do governo espanhol, foram marcados por um desinteresse latino-americano, em relação a este projecto. O facto é que, para além de surgirem no terreno outras iniciativas que procuravam analisar as problemáticas da região, a política de Aznar é caracterizada, nas palavras de Celestino del Arenal, por uma hegemonia unilateral que faz, então, aumentar as reticências dos latino-americanos.

4. A visão dos políticos

Aquando da Cimeira de Salamanca, como vimos, um passo-chave, neste processo de construção da comunidade, muitas mudanças se vislumbravam. Era o tempo de os seus políticos fazerem um balanço deste projecto. De seguida, apontaremos, pois, a opinião de alguns políticos ibero-americanos acerca deste processo.

Assim, a análise que José Luís Zapatero faz do projecto de comunidade ibero-americana de nações é muito positiva. Na sua opinião, a Comunidade *"avançou bastante politica e economicamente"*. No entanto, o presidente do governo espanhol refere as áreas a que ainda se deve dar destaque e prioridade como *"erradicar a corrupção, terminar com a violência terrorista e o narcotráfico, apostar num crescimento económico com coesão social e territorial e banir a pobreza à qual o presidente Lula se referir como a arma de destruição em massa mais poderosa do mundo"* José Luis Zapatero aponta ainda a chave para o sucesso das Cimeiras. Falamos do seu mecanismo de cooperação e concertação que, mesmo nos piores momentos, permitiu, na sua opinião, resolver *"desavenças e conflitos"*. Além disso, é com optimismo que vê o percurso que tomou o processo de construção da Comunidade, fixando-se em *"passos concretos e decididos que vão consolidar o nosso espaço comum"*.[206]

Ricardo Lagos, então presidente do Chile, considerava que era importante reequacionar e ampliar a plataforma de entendimento político e conceptual, sendo, por isso, importante reactualizar os fundamentos, a partir dos quais a Ibero-América poderia actuar diante da Globalização. Julgava que a comunidade teria uma *"vocação histórica",* numa alusão ao facto de vinte e um dos países latino-americanos terem sido fundadores da NATO, apostando *"Em definir uma ordem multilateral, onde os direitos humanos, a autonomia política, o crescimento económico, a paz e o desenvolvimento social caminhassem juntos."* Reconhece, porém, que *"Boa parte da agenda está pendente",* mas que ninguém discute que *"essa seja a tendência para onde deve ir o mundo."*[207]

[206] ZAPATERO, José Luís, "Prólogo" de FRAERMAN, Alicia Livro, *Ibero-américa: o amanhã é hoje*, MADRID: Editora Comunica, 2005, pp.17-18.
[207] LAGOS, Ricardo, "Ibero-América e urgência de políticas públicas", in FRAERMAN, Alicia, *op. cit.* pp.28-32.

Numa alusão aos avanços conseguidos, nos últimos anos, no seio da Comunidade, Vincente Fox Quesada, então presidente dos Estados Unidos Mexicanos, faz referência ao facto de as Cimeiras terem evoluído para se adaptarem melhor às necessidades, concluindo que *"Actualmente a Ibero-América é plural, includente e produto de mescla de diferentes povos. Por este motivo, nossos compromissos e realizações levam em conta as diferenças, as similitudes, o respeito, a tolerância e a livre vontade de somar esforços para avançar causas comuns."*[208] Para ele, a importância das cimeiras reside, pois, no facto de *"haber dado nacimiento al concepto de comunidad iberoamericana de naciones,"* considerando que *"el reconocimiento de un acervo cultural, en común fue, sin duda, la primera y más importante piedra de la plataforma comunitária que decidimos construir."*[209] Mas até agora *"A SEGIB é um passo muito importante rumo à constituição de uma verdadeira comunidade ibero-americana de nações"* que *"dará continuidade aos temas abordados nas passadas cúpulas e preparará as reuniões tanto em seus aspectos linguísticos, como nos substantivos",* isto é, no que toca ao seu funcionamento e conteúdo. Deste modo, *"a SEGIB contribuirá de maneira importante para fortalecer uma visão mais ampla dos objectivos da Conferência Ibero-americana e dar-lhe-á uma maior projeção perante a comunidade internacional e o interior dos nossos países"*. Neste contexto, considera, pois, que a Comunidade deverá *"aproveitar a capacidade da SEGIB, para incrementar a cooperação entre os países ibero-americanos"*. Vê, portanto, a cooperação como *"um instrumento da solidariedade e do vínculo político, económico, social e cultural que nos ajuda a fortalecer o sentimento de identidade e participação na comunidade ibero-americana."* Para Vincente Fox, a cooperação constitui, assim, um mecanismo que contribui para o desenvolvimento de sentimentos de pertença à Comunidade. Por outro lado, cabe aos países ibero-americanos tornar a comunidade, num interlocutor *"válido no multilateralismo contemporâneo"* e *"participe na solução de conflitos que se desenvolvam na região, sob um enfoque solidário e com pleno respeito pelo direito internacional"*. Para tal, é importante que *"identifiquemos as nossas coincidências e promovamos a convergência de posições a respeito dos principais temas da nossa agenda"* e assim desenvolver uma *"visão ibero-americana nos fóruns multilaterais"*. Por isso, *"Chegou o momento de dar voz à Comunidade Ibero-americana no concerto*

[208] FOX QUESADA, Vicente, "Para uma Geopolítica de desenvolvimento e inserção internacional," in FRAERMAN, Alicia, *op. cit.*, pp.41-44.
[209] FOX QUESADA, Vicente, "Una Comunidad de naciones" in: www.cumbresiberoamericanas.com (10-01-2011).

internacional. A Comunidade Ibero-americana deve ser um instrumento para integrar não só as aspirações de unidade, mas também, principalmente, uma decidida vontade de acção prática, compromissos reais e continuidade na cooperação, um actor com personalidade própria no âmbito multilateral que pode realizar uma contribuição de grande valia para a solução dos desafios globais."[210]

Mas será que a comunidade é "*Um clube fechado?"*. É à volta desta questão que Fernando García Casas, responsável pelo Planeamento e Comunicação da SECIB, elabora o seu discurso, propondo uma reflexão sobre a reforma do sistema ibero-americano. Assim sendo, numa alusão ao Relatório Cardoso, reflecte sobre os *"critérios para o ingresso de novos membros, na experiência ibero-americana"*. Em relação a esta questão, o Relatório Cardoso chegou a três conclusões fundamentais: *"condição de estado soberano, a necessidade de pertencer ao espaço ibero-americano e a disposição do português e do espanhol como idioma oficial"* e que se estes não cumprissem com algum destes pontos e *"desejassem compartilhar a convivência ibero-americana, podem ser convidados como observadores para as conferências."* Trata-se, pois, de uma questão delicada, sendo necessário ter presente o carácter de agregação do espaço ibero-americano, que nunca foi objecto de análise durante as cimeiras.[211]

Neste contexto, a propósito da entrada de Andorra para a Comunidade, em 2004, Albert Pintat Santolòria, chefe do governo do principado de Andorra, reflecte sobre o por quê da participação do seu país, argumentando que ela se deve *"por un lado, à nossa identidade cultural num mundo em crescente processo de globalização, e, por outro, culmina um dos nossos objectivos em matéria de política externa."* Considerando a tradição de neutralidade do seu estado, refere que ela "*não significou nunca isolamento ou falta de solidariedade"*, afirmando que *"Andorra assume plenamente [o acervo ibero-americano*[212]*] e para nosso país, representa uma grande satisfação fazer parte da Comunidade Ibero-americana. Participamos, também, em outros espaços ou organizações de fundamento linguístico ou cultural como são a União Latina ou a Organização Internacional da Francofonia."*[213]

Carolina Barco, Ministra dos Negócios Estrangeiros da Colômbia, considerava que as Cimeiras constituíam um *"valioso instrumento"* que oferecia a *"oportunidade de*

---

[210] *Idem*, *in* FRAERMAN, Alicia, *op. cit.* pp.17-18.
[211] CASAS GARCÍA, Fernando, *"Um clube fechado? in* FRAERMAN, Alicia, *op. cit.* pp.232-235.
[212] Notamos, pois, neste ponto, que à semelhança da União Europeia, a entrada na Comunidade Ibero-americana de Nações pressupõe o reconhecimento do seu acervo ou adquirido comunitário.
[213] SANTOLÒRIA, Albert Pinta, "Andorra na Comunidade Ibero-americana*", in FRAERMAN, Alicia, op. cit.,* pp.48-49.

tocar ideias e avançar em consensos sobre como gerir esse acervo comunitário, com o objectivo de potenciar a nossa inserção internacional e a melhoria da qualidade de vida das populações ibero-americanas". Na sua opinião, a integração regional é uma questão essencial, considerando, por isso, que deve ser dada *"prioridade aos temas de integração regional, abordando-a sob uma perspectiva multidimensional que excede as áreas comercial e económica e inclui aspectos políticos e sociais da integração,"* acrescentando que o processo de institucionalização da Comunidade não é *"isolado",* seguindo, pois, *"a tendência que se veio impondo em escala mundial",* de fortalecer e dinamizar os processos de integração.[214]

Quanto à agenda que domina a Comunidade Ibero-americana, Carolina Barco fala da urgência em priorizar as áreas de cooperação, sendo necessária *"uma convergência de projectos"*, considerando, por outro lado, que a comunidade tem contribuído com ideias que são fundamentais ao funcionamento da ordem internacional, estabelecendo *"consensos"* e fazendo *"reflexões"* acerca do sistema internacional ou abordando temas como a luta contra o terrorismo. Para esta Ministra, a cooperação é, neste sentido, um conceito a partir do qual, ela se começa a posicionar como bloco no contexto da cooperação internacional, devendo ser estimulada também com outras regiões do mundo e não sendo apenas utilizada dentro da comunidade.[215]

Miguel Ángel Morantinos, Ministro dos Assuntos Exteriores e de Cooperação de Espanha, alude ao facto de a identidade ibero-americana ser o *"único caso de dois grandes idiomas internacionais reciprocamente compreensíveis"*, para definir a Comunidade com expressões como *"comunidade natural"*, *"uma família de povos irmanados por uma série de afinidades linguísticas, culturais e históricas de grande profundidade."* Por isso*, "Tanto a doutrina como os mandatários ibero-americanos sempre assinalaram que se trata de uma comunidade "pré-existente" aos esquemas de concertação e de cooperação que sobre ela, a partir dela e entre ela todos fomos construindo."* Na sua interpretação do projecto das Cimeiras, considera que há que ter em conta o seu aspecto formal e o de conteúdo, propondo, assim, duas definições para as Cimeiras Ibero-americanas. Ao nível formal, considera, então, que as cimeiras constituem *"um fórum de concertação político-diplomático e a cooperação privilegiada entre os seus membros",* já, para ir ao encontro da outra definição de *"carácter mais*

[214] BARCO, Carolina, "Para uma geopolítica de desenvolvimento e de inserçao internacional", in FRAERMAN, Alicia, *op. cit.,* pp.50-52.
[215] *Vide idem, ibidem.*

substantivo", considera que as cimeiras são uma *"expressão político-diplomática multilateral de base cultural e histórica que liga unitária e solidariamente a América de línguas espanhola e portuguesa e a Península Ibérica."*[216]

O Primeiro-Ministro português, José Sócrates, considera, pois, que o importante é *"Aproveitar a globalização"* e que *"os países ibero-americanos representam as duas zonas do mundo que mais longe souberam levar os seus processos de integração regional que, muitas vezes, antecipadamente, demonstraram que projectos comuns de valores são um complemento indispensável com vista a uma globalização inclusiva.,"*considerando que estes países *"perceberam que sem cooperação e entendimento internacional, os desafios comuns, e, em particular, os que são levantados pela globalização não poderão ser adequadamente abordados."*[217]

Na sua análise deste processo, Ignacio Walker Prieto, Ministro das Relaçoes Exteriores do Chile, propõe o conceito de *"identidade valórica"* que justifica que, apesar da distância, estes países consigam *"construir conceitos emanados da identidade cultural comum".* Por isso, considera que a *"Ibero-América não deve desperdiçar esta singular unidade que se complementa com a sua rica diversidade."* Esta *"singularidade valórica"* permitiu à comunidade *"enfrentar, historicamente, desafios globais, com sentido de unidade, em diálogo com outras regiões, em projectos empreendidos como região, na articulação de posições comuns, enfim, nas mais distintas expressões de politica exterior, nossas região foi capaz de modular uma voz comum."*[218]

No contexto do processo de construção da Comunidade Ibero-americana, é sintomática a mudança de designação do Ministério dos Assuntos Exteriores espanhol, acrescentando o termo cooperação, o que reflecte, segundo Juan Pablo de Laiglesia, então secretário-geral da Agência Espanhola de Cooperação Internacional, o *"alto nível de compromisso",* não só para com esse projecto, mas também em relação às restantes áreas de intervenção da sua politica externa.[219]

F. Álvaro Durantez Prado, Assessor do Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação de Espanha, alude para a capacidade da Comunidade Ibero-americana de Nações poder ser o *"eixo natural das relações euro-latino-americanas",* que são

---

[216] MORANTINOS, Miguel Ángel, "Nova projecção da Ibero-América", in FRAERMAN, Alicia, *art. cit.* pp.53-56.
[217] SÓCRATES, José, "Aproveitar a globalização", in FRAERMAN, Alicia, *op. cit.,* pp. 62-64.
[218] PRIETO, Ignacio Walker, *"*A cúpula ibero-americana: cooperar para avançar juntos*", in* FRAERMAN, Alicia, *op. cit.,* pp. 65-67.
[219] LAIGLESIA, Juan Pablo, "Novos rumos da cooperação espanhola e a sua relevância para Cúpula Ibero-americana de Salamanca," in FRAERMAN, Alicia, *op. cit.,* pp. 229-231.

fortalecidas pelo facto de Espanha e Portugal serem *"os países ibero-americanos da Europa"*, considerando, pois, que ela não é contraditória com a União Europeia, vendo como *"perfeitamente natural que a articulação de um diálogo ibero-americano baseado na realidade e na consciência de uma identidade cultural e linguística compartilhada, preceda, facilite e até mesmo oriente"* um diálogo mais amplo pelo seu âmbito territorial e mais concentrado em interesses económico-políticos como estabelecem as cimeiras União Europeia – América Latina e Caribe (UE-ALC). Ora, essas cimeiras UE-ALC desenvolvem uma das projecções e potencialidades mais básicas do sistema ibero-americano, dando um *"novo, especial e complementar valor,"* superando mesmo a sua definição formal como espaço de diálogo, concertação político-diplomática e cooperação entre os seus estados membros que as cimeiras estabelecem enquanto fórum. Neste sentido, caberia à SEGIB estabelecer essa interlocução, incorporando nas suas missões a institucionalização e gestão do diálogo euro-latino-americano.[220]

Francisco Muñoz Ramirez, então Conselheiro da Cultura da Comunidade Autónoma da Extremadura, considera que a cultura tem uma função integradora das comunidades, uma vez que constitui o conjunto de valores que a configuram espiritualmente. Assim sendo, no campo cultural, trata-se *"essencialmente de língua ou conjunto de línguas, como é o caso da espanhola e portuguesa",* considerando ser mais fácil falar de *cultura ibero-americana* do que europeia, preferindo o termo Comunidade para falar de integração regional, considerando que a cultura tem a função de contribuir para o desenvolvimento de uma consciência regional. [221]

Por isso, *"é o conjunto dessas questões culturais, históricas, políticas, emblemáticas, económicas (...) o que constitui a identidade",* considerando que são elas que mantêm "*viva a ideia de integração e comunidade ibero-americana, apesar dos fracassos e tropeços que sofreu, em suas repetidas tentativas de união comercial e económica."* Recorda ainda que "*A identidade como problemática voltou a estar presente no centro do pensamento ibero-americano durante as últimas décadas e o seu status viu-se fortalecido quando as ciências humanas e sociais encontraram nela um ponto de inflexão para reflectir e colocar alternativas à globalização e ao tipo de*

[220] DURÁNTEZ PRADOS, F. Álvaro, "Projecções euro-latino-americana e pan-americana da Comunidade Ibero-Americana de Nações", in FRAERMAN, Alicia, *op. cit.,* pp. 91-94.
[221] MUÑOZ RAMÍREZ, Francisco "A cultura como base para um futuro conjunto", in FRAERMAN, Alicia, *op. cit.,* pp. 149-151.

modernização neoliberal (e as suas consequências), ensaiadas na América Latina desde meados dos anos 70". [222]

A questão da identidade ajuda, assim, a examinar a capacidade de construir uma ordem intercultural na qual seja possível aceitar e valorizar as diferenças, reduzir as desigualdades e gerir formas de conexão que permitam articular outra noção de cidadania – a capacidade transnacional –, recordando o contributo de Habermas, para esta temática. Por isso, neste "*surto identitário*" há *"impulsos de construção, espaços de memória e solidariedades, disparadores para a busca de sentido."* Neste contexto, no campo cultural, a educação desempenha uma função fundamental *"na articulação dessa dimensão cultural sobre a que se monta um mundo do "pertencer a" e de "compartilhar com", ou seja, possível se e sentir-se parte"*, cabendo aos sistemas educativos a missão de *"garantir uma participação mais igualitária na criação e apropriação dos conteúdos socialmente significativos, de identidades e imaginários sociais."* É, neste sentido, também que os programas de cooperação têm trabalhado.[223]

Para Fernando Henrique Cardoso, *"Una de las grandes conquistas de nuestro tiempo reside en que el próprio concepto de desarrollo se convertió en inseparable de la idea de democracia."* O antigo presidente do Brasil aponta para aquilo que designa de *significado humano* do desenvolvimento que incorpora a democracia como um dos seus elementos fundamentais, dado que se consolida e aprofunda durante o próprio processo de desenvolvimento. O funcionamento do sistema democrático garante, então, o espaço de reivindicação social para uma maior participação da sociedade civil, constituindo temas prioritários para a agenda dos países latino-americanos. Neste contexto, o processo de democratização abriu uma nova porta para a região, caracterizada por grandes perspectivas de desenvolvimento económico e de justiça social, bem como por uma intensificação dos processos de integração. Por isso, Fernando Henrique Cardoso considera que esse vínculo entre a democracia e a integração não é acidental e aponta, assim, para a trilogia *Democracia, Integração e Desenvolvimento Social*, considerando ser essa a base para a durabilidade e aprofundamento de um processo de integração, já que em democracia as decisões *"son quizás más lentos, más trabajosos, incluyen más negociaciones, diálogo, persuasión"*, em suma, podemos nós concluir, não há imposições, o que está associado à natureza do processo de integração, imprimindo-lhe um carácter *"más sólido, más duradero, más*

[222] *Idem, ibidem.*
[223] *Idem, ibidem.*

propicio a infundir confianza, tanto en los actores económicos cuanto en los demás países."[224]

Assim sendo, Fernando Henrique Cardoso considera que os povos ibero-americanos desenvolveram laços de amizade e uma identidade que os distingue no cenário internacional, caracterizado pela dedicação a valores democráticos e de justiça e enraizada numa vontade comum de fortalecer o património cultural originário da Península Ibérica, o qual as nações da América haveriam de enriquecer, somando-lhe o contributo indígena ou africano. Por isso, considera que, por força da história dos seus laços e pelo critério de solidariedade que lhes é propício, a Comunidade Ibero-americana tem um papel de grande relevo no aprofundamento do debate internacional e na construção de um mundo mais justo, mais favorável e mais seguro para todos.

Qualquer dúvida que pudesse haver quanto à existência da Comunidade parece ser negada pelos políticos que, no final de contas, são os seus principais interlocutores. Apesar da Cimeira de Salamanca ter posto em marcha fóruns de participação da sociedade civil a desenvolver, em simultâneo, com as próprias Cimeiras, o facto é que, e recordando as palavras de Alicia Fraerman, boa parte dos ditos *"ibero-americanos"*, não sentirá essa *"ibero-americaneidade"* de que nos fala, que os convoca a participar do projecto de construção desta Comunidade. Por outro lado, e como alude Celestino del Arenal, a Comunidade não se baseia apenas em vínculos do passado, mas também do presente. É, pois, necessário desenvolvê-los para pôr em marcha, repito, a *"estructura de complicidades"* de que nos fala Felipe González.

Assim sendo, mais do que existir, a Comunidade é reconhecida. No entanto, ela tem de trabalhar para se afirmar no cenário internacional e desenvolver projectos e ideias que pareçam úteis aos seus membros e que lhes façam entender a importância de pertencer a um espaço como este. Porque, ao contrário, cremos que os países serão mais atraídos para projectos de integração regional de índole económica e comercial. Afinal, é a partir de sectores como estes que se estabelecem interesses comuns. A própria União Europeia surge de um organismo de integração económica sectorial que tinha sido o pomo da discórdia das guerras europeias. Também aqui é necessário traçar objectivos comuns, o que parece ser complicado diante das profundas disparidades económicas e culturais entre estes países.

[224] CARDOSO, Fernando, *La democracia como elemento del desarrollo y de la integración*, www.cumbresiberoamericanas.com (11-12-2010).

O caminho talvez seja o de contribuir para equilibrar a liderança da potência hegemónica que, com o fim da guerra fria, viria a adoptar uma política tendencialmente unilateral. É certo que hoje, com a Administração Obama, este unilateralismo já não é tão marcado. Aliás, o multilateralismo e a promoção de um maior diálogo entre os blocos de Estados, a nível internacional, era uma das bandeiras da sua candidatura à presidência norte-americana. No entanto, ao tempo da Cimeira de Salamanca, quem estava no poder nos EUA era Bush, cuja política fora dominada pelo unilateralismo e por iniciativas controversas, com as quais anterior Primeiro-Ministro espanhol, José María Aznar, como vimos, alinhara. Neste sentido, a mudança de sentido na política ibero-americana espanhola, ou melhor latino-americana, por fazer referência especificamente, à América Latina, deu-se com o regresso dos socialistas ao poder, em Espanha. Estes passaram a marcar as suas iniciativas por preocupações mais sociais, contrariamente aos populares que, ao aderirem à política de Bush, dominaram as suas actuações por políticas marcadamente económicas, buscando na América Latina mercados para o escoamento dos seus produtos e para o investimento do seu tecido empresarial.

Em suma, a América Latina constitui, tal como temos vindo a argumentar, uma área fundamental de actuação da política externa espanhola e a Comunidade Ibero-americana de Nações uma entidade regional inacabada que tem sido construído ao longo dos tempos, em função dos interesses e objectivos dos seus participantes.

Conclusão

Ao longo do nosso trabalho, procurámos problematizar o lugar da construção da *Comunidade Ibero-americana de Nações*, no contexto das relações que se estabelecem entre a Espanha e a América Latina, de 1976 a 2005 que, como vimos, constituem marcos na história contemporânea espanhola, balizando respectivamente o início do seu processo de transição democrática e um passo fulcral, no processo de consolidação das cimeiras e da própria Comunidade Ibero-americana de Nações.

No entanto, como referimos, foi necessário recuar ao século XIX, para mergulhar as raízes deste projecto. Neste contexto, o fim precoce do império, leva à reorganização da Espanha, na busca da sua identidade e do seu lugar na cena internacional. Eram, pois, esses os objectivos do "*Resurgimiento*", que procurava uma união espiritual entre os povos de língua e cultura hispânica, desenvolvendo-se, assim, a primeira corrente do *hispano-americanismo.* Este é, pois, de entre os três projectos que analisámos, aquele que mais variações conhece, sendo utilizado, ao longo de toda a época contemporânea espanhola, ao sabor das ideologias e dos regimes políticos que vai procurando servir.

Na sequência do *hispano-americanismo,* comentámos a emergência do projecto *ibero-americano.* Como vimos, o termo *ibero-americano* aparece no vocabulário político, quase em simultâneo com o termo *hispano-americano*, convivendo ambos, desde o início, de forma indiscriminada. No entanto, um decreto real viria afirmar o uso do termo *hispano-americano* como oficial, delegando para um segundo plano o termo *ibero-americano.* Apesar disso, e como a *política da hispanidade* do franquismo viria a desenvolver uma ideia de comunidade assente em valores paternalistas e hegemónicos, conhecida por *Comunidade Hispânica de Nações*, os governos da transição democrática espanhola sentiriam a necessidade de proceder a uma alteração terminologia, para demarcar bem as diferenças do seu projecto de Comunidade, em relação ao anterior. Contudo, como podemos verificar, neste período de transição, não houve um corte significativo no uso do termo hispânico, para denominar esta Comunidade e as relações que ela preconizava. Antes sim, podemos constatar uma negação declarada do uso do termo *América Latina* que, como vimos, seria aquele que os habitantes da região prefeririam para se auto-denominarem. *América Latina* é, então, um termo que surge por uma oposição de duplo sentido. Por um lado, em relação ao antigo colonizador. Por

outro, face ao líder hegemónico da região que, ao longo de toda a contemporaneidade, vai ganhando força e poderio.

A política ibero-americana é, então, a versão solidária e pluralista da política espanhola para a América Latina, no período da democracia. Neste percurso, analisámos o papel do rei, enquanto garante do sistema democrático espanhol e embaixador de Espanha na região latino-americana. Trata-se, por isso, de uma política de Estados, acima dos interesses político-partidários e das mudanças de conjuntura. Verificámos, também, a actuação dos governos centristas, responsáveis pelo seu arranque. No entanto, foi quando os socialistas estavam no poder, que ela conheceu um grande desenvolvimento que se pode constatar em iniciativas de ordem prática que são levadas a cabo, como a realização dos *Encontros na Democracia,* nos anos de 1980. Estava, pois, iniciado o diálogo que permitiria, na década seguinte, pôr em marcha o projecto de realização das cimeiras ibero-americanas.

Argumentámos que o sucesso desta iniciativa se deveu ao facto de o seu primeiro anfitrião não ter sido a Espanha. Apesar disso, ela desempenhou desde o início deste processo, o papel de liderança desta Comunidade, demonstrando ser o seu motor, porque durante o período em que ela esteve mais "apagada", foi, como vimos, aquele em que a comunidade menos progrediu no seu processo de integração. Dividimos, assim, o percurso que tomou o projecto das cimeiras, em quatro períodos, em função dessa mesma hegemonia, desempenhada pela Espanha.

No entanto, como vimos, a Comunidade Ibero-americana ainda não está institucionalizada, tendo sido apenas afirmada e reconhecida, ao longo das Cimeiras que ratificariam também um acervo ibero-americano, resultante não só da afirmação dos valores e princípios que consideram como seus, mas ainda da própria dinâmica de cooperação, concertação, solidariedade e diálogo, fruto do funcionamento destas Reuniões.

Como já referimos, a Comunidade ainda não alcançou o seu lugar pleno na cena política internacional. No entanto, aos poucos, tem vindo a conseguir demarcar o seu posicionamento. A solução passará, certamente, a nível internacional, por procurar o equilíbrio de poderes no cenário mundial, como forma de fazer frente ao unilateralismo que marcou a política internacional norte-americana, no pós-guerra fria. Já, a nível interno, será necessário que a comunidade trabalhe no sentido de desenvolver objectivos e interesses comuns, porque, ao contrário, os projectos de integração económica que se vão desenvolvendo na região, a partir da década de 1970, serão decerto mais atractivos.

Cabe, então, à Comunidade traçar o seu rumo, procurando aproveitar todas as potencialidades dos países latino-americanos, muitas delas ainda por explorar. Aliás, nesta vaga de crise económico-financeira internacional, que eclodiu, em 2008, a região é uma das que melhor tem resistido, demonstrando, assim, a sua força e, até mesmo, um certo esplendor.

Fontes e bibliografia

Fontes:

El País: www.elpais.com

1976

"Hispanoamérica" , de 19/10/1976. (10-11-2010).

1977

"La política exterior", de 15/07/1977. (10-11-2010).

"Don Juan Carlos: "Nuestra política con Iberoamérica se basará en la credibilidad exigente", de 10/09/1977. (10-11-2011).

"*El Rey, en Iberoamérica",* de 20/09/1977. (10-11-2010).

1980

"No a Iberoamérica", de 15/10/1980. (10-11-2010).

1981

"Europa Latina, sí; pero ¿América Latina?", de 11/03/1981. (10-11-2010).

1982

"Iberoamérica y Latinoamérica", de 19/08/1982. (10-11-2010).

"La política exterior atenderá especialmente a las relaciones com Europa y la estabilidad de Magreb", de 30/11/1982. (10-11-2010).

"La política exterior española necesita dos alas: una europea y atlantista y outra latinoamericana", 31/07/1982. (10-11-2010).

1983

"Algunos de los escritores más importantes de los escritores más importantes del castellano estudian conjuntamente problemas comunes", de 26/04/1983. (10-11-2010).

"Apoyo a los esfuerzos de paz del 'grupo de Contadora", de 28/04/1983. (10-11-2010).

"El "Encuentro en la democracia", fuerte impulso para revalorizar las relaciones de España con Latinoamérica", de 01/05/1983. (10-11-2010).

"El Gobierno español se compromete a impulsar la creación de una comunidad iberoamericana de naciones democráticas", de 28/04/1983. (10-11-2010).

"Encuentro en el centenario", de 30/04/1983. (10-11-2010).

*""España no permitirá que nadie le arrebate su protagonismo en América", dice Guerra,"*de 28/04/1983. (10-11-2011).

"Iberoamérica: encuentro en la democracia", de 26/04/1983. (10-11-2010).

"Intelectuales latinoamericanos valoran el papel de la cultura en tiempo de crisis", de 30/04/1983. (10-11-2010).

"Jornadas Iberoamericanas en Madrid: La oportunidad de una utopia", de 27/04/1983. (10-11-2010).

"Jornadas iberoamericanas en Madrid: Los intelectuales esperan que el 'Encuentro en la democracia' refuerce la solidaridad y la cultura común", de 27/04/1983. (10-11-2010).

"Políticos e intelectuales de 23 países analizan las relaciones latinoamericanas", de 26/04/1983. (10-11-2010).

1985

"El futuro del mercado común: *Expertos de 23 países estudiarán las relaciones de Europa con Latinoamérica"*, de 19/11/1985. (10-11-2010).

"España propone ampliar el diálogo entre la CEE y Centroamérica al conjunto de América Latina, de 20 /11/1985. (10-11-2010).

"España y Portugal. Distanciamiento, iberismo y cooperación", de 02/05/1985. (10-11-2011).

"González cree que la entrada de España en la CEE será positiva para América Latina", 22/11/1985. (10-11-2010).

"Latinoamericanos y europeos tratarán en Madrid las relaciones CEE-Iberoamérica", de 18/11/1985. (10-11-2010).

"Los latinoamericanos", de 10/12/1985. (10-11-2010).

"Yáñez cree que la CEE no quiére dar a España protagonismo en Latinoamérica", de 23/11/1985. (10-11-2010).

1986

"*El Rey reitera el compromiso español de defender en la CEE a los intereses latinoamericanos*", de 07/10/1986. (10-11-2011).

1989

"La historia como referencia", de 12/10/1989. (10-11-2010).

"Uslar Pietri: "Iberoamérica, una comunidad', es la historia de un mestizaje cultural", de 17/10/1989. (10-11-2010).

2005

"Más que la Commonwealth o la francofonía", de 12/10/2005. (10-11-2010).

RedAlyC: *Red de Revistas de Científicas de América Latina y Caribe*: www.redalyc.uaemex.mx

Sites consultados:

Site oficial da CEPAL:
www.eclac.org
Site oficial das Cimeiras Ibero-americanas:
www.cumbresiberoamericanas.com
Site do Jornal *El País:*
www.elpais.com
Site oficial do Ministério dos Assuntos Exteriores de Espanha e da Cooperação:
www.maec.es
Site oficial da Secretaria Geral Ibero-americana:
www.segib.org
Site oficial da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência, Cultura:
www.oei.es

Site oficial da União Latina:
http://dcc.unilat.org

Artigos disponíveis online:

CHIGNOLA, Sandro, "Historia de los conceptos e historiografia del discurso político", in *Res-publica*, 1, 1998, p.2. http://www.scribd.com/doc/23523104/Historia-de-los-conceptos-e-historiografia-del-discurso-politico (10-01-2011).

DÍAS BARRADO, Cástor, "Latinoamérica, América, Iberoamérica: Tres terminus, dos realidades, un proyecto", in http://www.fundacioncarolina.es/es-ES/nombrespropios/Documents/NPD%C3%ADazBarrado1009.pdf (11-12-2010).

FRAERMAN, Alicia, ¿Existe Iberoamérica?, in www.cumbresiberoamericanas.com (11-12-2010).

MALAMUD, Carlos, Análisis/Política y Sociedad iberoamericana: "Latinoamérica, Iberoamérica y Hispanoamérica", in: http://www.ojosdepapel.com/Index.aspx?article=578 (11-12-2010).

"Política exterior de España hacia Iberoamérica (1976-1992)" in http://html.rincondelvago.com/politica-de-espana-hacia-iberoamerica-1976-1992.html (11-12-2010).

SARAMAGO, José, "El lado oculto de la luna", in http://www.fundacioncarolina.es/es-ES/areacomunicacion/noticias/noticias/Documents/Saramago%20en%20Iberoamerica%20XXI.pdf (10-12-2010).

Outros documentos disponíveis online:

Acervo ibero-americano:
http://www.bnm.me.gov.ar/la_biblioteca/centro_documentacion/boletines/boletin/09_06/credi_oei/1.pdf (11-12-2010).

ARENAL, Celestino del, "De la Cumbre Iberoamericana de San José de Costa Rica (2004) a la Cumbre Iberoamericana de Salamanca (2005), Documento de Trabajo (DT) 5/2005, Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos. www.realinstitutoelcano.org (10-12-2010).

____, "La Comunidad iberoamericana de naciones", Laboratorio Iberoamericano, Documentos de Trabajo, D.T. 2009/1 in http://www.urjc.es/ceib/espacios/laboratorio/analisisycontribuciones/DT-2009-01_C_Arenal.pdf (10-12-2010).

Boletim de difusão académica da Universidad de Buenos Aires: http://www.mindef.gov.ar/edna/biblioteca/coleccion/15_2001.htm(10-12-2010).

Comunicação de Favra Rivas, intitulada "El concepto del iberoamericanismo", apresentada na Conferência da União Ibero-americana, em 1926. http://www.filosofia.org/hem/dep/rde/re005058.htm. (11-12-2010).

Constituição Espanhola: http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/constitucion.t2.html#a56 (11-12-2010)

Cronologia da história contemporânea espanhola: http://culturitalia.uibk.ac.at/hispanoteca/LandeskundeSpanien/Cronolog%C3%ADa/CRONOLOG%C3%8DA-HISTORIA%20ESPA%C3%91A.htm(10-12-2010). (11-12-2010).

Currículo de Luís Yáñez-Barnuevo: http://www.europarl.es/view/es/Elecciones/Elecciones_2004/Resultatos_electorales_2004/listado_alfabetico_2004/yanez_barnuevo_gl.html;jsessionid=1FB44CCF83CF82A340964F0AC8701BF4 (11-12-2010).

Temas das cimeiras ibero-americanas: http://cumbresiberoamerica.cip.cu/compendios_informativos/cumbres_iberoamericanas/temas-centrales-de-las-cumbres-iberoamericanas/ (11-12-2010).

Bibliografia:

ARENAL, Celestino del, "El futuro de la Comunidad Iberoamericana de naciones y la política exterior de España" in *América Latina Hoy*, nº4, SALAMANCA: Universidad de Salamanca, 1992, pp.17-25.

____, "Balance y perspectivas de primeras cuatro cumbers", in *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época),* nº89, 1995, pp.35-59.

____, *Cumbres iberoamericanas 1991-2005: logros y desafios*, MADRID: Fundación Carolina, 2005.

____, "Las cumbres iberoamericanas: el largo y difícil camino hacia su institucionalización", in *América Latina Hoy*, nº40, SALAMANCA: Universidad de Salamanca, 2005, pp.57-72.

____, *Política exterior de España hacia Iberoamérica*, MADRID: Universidad Complutense, 1ª Edição, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique, "Las Conferencias de Cúpula Iberoamericanas", in *América Latina Hoy*, ano/vol. 40, SALAMANCA: Universidad de Salamanca, 2005.

CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, COIMBRA: Quarteto Editora, 2001.

Encuentro en la Democracia: Europa – Iberoamérica, MADRID: Ediciones de Cultura Hispánica, Instituto de Cooperación Iberoamericana,1986.

FRAERMAN, Alicia (ed), *Iberoamérica: o amanhã é hoje*, MADRID: Editora Comunica, 2005.

GÓMEZ-ESCALONILLA, Lorenzo Delgado, "La política exterior de España con Iberoamérica, 1898-1975: Ensayo Bibliográfico," in *Revista de Estudios Políticos (Nueva España)*, nº87, 1995, pp.285-304.

PEREIRA, Juan Carlos, *Introdución al estúdio de la política exterior de España (siglos XIX y XX)*, MADRID: Akar Editor, 1983.

PEREIRA CASTAÑARES, Juan Carlos, "España e Iberoamérica: programas, políticas y resultados (1892-1992)", in TORRE, Hipólito de la, *Portugal, España y América: pasado y presente de un proyecto (siglo XIX y XX),* MÉRIDA: Universidad Nacional de Educación a distancia, Centro Regional de Extremadura, 1993, pp. 129-166.

PINTO, António Costa e TEIXEIRA, Nuno Severino (orgs), *A Europa do Sul e a Construção Europeia – 1945-2000*, LISBOA: ICS, 2005.

REDONDO JIMÉNEZ, Juan Carlos, "La pervivencia del recelo antiespañol: la reacción portuguesa a la política española hacia Iberoamérica," in TORRE, Hipólito de la, *Portugal, España y América: pasado y presente de un proyecto (siglo XIX y XX),* MÉRIDA: Universidad Nacional de Educación a distancia, Centro Regional de Extremadura, 1993, pp.255-277.

RIOVA, Ion de la, "Iberoamérica en perspectiva actual española", in TORRE, Hipólito de la, *Portugal, España y América: pasado y presente de un proyecto (siglo XIX y XX),* MÉRIDA: Universidad Nacional de Educación a distancia, Centro Regional de Extremadura, 1993, pp. 185-200.

SANHUEZA CARVAJAL, Raúl Andrés, *Las cumbres iberoamericanas: comunidad de naciones o diplomacia clientelar*?, SANTIAGO DE CHILE: Editorial Universitaria y FLACSO-CHILE, 2003.

SEPÚLVEDA MUÑOZ, Isidro, "Proyectos españoles de proyección hacia América. Pasado y presente", in TORRE, Hipólito de la, *Portugal, España y América: pasado y presente de un proyecto (siglo XIX y XX),* MÉRIDA: Universidad Nacional de Educación a distancia, Centro Regional de Extremadura, 1993, pp. 109-128.

SEPÚLVEDA MUÑOZ, Isidro, *El sueño de la madre pátria: hispanoamericanismo y nacionalismo*, MADRID: Fundación Carolina, 2005,

SOTILLO LORENZO, José Ángel, "América en las negociaciones del ingreso de España en la Comunidad Europea", Departamiento de Estudios Internacionales, MADRID: Universidad Complutense de Madrid, nº4, 1989.

TUSEL, Javier, *La transición a la democracia (España, 1975-1982*), MADRID: Editorial Espasa Calpe, 2007

TORRE, Hipólito de la, *Portugal, España y América: pasado y presente de un proyecto (s. XIX-XX): V Jornadas de Estudios Luso-Españoles: homenaje a la profesora Pilar Vázquez Cuesta*, MÉRIDA: Universidad Nacional de Educación a Distancia, Centro Regional de Extremadura, 1993.

USLAR, Pietri (dir.), *Iberoamérica, una comunidad,* MADRID: Ediciones de Cultura Hispánica, Instituto de Cooperación Iberoamericana, (2 vol.), 1989.

VALDES, Juan Gabriel, "Ideas e Intereses: El proyecto de Comunidad Iberoamericana de naciones", in *América Latina Hoy*, nº4,SALAMANCA: Universidad de Salamanca, 1992, pp.35-38.

ANEXOS

Índice

Tabela 1: Cronologia da época contemporânea espanhola 3

Tabela nº2: Principais características e fundamentos dos projectos 5

Esquema nº1: Relações entre os actores políticos internacionais envolvidos: Áreas geográficas, divisões histórico-culturais e projectos de afirmação internacional 7

Documento nº1:"Iberoamérica", "Hispanoamérica" ou "Latinoamérica"? Uma análise da ocorrência destes termos no El País entre 1976-1985 8

Artigo nº1: "Hispanoamérica" 8

Artigo nº2 : "Iberoamérica y Latinoamérica" 8

Artigo nº3: "Los latinoamericanos" 9

Artigo nº4: "No a Iberoamérica" 10

Artigo nº5: "Europa Latina, sí; pero ¿América Latina?" 16

Documento nº2: Quais as orientações que deveria tomar a política externa na transição para a democracia? *Alguns artigos do El País que analisam esta questão 19*

Artigo nº1: "La poIítica exterior" 19

Artigo nº2: "La política exterior española necesita dos alas: una europea y atlantista y otra latinoamericana" 21

Artigo nº3: "La política exterior atenderá especialmente a las relaciones con Europa y la estabilidad del Magreb" 23

Documento nº3: A democracia como mote para a realização de um Encontro de Cooperação 26

Artigo nº1: "Iberoamérica: encuentro en la democracia" 26

Artigo nº2: "Políticos e intelectuales de 23 países analizan las relaciones latinoamericanas" 30

Artigo nº3: "Algunos de los escritores más importantes del castellano estudian conjuntamente problemas culturales communes" 32

Artigo nº4: "Jornadas Iberoamericanas en Madrid:La oportunidad de una utopia" ... 34

Artigo nº5: "Jornadas iberoamericanas en Madrid: Los intelectuales esperan que el 'Encuentro en la democracia' refuerce la solidaridad y la cultura común" 36

Artigo nº6: "El Gobierno español se compromete a impulsar la creación de una comunidad iberoamericana de naciones democráticas" 39

Artigo nº7: ""España no permitirá que nadie le arrebate su protagonismo en América", dice Guerra" 41

Artigo nº8: "Apoyo a los esfuerzos de paz del "grupo de Contadora" 42

Artigo nº9: "Encuentro en el centenario" 43

Artigo nº10: “Intelectuales latinoamericanos valoran el papel de la cultura en tiempo de crisis” 46

Artigo nº11: “El “Encuentro en la democracia”, fuerte impulso para revalorizar las relaciones de España con Latinoamérica” 49

Tabela nº3: Alguns participantes do 1º Encontro na Democracia 53

Documento nº 4: A integração dos países ibéricos na CEE e a esperança de um segundo Encontro 55

Artigo nº1: “El futuro del mercado común:Expertos de 23 países estudiarán las relaciones de Europa con Latinoamérica” 55

Artigo nº2: “Latinoamericanos y europeos tratarán en Madrid las relaciones CEE-Iberoamérica”..... 55

Artigo nº3: “Yáñez cree que la CEE no quiére dar a España protagonismo en Latinoamérica”..... 56

Artigo nº4: “España propone ampliar el diálogo entre la CEE y Centroamérica al conjunto de América Latina”..... 56

Artigo nº5: “González cree que la entrada de España en la CEE será positiva para América Latina”..... 57

Tabela nº4: Algumas comunicações do 2º Encontro na Democracia 60

Tabela nº5: Os temas abordados em “Iberoamérica, una comunidad” 61

Documento nº 5: A importância de uma obra como “Iberoamérica, una comunidad” 61

Artigo nº 1: “La historia como referencia” 62

Artigo nº 2: “Uslar Pietri: "Iberoamérica, una comunidad', es la historia de un mestizaje cultural"..... 64

Tabela nº6: A história das cimeiras (1991-2005) 66

Tabela nº7: Temas centrais das cimeiras 67

Artigo nº1: “Más que la Commonwealth o la francofonía” 68

Tabela nº8: O acervo ibero-americano 71

Tabela 1: Cronologia da época contemporânea espanhola

Guerra de independência contra os franceses	
1808-1814	Guerra da Independência
1810-1824	Perda das colónias americanas
1812	A primeira constituição liberal – Cádis

1814-1833	Fernando VII de Borbón, *o Desejado*
1920	Levantamento de Riego, liberal
\1923-1933	Década Ominosa
1833-1840	Regência de María Cristina de Nápoles
1835-1837	Leis de *desamortização eclesiástica* do Ministro de Fazenda e Chefe do Governo
1833-1840	I Guerra Carlista entre Isabel II (liberalismo constitucional) e D. Carlos (absolutismo monárquico)
1840	Pronunciamento do General Espartero
1842	Pronunciamento do General Narváez
1843 e 1866	Pronunciamento do general Prim, liberal

1843-1868	Isabel II de Borbón
1845-1849	II Guerra Carlista
1854	Pronunciamento do General O'Donnell
1868	Revolução de 1868. Expulsão de Isabel II
1868-1876	III Guerra Carlista, Bilbao

1871-1873	Guerra Carlista
1873-1874	I República
1875-1885	Restauração da monarquia com Alfonso XII
1885-1902	Regência de María Cristina de Habsburgo
1898	Perda das últimas colónias do ultramar: Cuba, Filipinas e Porto Rico
1902-1931	Alfonso XIII
1923-1930	Dictadura del general Primo de Rivera

II REPÚBLICA (1931-1936)	
1931-1933	*Bienio de reformas:* Constituição de 1931; estado laico; Estatuto de

	Autonomia para Catalunha; reforma agrarian
1933-1936	*Bienio Negro* dominado pela CEDA (*Confederación Española de Derechas Autónomas*)

1936-1939	Guerra Civil, com o triunfo das forças nacionais

FRANQUISMO (1939-1975)	
1946-1951	Isolamento internacional de Espanha
1953	Franco assina a Concordata com o Vaticano
1953	Assinatura do contrato sobre as bases militares com EUA
1955	A Espanha ingressa na ONU
1969	Juan Carlos é nomeado sucessor como Chefe de Estado
1970	Processo de Burgos e o problema basco
1973	A ETA assassina o Chefe de Governo Carrero Blanco
20 de Novembro de 1975	Morte do general Franco

JUAN CARLOS I (1975)	
TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	
1976	Primeiras eleições livres desde 1936
1977-1981	Governo de Adolfo Suárez
1978	Constituição democratica
1981-1982	Governo de Leopoldo Calvo Sotelo
23 de Fevereiro de 1981	Tentativa falhada de golpe de estado do Tenente-Coronel Antonio Tejero Molina
30 de Maio de 1982	Apresentação em Washington do instrumento de adesão à NATO
1982-1996	Governo socialista de Felipe González (PSOE)
1986	Referendo sobre o ingresso na NATO
1986	Ingresso de Espanha na União Europeia
1996-2001	Governo de José María Aznar (PP)
2002-	Governo de José Luís Zapatero (PSOE)

Fonte: adaptado de http://culturitalia.uibk.ac.at/hispanoteca/Landeskunde-Spanien/Cronolog%C3%ADa/CRONOLOG%C3%8DA-HISTORIA%20ESPA%C3%91A.htm (10-01-2011).

Tabela nº2: Principais características e fundamentos dos projectos

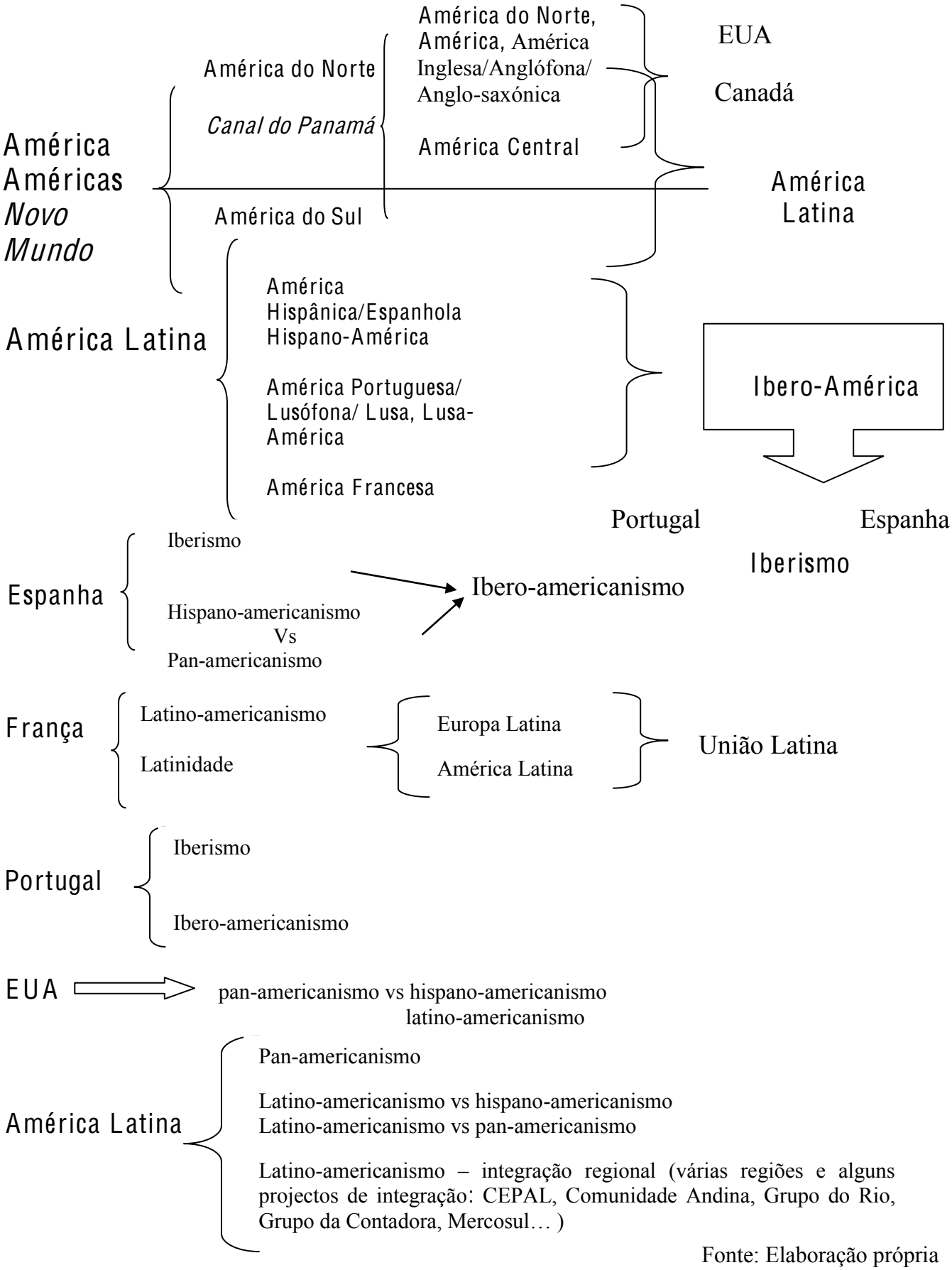
Hispanoamérica	Surge nos finais do século XIX. É o projecto com maior duração, permanecendo mesmo após a oficialização do termo Ibero-América como aquele define a política externa de projecção na região durante a democracia. Põe acento na colonização e cultura – língua, religião, costumes – herdadas da *Madre Patria.*
Iberoamérica	Define-se no século XX, no final dos anos de 1970 e inícios dos anos de 1980. Referente ao conjunto de países americanos em que se fala Espanhol ou Português, constituindo uma região bi-continental, abarcando os três estados que constituem a Península Ibérica e dezanove estados da América Latina. Andorra entra para Comunidade em 2005, levando a que se repensassem os princípios sobre os quais se deveria basear este projecto Tem uma acepção semelhante ao termo Hispanoamérica que vem substituir
Latinoamérica	Não há consenso quanto ao seu início. Surge na 2ª metade do século XIX, associado a França, sendo divulgado, por toda a Europa, a partir do final do século XIX. Durante muito tempo, defendeu-se a ideia de que teria surgido entre os conselheiros do Imperador Napoleão III, entre eles o colombiano Torres Caicedo, quando preparava a sua penetração imperialista no México. Já no século XX, passou a considerar-se Francisco Bilbao como seu impulsor. Relativo aos países americanos que foram colonizados por nações de língua latina como a Espanha, Portugal e França. Tem nas suas origens uma conotação anti-espanhola. Denominação de maior consenso, mais neutra, de maior amplitude Inadequado porquanto as Guyanas foram colonizadas por holandeses, ingleses e franceses, expressando-se nas suas respectivas línguas. O tema foi adoptado com entusiasmo pelos periódicos franceses, continuando mesmo depois da derrota da Expedição de Maximiliano ao México. Torres Caicedo organizou em França a Sociedad de la Unión Latino-americana onde se desenvolveu o projecto do Canal do Panamá. O termo latino-americano foi amplamente utilizado pelos Estados Unidos e pela Grã- Bretenha como forma de substituir a Espanha na região.
Indoamérica	Surge entre as décadas de 1970 e 1980. Refere-se ao passado indígena da região, procurando abarcar todo o continente, mas acabando por ficar circunscrito a poucos países. Sem conotações político-ideológicas. Países cuja população dominante é indígena ou mestiça. Forte carga etnocentrista.

	Reacção desqualificadora do descobrimento e da colonização Considera o descobrimento e a colonização como uma usurpação e um genocídio dos habitantes primitivos do continente americano. Acentua as culturas e etnias precolombianas (aztecas, maias, incas, etc). Conceito reaccionário, de história reversível ao passado e de história contra-fáctica, que pretende fazer sobressair as culturas indígenas do Continente Americano face às restantes culturas, em especial a europeia.

Fonte: Elaboração própria, a partir de http://www.mindef.gov.ar/edna/biblioteca/coleccion/15_2001.htm (10-01-2011).

Esquema nº1: Relações entre os actores políticos internacionais envolvidos:

Áreas geográficas, divisões histórico-culturais e projectos de afirmação internacional



Fonte: Elaboração própria

Documento nº1:"Iberoamérica", "Hispanoamérica" ou "Latinoamérica"?

Uma análise da ocorrência destes termos no *El País* entre 1976-1985

Artigo nº1: "Hispanoamérica"

En el número de EL PAIS del sábado 16 de octubre de 1976 aparece (página 10), con caracteres tipográficos de respetable tamaño, el siguiente titular: *Hoy, regresan Don Juan Carlos y Doña Sofía de su viaje a Latinoamérica.* A mi entender este titular cruje como máquina mal acoplada, hace daño al leerlo. ¿Qué tenían que hacer los Reyes en esta recién inventada Latinoamérica, título que me recuerda a esos ficticios como Bratislandia o Transbelusia u otros parecidos imaginados por guionistas de cine?
Los Reyes de España donde han ido es a Hispanoamérica o a Iberoamérica y sólo así su viaje ha tenido sentido y sólo así se han enfrentado con realidad.
Que exista una tendencia, por desgracia muy extendida, que está imponiéndose desde fuera de España un nombre, por cierto falso y sin raíces históricas, a todo un continente, nos parece lamentable, pero más triste todavía que ese nombre se filtre en un gran periódico español en una ocasión como esta.

Publicado a 19/10/1976, em Madrid, por Fernando Chueca Goitia de la Real Academia de la Historia.

Artigo nº2 : "Iberoamérica y Latinoamérica"

El recorte que adjunto es la más patente muestra del continuado esfuerzo de ese admirado diario por implantar el término *Latinoamérica* y sus derivados. Le aseguro que es la única manía que me molesta de EL PAIS.
¿Puede un fiel seguidor, lector desde el numero 1, pedirle abandone esa persistente reticencia? ¿No le parece, como a mí, un cultismo rayano en barbarismo? Iberoamérica e Hispanoamérica son los términos adecuados. Lo de latinoamericano es neologismo copiado del inglés. Nuestra lengua necesita que periódicos como el suyo la defiendan.

Publicado a 19/08/1982, em Madrid, por L. Caballo

Artigo nº3: "Los latinoamericanos"

Respecto a la carta firmada por Juan Colman (lunes 2 de diciembre), me parece que este señor se permite hacer unas generalizaciones que son de todo punto mal basadas y erróneas: relatan unas experiencias que, si bien son bastante negativas, no son representativas de la totalidad de los españoles. Estamos de acuerdo en que en España tenemos que eliminar muchas malas costumbres, especialmente la mala educación de ciertas personas que abusan de su pequeña autoridad.

Este problema se va solucionando progresivamente con la convivencia en la libertad democrática, práctica en la que no estábamos muy acostumbrados.

Por otro lado, el hecho del desagravio a Felipe II no es nada más que la acción de un grupo minoritario de ultraconservadores, nostálgicos de imperios ya pasados, y que, con aire de patrioterismo y xenofobia, ven humillante reconocer errores, sobre todo históricos.

Personalmente creo que los españoles hemos sido humildes (a la fuerza ahorcan) desde Utrecht, lo que no quiere decir que la humildad sea mala, sino que es más difícil, por parte de los sucesivos Gobiernos, el reconocer ciertos fracasos.

Respecto a la solidaridad con los ciudadanos iberoamericanos, yo creo que a nivel de la calle es bastante manifiesta: se siente un fuerte sentimiento que nos une con nuestros hermanos americanos.

Finalmente, y respecto a la terminología a emplear con el continente americano, lo más ajustado sería Iberoamérica, puesto que fue la península Ibérica (España y Portugal) sobre la que cayó todo el peso del descubrimiento, colonización y culturización del Nuevo Continente; no se puede negar un cierto papel a Italia, pero es minúsculo en comparación con España y Portugal.

Publicado a 10/12/1985, em Madrid, por José Antonio Moreno.

Artigo nº4: "No a Iberoamérica"

En una relación de la que hayan de esperarse resultados favorables parece, al menos, prudente que exista entre las partes -como base previa a cualesquiera otras cuestiones- un conocimiento de las identidades respectivas, que habrá de comenzar por la denominación misma de cada interrelacionado.¿Se da esa circunstancia en la nueva andadura común que se pretende acompasar entre España y los países de allende el Atlántico comprendidos entre el río Bravo y punta Arenas?

Para España, esas tierras fueron primero las Indias escuetamente; después, las Indias occidentales; más tarde, América y el Nuevo Mundo; a continuación, provincias de ultramar, aunque luego -quizá con reticencia- se las llamó ex colonias, bastante antes de que surgiese Hispanoamérica. Actualmente, la confusión es grande y el tema vuelve, como en tiempos de la hispanidad, a exhibirse cargado de extrañas suspicacias.

Desde las respectivas independencias, y en lo que va del silo XX, ocurrieron muchas cosas en los países del continente americano, en el que de Norte a Sur se entremezcló lo épico con la esperanza. Hasta hoy nos ha llegado una América que aún en el presente se llama inglesa, no porque ya obviamente pertenezca a Inglaterra, sino porque habla inglés, del mismo modo que al sur del río Grande se nos muestra una serie de parcelas que se conocen como América española, América portuguesa, América francesa y otras, no porque sus metrópolis estén todavía en España, Portugal, Francia u otras viejas naciones, sino porque sus gentes se expresan respectivamente en español, portugués, francés u otras lenguas. Es por ello evidente que las grandes áreas del continente americano se denominan atendiendo a *razones filológicas o* lingüísticas exclusivamente, habiéndose desechado cualesquiera apoyaturas diferentes, como pretendieron ser las étnicas (Indoamérica o Amerindía), las que aludían a las características geográficas (América amazónica, andina, caribeña, etcétera) o las que hacían referencia a los gentilicios que participaron no tanto en el Descubrimiento como en las colonizaciones -económicas, culturales y sociológicas- posteriores hasta la fecha, en las que aparece España mezclada prácticamente con todos los pueblos europeos en abundantes contingentes.

No; solamente argumentos lingüísticos son los que a un boliviano del altiplano lo convencen de que él y su patria forman parte de la América española o Hispanoamérica,

no porque pertenezcan a España todavía -ni siquiera porque hubieran pertenecido-, sino porque, en virtud de aquella circunstancia, hablan y escriben español; corno el carioca de Río de Janeiro se hace consciente de que su gigantesco país es hoy la América portuguesa *tan sólo y únicamente* porque sus 110 millones de compatriotas se expresan permanentemente de manera semejante a Camoens, que es exactamente lo que les ocurre a los ocho o diez millones de habitantes de la América francesa (Halti, Martinica, Guadalupe, etcétera), que continúan hablando más o menos correctamente el francés *como lengua oficia*l.

El sentido práctico, orientado a la simplificación documental, no tuvo problema en el Norte, con la lengua de Byron como denominador común, y surgió, para efectos clasificatorios, la América inglesa como mitad boreal del continente, con la excepción minúscula de la región de Quebec, en Canadá.

Para el mosaico central y sureño -la otra mitad filológica- no resultaba fácil referirse al conjunto (en otros aspectos bastante homogéneo en diferencias con la América inglesa), aun teniendo en cuenta los 160 millones de hispanohablantes frente a los idiomas portugués, francés y otros. Sólo la base *muerta* de esas lenguas era común y distinta a la del Norte. Surgió entonces la América Latina abarcándolo todo, configurando la otra mitad filológica centroaustral del continente, con la excepción minúscula también de los pequeños focos ingleses antillanos, que no invalidan la homogeneidad latina, como no logra hacerlo en el norte el *pendant* equivalente del Quebec francés respecto de la Angloamérica.

De los enclaves fronterizos tejanos hasta la Tierra de Fuego, las naciones de parécidos afanes y avatares tienen desde años atrás esa denominación totalizante que les permite referirse a sí mismas del modo concreto con que Italia y Holanda se dicen Europa, como no te permitiría hacerlo -por razones especialisimas de apropiación particular- el disputado y ambiguo nombre sustantivo América, que siempre requirió precisión adicional y adjetiva: ¿qué América?

Surgió, pues, América Latina o Latinoamérica como conjunto subcontinental, que no anula, ni mucho menos, la vigencia del término Hispanoamérica o América española, así como los de América portuguesa, francesa u otras. Simplemente aquélla es *el tod*o y éstas son *las parte*s, como lo refrendaron las Naciones Unidas en 1948 -mucho antes

funcionaban ya en el continente numerosas instituciones denominadas latinoamericanas- al crear la CEPAL o Comisión Económica para América Latina, en la que habrían de integrarse tanto los países antillanos como los de Centro y Suramérica, todos ellos de base lingüística latina. Desde entonces, el genérico gentilicio latinoamericano -no excluyente, sino abarcador de todos los demás imaginables- generó millares de documentos, obras de creación, modelos programáticos y, en definitiva, toda una estructura expresiva oficial, que no es otra cosa que la fe de vida pública de América Latina como continente. El racimo de ALALC, OLADE, CELAM, SELA, CECLA y muchísimas otras, todas ellas con la sílaba LA o AL, comenzó a hacerse elocuente.

Pero España, siempre tan suya, hizo durante muchos años oídos sordos al entorno y continuó refiriéndose a Hispanoamérica al mencionar aspectos generales del mundo latinoamericano global, utilizando así la parte por el todo, no como sinécdoque o tropo gramatical, ni como consecuencia del habitual rezagamiento histórico, sino impulsada por una extraña actitud colectiva que parecía obedecer, de un lado, a la suspicacia que despertaba una expresión aparentemente acuñada tras las fronteras pirenaicas españolas, y de otro, al deseo de recordar, durante el mayor tiempo posible, la casi exclusiva y sin igual obra de España en la formación de esa América Latina, lo cual, además de no necesitar ser recordado por obvio, suponía mezclar conceptos diferentes entre sí. Resultaría tan profusa como ilustrativa la cuantificación de los muchos matentendidos y sinsabores que originó esa extemporánea actitud recordatoria (que en ocasiones se hizo casi subconsciente por tan persistente), en virtud de que en el otro lado de la relación también existe lógicamente la capacidad de generar recelos suspicaces. Abundante, fueron las oportunidades en las que, en los casos más inocentes, los vocablos «Hispanoamérica» y «Latinoamérica» parecían querer decir bastante más que sus respectivos significados, provocando sonrojo y azoramiento, por inadecuación, en visitantes corteses de una y otra orilla.

Hace unos años que en España se pretendió suavizar la evidente incomodidad que suponía tal permanente inarmonía, dándole carta de naturaleza a la expresión «Iberoamerica», que intentó ser mediadora o terciadora, sobre todo porque en su significado se abarcaba aparentemente la gigantesca América portuguesa, antes excluida con la francesa y otras. Se decretó sotto voce la muerte del vocablo «Hispanoamérica», y en su lugar se comenzó a utilizar viva voce la desafortunada locución «Iberoamerica»,

que además de no resolver el problema, puesto que sigue siendo expresión de una *parte*, introduce en un tema exclusivamente filológico un concepto étnico que enturbia y acentúa mucho más la confusión. En efecto, nada dice lo *ibero* al otro lado del mar, aun en los sectores cultos que conocen el uso doméstico que en la Península se hace de lo ibérico, en virtud de los pobladores comunes de España y Portugal. Recordemos, una vez más, que la América española, la portuguesa, la francesa, etcétera, lo son porque hablan esas lenguas oficialmente, no porque pertenezcan a España, Portugal o Francia. En este contexto, el esquema se destroza metiendo a los iberos por medio, puesto que no existe hoy lengua ibera, ni siquiera bajo las dos que se hablan en la península Ibérica, como sí lo está el latín. Lo ibérico de la Península, corno denominador común doméstico, carece de sentido al proyectarlo hacia un vecino de Sao Paulo, que habla portugués, pero que nada le dicen en su vida los iberos, aunque sepa que habitaron Portugal; o un ecuatoriano, que se expresa en español, y que de esos iberos sólo sabe que vivieron en España, y mucho menos le dirá lo ibérico, obviamente, a los seis millones de haitianos que forman, con los otros cuatro del resto de América francesa, las instituciones latinoamericanas de hoy. Pienso ciertamente que la utilización del término «Iberoamérica», aun circunscrito a la América española y portuguesa, nos aleja mucho más de la realidad subcontinental latinoamericana que cualesquiera otros conocidos o por conocer, en virtud de que alude a tipos raciales sin conexión alguna no sólo con el presente de aquellos pueblos, sino con ninguna de sus etapas evolutivas.

En consecuencia, sería muy útil no forzar el comportamiento de ciertos visitantes, a los que la repetición de vocablos del gusto del anfitrión les obliga a modificar su hábito espontáneo para complacerlo, llamando cortésmente Iberoamérica e iberoamericano a lo que ellos mencionaron siempre como Latinoamérica y latinoamericano. Sería muy útil que España viviese persuadida de que llamando Latinoamérica a las tierras de allende el océano preserva la correcta denominación de Hispanoamérica -referida *aisladamente* a los aspectos de la América española-, lo que no ocurre utilizando el confuso vocablo de Iberoamérica. Sería muy útil que España no *supusiese* que Latinoamérica comete un error al llamarse así, y no pretendiese constantemente enmendarte la planá - cambiando incluso las siglas de algunas instituciones-, como *mater et magistra.* Sería muy útil, en definitiva, que España fuese consciente de que -cualesquiera argumentos en favor o en contra- trescientos millones de seres humanos han decidido llamarse latinoamericanos e institucionalizarse como tales, y que su decisión (como la de Andalucía de llamarse así,

y no *Al Andalus,* por ejemplo, pese a algún hipotético deseo historicista) debe, por lo menos, de ser respetada.

Sin duda podría ser esa la base previa de un auténtico conocimiento de las actuales identidades respectivas, como eje fundamental de una relación de la que deben esperarse, necesariamente, resultados favorables.

Decálogo de conclusiones

1. Son razones lingüísticas, y no de otra índole (históricas, afectivas, religiosas, de colonización, étnicas, etcétera), las que sirven de base para denominar los dos grandes bloques en que se divide el continente americano hoy que todas sus naciones multirraciales son independientes y soberanas.

2. Frente a la América inglesa (la que habla oficialmente inglés) existe la otra inmensa subregión que, por hablar oficialmente español, portugués y francés (con el latín como denominador común originario), se conoce como América Latina o Latinoamérica, denominación que, por supuesto, para nada alude al insostenible concepto de *raza latina,* absolutamente irreal.

3. Como una parte de América Latina, es perfectamente correcto denominar Hispanoamérica o América española al conjunto de naciones que hablan oficialmente el español, por la misma razón que se puede aludir a la América portuguesa o a la francesa, siendo todas y cada una de ellas, América Latina o Latinoamérica.

4. Resulta anómalo e incorrecto llamar *ibérica* a parte alguna de América -en la forma de Iberoamérica-, en virtud de que el concepto *ibérico* (que es racial y no lingüístico) es exclusivamente privativo de la Península, por mor de sus pobladores primitivos, los iberos.

5. Se concibe Hispanoamérica, no porque esa parte de América hubiera sido española, sino teniendo en cuenta que es, por aquella razón, de habla hispana. Pero ¿qué sería Iberoamérica? ¿La América que tuvo o tiene iberos? ¿La descubierta o colonizada por los iberos? ¿La que perteneció a la península Ibérica? Ninguna de estas es razón válida; tendría que llamarse así a la todavía incógnita parte de América que hablase

oficialmente la lengua Ibera o algún idioma originado en esa lengua inexistente. Por eso, Iberoamérica no existe.

6. Puede llamarse, así, *iberoamericano* a aquello (relaciones, certámenes, actos, etcétera) en lo que participan a la vez España o Portugal (la parte exclusivamente ibérica) y cualquier área de América (que nada tiene que ver con lo ibérico en especial). En tal sentido resulta absurdo llamar *iberoamericanos* a los países de América Latina, pero es correcto denominar *iberoamericanos,* por ejemplo, a los vuelos realizados entre Latinoamérica y la Península.

7. Incluir conceptos étnicos como el de *ibero* en las denominaciones sólo filológicas (por los idiomas oficiales) de América Latina seria darle entrada a términos de tipologia inacabable, como celta, aymará, azteca, suevo, astur, mapuche, etcétera.

8. Es lógico decirle Hispanoamérica a la *parte* americana que habla la lengua hispana y es más lógico aún nombrar América Latina o Latinoamérica al *todo* de países cuyas lenguas oficiales se apoyan en el latín. Pero Iberoamérica, desde el punto de vista de la realidad americana, es una ficción; solamente podría llamársele así -con forzada licencia y únicamente como expresión geográfica- al espacio del mundo que englobase a Portugal y España con América: *Iberia-América.* Después habría que especificar todavía, en la parte americana, si se trataba de la inglesa o la latina.

9. Por encima de esos y otros argumentos está el hecho incuestionable de que los pobladores no anglohablantes del continente americano -hoy más de trescientos millones- decidieron hace muchos años (inducidos o libérrimamente, esa es otra cuestión) eliminar sus confusiones en cuanto al uso de un gentilicio común y se autodenominaron *latinoamericanos,* después de institucionalizar como América Latina el subcontinente en el que habitan. Desde entonces, del Río Grande a Punta Arenas, incluidas las tierras del Caribe, los latinoamericanos nacen, viven, procrean y mueren considerándose como tales latinoamericanos, ya sin dudas en cuanto a su *identificación continental,* tan diversa en otros órdenes.

10. Fuera de sus límites geográficos, en todo el amplio ámbito internacional, tampoco hay confusión. Unicamente en sus relaciones con España -ni siquiera con Portugal ocurre lo mismo- los latinoamericanos se encuentran inseguros, dubitativos y

sorprendidos en su *adjetivación general,* porque ciertos sectores españoles se resisten a nombrarlos no sólo como ellos quieren llamarse, sino como se llaman realmente, a la vez que intentan *demostrarles el error* en que incurren al mencionar como América Latina o Latinoamérica el conjunto subcontinental en el que viven.

Tal incongruencia, aunque fuese la única, debería ser más que suficiente, por si sola, para mover definitivamente a reflexión a la España responsable en su creciente proyección latinoamericana.

Publicado a 15/10/1980, por Raul Grien.

Artigo nº5: "Europa Latina, sí; pero ¿América Latina?"

A don Raúl Grien, escritor y economista, en su artículo del 15 del pasado mes de octubre publicado en EL PAIS, no le gusta el término Iberoamérica, ni lo de iberoamericanos para las inmensas tierras que van de Río Grande a Punta Arenas y sus habitantes; por ello titula el citado artículo con esa especie de anatema a lo *Delenda est Carthago,* con que el empleo actual del adverbio no antepuesto ha acuñado un uso idiomático de nuestro tiempo*: No a Iberoamérica.*

¿Y por qué a don Raúl no le gusta? Pues porque él defiende un criterio filológico para semejantes denominaciones. Los criterios étnicos, geográficos o de orígenes *colonialistas* no le parecen aptos, si bien es cierto que son criterios como los demás, entre ellos el filológico.

Cuando desde España, «siempre tan suya», se empecinaban en llamar Hispanoamérica a las tierras de habla castellana, se utilizaba la parte por el todo, escribe el señor Grien, ya que toda América no era hispana, y ello es una verdad patente; sería un tema atractivo para una tesina o tesis el que un joven estudioso averiguara de verdad y con seriedad documental cuándo, dónde y por quién se comenzó a usar la voz Latinoamérica, o la equivalente expresión de América Latina.

Con mucha razón afirma el articulista que es irreal el concepto de raza latina, y si bien el término raza es todavía muy discutido, todos nos entendemos al diferenciar la llamada raza amarilla de la negra, cobriza o blanca y a las cuatro entre sí, pero eso de raza latina, germana, etcétera, es una falsedad; mucho menos existe la raza española y el concepto racial o étnico no sirve para denominar a un conglomerado como el americano. El incorrecto Día de la Raza o de la Hispanidad (término tan preciado por una política falsa,

dictatorial y triunfalista), o se llama Día de las Razas, o de manera que nada tenga que ver con tal concepto.

En el fondo de la cuestión, lo que determina la actitud «tan suya» del Latinoamérica y del Hispanoamérica no es otra cosa que resabios más o menos dormidos entre combatientes de hace unos 160 o 170 años (por dar cifras redondas); el español se empecina y el americano también; así que en los dos *ex combatientes está* más o menos vigente la gran cabezonería: en la voz Hispanoamérica, pese al latinismo, está implícita la presencia de España; en la voz Latinoamérica tal presencia desaparece.

Épocas de vivo romanticismo posbeligerante, cuando la célebre polémica, lingüística entre el desmesurado romántico argentino Sarmiento y el venezolano Andrés Bello, la cabeza filológica más ilustre de habla castellana de su tiempo, determinaron que algunos extremistas pensaran en el término Indoamérica para borrar toda huella *hispana,* pero se cayó mucho más tarde en la cuenta que lo de *Indo* venía de la antigua India de Asia y suponía, después de todo, una denominación foránea, y lo de *América* provenía del *sortario* (en el español de Venezuela, sortario es un sujeto con suerte) Américo Vespucio. La voz Indoamérica, ¡ay!, era un extranjerismo, aunque no falte quien la use todavía por aquellas tierras.

Pero el señor Grien defiende un criterio filológico y le parece perfecta la denominación de Latinoamérica; por eso pregunta razonadamente: «¿Qué sería Ibéroamérica? ¿La América que tuvo o tiene iberos? ¿La descubierta o colonizada por los iberos?» Le pregunto, a mi vez: ¿y qué es Latinoaméríca? ¿La América que tuvo o tiene latinos? ¿La descubierta o colonizada por los habitantes del Lacio?

Voces de laboratorio

Tanto la voz Iberoamérica como la de Latinoamérica son voces de laboratorio lingüístico y no han surgido a través del tiempo, como Andalucía de Al-Andalus, ejemplo que aduce equivocadamente el articulista; no es que los andaluces, de buena mañana, hayan decidido llamarse así, como (según afirma el señor Grien) han decidido los trescientos millones de aquellas tierras llamarse latinoamericanos, quienes, por supuesto, tienen derecho a llamarse como deseen; pero lo que no se puede defender es que semejante neologismo observe un criterio filológico, porque si la voz Hispanoamérica incurre en tomar la parte por el todo, la voz Latinoamérica, también.

Filológicamente, las lenguas derivadas del latín, como todos sabemos, son las llamadas neolatinas, o sea, las actuales lenguas de la Península ibérica, el francés, el italiano, el rumano y el retorromano de Suiza, y la voz Latinoamérica comprende sólo a los que hablan portugués, español, y la exigua minoría que oficialmente habla francés. Si consultamos la

guía telefónica de cualquier capital de la América de habla española y portuguesa, los apellidos extranjeros son legión, y los italianos, en proporción relevante, como en Argentina o Venezuela, por ejemplo; pero lo que allí se ha aprendido es el castellano o portugués, según donde se viva. La voz Latinoamérica, por tanto, no recoge a todos los que hablan lenguas románicas o neolatinas, sino a parte: a dos de ellas.

Hay, pues, una Europa latina, la que tuvo como base lingüística a aquella gran lengua que unificó la comunicación de buena parte del mundo indígena de la piel de toro (Vasconia aparte), las tribus de cántabros, astures, vacceos, arévacos, tartesios, etcétera, que tenían lenguas propias distintas y no escritas, las cuales unificaron su expresión lingüística, y el latín ha llegado a ser gallego, portugués, castellano, catalán, francés, italiano, rumano y retorromano. Tenemos una Europa latina, en términos filológicos, pero no una América latina, en esos mismos términos.

Parcialismo

Con la voz Iberoamérica tal vez se haya querido obviar el parcialismo de Hispanoamérica, y toda vez que los pueblos primeros en llevar su lengua y su cultura, buena o mala, al continente descubierto por ellos fueron españoles y portugueses, el nombre de Iberoamérica (puramente geográfico lo de Ibero, porque la *gens ibérica* es mera arqueología enmarañada) lleva implícito el de esos dos pueblos; verificar el hecho resulta molesto desde, la otra orilla atlántica y se desecha el criterio de orígenes por cargante; entonces se recurre al criterio filológico; lo que ocurre es que en el caso de la voz Latinoamérica falla, aunque resulte precioso tender un hilo directo entre las riberas del Atlántico y las orillas del Tiber, y así América es latina, aunque no hable oficialmente latín ni italiano.

Pero como todos somos cabezotas y cabezudos, unos seguirán con s*u Latinoamérica* y otros seguiremos con nuestro Iberoamérica, aunque infinidad de periodistas y escritores españoles usan la voz Latinoamérica, sin hacerse cuestión de lo que dicen ni tal vez les importe mucho; lo que sí es cierto es que los anatemas no servirán de nada. Todo es cuestión de preferencias, de resentimientos, de supremacías. Los hechos están ahí y su interpretación es cuestión de tiempo y geografía. Aducir criterios filológicos no es serio, pero llamarse uno como quiere es perfectamente lícito.

María Rosa Alonso ha sido profesora adjunta en la Universidad de La Laguna y titular en la facultad de Humanidades en la Universidad de Mérida (Venezuela).

Publicado a 11/03/1981, por María Rosa Alonso.

Documento nº2: Quais as orientações que deveria tomar a política externa na transição para a democracia?

Alguns artigos do *El País* que analisam esta questão

Artigo nº1: ***"La política exterior"***

LA DECLARACION del Gobierno en la parte que se refiere a las relaciones exteriores de España contiene puntos programáticos generales para salir del tema sin demasiadas concreciones, pero precisa algunos otros que resultan significativos. Decir que España «continuará el proceso de normalización de sus relaciones con todos los países de¡ mundo» es poco decir, por su vaguedad; ocultar ' al mismo tiempo el espinoso problema de las relaciones con Israel, es poner en tela de juicio la amplia y genérica declaración citada. Representan un avance sobre la situación anterior, desde luego, las referencias expresas a los principios de las Naciones Unidas y a los derechos humanos. Pero todo ello sigue anclado todavía en el terreno de las buenas intenciones. Terreno del -que tampoco sale la alusión a las relaciones con Portugal o Iberoamérica.Existen en este terreno otras cuestiones que por su naturaleza deben ser debatidas por las Cortes. Son todas en las que de alguna manera está implicada la soberanía e integridad territorial: las relaciones. con la Comunidad Europea; la restauración de la integridad territorial de España, mermada en Gibraltar; las relaciones con Estados Unidos, en cuanto implican, por cita expresa y literal de la ' declaración gubernamental «la contribución al sistema defensivo occidental»'. En otras palabras, el problema de las bases norteamericanas en España, y el del eventual ingreso en la Organización de¡ Atlántico Norte (OTAN) y en su estructura militar integrada. También cae dentro de este apartado la revisión de¡ Concordato vigente, sistema que no se pone en tela dejuicio a pesar de que el Vaticano ya ha renunciado a apoyarse en él en sus relaciones con la mayoría de los país es de Occidente.

Así mientras la declaración gubernamental señala que las Cortes debatirán sobre el problema de¡ ingreso de España que la OTAN, nada se dice por el contrario de que. los representantes del pueblo ' pueden y deben tratar públicamente -y cuanto antes- el caso de las bases norteamericanas en España. Nada impediría una revisión de los plazos acordados en el tratado de 1976 para desnuclearizar las instalaciones de Rota; plazos que deben ser reducidos. Las relaciones con la CEE son abordadas en una frase que

presupone lentitud y prolijidad, al señalar que el Gobierno presentará «la solicitud de iniciacion de negociaciones para la adhesión a las Comunidades Euro peas». Lo menos que cabe pensar después de esto es que el tema va para largo. Bien es verdad que el problema es complejo, y que en la propia Europa los posibles afectados por el ingreso de España ya se están preparando. Francia, Bélgica e Italia han solicitado la modificación de la «Europa verde», en previsión de lo que pudiera suceder. España debe prepararse para una negociación ardua y larga. Pero por lo mismo el Gobierno debe definir cuanto antes sus posiciones y no emboscarse una vez más en la semántica. Por último, hablar de política mediterránea, de «favorecer la seguridad y entendimiento entre los ribereños» y de «creación de un sistema de cooperación regional y de eliminación de tensiones» en la zona resulta bastante irritante, si se piensa en el fracaso de la política en el Sahara y de las graves consecuencias de todo género que puede acarrear. España, impedida de poder jugar un mínimo papel en Oriente Próximo, por haber cerrado sus fuentes de contacto con una de las partes del conflicto, ha contribuido al aumento de tensión en el otro extremo del Mediterráneo y en el norte de Africa. En los dos puntos más graves de la política mediterránea, la posición española está considerablemente debilitada. Un sistema de «cooperación regional» exige una política exterior inteligente y que vele por los intereses nacionales. Adjetivos difícilmente aplicables a la actual situación, toda vez que la política exterior española brilla por sus tonos grises. En resumidas cuentas, quien haya leído atentamente la parte dedicada a política exterior de la declaración gubernamental llegará a una conclusión: el Gobierno ¡carece de política exterior. No ha podido precisar las relaciones de España con Europa, con el pueblo árabe, con Hispanoamérica, ni con los países del Este, sin olvidar el vacío flagrante de una política africana en el continiente negro, donde también España debe asumir su responsabilidad tras el fracaso de la descolonización de Guinea Ecuatorial. Sólo en dos puntos ha sido concreta'esta declaración: en las buenas relaciones -esperemos que no a cualquier precio- con Estados Unidos, y con la Iglesia, la otra «sociedad perfecta» -o máximo grupo de! presión- que coexiste con la del Estado en el interior de nuestras fronteras. Estos eran precisamente los dospuntos concretos, los dos únicos, con Gibraltar, de la política defendida por el ministro don Fernando María Castiella durante los largos trece años que dirigió la diplomacia del general Franco. Integrarse en la estela norteamericana y pactar con el Vaticano. No en balde, los orígenes en política exterior del señor Oreja nacen de aquellos años. Por último, si hay algún terreno en el que las Cortes deben estar presentes es el de la política exterior, qué

debe lograr un consenso general por encima de todas las ten dencias e ideologías. A este respecto cabe recordar que el señor Oreja si supo innovar en el terreno teórico, cuando señaló que «hay que implicara la representación popular, y consecuentemente a toda la población de¡ país en la gestación, realización y control de la política exterior». «El Parlamento -añadió entonces el señor Oreja- debe ser el foro adecuado para que, de una parte, sean ex : ami nadas las grandes posibilidades de opción de la política exterior, y de otra para que la necesidad y la conveniencia de ésta sea sentida con auténtica y profunda urgencia por la inmensa mayoría de la nación.»

Publicado a 15/07/1977, sem autor.

Artigo nº2: "La política exterior española necesita dos alas: una europea y atlantista y otra latinoamericana"

"*Declaraciones de Robles Piquer, nuevo presidente del Instituto de Cooperación Iberoamericana***"**

"La vocación hispanoamericana de España no sólo no es incompatible con nuestra política europea y atlantista, sino que es complementaria. Hay que volar con estas dos alas", ha declarado el nuevo presidente del Instituto de Cooperación Iberoamericana, Carlos Robles Piquer, poco después de ser nombrado para este cargo en sustitución del anterior presidente, Manuel Prado y Colón de Carvajal, en el Consejo de Ministros de ayer.En declaraciones a EL PAIS, Robles Piquer, de 56 años, diplomático de carrera y hasta hace poco director general del ente público Radiotelevisión Española, añadió que "lo que hace falta es no ver la política exterior con un solo ojo y no creer que esa doble condición de España es un valor que actúa por sí mismo, de forma espontánea".

De nada sirve, añadió, crear un puente entre ambas orillas del Atlántico de habla hispana si no se crean las condiciones necesarias para hacerlo transitable.

"Hay que trabajar en un doble sentido: explicar Iberoamérica en España y explicar esta nueva España en aquellos países donde en algunos círculos intelectuales -y en eso algunos artículos de Arturo Uslar Pietri pueden ser un botón de muestra- produce escalofríos una posible fragmentación de España".

"Estaba lejos de mí la idea de que me llamaran a estas funciones (tras la dimisión-cese en Prado del Rey). Había declinado el ofrecimiento de importantes embajadas (concretamente las de Roma y Bruselas) y me inclinaba más a complementar con actividades privadas su reincorporación al ministerio (donde anteriormente fue subdirector general de Latinoamérica y secretario de Estado de Asuntos Exteriores). He aceptado con sumo gusto el ofrecimiento, porque siempre he creído y creo profundamente en la dimensión americana de la vida española", manifestó.

Robles Piquer, que asumirá igualmente la presidencia de la comisión interministerial conmemorativa del "medio milenio del Descubrimiento de América" -"prefiero llamarlo así", dice-, cree en las posibilidades tremendas del Instituto de Cooperación Iberoamericana como vehículo de acercamiento del mundo hispánico. "El Instituto tiene ahora medios y unas posibilidades reales de servir a la política iberoamericana de España a través de la cooperación cultural, científica y técnica'", añade, después de recordar que en su tiempo el presupuesto de Cultura Hispánica era de dieciséis millones de pesetas, comparados con los 1.200 millones programados en el actual presupuesto.

Su programa de actuación al frente del Instituto puede resumirse en un concepto: integración. "En política exterior hay que procurar siempre sumar y no dividir, integrando las mejores cualidades y los rasgos de la vida nacional en su proyección hacia afuera.

El propio rey Juan Carlos marcó esos objetivos en Caracas, en un discurso pronunciado durante la visita que realizó en 1977: interdependencia de todos los elementos, continuidad y tenacidad, indiscriminación en las relaciones como continuación de la doctrina Estrada y capacidad de construir entre todos la comunidad iberoamericana".

Robles Piquer, que se muestra reacio a discutir su paso por Prado del Rey, describe su etapa al frente de RTVE como "un período intenso y de enorme trabajo". "He tenido", dice, "muchas satisfacciones, al igual que infinidad de malos ratos, en los que ahora no quiero pensar. Tengo un gran cariño por la gran herramienta que supone la radio y la televisión del Estado al servicio de España, de su unidad y su variedad, así como un gran afecto por la mayoría de los casi 12.000 empleados del ente".

En cuanto a las acusaciones de favoritismo formuladas contra él durante su mandato en Prado del Rey, Robles Piquer declaró que tenía la conciencia tranquila de haber trabajado para lograr el objetivo que le marcó el presidente del Gobierno cuando se le nombró para el cargo. "Ese objetivo no era otro sino velar para conseguir un justo equilibrio interno que reflejase fielmente la realidad nacional e internacional".

Publicado a 31/07/1982, em Madrid, por Carlos Mendo.

Artigo nº3: "La política exterior atenderá especialmente a las relaciones con Europa y la estabilidad del Magreb"

El futuro ministro socialista afirma: "No llego al Ministerio con revanchismo"

Fernando Morán, virtual ministro de Asuntos Exteriores, ha manifestado, en unas declaraciones a Efe, que "no llego al Ministerio con revanchismos", y que "todos los funcionarios son aptos para colaborar con el futuro Gobierno". El futuro jefe del departamento citó la potenciación de las relaciones con Francia, la política de cooperación con Iberoamérica y el mantenimiento de la estabilidad en el norte de Africa, como ejes fundamentales de la política exterior socialista. En cuanto al funcionamiento interno de este departamento, dijo que "la política exterior no ha de ser un secreto, ya que si ésta no se apoya en la opinión pública está destinada al fracaso".Los cambios, según Morán, se van a hacer gradualmente, ya que no se dispondrá de nuevo presupuesto hasta el verano del año próximo, y el actual es muy escaso. La filosofía del virtual ministro de Asuntos Exteriores en cuanto a nombramientos se basa en que con estas elecciones no se ha producido un cambio de régimen, pero "ha sido algo más que un simple cambio de gobierno, hay un cambio de clase política".

Insistió en que los socialistas "vamos a restringir el número de embajadores políticos", aunque reconoció que es imprescindible que algunas embajadas sean ocupadas por políticos". Calificó de "enormemente incorrecto al anterior Gobierno en su política de nombramientos en los últimos meses", algunos, matizó, no en las personas, sino en el tiempo.

Fernando Morán afirmó, en el tema de la Comunidad Económica Europea, que al PSOE le preocupa más "el qué y el cómo se consiga la adhesión que el cuándo". "Con todo, si España no tiene opción en 1985, consideramos que no se habrá superado la situación actual", y ni a España ni a la Comunidad le interesaría la integración, señaló, haciéndose eco de las palabras del vicepresidente del Gobierno, Alfonso Guerra.

Morán recuerda las palabras de Felipe González de que no nos vamos a obsesionar con el tema de la Comunidad, y considera que bajo la presidencia de Francia, en el primer semestre de 1984, podría ocurrir realmente el avance final.

Esto, añadió, no quiere decir que nuestro único factor europeo vaya a ser Francia, pero hay que globalizar nuestras relaciones respecto a este país. En este sentido anunció la creación de una gran embajada en París, al frente de la cual se colocaría a una persona de gran relieve.

OTAN: congelar negociaciones

Morán afirmó que en el tema OTAN la postura del PSOE es clara, "no es anti OTAN, pero no consideramos conveniente ni necesario a España el integrarse n la organización militar, ni siquiera hemos considerado necesario herirla a la Alianza". "Seguimos siendo contrarios", dijo, "a la acción que ha hecho el Gobierno de UCD al acceder a la Alianza y, por tanto, pediremos en primer lugar la congelación del proceso de integración en la organización militar y en cualquiera de los mandos integrados".Fernando Morán reiteró la voluntad del PSOE de convocar un referéndum, aunque sin dejarse acorralar por un plazo, "porque debemos tener en cuenta que esta decisión no debe contribuir ni a la inestabilidad interna española ni a la inestabilidad de la Alianza". No obstante, Morán se mostró partidario de mantener la embajada en la OTAN durante este tiempo, porque "no tiene ningún sentido que deje de oírse nuestra voz".

El futuro ministro de Asuntos Exteriores afirmó que el PSOE acepta los acuerdos con Estados Unidos porque pueden contribuir a la defensa española y explicó que más que a una renegociación, hay que proceder a unos reajustes y correcciones de los mismos. Asimismo indicó que "se ha explorado y la primera impresión es que Estados Unidos sí esta dispuesto a hacer unos ajustes". "Nos encontramos", dijo, "con los recientemente firmados convenios con EE UU, pero no se consigue en estos acuerdos lo esencial, que es una garantía de defensa para toda la integridad del territorio".

En el contencioso Gibraltar se va a relanzar la reivindicación, apoyados en las resoluciones de la ONU, buscando la negociación y utilizando la declaración de Lisboa, que "no me gusta, pero es lo único que hay", según Fernando Morán. Asimismo dijo que el PSOE es partidario de abrir la verja "porqué se ha producido una alienación de la población de Gibraltar".

Morán agregó que el PSOE considera primordial evitar un conflicto en el norte de Africa, que tendría repercusión negativa en el actual equilibrio de fuerzas. Asimismo señaló que consideran que la estabilidad de Marruecos es esencial para nuestra propia estabilidad, "no sólo no vamos a hacer nada para desestabilizar al rey de Marruecos, aunque su política sea contraria a la nuestra", dijo, "sino que haremos lo que dependa de nosotros para mantener su estabilidad". Asimismo, el virtual ministro de Asuntos Exteriores indicó a Efe que el propuesto presidente del Gobierno, Felipe González, tiene intención de que su primera salida al extranjero sea a Rabat.

La mala marcha de Iberoamérica podrá ser, según Fernando Morán, catastrófica para el mundo, e incluso podrá provocar varios conflictos mundiales, "por tanto", dijo, "el Gobierno socialista dará una atención preferente a Iberoamérica".

Publicado a 30/11/1982, em Madrid, sem autor.

Documento nº3: A democracia como mote para a realização de um Encontro de Cooperação

Artigo nº1: ***"Iberoamérica: encuentro en la democracia"***

Convocados por el Instituto de Cooperación Iberoamericana, un grupo de hombres y mujeres de uno y otro lado del Atlántico nos reunimos, por primera vez de forma tan amplia y representativa, para reflexionar conjuntamente acerca de nuestras relaciones socio-políticas, culturales y económicas. Esto sucede ahora que España trabaja en un proyecto de cambio que haga de nuestro país un pueblo libre y moderno, capaz de satisfacer sus necesidades colectivas y de responder, solidariamente, a sus compromisos históricos.Estamos convencidos de la existencia generalizada en los pueblos iberoamericanos, incluido el español, de sentimientos comunes sobre la urgente necesidad de multiplicar los vínculos que traduzcan a la realidad cotidiana la indudable existencia de la comunidad iberoamericana.

Unificar esfuerzos

El necesario realismo nos hace ver, sin embargo, la multiplicación estéril de esfuerzos que cada uno de nuestros países realiza para afrontar el reto de la crisis y la dependencia. Sólo hay que observar los diferentes sectores productivos o de investigación y desarrollo, aislados entre sí y dependientes de los centros internacionales, repetir iniciativas y esfuerzos parciales que, organizados de una forma coordinada, podrían mejorar resultados.

En el pasado decenio y en lo que va de éste hemos asistido a un empeoramiento de la situación económica en el área iberoamericana. Se manifestó al principio en dificultades de la balanza de pagos y en el rápido crecimiento de la deuda externa, y posteriormente se apreció en toda la economía por la ralentización del ritmo de crecimiento, siendo esto especialmente grave en una región con gran incremento demográfico y que parte de niveles de vida muy bajos. La zona ha sido también especialmente sensible a los efectos del recrudecimiento de la guerra fría, del enfrentamiento Este-Oeste, del que ha sido frecuente campo de batalla. La paralización del diálogo Norte-Sur ha aumentado la brecha entre países ricos y pobres.

La vulnerabilidad ante la crisis está causada, en buena medida, por la dependencia tecnológica. La crisis actual se proyecta como un gigantesco proceso de innovación, asumiendo, cada vez más, las relaciones de subordinación, la forma de dependencia tecnológica. Se trata, por tanto, de gobernar este proceso de innovación evitando que reproduzca las distorsiones de las precedentes fases de desarrollo. Un control de este tipo es impracticable país por país. Es necesario para ello la contribución coordinada de esfuerzos de todas las naciones iberoamericanas, lo que permitiría la creación de un mercado para la plasmación productiva de las innovaciones y una suma de recursos de investigación que posibilitarían el despegue científico. Sería ilusorio pretender este despegue sin crear una base científica y cultural, que no podría lograrse sin implicar a toda la población, elevando su nivel cultural.

Solidaridad y democracia, bases de las nuevas relaciones

¿Cómo hacer frente en común a un nuevo orden mundial, cada vez más cercano, de forma que los países de nuestra área puedan representar un papel autónomo y entre iguales?

En España, la democracia y su profundización, con el acceso al Gobierno del partido socialista, ha supuesto un cambio en la política exterior de nuestro país, especialmente en la actitud hacia Iberoamérica. Se abandona el paternalismo y se elige, como fundamento de las relaciones iberoamericanas, los principios de igualdad y solidaridad entre las naciones. Los valores democráticos, la paz y el respeto a los derechos humanos se constituyen en los ejes de nuestra acción. Existe el compromiso de sustituir la retórica por instrumentos de cooperación eficaces y transparentes. Este encuentro de intelectuales y políticos es la prueba del interés por perfilar una nueva política.

La actual experiencia democrática española nos hace solidarios con las aspiraciones, aún no realizadas, de los pueblos de Iberoamérica por la conquista de la democracia, entendida como forma de gobierno y como modo de convivencia social, basada en la activa participación del pueblo en la elección de sus representantes y en la formación de las grandes decisiones colectivas sobre el destino de la sociedad.

Estamos convencidos de que la democracia es el único modelo político que permitirá a nuestros pueblos hacer frente a sus grandes desafíos actuales: la lucha contra el

analfabetismo, el hambre, el atraso científico y técnico, en definitiva, contra el subdesarrollo. Sólo en la democracia seremos capaces de profundizar en la integración de nuestros países y construir la comunidad iberoamericana de naciones, proyecto histórico fuertemente sentido por nuestros pueblos y fervientemente alentado por la Corona española.

La democracia es imprescindible a la comunidad porque supone una garantía contra el acceo la permanencia en el poder de representantes de intereses minoritarios y de falsos nacionalismos. Solidarios todos con un decidido compromiso democrático, este encuentro debe suministrar un hálito de esperanza para las aspiraciones de progreso económico, cambio social, independencia política y consolidación nacional de los pueblos que constituimos la comunidad iberoamericana.

Deseos de integración

Visto desde Iberoamérica, ya desde los años setenta los países de la región han estado intentando perfilar y promover una política internacional propia que les permitiese abrir nuevos cauces de cooperación, en el marco de una economía internacional profundamente, perturbada. Se ha procurado superar las políticas de confrontación para avanzar hacia relaciones internacionales -basadas en el beneficio recíproco de los países de todos los mundos insertos en el presente orden internacional. Durante estos últimos años, los objetivos de paz y cooperación han estado presentes en las recomendaciones y programas de acción aprobados por sucesivas conferencias regionales. Estas posiciones, Iberoamérica las ha mantenido en diversas reuniones transregionales y en los órganos de consulta y foros regionales del más diverso tipo, SELA, ALADI, GRULA, etcétera. A esto hay que agregar una multiplicidad de organizaciones no gubernamentales que promueven tales intereses y valores en los campos de la política, la cultura, las ciencias sociales, las comunicaciones, la educación, etcétera.No dudamos que el único camino para el estrechamiento de lazos y para la integración de nuestros pueblos pasa, en este final de siglo, por la cooperación. ¿Cuál debe ser hoy el objetivo de una cooperación solidaria?

Se alza ante nosotros un doble reto: aunar esfuerzos, capacidades políticas y económicas para lograr un desarrollo autónomo de nuestros países, un mayor nivel de vida de

nuestros pueblos y una afirmación ineludible de su identidad, y conseguir que la voz de ese pueblo, sus principios y valores, sean escuchados en el mundo.

Para nosotros, naciones medianas, la necesidad de unidad de acción en muchos terrenos resulta incuestionable. Se trata de establecer un importante entramado de interconexiones políticas, culturales, económicas, de cooperación científico técnica, que hagan posible esa acción unitaria, sustentado en cauces de comunicación y conocimiento permanente.

La comunidad iberoamericana de naciones, un reto historico

Estamos firmemente convencidos de que sólo sobre estos sólidos cimientos podemos ir haciendo realidad cada día la tan deseada comunidad iberoamericana de naciones. Objetivo nada utópico, pues somos la mayor comunidad histórica identificada en el mundo.Potencialmente tenemos una fuerza capaz, en palabras del presidente del Gobierno español, "de romper la bipolarización del mundo en zonas de influencia, somos capaces de levantar una señal a la vez de alarma y de esperanza en la cooperación por la paz y el desarrollo".

Tenemos el reto histórico de lograr para nuestros pueblos un desarrollo social, económico y técnico en el que la libertad y la justicia florezcan con el acento de los valores humanos.Si entre todos somos capaces de dar formulación concreta a las múltiples ideas y ricas surgerencias que, estamos seguros, van a ser expuestas y debatidas a lo largo de las jornadas de este encuentro, iberoamericanos y españoles podemos aspirar, realista y legítimamente, a protagonizar un proyecto autónomo en la vida internacional del año 2000.Nuestros países deben trabajar, conjunta y solidariamente, por un nuevo orden internacional, que abarque las relaciones Este-Oeste y Norte-Sur; de su instauración depende, en gran parte, el presente y el futuro de nuestros pueblos, el de la paz mundial y de la justicia internacional.Como españoles, no queremos dejar pasar la oportunidad que nos brinda la presencia de tan cualificada representación de los pueblos hermanos del otro lado de¡ Atlántico para transmitirles un sincero propósito del actual Gobierno: Iberoamérica no es, ni será, únicamente, un escenario privilegiado de nuestra política exterior, sino, y sobre todo, una dimensión esencial del reencuentro con nosotros mismos. Somos plenamente conscientes de que el papel de nuestro país en el mundo pasa por Iberoamérica, y sólo trabajando

conjuntamente iberoamericanos y españoles podremos convertimos en un punto de referencia importante en el mundo.Para hacer realidad este objetivo, el Gobierno del presidente Felipe González pretende desarrollar, en su acción hacia Iberoamérica, una política de Estado a largo plazo, con proyección histórica, para la que desde ahora mismo solicita un compromiso activo de todos los sectores culturales, sociales y económicos de Iberoamérica y España. Los pueblos iberoamericanos pueden tener la certeza de que su causa es ya, en España, una causa nacional.

Luis Yáñez Barnuevo es presidente del Instituto de Cooperación Iberoamericana.

Publicado a 26/04/1983, por Luís Yáñez Barnuevo.

Artigo nº2: "Políticos e intelectuales de 23 países analizan las relaciones latinoamericanas"

"Mañana comienza en Madrid el congreso Encuentro en la democracia"

Políticos e intelectuales de 21 países de América Latina, además de Portugal y España, comienzan mañana en Madrid una reunión de alto nivel en la que analizarán la situación actual y las perperctivas de las relaciones entre las naciones de esa comunidad y tratarán de llegar a un planteamiento común para resolver los graves problemas del continente americano. El congreso, que se celebra bajo el lema Encuentro en la democracia, ha sido organizado por el Instituto de Cooperación Iberoamericana (ICI) y será inaugurado por el vicepresidente del Gobierno.

Aunque no es la primera ocasión en que, desde distintas instancias latinoamericanas, se intenta organizar un encuentro de estas características (uno de los participantes, el ex presidente de Costa Rica Daniel Oduber, ya trató, sin éxito, de conseguirlo), sí es la primera vez que se logra reunir a un número tan elevado y representativo de personalidades en un esfuerzo común. La impresión generalizada es que la autoridad moral de España y el decidido talante latinoamericanista del rey Juan Carlos I han sido factores decisivos para que el Encuentro en la democracia pueda celebrarse.Es previsible que al final de las sesiones de trabajo los participantes elaboren un documento, del que ya comienza a hablarse como declaración de Madrid, que recogería las conclusiones de la reunión. Los organizadores de este encuentro están muy interesados en que, más que una toma de postura coyuntural y teórica, la reunión

produzca un estado de conciencia sólido, capaz de ir desarrollándose en el tiempo y en el espacio.

1992, en el horizonte

En el horizonte de la política exterior española, la fecha de 1992, conmemoración del 500 aniversario del descubrimiento de América, supone un reto que debe ser recogido con todas las consecuencias; el encuentro de Madrid no es ajeno a este espíritu. Flota asimismo en el ambiente la idea expresada en varios de sus viajes a América Latina por el Rey de España de materializar en un futuro no lejano una comunidad latinoamericana de naciones con peso específico suficiente para hacer oír su propia voz entre los dos grandes bloques hegemónicos del mundo.

El Encuentro en la democracia se celebra además en un momento especialmente delicado para el afianzamiento de la presencia española en América Latina., El Gobierno de Francia ha desplegado un impresionante aparato de recursos para ganarse la voluntad y el apoyo de muchos países del -área, aunque sea sin el ánimo explícito de suplantar a nuestro país en proyectos de cooperación que le son propios. Las autoridades del Instituto de Cooperación Iberoamericana sostienen la teoría de que no puede pasar más tiempo sin que España haga más visible su vocación latinoamericana, y el encuentro que mañana comienza puede ser un buen principio.

La democracia, factor de progreso

Algunos observadores alimentaban la esperanza de que la reunión de Madrid sirviera también de marco para el encuentro de personalidades gubernamentales y de la oposición de países en conflicto. La anunciada presencia en la capital de España del ministro de Asuntos Exteriores de El Salvador, Fidel Chávez, y de Héctor Dada, dirigente del Frente Democrático Revolucionario de dicho país, dio pie para dicha posibilidad. Chávez, sin embargo, canceló su viaje a última hora.

Los trabajos de la reunión van a desarrollarse a través de tres mesas: sociopolítica, cultural y económico-científica-técnica, con un temario concreto que, con especial énfasis en el concepto generador de progreso del sistema democrático, se resume en cuatro puntos: situación actual de las relaciones entre los países latinoamericanos; condicionantes principales al desarrollo socioeconómico, cultural y científico-

tecnológico; influencia de los procesos democratizadores en el progreso latinoamericano, y la cooperación e integración latinoamericana como elementos impulsadores de la democracia y el progreso.

Una prueba del interés con que ha sido acogida la iniciativa del ICI es la relevancia de las personalidades que participan en el encuentro: ex presidentes y ex primeros ministros de países latinoamericanos, como Carlos Lleras Restrepo, de Colombia; Carlos Andrés Pérez, de Venezuela; Daniel Oduber, de Costa Rica; Arístides Royo, de Panamá; Luis Adolfo Siles Salinas, de Bolivia; Manuel Ulloa, de Perú; intelectuales de la talla de Gabriel García Márquez, Mario Bunge, Aldo Ferrer, Felipe Herrera, Juan Rulfo, Ignacio Ellacuría, Augusto Roa Bastos, Eduardo Galeano, Arturo Uslar Pietri, Miguel Otero Silva, Manuel Scorza; dirigentes de partidos, como los argentinos Raúl Alfonsín y Guillermo Estévez, los brasileños Marcos V. Prattini y Renato Archer, el chileno Gabriel Valdés, el ecuatoriano Rodrigo Borja, el salvadoreño Héctor Dada, el dominicano José Francisco Peña, el venezolano Pedro Pablo Aguilar, etcétera.

Publicado a 26/04/1983, em Madrid, sem autor.

Artigo nº3: ***"Algunos de los escritores más importantes del castellano estudian conjuntamente problemas culturales communes"***

"García Marquez describe la importancia del 'Encuentro en la democracia"

Algunos de los escritores e intelectuales más importantes que existen en estos momentos en el mundo de habla castellana coinciden a partir de mañana, y hasta el próximo día 30, en Madrid, en el marco de las jornadas Encuentro en la democracia, organizadas por el Instituto de Cooperación Iberoamericana. Juan Rulfo, uno de los escritores que participarán en la mesa cultural de este encuentro, adelantó ayer, a su llegada a Madrid, que estas jornadas tienen una gran importancia para España y sobre todo para Latinoamérica.

Entre los hombres de la cultura latinoamericana que participan en el encuentro se encuentra el colombiano Gabriel García Márquez, último Premio Nobel de Literatura. García Márquez dijo ayer a este periódico que la idea de este encuentro "se parece mucho a Felipe González, el presidente del Gobierno español, que siempre nos está preguntando qué puede hacer España y qué podemos hacer nosotros para un mejor

entendimiento entre nosotros".García Márquez, que ayer llegó de Colombia, a dónde regresó recientemente después de un exilio de tres años en México, explicó que este encuentro le parecía, además, una buena iniciativa del ICI. "Hacia esta institución siempre tuve cierta reticencia, cuando se llamaba Instituto de Cultura Hispánica, porque esa denominación tenía un claro sabor colonial. Ahora se llama Instituto de Cooperación Iberoamericana, y eso significa que están integradas en sus objetivos comunidades como las que habitan Brasil y Portugal".

Se felicitó, en este último sentido, por la presencia de Brasil en este foro de discusión. "Me alegro de que Brasil comparta con nosotros esta iniciativa porque a este país le aguarda un futuro muy interesante".

El autor de *La cándida Eréndira...,* libro cuya versión filmada será estrenada en el próximo festival de Cannes con la asistencia de García Márquez, se mostraba ayer muy esperanzado por los resultados de este *Encuentro en la Democracia.* "Tres días", señaló no son muchos, pero quizá sean suficientes para llegar a conclusiones sobre lo que conclusiones nuestros países".

García Márquez cree que los intelectuales que asisten a este encuentro pueden ser "buenos mediadores entre los pueblos de España y Portugal y los pueblos de América Latina que aquí están representados".Después de señalar que esta idea "se parece mucho a Felipe González", el autor de *Cien años de. soledad,* que en una de las ceremonias de recepción del Nobel deseé en Estocolmo que "las estirpes condenadas a cien años de. soledad tengan por fin una segunda oportunidad sobre la tierra", afirmó que lo que interesa de este encuentro, son sus conclusiones, "y me da la impresión de que los responsables de la iniciativa lo que quieren es llegar a cosas concretas, y no abstractas. Me imagino que por ahí van la cosas".

La llegada de Rulfo

El escritor mexicano Juan Rulfo, que llegó ayer a Madrid, mantiene la esperanza de que - de estas jornadas "salgan conclusiones muy interesantes para Latinoamérica y para España". Rulfo está considerado como uno de los mejores escritores latinoamericanos. También ha tenido con tactos recientes con España por su participación en el jurado del premio Príncipe de Asturias. También participa en los encuentros de Madrid el último

premio Príncipe de Asturias, el filósofo argentino Mario Bunge, autor de más de 300 obras de fisica, ciencias sociales y otras disciplinas. Otros dos intelectuales destacados, el venezolano Arturo Uslar Pietri y el chileno Felipe Herrera, también asisten.

La lista de creadores latinoamericanos se completa con la participación del escritor paraguayo en el exilio de Francia, Augusto Roa Bastos; de Eduardo Galeano, escritor uruguayo exiliado en España; del escritor peruano Manuel Scorza; el venezolano Miguel Otero Silva; la argentina Marta Mercader; el ecuatoriano Alejandro Carrión o el mexicano José E. Pacheco.

También acuden intelectuales y hombres ligados al mundo de la Prensa, como el hispanista brasileño Mattos Portella, el profesor de arte cubano Manuel Moreno Fraginals, el mexicano Manuel Becerra Acosta, director del periódico *Uno más uno, y los* también periodistas Augusto de Carvalho, director de *Expresso* de Lisboa, y Alejandro Tinoco, director de *Diario de Caracas.*

Entre los escritores, intelectuales y periodistas españoles destacan José Luis Abellán, José María Areilza, Justino de Azcárate, Luis María Ansán, Juan Luis Cebrián, Ricardo Utrilla, Laín Entralgo, Carmen Conde, Fernando Claudín, Salvador Clotas, Antonio Gala, Juan Tomás de Salas, José Luis Sampedro, Guerra Garrido, Raúl Morodo, Ludolfo Paramio, Baltasar Porcel, Santiago Roldán, Luis Rosales, Rubert de Ventós, Ignacio Sotelo, Torrente Ballester, Vidal Beneyto y Angel Viñas.

La mayor parte de estos escritores e intelectuales participarán en la mesa dedicada a temas culturales, entre los que se analizarán *Las condiciones culturales iberoamericanas, Las condiciones del desarrollo cultural, Democracia y cultura y Soluciones y satisfacciones para las necesidades culturales iberoamericanas.*

Publicado a 26/04/1983, em Madrid, sem autor.

Artigo nº4: ***"Jor****nadas Iberoamericanas en Madrid:La oportunidad de una* ***utopia"***

Hoy comienzan en el Instituto de Cooperación Iberoamericana, en Madrid, las primeras jornadas tituladas Iberoamérica: encuentro en la democracia, con las que la . mencionada institución española quiere servir de base para que se entable un diálogo

entre intelectuales del mundo iberoamericano, en un momento que los protagonistas de este diálogo consideran muy propicio. Participan representantes de 21 países. En los debates especificamente culturales de este encuentro se tratarán cuestiones relativas a un mayor acercamiento, deseable entre comunidades que en la mayor parte de los casos tienen una lengua y una cultura comunes.

Cuando Gabriel García Márquez, en su discurso ante la Academia Sueca con motivo de la entrega del último premio Nobel, decía que "no es demasiado tarde para emprender la creación de una nueva y arrasadora utopía de la vida... donde las estirpes condenadas a cien años de soledad tengan por fin y para siempre una segunda oportunidad sobre la Tierra", quizás se refería a iniciativas como ésta del *Encuentro en la democracia.*

Por lo menos, la impresión que tienen los participantes en las ponencias es optimista. El escritor paraguayo Augusto Roa Bastos trae al *Encuentro* una propuesta concreta que consiste en una alianza cultural entre los pueblos iberoamericanos. "Creo en la posibilidad de esta alianza, sobre todo en el plano cultural, donde las dificultades de entendimiento son siempre menores que en otras áreas. En la cultura somos pueblos más homogéneos".

Esta alianza se concreta en unos objetivos que pasan por un planteamiento de un cambio, en el que sea más perceptible la comprensión de los distintos países, dado que en el terreno cultural existen muchas pulsiones comunes que están incluso por encima de las ideologías. Otro de los objetivos concretos de esta alianza sería la creación de una comisión cultural permanente, de carácter consultivo, que estaría integrada por representantes de todos los países del área latinoamericana y española.

El objetivo final sería la integración cultural, y a ser posible política, de todos los países, sobre la base de un equilibrio democrático.

"El proyecto de *Encuentro en la democracia* lo considero muy importante porque es la primera oportunidad que se brinda en la sociedad española y latinoamericana para estudiar los problemas conjuntos en los países de estas áreas. Yo, que soy refractario a los coloquios, tengo confianza de que este que hoy comienza pueda abrir unas vías eficaces de diálogo permanente. Considero este *Encuentro* como un proyecto español para el establecimiento de una nueva solidaridad, algo que no ha existido antes y señalo

como un dato muy positivo el hecho de que se haya incluído también a Portugal y Brasil".

Por su parte, el director de la Real Academia de la Lengua, Pedro Laín Entralgo, declara: "Mi opinión es muy favorable, muy positiva, si la gente que va a hablar lo hace con sinceridad, y con voluntad de proponer algunas vías de solución a este drama de los países americarios".

Cree, por otra parte, que la actitud oficial en nuestro país, en los años anteriores, ha consistido en "no saber aprovechar lo que Latinoamérica podía ofrecer", pero que todavía es tiempo de rectificar.

Quizás la única opinión desesperanzada sea la de Juan Carlos Onetti, quien no puede asistir al *Encuentro* por hallarse enfermo: "Soy tan, tan escéptico", dice. "Yo creo que todos estos congresos terminan con manifiestos y así, pero en la práctica, en la realidad, rara vez tienen un efecto positivo". Por otra parte, le parece muy bien que España tome las riendas en este asunto. "Pero tenemos el problema del estado político de toda Latinoamérica, lo cual es gravísirno".

Publicado a 27/04/1983, Madrid, sem autor.

Artigo nº5: ***"Jornadas iberoamericanas en Madrid****: Los intelectuales esperan que el 'Encuentro en la democracia' refuerce la solidaridad y la cultura* ***común"***

Hoy comienzan en el Instituto de Cooperación Iberoamericana, en Madrid, las primeras jornadas tituladas Iberoamérica: encuentro en la democracia, con las que la . mencionada institución española quiere servir de base para que se entable un diálogo entre intelectuales del mundo iberoamericano, en un momento que los protagonistas de este diálogo consideran muy propicio. Participan representantes de 21 países. En los debates especificamente culturales de este encuentro se tratarán cuestiones relativas a un mayor acercamiento, deseable entre comunidades que en la mayor parte de los casos tienen una lengua y una cultura comunes.

Los escritores e intelectuales participantes en las Jornadas *Iberoamérica: encuentro en la democracia,* que hoy se inauguran en el Centro de Cooperación Iberoamericana de

Madrid, esperan que de esta reunión salgan reforzados, entre otros, los vínculos "de una cultura común". La actual situación democrática española es, según explican, el mejor marco para plantearse los problemas que afectan a la cultura del área latinoamericana, problemas que van necesariamente unidos a la solidaridad con los pueblos de países "sin libertad" del Cono Sur o de países que se desangran en Centroamérica.Todos confían en que, como consecuencia de las discusiones del encuentro, se llegue a conclusiones que ayuden a fortalecer los vínculos comunes dentro de la pluralidad de los pueblos de la comunidad iberoamericana. Otros señalan que a corto plazo el encuentro puede resultar enriquecedor por lo menos para entender mejor la literatura y la producción cultural de cada país y no sólo las obras de creadores consagrados.

El panel de discusión más directamente cultural comienza hoy por la tarde con dos temas básicos de estudio y discusión: *Las relaciones culturales iberoamericanas y los Condicionamientos del desarrollo cultural. Seguirán mañana una segunda y tercera sesiones en las que se debatirán los temas Democracia y cultura y Soluciones y, satisfacciones para las necesidades culturales latinoamericanas.*

Gabriel García Márquez, premio Nobel de Literatura, se ha mostrado muy optimista sobre los planteamientos del encuentro, pero se reserva sus mejores calificativos para las conclusiones del mismo, que espera que sean muy importantes. Acude a Madrid con las ideas de fondo que planteó en su discurso pronunciado en la Academia Sueca el día que recibió el premio. En aquella ocasión García Márquez se quejaba, bajo el epígrafe *La soledad de América Latina,* de la opresión, el saqueo y el abandono que sufría el continente americano. El momento español actual ofrece perspectivas muy positivas para actualizar y plantear algunas soluciones a estos problemas, según estimaciones del escritor colombiano.

Juan Rulfo prefiere esperar a adentrarse en el desarrollo de las discusiones antes de formular un juicio explícito sobre necesidades y deseos. No obstante, adelanta que no se presentan a este encuentro problemas básicos de identidad cultural, "porque es la misma para todos nuestros pueblos", ni del idioma, "porque también es el mismo". Una de las mayores preocupaciones sería para Rulfa en estos momentos el distanciamiento de los modelos democráticos que sufren los sistemas del Cono Sur y los peligros que acechan a algunos países de Centroamérica.

Urgencias trágicas

Los problemas que deben plantearse en estas jornadas son muy complejos, según explica Eduardo Galeano; pero para el escritor uruguayo en el exilio español, los de mayor envergadura, las "trágicas urgencias", se refieren a lo que está pasando en Centroamérica y especialmente en Nicaragua, ya que "el destino de la democracia y la cultura de América Latina se está jugando estos días en Nicaragua. América Latina quiere nacer y no le dejan. El proceso de resurrección democrática español supone un fuerte estímulo en este intento de resurgimiento de la América pisoteada".

En los mismos problemas insiste por su parte el escritor venezolano Miguel Otero Silva, quien "mantiene grandes esperanzas en estas jornadas tanto por el rango de los españoles convocantes como por la categoría de los asistentes y el temario, que aborda un problema vital para los pueblos latinoamericanos que han luchado y luchan desde hace siglos por la libertad". Como problemas de mayor emergencia, Otero Silva plantea también una resolución de solidaridad con los países del continente americano que luchan por la libertad y un acercamiento de los pueblos latinoamericanos entre sí y de éstos con la España democrática.

La escritora argentina Marta Mercader, cuya última obra, *Juana Manuela, mucha mujer,* ha alcanzado un elevado índice de ventas en aquel país, dice que en estos momentos es fundamental para Latinoamérica la aportación de la experiencia democrática española. "En principio este encuentro servirá para obtener una visión general de los problemas comunes y de otros específicos de los países que acuden al mismo".

"Entre estos problemas se encuentra también el de de la literatura que puede, de esta forma, ser objeto de un mayor conocimientro por todos".

Marta Mercader estima también que no debe dejarse de lado la consideración sobre colaboración en materia audiovisual. La escritora se queja de que en Argentina, por ejemplo, la televisión está colonizada por el mercado de Estados Unidos.

Otro de los intelectuales participantes en este encuentro, el chileno Felipe Herrera, presidente de la Sociedad Internacional para el Desarrollo, explica que estas jornadas son uno de los más claros exponentes de la convergencia del mundo hispanoamericano con el proceso de democratización y socialización de España. "Importa encontrar una

justa medida al desarrollo económico moderno adaptado a la justicia social; importa adaptar los lazos comunes que ya existen y transformarlos en una acción efectiva. Las orientaciones que salgan de este encuentro van a servirnos a nosotros y al mundo entero".

Publicado a 27/04/1983, em Madrid, José F. Beaumont.

Artigo nº6: "El Gobierno español se compromete a impulsar la creación de una comunidad iberoamericana de naciones democráticas"

"El vicepresidente Alfonso Guerra inauguró ayer en Madrid el 'Encuentro en la democracia"

España se ha comprometido a estimular la creación de una comunidad hispana de naciones que amplíe y fortalezca la democracia. Alfonso Guerra, vicepresidente del Gobierno español, inauguró ayer en Madrid con este objetivo el certamen internacional Iberoamérica, encuentro en la Democracia, que ha reunido decenas de intelectuales, escritores, políticos y científicos sociales latinoamericanos y españoles bajo los auspicios del Instituto Iberoamericano de Cooperación (ICI).

En el acto inaugural, abierto por Luis Yáñez, presidente del ICI, intervinieron asimismo Fernando Morán, ministro español de Asuntos Exteriores, y el mexicano Guillermo Soberón. En la mesa presidencial se sentaban igualmente Javier Solana, ministro de Cultura, Enrique Tierno, alcalde de Madrid e Inocencio Arias, vicepresidente del instituto anfitrión.El vicepresidente del Gobierno, Alfonso Guerra, que amplió las afinidades entre España e Iberoamérica al "ámbito de los sentimientos", criticó la retórica que ha presidido hasta ahora estas relaciones, alertó contra la colonización tecnológica y destacó el propósito de su Gobierno de materializar una política de "hechos e imaginación". En este sentido aseguró que España otorgará el mayor número de facilidades y el trato "más igualitario" a los ciudadanos latinoamericanos que por múltiples razones se hallan en España.

Alfonso Guerra indicó también el propósito español de reforzar la cooperación entre España e Iberoamérica, "sobre la base de una idea más estructurada de mercado global" de la que hasta ahora se ha venido utilizando. Guerra destacó como objetivo a lograr la

"creación de una comunidad de naciones democráticas que combata las arcaicas estructuras económicas vigentes en muchos países americanos".

Más adelante, Alfonso Guerra señaló que los objetivos que persigue la España democrática -que definió como "esta España remozada"-, no se cumplirán mientras el respeto a los derechos universales del hombre no sea un hecho y en tanto hasta en el último rincón de Iberoamérica no resuenen los ecos de la libertad". Con firmeza, Alfonso Guerra añadió: "Nunca transigiremos en el tema de la tortura o en la incalificable desaparición de personas que por un acendrado amor a la libertad y a la vida perdieron ambas".

Previamente a la intervención del vicepresidente Alfonso Guerra, Luis Yáñez, presidente del ICI subrayó que la iniciativa de reunir en Madrid a los integrantes de los *Encuentro en la democracia* sobreviene "tras muchos esfuerzos realizados por nuestros predecesores", ahora ya en el marco de "una España libre, democrática y progresista", y en el horizonte del V Centenario del encuentro entre España y América. Resaltó que el ICI aspira a ser "no solo el brazo ejecutor de la política convencional del Gobierno español en Iberoamérica, sino también el instrumento idóneo que España ofrece para la cooperación y la integración de la comunidad hispánica".

El dirigente socialista subrayó que los principales enemigos del acercamiento entre España e Iberoamérica son el "neocolonialismo, el hegemonismo y el imperialismo". Lamentó luego la ausencia de algunos de los invitados que por diferentes razones no han acudido a la reunión de Madrid, como Hernán Siles Zuazo y Jaime Paz Zamora, presidente y vicepresidente de Bolivia, respectivamente, y el líder laborista brasileño Leonel Brizzola, entre otros.

Fernando Morán, ministro español de Asuntos Exteriores, definió el encuentro con la comunidad hispánica como un "elemento central de la política exterior española".

El ministro Morán, en un discurso prolijo en citas y referencias históricas, descartó la exportación de modelos políticos como una nueva forma de colonialismo, y criticó el eurocentrismo y la venta de iniciativas políticas nacionales, -"cada nación tiene sus propios proyectos", aseguró- Empero, recordó que la experiencia política española

durante la transición a la democracia "ha puesto de relieve que se puede superar la historia inmediata sin que los fantasmas del pasado impidan el logro de la democracia".

Guillermo Soberón, secretario de Salubridad y Asistencia Social de México, definió la colonización como "un abrazo doloroso entre lo español y lo indígena", dibujó la historia de su país como una conjunción fructífera de ambos componentes y se refirió a la necesidad de complementar ambas economías. Además de subrayar la atención prestada por el presidente mexicano Miguel de la Madrid hacia todo lo español, Guillermo Soberón definió a los exiliados españoles que tras la guerra civil emigraron a México como "nuevos mexicanos" porque enraizaron profundamente en su país, y "con su savia hicieron fecundar la cultura, el pensamiento y el arte".

Los asistentes fueron recibidos por el Rey a la una del mediodía en el palacio de La Zarzuela en una audiencia que se prolongó durante veinte minutos. El Rey de España se interesó por los objetivos del certamen internacional, cuyos Participantes asistieron después a un almuerzo en la sede madrileña de EL PAIS.

Publicado a 28/04/1983, em Madrid, por Rafael Fraguas.

Artigo nº7: “"España no permitirá que nadie le arrebate su protagonismo en América", dice Guerra”

"España no puede permitir que nadie le arrebate su protagonismo en lberoamérica", dijo ayer Alfonso Guerra a una pregunta de este diario a propósito de la aproximación de Francia a América Latina. El vicepresidente del Gobierno español subrayó sin embargo que "no puede despreciarse el papel jugado por Francia y otros países en el área, donde todos los esfuerzos han de ser bienvenidos".Alfonso Guerra mostró la esperanza del Gobierno español en que las tareas del denominado Grupo de Contadora culminen con éxito y destacó que España mediará en el conflicto de América Central, "siempre que tal mediación nos sea solicitada" y con el propósito de aportar una contribución española a la "pacificación del área".

El vicepresidente del Gobierno español, que acababa de inaugurar en la sede del ICI el *Encuentro en la democracia,* realzó la "preocupación especial de su Gabinete por todo lo que acontece en Centroamérica" y se mostró esperanzado ante el futuro.

Por su parte Fernando Morán, ministro español de Exteriores, a preguntas de este diario sobre la significación del encuentro iberoamericano de Madrid, puso de relieve que la política exterior de un país tiene una dimensión política "de cancillería" y otra dimensión "potenciadora del acerbo de relaciones que se mantienen con un país o conjunto de países", situando el certamen dentro de esta segunda perspectiva.

Fernando Morán señaló que los principales obstáculos para la integración hispano-iberoamericana son la dispersión y la falta de medios.

A una pregunta sobre si Estados Unidos y Francia dificultan o no la aproximación española a Iberoamérica el ministro español dijo que tradicionalmente existen en América Latina un designio norteamericano y también otro francés, y consideró que el primero afecta más la aproximación.

Gabriel García Márquez, Premio Nobel de Literatura 1982, anunció ayer en Madrid que propondrá la búsqueda en Madrid "de una solución de paz al conflicto de Centroamérica" y que, a su juicio, podría adquirir la forma de una mediación española entre Estados Unidos y América Latina. "Considero que España puede ser un buen intérprete del inglés al español en este caso", dijo el escritor.

Publicado a 28/04/1983, em Madrid, por Rafael Fraguas.

Artigo nº8: "Apoyo a los esfuerzos de paz del "grupo de Contadora"

Han bastado unas pocas horas para que el *Encuentro en la Democracia,* cuyas sesiones de trabajo formales comenzaron ayer por la tarde, haya dado una muestra evidente de que los planteamientos retóricos y declarativos quedan al margen del objetivo de la reunión. Los integrantes del encuentro han apoyado explícitamente los esfuerzos pacificadores del *grupo de Contadora,* y han defendido, la formulación de una Comunidad Económica Iberoamericana.Gabriel Valdés, ex ministro de Asuntos Exteriores de Chile y ex secretrario general adjunto de las Naciones Unidas, que actuó de portavoz de la mesa sociopolítica, informó a los periodistas que Carlos Lleras Restrepo, ex presidente de Colombia, había planteado formalmente en la reunión el análisis de la situación centroamericana. De forma unánime, las personalidades latinoamericanas y españolas integrantes de dicha mesa de trabajo, consideraron un

deber prioritario expresar su decidido apoyo a las acciones que los países componentes del llamado grupo *de Contadora* (México, Colombia, Venezuela y Panamá) realizan para conseguir la solución pacífica de los conflictos centro americanos, fundamentalmente los que tienen por protagonistas a El Salvador, Nicaragua, Honduras y Guatemala.

Es también opinión unánime que ninguna solución será posible fuera del área geográfica don de se producen los conflictos por lo que las injerencias extrañas, sobre todo la norteamericana, lejos de suponer un factor de estabilidad, constituyen un grave riesgo de encono de las diferencias.

La mesa socio-política y la e conómico-científico-tecnológica, que desarrollan sus trabajos de manera interdependiente, coincidieron en el planteamiento del futuro económico de América Latina. Tanto el expresidente de Costa Rica, Daniel Oduber, como el chileno Felipe Herrera, presidente de la Sociedad Internacional para el Desarrollo, coincidieron en la necesidad de formar, en el plazo de tiempo más breve posible, una Comunidad Económica Iberoamericana, capaz de encarar con decisión los problemas monetarios y financieros que padece América Latina.

Se parte de la base de que la actual situación económica de dichos países, calificada generalmente de insostenible, es fruto de una serie de factores externos comunes y, muchas veces, ajenos a las propias naciones. Estos problemas habrían tenido alguna posibilidad de solución si existiera en estos momentos un organismo de integración capaz de defender unitariamente los intereses afectados. En opinión de Daniel Oduber, dicho organismo no existe porque no ha habido un centro aglutinante, un punto de referencia integrador. Sobre tales bases el ex presidente de Costa Rica ha pedido que se ponga punto final a los planteamientos meramente retóricos y que España asuma el papel de conductor de la integración que le corresponde para dar forma a una futura Comunidad Económica Iberoamericana.

Publicado a 28/04/1983, em Madrid, por A. L. de la C..

Artigo nº9: "Encuentro en el centenario"

Se clausuran hoy las sesiones de trabajo del encuentro iberoamericano en la democracia. El hecho mismo de que haya tenido lugar esa reunión hispanohablante ha supuesto un

acontecimiento de auténtica relevancia. Un foro libremente concertado para el "comercio de las ideas" -como se decía en el siglo XVIII- es uno de los más eficaces instrumentos del contacto humano. Dialogar es conocerse y también establecer la corriente psíquica de la cercanía inmediata entre las personas. La lengua es un perenne mensaje de signos y sugerencias. Oyendo hablar a nuestros conciudadanos de la comunidad cultural latinoamericana nos parece escuchar en sus vocablos y en sus acentos la resonancia de nuestra herencia común, pues que venimos culturalmente del mismo pasado. El próximo V Centenario del Descubrimiento, o del gran encuentro de Europa con el eslabón perdido de la historia, ha flotado sobre la reunión y se ha mencionado esa fecha como efeméride de referencia obligada de varios acontecimientos importantes, como la proyectada exposición de Sevilla. A nueve años de distancia se anuncia en el horizonte el año 1992. ¿Son útiles los centenarios? Pienso que esas conmemoraciones sirven para avivar el recuerdo de personajes y de sus obras. Pero son oportunas también para celebrar en común los acontecimientos colectivos que han modelado el curso del devenir humano. La V República francesa se prepara a rodear el bicentenario de la Revolución con un programa del máximo relieve. Mil ochocientos ochenta y nueve será un año decisivo en la reforma urbana del París actual como lo fue 1889 en el París de la *belle époque.* Y como ocurrió en el Londres de 1897 al celebrarse el jubileo de diamante del reinado victoriano.

¿Qué podemos hacer en España en esa ocasión tan relativamente próxima? Una comisión trabaja ya, febrilmente, para ir preparando proyectos de diverso contenido. ¿Se me permite exponer aquí algunas sugerencias personales? La cooperación de los pueblos iberoamericanos con España y Portugal y su programa de actuaciones futuras se ha de apoyar, en primer término, en un entendimiento coherente de la historia que nos sirve de sustrato a todos. España posee un tesoro documental único: el Archivo de Indias. Es un caso quizá excepcional en la historiografía universal debido al necesario camino marítimo que tuvo la gesta americana del pueblo español y que dejó por ello constancia escrita y administrativa de los viajes, las expediciones, las escuadras, los acontecimientos, las tierras descubiertas y los miles de personajes de toda clase y rango que viajaron a Indias o volvieron de allá. Allí está depositada no sólo la radiografía puntual de un imperio, sino también la de 300 años de la historia de cada uno de los pueblos americanos hoy independientes.

El Archivo guarda millones de piezas documentales y es potencialmente una fuente inagotable de investigación y de estudio. Mi sugestión es la siguiente: ¿No podría microfilmarse esta colección en su totalidad y hacerse generosa entrega en ocasión del V Centenario, aquí en Madrid, a cada uno de los pueblos latinoamericanos de un ejemplar de ese trozo sustancial de su vida pasada? ¿Se concibe el auge insólito que este acontecimiento cultural había de desencadenar en los ámbitos de los respectivos historiadores nacionales? ¿Los cientos, los miles, de tesis, de monografías, de volúmenes que esa disponibilidad haría posible? Los pueblos de gran entereza no tienen temor alguno a que se conozca su historia verdadera con el inevitable cortejo de violencias e injusticias, de fallos y debilidades, inherentes a la humana condición.

Pero el balance final es el que nos importa. No la historia a beneficio de inventario.

Abrir nuestro pasado hasta el último recoveco a los que vienen de nuestro mismo tronco es compartir la intimidad de nuestra memoria y la asunción de nuestras responsabilidades colectivas.

He aquí otra sugestión: aludía el vicepresidente Alfonso Guerra, en su comprometido y valeroso discurso inicial de este encuentro, al descenso alarmante de estudiantes iberoamericanos en las aulas universitarias españolas de unos años a esta parte. El retroceso es cierto y se debe, al parecer, a múltiples factores relacionados con la crisis económica mundial. Pero ¿no será también una motivación de fondo la que produce ese descenso escolar progresivo, que tiene algo de ominoso en su significación?

Otra de las iniciativas de mayor enjundia sería la de fundar en tierra española una universidad iberoamericana, tema que ha sido discutido y recibido con beneplácito en las sesiones de la mesa cultural. Son bien notorias las dificultades, el coste, los obstáculos y el largo empeño que supone llevar a cabo una empresa de tal dimensión. Pero lograr su funcionamiento plenario para 1992, ¿no supondría una de las más fecundas aportaciones a la realización de latinoamericanismo práctico? Una gran universidad moderna, bien dotada, abierta a la docencia de maestros del saber de ambos continentes que procedan de nuestra cultura; libre en su misión, alcance y contenido; con cátedras accesibles a figuras relevantes que profesen cursos temporales; renovadora de un sentido integral del hombre, que forme ciudadanos capaces de asumir los problemas que trae consigo la nueva era que se inicia. en el mundo, ¿no es precisamente

la institución que daría definitivo impulso a la cooperación de los pueblos iberoamericanos? Ortega definió en su *Misión de la Universidad* la cultura como el sistema de ideas vivas que cada tiempo posee y desde las cuales vive. Y que al mismo tiempo constituyen el suelo donde se apoya la existencia del hombre. Enseñar ese repertorio de efectivas convicciones es una de las funciones integradoras de la misión universitaria.

Levantar ese instrumento cultural iberoamericano regido en común, sostenido por el esfuerzo de todos con entera y efectiva autonomía, es, a mi entender, un proyecto de alta conveniencia que tendría una extensa y dilatada continuidad.

Tenemos pasado, raza y lenguaje propios. Nos falta un programa atractivo de futuro para que nuestro mañana colectivo sea una realidad. Llenemos ese quehacer con empresas viables que produzcan los resultados finales que anhelamos. La comunidad iberoamericana será un punto de llegada en el que confluyan muchos cauces diferentes por los que discurrirán los ríos de la cultura hacía el mar de la libertad.

Publicado a 30/04/1983, por José María de Areilza.

*Artigo nº**10: "Intelectuales latinoamericanos valoran el** papel de la cultura en tiempo de crisis"*

"Conclusiones de la mesa cultural de 'Encuentro en la democracia"

La potenciación de la cultura común de las comunidades iberoamericanas es una de las proposiciones básicas que han presentado los miembros de la mesa cultural de las jornadas Iberoamérica: Encuentro en la democracia, que serán clausuradas hoy en Madrid por el presidente del Gobierno, Felipe González. Para los participantes en las discusiones del área de la cultura, "en la situación de crisis que nos ha tocado vivir la cultura constituye la mayor potencia de desarrollo de los pueblos". De este encuentro han salido cuatro proposiciones básicas y seis recomendaciones en materia cultural.

Aunque la mayor parte de las conclusiones a las que han llegado durante tres días los cincuenta participantes, que han estudiado 15 ponencias, son de carácter muy general, buena parte de los intelectuales y escritores asistentes se muestran optimistas con los resultados obtenidos. El grupo cultural ha sido el menos polémico y el que

probablemente ha suscitado mayor convergencia de opiniones.Los escritores e intelectuales asistentes a estas jornadas han expresado en el preámbulo general a las conclusiones, su satisfacción de que "por fin se comienza a utilizar el concepto de Iberoamérica de forma comprensiva y afectando a las dos vertientes del Atlántico". Además los participantes son conscientes de que los análisis ya no deben pararse sólo en el pasado sino sobre todo operar en el presente y planificar para el futuro común siempre sobre la base de la defensa de los derechos humanos".

Según consta en otra de las proposiciones básicas todo proyecto de cooperación cultural tiene que tener presente la multiplicidad de las culturas iberoamericanas, especialmente las culturas aborígenes.

Unido a la consideración de que en el tiempo de crisis que vivimos la cultura constituye el campo más potente de desarrollo de los pueblos iberoamericanos, los participantes en este encuentro han propuesto que se termine con la incomunicación de los pueblos de Iberoamérica, lo que exige previamente un replanteamiento de las políticas de definición y colaboración cultural.

Recomendaciones concretas

Los intelectuales y escritores participantes en la mesa cultural han bajado también a un terreno más concreto al formular seis recomendaciones con el fin de que tomen conciencia de ellas y las lleven a la práctica los responsables de las políticas culturales.En primer lugar, se ha recomendado que se coordine la enseñanza de la historia en colegios y universidades de los países de Iberoamérica. También en el campo de la enseñanza se ha recomendado que se den mayores facilidades para el intercambio real de estudiantes y profesorado de estos países. Se recomienda el restablecimiento de tarifas preferenciales en el área de las comunicaciones con el fin de que estos medios puedan servir a la causa cultural común.

Los asistentes a las jornadas piden también la creación de dos organismos que tengan carácter de actuación permanente: por una parte, una Comisión de Cultura que actúe con carácter permanente alimentada por todos los pueblos iberoamericanos, y, por otra, la creación de un Centro Iberoamericano de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales en el que también estén representados todos los países de Iberoamérica. La última recomendación, acogida sobre la base de una propuesta del profesor y comunicólogo

español José Vidal Beneyto, se refiere a la necesidad de elaborar una respuesta conjunta al reto de las nuevas tecnologías de comunicación.

En la mesa presentaron ponencias Raúl Guerra Garrido, Arístides Royo, José Alcina, Ignacio Ellacuria, Juan Rulfo, José Luis Sampedro, Eduardo Galeano, Eduardo Portella, Augusto Roa Bastos, Xavier Rubert de Ventós, José Vidal Beneyto, Ludolfo Paramio y Miguel Angel Quintanilla. Hubo también algunas ponencias verbales, entre otras la de Aurora de Albornoz. Julián Marías repartió a los participantes el texto de su ponencia, aunque no quiso incorporar la oficialmente a la discusión.

Según algunos miembros participantes en estas discusiones, las sesiones estuvieron más concurridas de lo que podían prever. Se notó, sin embargo, durante las mismas la ausencia del premio Nobel de Literatura, Gabriel García Márquez, que tan sólo asistió a la sesión protocolaria de apertura.

El escritor paraguayo en el exilio, Augusto Roa Bastos, uno de los miembros más destacados de esta mesa cultural, se siente optimista ante las conclusiones de este encuentro.

Augusto Roa Bastos traía al encuentro una propuesta concreta: la creación de una alianza cultural entre los pueblos iberoamericanos y ésta no sólo ha sido admitida sino que figura entre las recomendaciones finales.

Comisión de Cultura

"Entre los objetivos concretos de esta alianza, que ahora se ha encarnado en la propuesta de formación de una Comisión de Cultura, de carácter permanente, común a todos los pueblos de Iberoamérica, figuran los de plantear un campo en el que sea más perceptible la comprensión de los distintos países, dado que en el terreno cultural existen menos escollos y muchas pulsiones comunes, incluso por encima de ideologías diferentes"."Mi propuesta no es utópica. Tiene un fuerte arraigo en la realidad histórica de nuestros países. En esta alianza conviene incluso que se integren aquellos países que no se encuentran muy próximos a la democracia".

También considera positivo el encuentro el director de la Real Academia Española, Pedro Laín Entralgo. "Ahora queda poner en práctica los propósitos y las actitudes

manifestadas en esta reunión." Pedro Laín Entralgo se ha alegrado de que en la mesa de cultura se hayan suscitado también los problemas relacionados con el idioma, aunque no figuran explícitamente en el documento final.

El escritor uruguayo Eduardo Galeano no se siente tan optimista respecto a las conclusiones "quizás porque este tipo de reuniones no pueden producir resultados muy concretos debido a la composición heterogénea de los participantes". Aunque él hubiera trasladado algunos temas que figuran en la sección de política a la mesa cultural, dice que, en general, el área de cultura es una de las que mejor ha sido representada en las conclusiones finales.

Publicado a 30/04/1983, em Madrid, por José F. Beaumont.

Artigo nº11: "El "Encuentro en la democracia", fuerte impulso para revalorizar las relaciones de España con Latinoamérica"

"Vibrante discurso del presidente Felipe González en el acto de clausura"

Felipe González, presidente del Gobierno español, clausuró ayer en Madrid con un discurso vibrante el certamen Iberoamérica, encuentro en la democracia, que ha congregado durante tres días en la capital de España a centenares de intelectuales, políticos y científicos sociales de Latinoamérica, Portugal y España. El resultado del certamen ha sido la Declaración de Madrid, una muestra de "la revalorización de las relaciones entre España, Portugal e Iberoamérica", objetivo perseguido denodadamente por todos los participantes.

El acto, cuyo escenario fue el palacio de Congresos de Madrid, contó con la participación de Mario Soares, futuro primer ministro portugués, y con la presencia de cuatro ex primeros ministros iberoamericanos, seis ministros del Gabinete español y numeroso público.Por las tribunas, - centenares de iberoamericanos, ni un solo estadounidense -, los rostros de la folklorista María Dolores Pradera, o del político Fernando Álvarez de Miranda ("se ha avisado tarde a los democristianos" dijo sonriente a este periódico) o la expresión permanentemente risueña de Gabriel García Márquez, instalado en la mesa presidencial, mostraban el grado de entretenimiento de buena parte de los asistentes al acto.

El jefe del Gobierno español, que quiso restar a sus palabras el rigor de un discurso para darle "el cariz de un diálogo", según dijo, habló durante casi una hora y abordó temas muy diferentes respecto a la situación española, internacional e iberoamericana.

A propósito del Encuentro, Felipe González enmarcó sus palabras dentro de la voluntad de integración entre España e Iberoamérica expresada por el Rey de España en Cartagena de Indias en 1976 y señaló, corno metas genéricas a lograr, "la transformación de la energía común que España e Iberoamérica ponen en marcha ante la realidad o la amenaza de la agresión exterior, en una voluntad positiva y común para solucionar los conflictos".

También destacó la necesidad de romper las discontinuidades en el esfuerzo de cooperación entre Iberoamérica y España y Portugal, y el objetivo de celebrar, en 1992, el V Centenario de las Américas, "con quinientos millones de seres que hablen nuestra lengua".

Fue especialmente aplaudida una frase del presidente en la cual, en términos humorísticos, se refirió a lo chocante que resultaría recibir entonces en inglés las explicaciones de la significación del Descubrimiento. "Aún estamos a tiempo de impedirlo", agregó.

"Ni un solo preso político en Iberoamérica"

Como metas inmediatas, Felipe González indicó la voluntad "realizable" de lograr que "en el próximo año no haya un solo preso político en una sola prisión de toda Iberoamérica", propósito que fue saludado con una prolongada ovación, al igual que la formulación de su deseo de que "en 1992 no haya un solo latinoamericano sin libertad política".

En cuanto a la situación en España, Felipe González ponderó como positivo el hecho de que hoy, las reivindicaciones de los españoles hayan superado ya la exigencia de la democracia ("la consigna democracia sí, dictadura no, no tendría hoy sentido alguno porque la democracia ya se ha conseguido", dijo) y el hecho de que las exigencias sean de tipo social y económico. Empero, agregó que "tal vez sea la hora de enviar un mensaje para señalar que las tensiones sociales no pueden rebasar el grado en el cual la convivencia se pone en peligro".

Definió luego como muy peligrosa la situación internacional y esbozó el compromiso "de todos los que hablamos esta lengua en hacer disminuir el riesgo de la guerra nuclear y de la confrontación". Calificó de irracional la carrera de armamentos, y subrayó el miedo del ciudadano medio al despliegue de las armas nucleares en el teatro europeo, término éste que motejó de diabólico ("la mezcla entre la guerra y el divertimiento"). Previamente a la intervención de Felipe González, Mario Soares, líder de los socialistas portugueses, señaló como un objetivo prioritario de la política lusa la colaboración con España y destacó la ejemplaridad para Iberoamérica de las transiciones española y portuguesa hacia la democracia. Felipe González resaltó la prioridad que España concede a Portugal en su política exterior.

Por la solución negociada de los conflictos americanos

R. F., El rechazo de la denominada "doctrina de la Seguridad Nacional" y del armamentismo, la defensa de vías pacíficas de arreglo de conflictos y la propuesta a los Gobiernos de Estados Unidos y Cuba, de un lado, y de Estados Unidos y Nicaragua, por otro, para que se avengan a negociar, son algunas de las resoluciones y proposiciones de la mesa socio-política del *Encuentro en la democracia,* clausurado ayer en Madrid.

La Declaración de Madrid, síntesis doctrinal del Encuentro, fue sometida a laboriosa redacción previa y leída luego entre el clamor de los asistentes por el intelectual colombiano Gabriel García Márquez.

El texto de la declaración, donde no aparece cita alguna a las superpotencias, se refiere al presente como "el momento en el que se anuncian amenazas externas inaceptables contra la integridad de pueblos nuestros que desean la paz mediante el diálogo y el acuerdo civilizado".

Las conclusiones de la mesa económico-científico-ténica se refieren a la necesidad de elaborar "programas de reescalonamiento de las deudas externas de los países iberoamericanos, que faciliten la recuperación de los países deudores", de tal modo que se impida, también, "la quiebra de los bancos acreedores". Se insta asimismo a los países deudores a recuperar la autonomía de sus políticas económicas.

En cuanto a la cooperación entre España, Portugal e Iberoamérica se advierte de los peligros implícitos en la adopción de políticas proteccionistas, y se preconiza el fortalecimiento de las infraestructuras de la cooperación.

En la mesa cultural, se recomendó la coordinación de la enseñanza de la historia en el ámbito iberoamericano, la superación de las barreras y trabas de orden legal e institucional que coartan la movilidad de profesionales, estudiantes e instituciones, al tiempo que se preconiza el restablecimiento de tarifas preferenciales en las comunicaciones.

Se recomienda también la fundación de un centro iberoamericano de estudios avanzados, y se señala el propósito de reforzar la presencia de la lengua española en el mundo.

Publicado a 01/05/1983, em Madrid, por Rafael Fraguas.

Tabela nº3: Alguns participantes do 1º *Encontro na Democracia*

Augusto Roa Bastos
Eduardo Galeano
Manuel Scorza
Miguel Otero Silva
Marta Mercader
Alejandro Carrión
José E. Pacheco
Mattos Portella
Manuel Moreno Fraginals
Manuel Becerra Acosta
Augusto de Carvalho
Alejandro Tinoco
José Luis Abellán
José María Areilza
Justino de Azcárate
Luis María Ansán
Juan Luis Cebrián
Ricardo Utrilla
Laín Entralgo
Carmen Conde
Fernando Claudín
Salvador Clotas
Antonio Gala
Juan Tomás de Salas
José Luis Sampedro
Ludolfo Paramio
Baltasar Porcel
Santiago Roldán,
Torrente Ballester
Ignacio Sotelo
Vidal Beneyto
Angel Viñas
Luis Rosales,

Rubert de Ventós
Guerra Garrido
Raúl Morodo

Fonte: Elaboração própria a partir dos artigos supracitados.

Documento nº 4: A integração dos países ibéricos na CEE e a esperança de um segundo Encontro

Artigo nº1: "El futuro del mercado común

Expertos de 23 países estudiarán las relaciones de Europa con Latinoamérica"

Políticos, intelectuales y expertos de 23 países analizan, a partir de hoy, las relaciones entre Europa y Latinoamérica en el segundo Encuentro en la Democracia que organiza en Madrid el Instituto de Cooperación Iberoamericana (ICI).Durante tres días está previsto que se celebren coloquios y presenten ponencias para debatir el futuro de las relaciones entre los dos continentes, a raíz del ingreso de España y Portugal en la Comunidad Económica Europea (CEE).

Las jornadas estarán presididas por el ministro de Asuntos Exteriores, Francisco Fernández Ordóñez, y los secretarios de Estado para la Cooperación, Luiz Yañez, y el de Relaciones con la CEE, Pedro Solbes.

Publicado a 19/11/1985, em Madrid, sem autor.

Artigo nº2: "Latinoamericanos y europeos tratarán en Madrid las relaciones CEE-Iberoamérica"

Catorce economistas latinoamericanos y de la CEE estudiarán en Madrid, a partir de mañana, el futuro de la relaciones entre la Comunidad Económica Europea e Iberoamérica, en unas jornadas patrocinadas por el Instituto de Cooperación Iberoamericana (ICI) bajo el título *Encuentro en la democracia: Europa-Iberoamérica.*

En estas jornadas, que presiden el secretario de Estado para las Comunidades Europeas, Pedro Solbes, y el ministro de Asuntos Exteriores, Francisco Fernández Ordóñez, participarán, entre otros, el ex presidente de Venezuela Carlos Andrés Pérez; el ministro de Relaciones Exteriores de Uruguay, Enrique Iglesias; el jefe de la división de América Latina de la Dirección General de Relaciones Exteriores de la Comisión de las Comunidades Europeas, Leopoldo Giunti; el secretario ejecutivo de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe de Naciones Unidas (CEPAL), Norberto

González; el embajador extraordinario del Sistema Económico Latinoamericano (SELA), Sebastián Alegrett, y el próximo comisario español de la CEE, Manuel Marín.

Publicado a 18/11/1985, em Madrid, sem autor.

Artigo nº3: "Yáñez cree que la CEE no quiére dar a España protagonismo en Latinoamérica"

El presidente del Instituto de Cooperación Iberoamericana (ICI), Luis Yáñez, lamentó ayer la ausencia de una representación más importante de la Comunidad Económica Europa en el segundo Encuentro en la Democracia, clausurado ayer en Madrid. Yáñez expresó su temor de que los comunitarios piensen que no deben dar a España el protagonismo" en las relaciones con América Latina.Yáñez aseguró que él personalmente había. invitado a Jacques Delors, presidente de la Comisión Europea, y a los comisarios francés, Claude Cheysson, e italiano, Lorenzo Natali, quienes posteriormente enviaron cartas en las que se disculpaban por no poder acudir a la reunión de Madrid.

Yáñez atribuye su ausencia a una decisión tomada en la Comunidad Económica Europea" y que obedece, tanto a la voluntad de restar protagonismo a España, como al "desinterés de la Comunidad hacia América Latina".

Publicado 23/11/1985, em Madrid, sem autor.

Artigo nº4: "España propone ampliar el diálogo entre la CEE y Centroamérica al conjunto de América Latina"

El presidente del Instituto de Cooperación Iberoamericana (ICI) y secretario de Estado de Cooperación del Ministerio de Asuntos Exteriores, Luis Yáñez, propuso ayer la ampliación del diálogo entre Centroamérica y la Comunidad Económica Europea (CEE) al conjunto de América Latina. Esto "sería un gran paso", dijo Yáñez en la apertura del segundo Encuentro en la Democracia: Europa-Iberoamérica, en Madrid.Yáñez consideró necesario "fortalecer foros de discusión como la reunión de ministros de

Relaciones Exteriores del Grupo de Contadora y las Comunidades Europeas". Los países centroamericanos y de la CEE firmaron la pasada semana en Luxemburgo un acuerdo de cooperación económica y un acta política en el que la Comunidad apoya el esfuerzo pacificador del Grupo de Contadora.

Yáñez destacó también la necesidad de "una acción conjunta entre países deudores y acreedores en busca de una solución justa y equilibrada al problema de la deuda externa".

Los temas políticos y económicos centrarán los debates de esta reunión -consecuencia del primer Encuentro en la Democracia, celebrado también en Madrid en abril de 1983- a la que asisten cerca de un centenar de participantes de España, casi todos los países latinomaricanos y varios europeos. El objetivo fundamental, según explicó Yáñez, es "hacer una reflexión colectiva sobre el futuro de las relaciones entre Europa e Iberoamérica, ante la próxima ampliación de las Comunidades Europeas a España y Portugal".

Publicado a 20/11/1985, em Madrid, por A. C..

Artigo nº5: ***"González cree que la entrada de España en la CEE será positiva para América Latina"***

El presidente español defiende una mayor cooperación"

El presidente del Gobierno español, Felipe González, defendió ayer la necesidad de iniciar un proceso de cooperación integral en América Latina y aseguró que la entrada de España en la Comunidad Económica Europea (CEE) será positiva para el continente latinoamericano.

En su intervención ante el Encuentro en la Democracia, organizado en Madrid por el Instituto de Cooperación Iberoamericana (ICI), Felipe González dijo que "el saldo del ingreso de España en la CEEno puede ser más que positivo". "El mero hecho de que haya una, convergencia en nuestras posiciones (las de España y América Latina) ante la CEE supone un hecho cualitativa y cuantitativamente extraordinariamente importante".

El presidente del Gobierno explicó que España no mantiene esta posición "por razones morales, sino por intereses nacionales" y añadió que "nuestras relaciones de intercambio con el continente latinoamericano son escasísimas". Los países latinoamericanos sólo suponen "un 5% de las importaciones españolas y un 4% de nuestras exportaciones, y lo lamento , dijo Felipe González.

Algunos de los participantes en la reunión, que fue presidida ayer por el ministro español de Asuntos Exteriores, Francisco Fernández Ordóñez, advirtieron del riesgo de que España se convierta, tras su entrada en la CEE, en un simple mercado de los países mas desarrollados. El Jefe del Ejecutivo admitió que "la integración en Europa puede ser un golpe muy duro", en ese sentido. "Puede que quieran hacer de nosotros un mercado y no un país integrado con los mismos derechos que ellos, pero no pueden creer que haya un país que consuma sin ser capaz de crear riqueza".

Felipe González hablé de la relación entre España y América Latina como vía para una futura mayor colaboración entre los países latinoamericanos y Europa, pero consideró que "en la cooperación entre los dos continentes es necesario concretar líneas de cooperación económica y solidaridad política".

El presidente del Gobierno puso ,a Europa como ejemplo de lo que debe ser la integración en América Latina y dijo que "en Europa el esfuerzo de integración es una necesidad real, no un concepto de buena voluntad". "Europa se mueve porque le aprietan los intereses", manifestó. González opinó que existe una crisis del concepto de Estado-nación, y añadió que no cree posible "una integración latinoamericana si no hay una homologación de sistemas políticos".

Empujones de los escoltas

Al término de su comparecencia ante la reunión, el presidente del Gobierno inició unas declaraciones a los periodistas que fueron interrumpidas por los empujones de los miembros de su servicio de seguridad. Por instrucciones del secretario general de la presidencia, Julio Feo, la escolta del presidente arrastró literalmente a éste hacia la puerta del Instituto de Cooperación Iberoamericana mientras Felipe González levantaba con dificultad la vista por encima de las cabezas de sus guardaespaldas para contestar a las preguntas. Feo ordenó a los escoltas: "Bloquead ahí a la Prensa", cuando los

representantes de los medios informativos trataban de acercarse a Felipe González en los pasillos del ICI. El segundo Encuentro en la Democracia será clausurado hoy.

Publicado a 22/11/1985, em Madrid, por A. C..

Tabela nº4: Algumas comunicações do 2º *Encontro na Democracia*

Relações económicas Europa – Ibero-América
Leopoldo Giunti *As relações Económicas Europa – Ibero-América*
Norberto González *As relações económicas entre Ibero-América e a Europa*
Luis de Velasco *Relações económicas e comerciais entre Espanha e Ibero-América*

Política de cooperação e desenvolvimento entre a CEE e a Ibero-América
Vitorino Ghidi *A política de cooperação e desenvolvimento na Comunidade Europeia e na Ibero-América*
Sergio Spoerer *Europa-América Latina: os desafios da cooperação política*
Manuel Marin *A cooperação entre a Ibero-América e as Comunidades Europeias*

Convergência entre a CEE e a Ibero-América na defesa da democracia e da integração
Leopoldo Giunti *Convergência entre a CEE e a Ibero-América na defesa da integração (Aspectos políticos e culturais)*
Carlos Andrés Pérez *Convergência entre a CEE e a Ibero-América na defesa da democracia e da integração*
Manuel Medina *A democracia na Europa e na América Latina*

Relações entre a Europa Comunitária e a Ibero-América no marco das relações Norte-Sul e Este-Oeste
Vitorino Ghidi *As relações Europa - Ibero-América no marco das relações Norte-Sul e Este-Oeste*
Enrique Iglesias *Relações entre a Europa Comunitária e a Ibero-América no marco das relações Norte-Sul e Este-Oeste*
Juan Antonio Yáñez-Barnuevo *Relações entre a Europa Comunitária e a Ibero-América no marco das relações Norte-Sul e Este-Oeste*

Fonte: *Encuentro en la democracia: Europa – Ibero-América*, MADRID: *Ediciones de Cultura Hispánica,* 1986, pp.275-276.

Tabela nº5: Os temas **abordados em "*Iberoamérica, una comunidad*"**

A Península Ibérica e os seus contactos exteriores até ao século XV
O espaço geográfico Americano
Homens e culturas pré-colombianas
A chegada dos europeus
A reflexão sobre o direito das gentes
O intercâmbio sócio-cultural
A nova sociedade Americana
O feito americano e a política europeia
A Península Ibérica do século XVI ao século XVIII
A independência Americana
A busca de uma nova ordem
Vínculos e conflitos entre a América Latina e a Península Ibérica até ao século XIX
O século XX
A dimensão cultural da América Latina
Unidade e diversidade: A necessidade e as possibilidades de integração. As aspirações da Comunidade Ibero-americana diante do mundo de hoje. Quem somos? Com o que contamos? O que poderíamos ser?

Fonte: elaboração própria a partir da obra *Iberoamérica, una comunidad,* MADRID: Ediciones de Cultura Hispánica, 1989, vol.1p.9-19.

Documento nº 5: **A importância de uma obra como "*Iberoamérica, una comunidad*"**

Artigo nº 1: "La historia como referencia"

LUIS YÁÑEZ-BARNUEVOLa presentación en Madrid del libro Iberoamérica, una comunidad, da pie al autor, director del Instituto de Cooperación Iberoamericana, para repensar la relación entre España y sus antiguas colonias.

Uno de los acontecimientos a mi juicio más notables de la conmemoración del 13 de octubre de 1989, a sólo tres años del V Centenario, es la aparición en las librerías del libro *Iberoamérica, una comunidad,* que el próximo lunes será presentado en Madrid. Como resultado de una insigne idea del gran ensayista y polígrafo venezolano Arturo Uslar Pietri, este manual es un análisis exhaustivo y a la vez manejable de lo que es y de lo que significa la gran comunidad latinoamericana en todos los órdenes: histórico, económico, sociocultural. Cinco directores -el propio Arturo Uslar, el mexicano Silvio Zabala, el argentino Enrique Barba, el portugués Joaquim Verissimo Serrao y el español José Manuel Pérez Prendes- han trabajado desde 1985 en la organización de este magno proyecto que ha convocado a más de 60 expertos. Y al fin Ediciones de Cultura Hispánica ha dado cuerpo a más de 900 páginas de texto, que se leen con el interés que proporciona sondear toda nuestra amplia y profunda realidad en una síntesis francamente apasionante.Uno de los problemas que con frecuencia han desvirtuado las relaciones entre los diversos países que forman el vasto ámbito de la comunidad latinoamericana ha sido el de la simplificación. A menudo hemos tenido una visión unidireccional y cicatera del otro, o incluso de nosotros mismos. Nuestros conflictos han contribuido a ensimismarnos en nuestra realidad más cercana, y hemos reducido el análisis de la globalidad a la mínima expresión. Así, la presencia de España en América desde hace casi cinco siglos se ha encasillado en unos exiguos tópicos, la secular y tortuosa relación bilateral se ha limitado a ser un conjunto insulso de recelos, e incluso en ciertas épocas la innegable fraternidad que siempre, de un modo u otro, se ha extendido sobre nuestro encuentro permanente ha quedado limitada a una serie fragmentaria e inconexa de frases formularias.Nos ha faltado el sentido de la totalidad, el saber sopesar al mismo tiempo el cúmulo complejo de factores que han actuado sobre el sistema de relaciones de nuestra rica multilateralidad, que es expresión, contradictoria pero clara, de la unilateralidad de nuestros rasgos culturales comunes. Por esto, la obra

que comento, que pretende -y consigue, a mi juicio- ofrecer una panorámica amplia de *nuestra* América, de todo lo que americanos e ibéricos hemos hecho juntos, enriquece por sí sola esta relación, siempre cálida, a veces conflictiva y en ocasiones tormentosa.Grandeza y miseriasTodas las grandes aventuras humanas son ambivalentes. Yo no voy a hacer -nunca lo he hecho- un panegírico del impropiamente llamado *descubrimiento,* ni siquiera un elogio de la aventura americana de España, que fue también aventura española de América. Sencillamente, creo que aquella empresa, casi increíble en el mundo limitado del Renacimiento, tuvo, como toda obra humana, su grandeza y sus miserias, y es parcial y antihistórico afirmar lo uno sin reconocer lo otro. Por consiguiente, entiendo que sólo el conocimiento completo, integral, de aquella realidad nos permitirá captar los verdaderos matices de la "empresa de América".

Probablemente, el principal objetivo de las conmemoraciones de dentro de tres años sea el de la conquista de la objetividad histórica. En cierto sentido, el libro inspirado por Uslar Pietri, dirigido por cinco especialistas ilustres y redactado por varias docenas de expertos de indiscutible talla, nos proporciona este basamento sobre el que sustentar tanto la memoria histórica como la construcción del mañana. Ya sin complejos, *Iberoamérica, una comunidad* refiere con la frialdad académica de los datos, pero también con el calor histórico de quien habla de la propia aventura, todo lo que durante mucho tiempo ha sido en parte invectiva, en parte reivindicación, en parte anacronismo. Hoy, desentrañada ya la historia, ésta nos sirve de plataforma para hacer en común, y no de arma arrojadiza para deshacer cuanto vocacionalmente queremos hacer juntos.

Dice Uslar en la introducción a la obra que comento: "Lo que los europeos llamaron Nuevo Mundo, por la novedad de su conocimiento para ellos, no era en verdad otra cosa que el inicio de una nueva ocasión del hombre. En muchos sentidos, todo el mundo fue nuevo después de esa fecha, porque lo que en ella se inicia es la creación del Nuevo Mundo". Ciertamente, lo que la comunidad latinoamericana nos brinda, sobre todo a quien formamos parte de ella no sólo con el corazón, sino también con la cultura y con la historia, es esa "nueva ocasión", esa oportunidad de hacer juntos, de afianzar la presencia de todos en común, de realizarnos, valga la palabra, en el tejido global. Si no extraemos de las conmemoraciones de 1992 -que son, ante todo, reflexión, introspección, análisis- esa decisión soberana de aceptarnos para avanzar, de entendernos para crear, de abrazarnos para consolidar y concretar nuestra proyección hacia el futuro, de aprovechar, en suma, la ocasión de ser latinoamericanos con

conciencia de ello, todo el esfuerzo habrá sido en vano. Porque ya se ha derramado demasiada retórica hueca sobre nuestro anecdotario como para seguir haciendo vacuo historicismo.Cristalizar el pasado En mi experiencia personal de estos años, en que tan vinculado he estado a la realidad latinoamericana, he podido comprobar que la historia común sigue siendo un terreno deslizante que a menudo propicia resbalones y desajustes en nuestra recíproca relación. No tiene sentido que miremos todavía atrás como no sea para tomar impulso. Cristalicemos, pues, nuestro pasado, hagamos de él suelo y no techo, y dispongámonos juntos a avanzar con el espíritu del hombre nuevo y no con el fantasma de nuestros ancestros. Integrémonos para ser más fuertes, seamos solidarios para crear juntamente un futuro que no podríamos forjar por separado. Hagamos un esfuerzo de realismo, aventurémonos en el mañana con el sentido de la orientación de nuestra cultura, de nuestra lengua, de nuestra variedad enriquecedora, de nuestro carácter semejante, de nuestros valores democráticos idénticos. Hagamos, sencillamente, de la historia una referencia y no una carga pesada y absurda. A ello tiende esa obra señera que es *Iberoamérica, una comunidad.* A ello tiende también la acción política, a veces no bien comprendida, no bien explicada, del Estado español.

Publicado a 12/10/1989, por Luis Yáñez-Barnuevo.

Artigo nº 2: ***"Uslar Pietri: "Iberoamérica, una comunidad', es la historia de un mestizaje cultural"***

El escritor venezolano Arturo Uslar Pietri presentó ayer en Madrid el libro *Iberoamérica, una comunidad,* que bajo su coordinación ha editado el Instituto de Cooperación Iberoamericana (ICI) con las investigaciones de más de 60 especialistas en temas hispanoamericanos. El libro, de 900 páginas, fue definido por Uslar Pietri como la historia de un mestizaje cultural". El acto estuvo presidido por el vicepresidente del Gobierno, Alfonso Guerra.La obra, resuelta en dos volúmenes, despliega el tiempo histórico que media entre el siglo XV hispano hasta la diversidad del universo latinoamericano en el siglo XX. Para ello ha sido necesaria la colaboración de 64 especialistas de distintos países dirigidos por los profesores Enrique Barba, de Argentina; José Manuel Pérez Prendes, de España; Joaquim Veríssimo Serráo, de Portugal; Silvio Zabala, de México, y el propio Arturo Uslar Pietri, de Venezuela.

En 1984, Arturo Uslar Pietri propuso la oportunidad de abordar una obra que desde el punto de vista de la moderna historiografía explicase con rigor el significado de la comunidad iberoamericana. Aquella idea fue formulada en términos que pueden considerarse no sólo didácticos, sino. modestos: "Podríamos, ahora que se acerca el 5º Centenario del Descubrimiento de América, hacer el modesto esfuerzo de un manual que llegue a todos, que presente este hecho, que cuente y explique de un modo sencillo y veraz qué es la comunidad iberoamericana, qué tenemos en común en la historia y qué podemos hacer juntos en' el presente y en el futuro. Ese libro no existe porque no nos hemos dado cuenta de que es el más importante que podríamos poner en las manos de nuestros jóvenes".

Tres preguntas

Uslar Pietri considera que la obra responde a tres preguntas fundamentales y hasta ahora sin respuesta: ¿Existe un comunidad iberoamericana? ¿Se la puede conocer? Y la que para el ilustre escritor aparece como fundamental: ¿Qué debemos hacer con ella?La aportación, descontada la aportación de datos inéditos o no suficientemente considerados, radica para el escritor venezolano en que "esta obra no se ha realizado desde un punto de vista español, o venezolano, o cualquiera otro que pudiera ser sesgado. Es la observación de una evolución, de una realidad que evoluciona desde el siglo XVI hasta hoy. También de un mestizaje cultural".

El concepto de comunidad, aplicado al conjunto de países latinoamericanos, "al considerarla necesaria, tiene que ser posible. De todas fórmas", continúa Uslar Pietri, "no es un concepto nuevo, Bolívar ya hablaba de ello. Lo importante era evitar, y creo que lo hemos conseguido, visiones parciales. Después de estos años de trabajo se ha demostrado que no era tan difícil".

Para Arturo Uslar Pietri, las relaciones entre los distintos países que componen la comunidáid iberoamericana han pasado por muy distintas épocas. "Por ejemplo, el siglo XIX fue de repliegue y distanciamiento, pero la relación permaneció porque no dependía totalmente de los sistemas políticos, o de las razones políticas, sino de algo superior, de una totalizante herencia histórica".

Publicado a 17/10/1989, em Madrid, sem autor.

Tabela nº6: A história das Cimeiras (1991-2005)

Anos	Período	Breve descrição
1990-1992	Liderança exemplificadora	A Espanha procura a concertação e o consenso com os países ibero-americanos, baseados numa relação igualitária.
1993-1996	Liderança declinante	Diminui o protagonismo do Governo espanhol, o que contribui para o declive generalizado do processo das cimeiras.
1997-2001	Liderança hegemónica multilateral	A Espanha tenta recuperar a liderança, mas desta vez utilizando as cimeiras para servir os seus interesses imediatos, ainda que procurando estabelecer consensos (a posteriori). Acentuam-se as assimetrias, especialmente, a partir de 2000.
2002-2004	Liderança hegemónica unilateral	A liderança hegemónica torna-se mais equilibrada, já que a Espanha procura imprimir as suas posições, em particular, o seu interesse de alinhamento com os Estados Unidos, o que provoca uma crescente conflituosidade interna.

Fonte: adaptado a partir da obra de ARENAL, Celestino, *Cumbres iberoamericanas 1991-2005: logros y desafíos*, MADRID: Fundación Carolina, 2005, p.3.

Tabela nº7: Temas centrais das Cimeiras

Cimeiras	Ano	Temas centrais
Guadalajara	1991	Construção de um fórum de encontro para avançar num processo político, económico y cultural comum
Madrid	1992	Criação de novos instrumentos operativos que permitam a cultura de cooperação
Salvador da Bahia	1993	Um programa para o desenvolvimento com ênfase no desenvolvimento social
Cartagena de Índias	1994	Comércio e integração como elementos do desenvolvimento ibero-americano
Santiago e Viña del Mar	1995	A educação como factor essencial do desenvolvimento económico e social
Isla Margarita	1996	Governabilidade para uma democracia eficiente e participativa
Bariloche	1997	Os valores éticos da democracia
Porto	1998	Os desafios da globalização e a integração regional
Havana	1999	Ibero-América e os grandes riscos de uma crise económica globalizada
Panamá	2000	Unidos pela infância e a adolescência, base da justiça e a equidade no novo milénio
Lima	2001	Unidos para construir o amanhã
Bávaro	2002	Turismo, Meio Ambiente e o impacto de ambos sectores na Produção
Santa Cruz de la Sierra	2003	A inclusão social, motor do desenvolvimento da Comunidade Ibero-americana
San José	2004	Educação para progredir
Salamanca	2005	A realidade socioeconómica da Comunidade, a migração e a projecção internacional da Comunidade Ibero-americana

Fonte: elaboração própria a partir de http://cumbresiberoamerica.cip.cu/compendios_informativos/cumbres_iberoamericanas/temas-centrales-de-las-cumbres-iberoamericanas/ (11-12-2010).

Documento nº6: O que é a Comunidade Ibero-americana?

Artigo nº1: "Más que la Commonwealth o la francofonía"

Dentro de unos días Salamanca acogerá la XV edición de la Cumbre Iberoamericana de jefes de Estado y de Gobierno. No es una etapa más del proceso que iniciamos en Guadalajara, México, en 1991 y que se afirmó en Madrid al año siguiente, cuando recordábamos el aniversario número quinientos del encuentro entre España y América. Aspiramos, en cambio, a que la cita de Salamanca abra un nuevo horizonte y suponga un salto cualitativo para nuestra comunidad transatlántica. No será, sin embargo, un salto en el vacío, porque es mucho lo que ya se ha construido en estos quince años, breves pero intensos, en los que la relación entre España y Latinoamérica se ha transformado radicalmente, al mismo ritmo y con la misma profundidad con que han cambiado el mundo y las relaciones entre los pueblos, las naciones y los Estados.

Soy consciente de que las Cumbres Iberoamericanas no gozan de todo el reconocimiento y prestigio que se les debería otorgar. Quizá sea porque no entendemos correctamente lo que son. Las Cumbres no son un proceso de integración, ni siquiera un espacio de libre comercio. Son simplemente (lo que, por cierto, no es poco) un ejercicio colectivo y un foro de encuentro de pueblos a los que une una identidad común, una historia compartida y una cierta visión del mundo basada en valores que todos reclamamos como propios.

Desde esta perspectiva, el proceso de las Cumbres Iberoamericanas puede presentar una muy apreciable hoja de resultados. En estos quince años mucho se ha hecho en materia de construcción de tejido común, de tejido iberoamericano: no hay, prácticamente, ningún aspecto de la actividad humana en el que no encontremos una multiplicidad de iniciativas, foros, encuentros y acuerdos de ámbito iberoamericano. De manera poco perceptible, y desde luego incomprendida, hemos ido creando lo que hoy es un espacio iberoamericano enormemente denso y cuyo potencial apenas empezamos a imaginar.

En este sentido, las Cumbres Iberoamericanas han hecho más que otras organizaciones internacionales basadas en criterios de identidad similares, como la Commonwealth o la Comunidad francófona, con las que la Comunidad Iberoamericana resiste ventajosamente cualquier comparación, quizá, entre otras razones, porque sus señas de identidad son más sólidas y los valores compartidos más abundantes y homogéneos.

Aun así, queremos seguir avanzando y creemos que la experiencia de estos quince años es una excelente base para hacerlo. Es hora de utilizar nuestra identidad común y el espacio que hemos creado a partir de ella para que las Cumbres se comprometan más decididamente en la búsqueda de soluciones a los problemas de nuestra comunidad, y para que ésta pueda hablar con voz propia en algunos de los temas de la agenda internacional (aunque, por supuesto, no podrá ser en todos), ocupando el puesto que le corresponde en la escena internacional y contribuyendo con ello al reforzamiento del multilateralismo.

A estos propósitos responde la creación de la Secretaría General Iberoamericana, que empezará a andar en Salamanca. La larga y rica experiencia de su primer titular, D. Enrique Iglesias, encarnación ilustre de lo iberoamericano, es una garantía de que nuestra comunidad va a estar en condiciones de realizar aportaciones importantes a la superación de nuestros problemas comunes, y de hablar colectivamente a través de una voz universalmente respetada.

Salamanca supondrá también la introducción de un auténtico diálogo político en las Cumbres. Por supuesto siempre se ha hablado de política en las Cumbres anteriores, pero creo que en esta ocasión se hará de manera más centrada y estructurada, y con el ánimo de llegar a conclusiones y acuerdos ejecutables y verificables.

Tres son las áreas temáticas sobre las que centrarán su atención y sus debates nuestros jefes de Estado y de Gobierno. En primer lugar, la situación política, social y económica en la región iberoamericana; se trataría no sólo de diagnosticar los males, sino de elaborar las bases de una agenda iberoamericana para intentar superarlos, de modo que las Cumbres vayan transformándose en agente activo de la solución de problemas.

El segundo gran tema en la agenda serán los fenómenos migratorios. Las migraciones, en una y otra dirección, son la base misma de nuestra comunidad, o, como dirían en otras latitudes, el crisol en que se ha formado y sigue formándose todavía hoy. Aspiramos a corregir sus efectos negativos, pero también a aprovechar todas sus potencialidades, y eso es algo que sólo podemos hacer en común y que empezaremos a hacer en Salamanca.

Y, por último, queremos abrir en Salamanca una reflexión sobre el papel de Iberoamérica en el mundo. Primero, para mejor defender nuestros valores e intereses, porque un escenario multilateral parece exigir voces colectivas. Pero también porque no

es poco lo que podemos aportar al mundo, contribuyendo, entre otras cosas, a la estabilidad en nuestra propia región y sus márgenes, como varios países iberoamericanos estamos haciendo ya en Haití. Y, por supuesto, como comunidad trasatlántica que somos, reforzando los lazos y relaciones entre la Unión Europea y América Latina, en la perspectiva de la Conferencia que reunirá a ambos grupos regionales en Viena en mayo de 2006.

Otra innovación de esta XV Cumbre es su apertura a la sociedad civil. Nuestros jefes de Estado y Gobierno deben y quieren oír la voz de otros sectores políticos, sociales y económicos que pueden dinamizar las Cumbres y vincular más efectivamente los trabajos de éstas a los anhelos e inquietudes de los pueblos en ellas representados. A ello responde la convocatoria, en esta edición, y por primera vez, de tres Foros paralelos a la Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno: un Foro Parlamentario, un Foro Económico y Empresarial y un Foro Cívico. Esperamos que sirvan para abrir las Cumbres a la sociedady para que la sociedad las asuma como propias. A partir de Salamanca se inicia el camino para construir juntos una ciudadanía iberoamericana.

Éstas son, en esencia, las principales novedades que la cita de Salamanca introducirá en el proceso de las Cumbres Iberoamericanas. Pero la XV Cumbre no se agota en ellas, y se hablará también de muchas otras cosas de interés común, como el canje de deuda por inversión en educación, la cooperación con países de renta media, la elaboración de un Convenio Iberoamericano de Seguridad Social, y el inicio de un espacio de justicia y libertad, la presentación de una Carta Cultural o la aportación iberoamericana a la lucha contra el hambre y la pobreza.

No sé si con esta densa agenda por delante todavía habrá quien califique a la Cumbre de Salamanca de ejercicio retórico. Aunque, sin duda, escucharemos algunas buenas piezas oratorias, como no podía ser menos en una reunión de iberoamericanos. Pero creo que, esta vez, las ramas de las palabras bien dichas no nos impedirán ver el bosque de un programa ambicioso y comprometido al servicio de nuestros pueblos. Como dijera el insigne D. Miguel de Unamuno, tan vinculado a Salamanca: "Debemos mirar más que somos padres de nuestro porvenir que hijos de nuestro pasado".

Miguel Ángel Moratinos es ministro de Asuntos Exteriores.

Publicado a 12/10/2005, por Miguel Ángel Morantinos.

Tabela nº8: O acervo ibero-americano

A Comunidade Ibero-americana de Nações
Existência e operacionalidade
Fundamentos
Património comum
Línguas comuns
Diversidade cultural
Concepção humanista
Valores e princípios

O acervo da Comunidade Ibero-americana
Cooperação e solidariedade
Soberania e igualdade juridical
Democracia e Estado de Direito
A democracia como factor de coesão da Comunidade Ibero-americana
Subordinação das Forças Armadas ao poder civil
Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais
O respeito dos Direitos Humanos como pilar da Comunidade Ibero-americana
Liberdade de expressão, informação e opinião
Justiça social
Desenvolvimento sustentável e com equidade
Desenvolvimento sustentável, recuperação económica e sistema económico internacional
Desenvolvimento e democracia
Vigência e primado do Direito Internacional
Proibição da ameaça e do uso da força
Resolução pacífica dos conflitos
Não intervenção nos assuntos internos.
Não extra-territorialidade das leis.
Defesa do Tribunal Internacional
Vigência do Direito Internacional Humanitário
Apoio ao desarmamento e contra as armas de destruição maciça
Aposta no desenvolvimento progressivo do Direito Internacional
Multilateralismo e Nações Unidas
Multilateralismo eficaz
Fortalecimento e reforma das Nações Unidas
Operações de manutenção da paz
Missão das Nações Unidas no Haití (MNUSTAH)
Integração e regionalismo aberto
A integração como instrumento do desenvolvimento
Regionalismo e multilateralismo
Complementaridade dos processos de integração latino-americanos e europeus

As Cimeiras como espaço de diálogo, concertação, cooperação e solidariedade ibero-americana e internacional

Concertação e cooperação ibero-americana
Actor internacional

Objectivos de la Comunidad Iberoamericana.
Luta contra a pobreza e a exclusão social
Objectivo urgente e prioritário
Políticas públicas a adopter
Agenda Ibero-americana de luta contra a fome e a Pobreza
Aliança contra a fome e a pobreza
Fortalecimento da democracia e dos Direitos Humanos
Aprofundamento da democracia
Maior vigência dos Direitos Humanos
Educação
Área prioritária e estratégica
Valores e princípios
Educação e identidade ibero-americana
A educação como política de Estado
Troca de dívida por educação
Plano Ibero-americano de Alfabetização
Pacto Ibero-americano para a Educação
Espaço Ibero-americano do Conhecimento
Cultura e identidade ibero-americana
A cultura como eixo básico da cooperação ibero-americana
Difusão e preservação da identidade, cultura e línguas Ibero-americanas
Espaço cultural ibero-americano
Carta Cultural Ibero-americana
Fundo para a realização de conteúdos televisivos
Saúde e segurança social
Acesso equitativo, universal e permanente
Redes temáticas ibero-americanas em matéria de saúde
Igualdade de género
Importância da mulher para o desenvolvimento económico e social
Eliminação de todas as formas de discriminação e violência.
Enfoque de género como eixo da cooperação Ibero-americana
Povos indígenas e afro-descendentes
Reconhecimento do seu contributo para as sociedades Ibero-americanas
Reconhecimento do seu direito ao desenvolvimento
Povos indígenas e turismo
Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas
Infância e adolescência
O futuro da Ibero-América
Políticas para a infância e a adolescência
Plano de Cooperação e Integração da Juventude
Migrações
Reconhecimento da sua importância e de seus direitos
Condenação de qualquer forma de discriminação

Cooperação ibero-americana em matéria de migrações
Convénio Ibero-americano de Segurança Social
Cidadania e sociedade civil
Cooperação em matéria de Direitos Humanos
Processos eleitorais
Cultura ibero-americana
Cooperação ibero-americana
Meio ambiente e desenvolvimento sustentável
Código ibero-americano em matéria de meio ambiente
Quioto y câmbio climatic
Recursos hídricos
Transporte marítimo de materiais perigosos
Turismo e desenvolvimento sustentável
Vida rural e desenvolvimento sustentável
Desastres naturais
Solidariedade e cooperação
Mecanismo de coordenação ibero-americano
Luta contra a corrupção
A corrupção como inimigo das sociedades ibero-americanas
Cooperação judicial contra a corrupção
Luta contra o narcotráfico e a delinquência organizada transnacional
Um enfoque integral e equilibrado
Políticas preventivas
Cooperação internacional na luta contra a droga
Políticas de desenvolvimento alternative
Luta contra o terrorismo
Respeito dos Direitos Humanos e do Direito Internacional
A extradição como instrumento de luta
Solidariedade para com as vítimas
Rede Ibero-americana de Cooperação Judicial
Sistema internacional mais justo, participativo, seguro e em paz
Sistema internacional mais justo e em paz
Aliança de Civilizações
Relaciones económicas internacionais mais justas e Equitativas
Sistema multilateral de comércio
Sistema financeiro equitativo e estável
Cooperação ao desenvolvimento
Sistema de cooperação ibero-americana
Apoio aos objectivos de Desenvolvimento do Milénio
Atenção aos países de médio rendimento
Dívida externa e troca de dívida por investimento social
Resolução justa do problema da dívida externa
Troca de dívida por investimento social
Relações UE-América Latina e Caraíbas
A Comunidade Ibero-americana como fórum privilegiado nas relações UE-América Latina e Caraíbas
A Associação Estratégica Bi-regional
O proteccionismo agrícola e agro-industrial europeu

Secretaria Geral Ibero-americana
Órgão de apoio à Conferência Ibero-americana
Funções
Fortalecimento da Comunidade Ibero-americana e projecção Internacional
Apoio à Conferência, coordenação das distintas instâncias ibero-americanas e execução dos seus mandates
Planeamento, coordenação, execução, seguimento e avaliação da cooperação ibero-americana
Promoção dos vínculos históricos, culturais, sociais e económicos entre os países ibero-americanos.
Apresentação de propostas para o cumprimento dos objectivos estabelecidos no Convénio

Fonte: adaptado a partir de http://www.bnm.me.gov.ar/la_biblioteca/centro_documentacion/boletines/boletin/09_06/credi_oei/1.pdf (11-12-2010).